



INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS PORTO ALEGRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA

MANOELA WENDLER FERNANDES

FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO:
CONTRIBUIÇÕES PARA SABERES E FAZERES NOS INSTITUTOS FEDERAIS
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Porto Alegre

2020

MANOELA WENDLER FERNANDES

**FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO:
CONTRIBUIÇÕES PARA SABERES E FAZERES NOS INSTITUTOS FEDERAIS
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Porto Alegre do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ana Sara Castaman

Porto Alegre
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P 363f

Fernandes, Manoela Wendler.

Formação continuada para os profissionais da educação: contribuições para saberes e fazeres nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. / Manoela Wendler Fernandes; orientadora Ana Sara Castaman. – Porto Alegre: 2020.

354 f.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT. Porto Alegre, 2020.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Ana Sara Castaman

1. Educação Profissional e Tecnológica 2. Formação continuada. 3. Ensino-Aprendizagem. 4. Institutos Federais. I. Castaman, Ana Sara, orientadora. II. Título

CDU: 377

MANOELA WENDLER FERNANDES

**FORMAÇÃO CONTINUADA PARA OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO:
CONTRIBUIÇÕES PARA SABERES E FAZERES NOS INSTITUTOS FEDERAIS
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 01 de dezembro de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Ana Sara Castaman

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Orientadora

Prof. Dr. Josimar de Aparecido Vieira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina Pansera de Araujo

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

MANOELA WENDLER FERNANDES

**ITINERÁRIO FORMATIVO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: UMA
PROPOSTA PARA A CONSTRUÇÃO DE SABERES E FAZERES NA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 01 de dezembro de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Ana Sara Castaman

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Orientadora

Prof. Dr. Josimar de Aparecido Vieira

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina Pansera de Araujo

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Dedico este trabalho a todos aqueles que acreditaram no meu potencial e me apoiaram durante esta caminhada, bem como aos profissionais da educação que buscam promover uma formação humana integral democrática e emancipatória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Jane e Amilton, por serem os meus melhores amigos, estarem sempre presentes, guiarem os meus passos com zelo e incentivarem o meu crescimento.

Ao meu companheiro, Diego, pela parceria, pelo apoio e amor que me fortaleceram em momentos tão difíceis e têm contribuído para que estejamos cada vez mais unidos.

À minha orientadora, professora Ana Sara, por ter sido incansável em toda a trajetória que percorremos juntas. Pela dedicação, compreensão, paciência, pelo compromisso e apoio constantes. Sinto-me abençoada por ter tido a Ana como orientadora e, com o passar do tempo, ela ter se tornado minha amiga.

Aos professores, Josimar e Maria Cristina, por aceitarem compor a minha Banca de Defesa do Mestrado, contribuindo com suas atenções, seus posicionamentos e suas sugestões.

Ao Instituto Federal Sul-rio-grandense, pelo incentivo a minha qualificação por meio da sua política de capacitação com redução de horas das atividades. Aos colegas servidores e gestores que responderam ao questionário de pesquisa e de avaliação do produto educacional respectivamente.

Ao Instituto Federal do Rio Grande do Sul, pela oportunidade de estudos. Às professoras, Clarice e Maria Cristina, e às servidoras, Daniela e Fernanda, pela disponibilidade, pelo empenho e carinho.

Aos colegas da turma do Mestrado, pelos momentos de convivência, pelas trocas de conhecimentos e experiências.

A todos os meus amigos que me acompanharam nesta trajetória e contribuíram de alguma forma para que ela fosse mais leve.

“Estudar é desocultar, é ganhar a compreensão mais exata do objeto, é perceber suas relações com outros objetos. Implica que o estudioso, sujeito do estudo, se arrisque, se aventure, sem o que não cria nem recria”.

(FREIRE, 1997, p. 23)

RESUMO

Em 2008, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica emergiu com uma proposta identificada e comprometida com a formação humana integral, além de fundamentada na tríade “ensino, pesquisa e extensão”. Em concordância com esses pressupostos, considera-se que a escola deva favorecer mediações que promovam, para além dos conhecimentos científicos, o compartilhamento de experiências e práticas sobre aprender a ser e aprender a viver. Nesse contexto, percebe-se o conjunto dos profissionais da educação como um dos protagonistas do processo educativo, sendo indispensável disponibilizar-lhes a formação continuada como ferramenta para o desenvolvimento pessoal e profissional. Assim, a presente pesquisa, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, teve como objetivo conhecer os fundamentos e conceitos da formação continuada com a finalidade de elaborar e avaliar um itinerário formativo direcionado aos profissionais da educação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, contribuindo para a construção de saberes e fazeres. Classifica-se como aplicada, de abordagem quali-quantitativa e foi delimitada a partir de procedimentos técnicos bibliográficos, eletrônicos, documentais, de campo e de estudo de caso. Teve como campo o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, no Rio Grande do Sul, e, como universo, abrangeu os seus servidores. Para a coleta de dados, foi aplicado um questionário digital com perguntas formuladas a partir de uma categoria e cinco subcategorias norteadoras dos objetivos pretendidos. Utilizou-se a estatística descritiva e a análise de conteúdo como método de tratamento e análise de dados. Como resultado deste estudo, foi elaborado e aplicado um produto educacional constituído em um curso de curta duração disponibilizado no formato de PPT e de ebook. Esses materiais foram apresentados a um grupo de gestores da Reitoria e dos *campi* do IFSul em uma webconferência e disponibilizados a eles junto a um questionário digital para a avaliação via e-mail. A aplicabilidade do produto educacional foi aprovada. Por fim, espera-se aprofundar as definições conceituais e legais dos Institutos Federais, conhecer as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica e delinear a importância da formação continuada dos profissionais da educação, de modo a contribuir para a construção de práticas educativas fomentadoras da formação humana integral no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e para a qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica. Profissionais da educação. Formação continuada. Produto educacional. Processo de ensino-aprendizagem.

ABSTRACT

In 2008, the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education emerged with a proposal identified and committed to integral human formation, besides being based on the triad “teaching, research and extension”. In accordance with these assumptions, it is considered that the school should favor mediations that promote, in addition to scientific knowledge, the sharing of experiences and practices about learning to be and learning to live. In this context, the whole of education professionals is perceived as one of the protagonists of the educational process, and it is indispensable to provide them with continuing education as a tool for personal and professional development. Thus, this research, linked to the Post-Graduate Program in Professional and Technological Education, aimed at getting to know the fundamentals and concepts of continuing education with the purpose of elaborating and evaluating a training itinerary directed at educational professionals from Federal Institutes of Education, Science and Technology, contributing to the construction of knowledge and doing. It is classified as applied, with a quality-quantitative approach, and has been delimited from bibliographic, electronic, documentary, field and case study technical procedures. It had as field Sul-rio-grandense Federal Institute of Education, Science and Technology (IFSul), and the universe covered by its employees. For the data collection, a digital questionnaire was applied with questions formulated from one category and five subcategories guiding the intended objectives. Descriptive statistics and content analysis were used as a method for data treatment and analysis. As a result of this study, an educational product constituted in a short course was elaborated and applied, available in PPT and e-book format. These materials were presented to a group of managers from the Rectory and IFSul campuses at a web conference and made available to them along with a digital questionnaire for evaluation via e-mail. The applicability of the educational product was approved. Finally, it is expected to deepen the conceptual and legal definitions of the Federal Institutes, to know the conceptual basis of Professional and Technological Education and to outline the importance of continuing education for education professionals, in order to contribute to the construction of educational practices that promote integral human formation in High School Integrated to Professional Education and to the quality of the teaching-learning process.

Keywords: Professional and Technological Education. Education professionals. Continuing education. Educational product. Teaching and learning process.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cultura de incentivo à FC e divulgação de FC nos <i>campi</i>	42
Figura 2 – 1º tema indicado por ordem de importância.....	44
Figura 3 – 2º tema indicado por ordem de importância.....	45
Figura 4 – 3º tema indicado por ordem de importância.....	45
Figura 5 – Avaliação de possíveis temas para a FC dos profissionais da educação.....	47
Figura 6 – Questões referentes à atratividade.....	51
Figura 7 – Questões referentes ao envolvimento.....	53
Figura 8 – Questões referentes à compreensão.....	54
Figura 9 - Questões referentes à mudança de ação.....	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – O que o gestor mudaria para facilitar a sua atenção e/ou o seu interesse no PPT.....	51
Quadro 2 – O que o gestor mudaria para facilitar a sua atenção e/ou o seu interesse no ebook.....	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
BNC-Formação – Formação Inicial de Professores da Educação Básica
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET-RS – Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas
CNS – Conselho Nacional de Saúde
CONAE – Conferência Nacional de Educação
CNE – Conselho Nacional de Educação
COVID-19 – Doença do Coronavírus
CP – Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação
DEPEX – Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão
DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação
EMIEP – Ensino Médio Integrado à Educação Profissional
ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
EP – Educação Profissional
EPT – Educação Profissional e Tecnológica
FC – Formação continuada
IF – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFES – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
IFRS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
IFSul – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense
ISBN – *International Standard Book Number*
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PLAFOR – Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
PNPD – Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal
ProfEPT – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
PROGEPE – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
RS – Rio Grande do Sul
S – Servidor

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

TAE – Técnico-Administrativo em Educação

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TIC – Tecnologias da informação e comunicação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 INTRODUÇÃO	23
2 REFERENCIAL TEÓRICO	25
2.1 O compromisso dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional	25
2.2 Os profissionais da educação e a formação continuada	29
3 METODOLOGIA	34
4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	38
4.1 Perfil dos sujeitos da pesquisa	38
4.2 Categoria e subcategorias de estudo	38
4.2.1 Políticas públicas de formação continuada dos profissionais da educação	39
4.2.2 Formação continuada no IFSul	40
4.2.3 Características da formação continuada	42
4.2.4 Formação continuada e habilidades socioemocionais	43
4.2.5 Conceitos a serem abordados em uma formação continuada para os profissionais da educação	43
4.3 Elaboração do produto educacional	48
4.4 Avaliação e validação do produto educacional	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICES	66
Apêndice A – Produtos educacionais (PPT e ebook)	67
Apêndice B – Questionário referente à pesquisa	269
Apêndice C – Respostas questionário de pesquisa	286
Apêndice D – Questionário referente à avaliação do produto educacional	310
Apêndice E – Respostas questionário de avaliação do produto educacional	325
ANEXOS	345
Anexo A – Autorização institucional	346
Anexo B – TCLE referente à pesquisa	347
Anexo C – TCLE referente ao produto educacional	349
Anexo D – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa	351

APRESENTAÇÃO

A pesquisadora do presente estudo é servidora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) desde janeiro de 2016. Ocupa o cargo de Técnico-Administrativa em Educação (TAE) como psicóloga e está vinculada ao Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPEX). Suas atribuições são: estudar, pesquisar e avaliar o desenvolvimento emocional e os processos mentais e sociais de indivíduos, grupos e instituições, com a finalidade de análise, tratamento, orientação e educação; diagnosticar e avaliar distúrbios emocionais e mentais e de adaptação social, elucidando conflitos e acompanhando os sujeitos durante o processo de tratamento ou cura; investigar os fatores inconscientes do comportamento individual e grupal, tornando-os conscientes; desenvolver pesquisas experimentais, teóricas e clínicas e coordenar equipes e atividades da área e afins; além de assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2005).

Para manter-se atualizada, desenvolver suas ideias, além de aprender novas teorias e metodologias, que subsidiem sua prática profissional, investiu no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), em rede nacional, em 2017. O objetivo do programa é proporcionar formação em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), “[...] visando tanto a produção de conhecimento como o desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado” (IFES, 2018, p. 2).

Conforme Pasqualli, Vieira e Castaman (2018), o ProfEPT, por pertencer à Área de Ensino, amplia as possibilidades de reflexão acerca das práticas e dos desafios enfrentados no cotidiano educacional. Ainda, tem como público-alvo, preferencialmente, sujeitos externos à academia e, como objetivos, a inovação, a solução de problemas, o aperfeiçoamento tecnológico e a gestão, produção e aplicação do conhecimento orientado para a pesquisa aplicada.

Ademais, no Mestrado Profissional, o estudante deve desenvolver um processo ou produto educativo para aplicar em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino, em formato artesanal ou em protótipo (BRASIL, 2019a). No ProfEPT, esse produto deve estar focado na melhoria dos processos de ensino no contexto da EPT, tanto em seus ambientes formais quanto não formais (IFES, 2018).

Assim, a pesquisadora prestou concurso para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), *campus* Porto Alegre, um dos polos do ProfEPT. Após a aprovação, teve sua proposta de projeto contemplada na linha de pesquisa “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT”, que aborda os processos de concepção e organização do espaço pedagógico na EPT, “[...] com foco nas estratégias transversais e interdisciplinares, que possibilitem formação integral e significativa do estudante, sustentados no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico, em espaços formais e não formais” (IFES, 2018, p. 3).

Nesse sentido, tem-se os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) como objeto de estudo da presente pesquisa. Os IFs foram criados pelo governo federal por meio do Ministério da Educação (MEC), em 2008, apoiados na concepção de EPT e com foco na formação humana integral. Esses institutos surgiram em contraposição à grande parte do cenário da educação no Brasil, marcado por limites estruturais dados pela dualidade de classes.

Pacheco (2015) destaca que essas instituições são pautadas em um conceito de EPT bastante peculiar em relação a outros países, constituindo-se em um modelo institucional inovador em termos de proposta político-pedagógica. Elas se fundamentam em uma organização pedagógica verticalizada, da educação básica à superior, capaz de favorecer a atuação docente em diferentes níveis de ensino e espaços de aprendizagem.

Segundo o autor, mediante suas estruturas multicampi e a clara definição do território de abrangência de suas ações, propõem-se ao desenvolvimento local e regional por intermédio da identificação de problemas e da proposta de soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social. Compete-lhes a formação de cidadãos que atuem como agentes políticos competentes e ativos no tocante às transformações políticas, econômicas e sociais necessárias para a organização de uma nova identidade social e educacional.

A referência fundamental para a educação profissional e tecnológica é o ser humano e, por isso, o trabalho, como categoria estruturante do ser social, é seu elemento constituinte. Trata-se, pois, de uma formação que se dá no decorrer da vida humana, por meio das experiências e conhecimentos, ao longo das relações sociais e produtivas. A educação para o trabalho nessa perspectiva se entende como potencializadora do ser humano, enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, na

perspectiva de sua emancipação (PACHECO, 2015, p. 25).

De acordo com as experiências profissionais da pesquisadora, a linha de pesquisa supracitada e os princípios e as diretrizes dos IFs, evidencia-se o quanto é necessário a escola organizar seu espaço e seus serviços visando a potencializar o processo de ensino-aprendizagem em todos os seus âmbitos. Uma vez que o homem é constituído por “[...] um suporte biológico específico, o trabalho e os instrumentos, a linguagem, as relações sociais e uma subjetividade caracterizada pela consciência e identidade, pelos sentimentos e emoções e pelo inconsciente” (BOCK, 1995, p. 232), é indispensável perceber o estudante para além daquele que adquire conhecimento científico. Por pertencer a contextos históricos, sociais e culturais, ele está constantemente em contato com as pessoas e o mundo ao seu redor, atuando sobre essa realidade, modificando-a e transformando a si mesmo.

Ademais, partindo-se dessas concepções, concebe-se o processo de ensino-aprendizagem dentro de uma perspectiva dinâmica e dialética neste estudo. Portanto, acredita-se que o termo processo de ensino-aprendizagem é o que melhor representa os pressupostos dos IFs e a compreensão de que ensinar é mediar a produção da existência humana por meio do compartilhamento de experiências e intervenções na realidade vivenciada.

Considera-se, pois, indispensável “[...] que os profissionais desses institutos, responsáveis por formar para as necessidades sociais e alternativas tecnológicas, vivenciem as bases educacionais da EPT para que se dediquem a empregá-las de maneira mais efetiva” (FERNANDES, 2018, p. 53). Para tanto, urge-se investir na formação continuada (FC) desses profissionais da educação¹, mediadores do conhecimento, explorando, descobrindo e capacitando múltiplos potenciais de criação.

Corrobora-se com a concepção de Gatti e Barreto (2009) dessa formação como um contínuo ao longo da vida profissional, um movimento que tenciona respostas aos diferentes desafios que emergem no início da carreira, no processo de desenvolvimento e na consolidação da experiência profissional. Nessa acepção, as

¹ Apesar de todos os níveis do sistema de ensino – nacional, estadual e municipal – contarem com esses profissionais, a presente investigação dedica-se a estudar apenas aqueles atuantes na rede federal.

representações, atitudes e motivações dos sujeitos tornam-se essenciais na implementação de mudanças e produção de inovações na prática educativa.

Portanto, subsidiar o aprimoramento pessoal e profissional desses sujeitos, com base no compartilhamento de conhecimentos, experiências e intervenções na realidade vivenciada, apresenta-se como um dispositivo de reforço e concretização dos pilares educacionais da EPT. Ademais, assumir o trabalho como princípio educativo, na perspectiva do trabalhador, resulta na superação da visão utilitarista e reducionista do trabalho.

Implica inverter a relação situando o homem e todos os homens como sujeitos do seu devir. Esse é um processo coletivo, organizado, de busca prática de transformação das relações sociais desumanizadoras e, portanto, deseducativas. A consciência crítica é o primeiro elemento deste processo que permite perceber que é dentro destas velhas e adversas relações sociais que podemos construir outras relações, onde o trabalho se torne manifestação de vida e, portanto, educativo (FRIGOTTO, 2002, p. 14).

É importante destacar que, ao final do primeiro ano de mestrado, o projeto de pesquisa apresentado à banca de qualificação foi o seguinte: Itinerário Formativo acerca das Habilidades Socioemocionais dos Estudantes no Processo de Ensino-Aprendizagem: contribuições para os Grupos de Apoio ao Ensino. Pretendia-se elaborar, aplicar e avaliar um itinerário formativo para os Grupos de Apoio ao Ensino dos IFs, de modo a contribuir para o desenvolvimento das habilidades socioemocionais dos estudantes do EMIEP e favorecer o processo de ensino-aprendizagem.

Contudo, não foi possível concretizar essa proposta. Dentro do prazo exigido, não haveria tempo suficiente para a aplicação do produto educacional e a avaliação dos resultados, os quais surgiriam a longo prazo na instituição, como foi refletido junto aos profissionais da banca de qualificação. Além disso, a pesquisadora foi removida do *campus* Camaquã para o de Novo Hamburgo e encerrou seu trabalho junto ao Grupo de Apoio ao Ensino. Por fim, estendeu-se a pesquisa a todos os profissionais da educação com o intuito de colaborar com o aprimoramento pessoal e profissional de um número maior de servidores.

Devido ao percurso trilhado, repleto de leituras e reflexões, e por considerar o desenvolvimento das habilidades socioemocionais substancial para o fomento de uma formação humana integral, insistiu-se em uma FC que contasse com esse conceito. Segundo Libâneo (2008a), a escola de hoje deve ser concebida como espaço de

síntese entre a cultura formal, os conhecimentos sistematizados e a cultura experienciada. O autor propõe cinco objetivos para a instituição escolar no exercício de seu papel na construção da democracia social e política dos estudantes: oportunizar o desenvolvimento de capacidades cognitivas, operativas e sociais por meio dos conteúdos escolares; promover as condições para o fortalecimento da subjetividade e da identidade cultural; preparar para o trabalho e para a sociedade tecnológica e comunicacional (saber tomar decisões, fazer análises globalizantes, ter atitude de pesquisa, etc.); educar para a cidadania crítica; e desenvolver a formação de qualidades morais, traços de caráter, atitudes, convicções humanistas e humanitárias, ou seja, valores éticos.

Acredita-se que os IFs devam ter em vista essas recomendações, pois, para preparar e qualificar o estudante para o mundo do trabalho, é necessário, antes, reconhecê-lo como sujeito do seu próprio conhecimento. Incentiva-se, assim, o amadurecimento de habilidades como as de reconhecer e lidar com as emoções, selecionar e significar informações, trabalhar em equipe, identificar e resolver conflitos, refletir e tomar decisões, entre outras. Viabilizar oportunidades que promovam a criatividade, o pensamento autônomo e crítico, além do gosto pela aprendizagem e hábitos de autoaprendizagem por parte dos estudantes, anseios compartilhados pelos educadores do ensino médio e ensino técnico de nível médio, favorece a consolidação de uma sólida e atualizada formação científica, tecnológica, cultural e ética dos sujeitos (MACHADO, 2010).

Diante do exposto e a partir dos dados obtidos com o instrumento de pesquisa, pretendia-se abordar as habilidades socioemocionais, separadamente, enquanto um módulo do curso no produto educacional. Entretanto, nas análises empreendidas, percebeu-se que os servidores carecem de vários aportes conceituais que podem e devem ser trabalhados em uma FC para os profissionais da educação dos IFs. Como será mostrado na análise e interpretação dos dados, eles reconhecem a importância do desenvolvimento dessas habilidades e se interessam pelo tema. Todavia, a investigação revelou que é preciso ampliar expressivamente seus conhecimentos das bases conceituais do IFs. Ponderou-se, pois, que é dever do pesquisador estar atento ao que os dados transparecem e propor soluções adequadas.

À vista das explicações fornecidas e por ter integrado o questionário aplicado, a subcategoria de habilidades socioemocionais será discutida no tópico supracitado da dissertação sem um aprofundamento conceitual. Porém, ao se pensar a formação

humana integral na EPT, compreende-se o homem como um ser constituído no permanente arranjo entre cognição, emoção e socialização, razão pela qual essas habilidades, de um modo ou de outro, estarão presentes tanto no produto educacional quanto neste relatório final. Vale salientar que há material suficiente para que a pesquisadora proponha ações sobre o tema em seu ambiente de trabalho, bem como desenvolva o estudo dele em um Doutorado e futuras publicações científicas.

Ainda, a pandemia da Doença do Coronavírus (COVID-19) impactou profundamente a educação. As atividades do IFSul foram suspensas em 16 de março de 2020 e os servidores passaram por um período de adaptação às atividades remotas. Em razão dessa conjuntura, grande parte das pesquisas no Brasil foram negativamente afetadas. Novamente, o presente estudo foi influenciado por fatores externos.

Apesar das dificuldades enfrentadas, a trajetória da investigação foi mantida. Examinaram-se produções científicas correlatas aos temas propostos por intermédio das bases da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e os produtos educacionais dos Programas de Mestrado Profissional na Área de Ensino disponíveis na Plataforma Sucupira dos últimos 10 anos. Constatou-se que a maior parte dos estudos que versam acerca da FC dos profissionais da educação está centrada na atuação docente (SILVEIRA; CASTAMAN, 2020).

Em outros termos, a categoria dos TAEs é abordada com menos frequência e, quando ocorre, é focada em áreas profissionais específicas. Ainda, na maior parte dos estudos, o conceito de FC não lhes é atribuído. Portanto, na ausência de um aporte teórico consolidado que reflita sobre a FC dos profissionais da educação em conformidade à lógica defendida, adotar-se-á, para estes, em sua maioria, as definições teóricas referentes à docência.

Diante desses esclarecimentos, nesta investigação, buscou-se conhecer os fundamentos e conceitos da FC, com a finalidade de elaborar e avaliar um itinerário formativo direcionado aos profissionais da educação dos IFs, contribuindo para a construção de saberes e fazeres. Privilegiou-se o estudo do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP), uma vez que

[...] quando se fala em formação integrada ou no Ensino Médio integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, em quaisquer das suas formas de oferta, o que se quer dizer com essa concepção, é que a formação geral do aluno deve se tornar inseparável da formação profissional e vice-versa, em todos os campos onde se dá essa preparação para o trabalho: seja

nos processos produtivos, seja nos processos educativos, tais como o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, seja na formação inicial ou qualificação profissional, seja na Educação Profissional Técnica e ou na Tecnológica, bem como nos demais cursos superiores (BRASIL, 2012, p. 29).

Ressalta-se que os cursos de Mestrado e Doutorado profissionais priorizam a Educação Básica, com destaque para a pesquisa de processos e produtos educacionais para atender às demandas sociais (BRASIL, 2019a). Portanto, entre as diferentes designações existentes para o ensino médio integrado em documentos legais e leituras referenciais (MARQUES, 2020), elegeu-se a denominação EMIEP.

Como resultado do trajeto elucidado, foi desenvolvido e avaliado um produto educacional em formato de um curso de curta duração denominado “Itinerário Formativo para Profissionais da Educação: uma proposta para a construção de saberes e fazeres na Educação Profissional e Tecnológica”. Decidiu-se por viabilizá-lo em PPT e ebook (Apêndice A). Ambos os formatos são de fácil acesso, interativos, de leitura personalizável, duráveis e ecológicos. Entretanto, o PPT é mais dinâmico e o ebook agrega em materialidade para consultas posteriores ou mesmo disponibilização do material aos cursistas. Espera-se, com essa proposta, aprofundar as definições conceituais e legais dos IFs, conhecer as bases conceituais da EPT e delinear a importância da FC dos profissionais da educação, de modo a contribuir para a construção de práticas educativas fomentadoras da formação humana integral no EMIEP.

Na sequência, estrutura-se o trabalho nos seguintes tópicos: introdução, referencial teórico, metodologia, análise e interpretação dos dados e considerações finais. Ainda, têm-se as referências, os apêndices e os anexos. A introdução traz a justificativa e relevância da pesquisa, a definição do problema e os objetivos geral e específicos. Segue-se ao referencial teórico, uma análise narrativa e comentada de publicações relacionadas às temáticas abordadas com o intuito de expor pontos convergentes e divergentes entre os autores e de estruturar conceitos basais ao desenvolvimento da investigação.

Já a metodologia traduz o conjunto de técnicas e procedimentos utilizados ao longo do caminho percorrido pela pesquisadora, a fim de permitir ao leitor uma compreensão que vai do problema proposto aos resultados obtidos. Na análise e interpretação dos dados produzidos, privilegiam-se discussões coerentes com as bases teóricas preconizadas pela Área de Ensino da CAPES e com as bases

conceituais em EPT. Apresentam-se a categoria e as subcategorias do estudo, além da elaboração, avaliação e validação do produto educacional.

As considerações finais retomam as produções efetivadas, contendo uma síntese interpretativa e conclusiva dos principais resultados da investigação pautada na promoção de uma formação humana integral pela EPT. Por fim, destaca-se o produto educacional formulado nesta pesquisa: “Itinerário Formativo para Profissionais da Educação: uma proposta para a construção de saberes e fazeres na Educação Profissional e Tecnológica”. Espera-se que esse dispositivo e a sua publicação contribuam para que o ProfEPT se torne um programa de excelência e um caminho de fortalecimento de diversos profissionais, em especial, os da EPT.

1 INTRODUÇÃO

A educação no Brasil apresenta reflexos do modo de produção capitalista, representado pela divisão social em classes – burguesia *versus* proletariado –, e se caracteriza, em sua maioria, por uma dualidade expressa na educação intelectual voltada à formação de dirigentes e na educação técnica à força de trabalho. Em contraposição a esse cenário, na primeira década dos anos 2000, os IFs surgiram apoiados na concepção de EPT, com foco na formação humana integral e na união da tríade “ensino, pesquisa e extensão” (AGUIAR; PACHECO, 2017).

Essa proposta de ensino contempla, para além da formação profissional, a preparação do sujeito para a vida social e produtiva. Oportuniza, assim, novos arranjos para o ensino médio, por meio da articulação dele à EPT, conduzindo ao EMIEP. Por conseguinte, conforme Pacheco (2015), impulsiona o estudante a tornar-se um cidadão capaz de conceber o processo produtivo e seu papel dentro dele, com base nas suas necessidades pessoais e nas relações sociais que estabelece, construindo novos conhecimentos.

O EMIEP simboliza um projeto de ruptura com as formas conservadoras de organização da educação, pois visa a uma formação que se dedica a superar a dominação dos trabalhadores e assegurar perspectivas de emancipação (RAMOS, 2010). Ao articular os currículos às práticas sociais e viabilizar a compreensão do sujeito acerca de seu papel no processo produtivo, caracteriza-se como a expressão curricular da educação integral (PACHECO, 2020).

Para a efetivação da concepção de ensino a que se dedicam, os IFs

[...] reservam aos protagonistas do processo educativo, além do incontestável papel de lidar com o conhecimento científico-tecnológico, uma práxis que revela os lugares ocupados pelo indivíduo no tecido social, que traz à tona as diferentes concepções ideológicas e assegura aos sujeitos as condições de interpretar essa sociedade e exercer sua cidadania na perspectiva de um país fundado na justiça, na equidade e na solidariedade (BRASIL, 2010b, p. 18).

No que diz respeito aos protagonistas do processo educativo, parte-se do princípio de que todos os profissionais da educação são potenciais agentes mediadores de aprendizagens. Desse modo, entende-se como profissional da educação todo aquele que implementa práticas educativas no contexto escolar – professor, pedagogo, psicólogo, assistente social, entre outros.

Nessa perspectiva, acredita-se que a FC desses profissionais é um meio de assegurar, com qualidade, a função social da educação e da instituição educativa, bem como de promover um alinhamento conceitual entre as práticas educativas, os princípios e as diretrizes dos IFs. Ademais, para subsidiar uma educação potencializadora, urge-se basear essa formação “[...] na dialética entre teoria e prática, valorizando a prática profissional como momento de construção e ampliação do conhecimento, por meio da reflexão, análise e problematização do conhecimento e das soluções criadas no ato pedagógico” (BRASIL, 2010a, p. 79).

Para que os IFs desempenhem com sucesso seus papéis e promovam mediações que auxiliem os estudantes no conhecimento científico, cultural e do mundo do trabalho, é necessário potencializar o sentido político da ação educativa. Ou seja, ensinar para libertar os sujeitos da imposição de papéis sociais por meio da promoção da autonomia e autodeterminação, além do protagonismo em todos os âmbitos possíveis (FERNANDES, 2018, p. 52).

Diante do contexto descrito, buscou-se responder a seguinte pergunta de pesquisa: como um itinerário formativo pode contribuir para saberes e fazeres dos profissionais da educação dos IFs? Logo, o presente estudo teve como objetivo geral conhecer os fundamentos e conceitos da FC com a finalidade de elaborar e avaliar um itinerário formativo direcionado aos profissionais da educação dos IFs, contribuindo para a construção de saberes e fazeres. Ainda, apresentou os seguintes objetivos específicos: compreender acerca da constituição dos IFs e de seus compromissos com a formação humana integral dos estudantes do EMIEP; investigar as percepções dos servidores do IFSul quanto à importância da FC aos profissionais da educação como um dispositivo de reflexão, criação e inovação de práticas educativas, visando a implementação do EMIEP; e, por fim, elaborar e avaliar um itinerário formativo que contribua para o desenvolvimento pessoal e profissional dos profissionais da educação que atuam na promoção da formação humana integral dos estudantes do EMIEP.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Toda pesquisa científica requer um referencial teórico consistente e lógico, baseado em produções científicas de autores e articulistas que se dedicaram ou se dedicam ao tema investigado. Nesse sentido, a seguir, são apresentados e contextualizados os principais conceitos norteadores do presente estudo.

2.1 O compromisso dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia com o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

De acordo com Moura (2007), no século XIX, mais precisamente em 1809, a promulgação de um Decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI, e a criação do Colégio das Fábricas deram origem à educação profissional (EP) brasileira. Ela surgiu com o propósito de atender às camadas sociais desfavorecidas e evitar ações contrárias à ordem dos bons costumes, caracterizando-se como assistencialista. Ainda no século XIX, as sociedades civis foram fundadas para amparar as crianças órfãs e abandonadas disponibilizando uma base de instrução teórica e prática para elas, bem como inserindo-as no ensino industrial.

Já no século XX, refere Moura (2007), a EP passou de assistencialista à responsável pela preparação de operários para o exercício profissional por meio de um esforço público de organização da formação profissional e, em 1906, tornou-se atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Nesse contexto, chega-se à década de 30 com a educação básica brasileira caracterizada pela nítida diferenciação entre a educação dos filhos das elites e os da classe trabalhadora desde o curso primário.

Nas décadas seguintes, em meio às transformações políticas, econômicas e sociais vigentes, a EP foi marcada por diversas alterações e reestruturações de seu conteúdo e sua forma. Segundo Ausani e Pommer (2015), o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) deu ênfase ao ensino profissional, porém, intensificando-o por meio da lógica da instrução e do treinamento durante os governos militares (1964-1985). Em 1996, apontam os autores, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) acolheu, em parte, novas demandas sociais existentes e estimulou a expansão da rede de educação tecnológica.

A consolidação e o aperfeiçoamento da rede de educação tecnológica somente foram possíveis em 2003 com a criação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), ligada ao Ministério da Educação (AUSANI; POMMER, 2015). Moura (2007) destaca que, durante o ano de 2003 até julho de 2004, os debates acerca da relação entre o ensino médio e a EP se fortaleceram pela mobilização dos setores educacionais vinculados ao campo desta, principalmente no âmbito dos sindicatos e dos pesquisadores do domínio da educação e trabalho. Retomou-se, portanto, a discussão sobre a educação politécnica ou tecnológica, caracterizada como unitária e universal.

Nessa perspectiva, politecnia é a “[...] especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna” (SAVIANI, 2007, p. 161). Conforme Ramos (2008), tem em vista assegurar aos sujeitos a realização de escolhas e a construção de caminhos para a produção de vida por meio do acesso aos conhecimentos e à cultura construídos pela humanidade. O projeto de escola unitária pressupõe, assim, a superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, bem como expressa o princípio da educação como direito de todos.

Dentro dessa conjuntura e na busca por mudanças, criou-se o Decreto nº 5.154 (BRASIL, 2004) como uma ferramenta legal capaz de reacender a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de mesmo nível. Ou seja, um documento que abrange os princípios para a construção de uma educação politécnica ou tecnológica.

Por conseguinte, o MEC instituiu a Lei nº 11.741 (BRASIL, 2008a) com o intuito de redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Foi estabelecida a oferta de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, de educação profissional técnica de nível médio e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Em meio à retomada do crescimento econômico e da recuperação dos setores produtivos e de serviços, o MEC também criou a Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008b) e instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) formada pelos IFs. Essas instituições ofertam educação básica, profissional e superior, são pluricurriculares e multicampi, além de especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

Os IFs emergem em contraposição à dualidade expressa na educação intelectual voltada à formação de dirigentes e na educação técnica à força de trabalho. Estão apoiados na concepção de EPT com foco na formação humana integral e na união da tríade “ensino, pesquisa e extensão”, caracterizando-se por “[...] inovações na dimensão política, estrutural e pedagógica que os habilitam para um papel estratégico na formulação e implementação das políticas públicas de educação e desenvolvimento com inclusão social” (AGUIAR; PACHECO, 2017, p. 15).

Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade (BRASIL, 2010a, p. 18).

Em consonância com o exposto, Ramos (2014) aborda alguns conceitos importantes para a construção de uma concepção de educação profissional comprometida com a formação humana. O primeiro deles é o de formação humana integral, o qual se propõe a superar a divisão social do trabalho entre seu aspecto operacional e intelectual. Pretende-se garantir aos sujeitos uma formação completa, capaz de fornecer ferramentas que promovam seus potenciais de produção de vida enquanto cidadãos éticos, criativos e participativos.

Segundo a autora, são categorias indissociáveis da formação humana: o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura. O trabalho é compreendido como realização humana inerente ao ser, no seu sentido ontológico, e prática econômica no seu sentido histórico associado ao modo de produção. A dimensão ontológica do trabalho é o ponto de partida para a produção de conhecimentos e de cultura pelos grupos sociais. Já os conhecimentos produzidos e sistematizados socialmente através da história é o que constitui a ciência, sendo que a transformação desta em força produtiva é efetivada por meio da tecnologia. A cultura, por sua vez, corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade com a articulação entre o conjunto de representações e comportamentos e o processo dinâmico de socialização.

Ramos (2014) define a concepção de trabalho como princípio educativo e como a base para a organização e o desenvolvimento curricular em seus objetivos, conteúdos e métodos. É preparar os sujeitos para o mundo do trabalho, no qual eles são produtores de sua própria história e capazes de transformá-la.

A necessária autonomia para que o ser humano possa, por meio do trabalho, atuar transformando a natureza em função das necessidades coletivas da humanidade e, ao mesmo tempo, cuidar de sua preservação face às demandas dos demais sujeitos e das gerações futuras pode e precisa ser potencializada pela pesquisa. Ela desperta curiosidade no estudante e gera inquietude, promovendo novas visões de mundo, de informações e de saberes. Essa atividade “[...] contribui para a construção da autonomia intelectual e deve ser intrínseca ao ensino, bem como estar orientada ao estudo e à busca de soluções para as questões teóricas e práticas da vida cotidiana dos sujeitos trabalhadores” (RAMOS, 2014, p. 93).

Vieira *et al.* (2019) estabelecem que a garantia do espírito de investigação como parte do dia a dia do futuro profissional vincula-se à proposta de uma pesquisa que articule seus princípios científico, formativo e educativo no decorrer do processo de formação. Nessa triangulação, o espaço de formação profissional poderá servir-se de uma pesquisa que “[...] em seu princípio científico defina, ampare e alimente os aspectos formativos e educativos e que estes, pelo seu sentido pedagógico, estimulem o pensamento dos estudantes, mantendo-os em constante estado de aprender a aprender” (VIEIRA *et al.*, 2019, p. 283).

No tocante à função organizadora e unificadora do ensinar e do aprender, tem-se o currículo. Ramos (2008) pondera esse instrumento no EMIEP, o qual, segundo a autora, é uma etapa fundamental na formação dos sujeitos. Para Ramos (2008, p. 14), a integração entre conhecimentos gerais e específicos resulta em uma totalidade curricular, na qual

[...] nenhum conhecimento específico é definido como tal se não consideradas as finalidades e o contexto produtivo em que se aplicam. [...] se ensinado exclusivamente como conceito específico, profissionalizante, sem sua vinculação com as teorias gerais do campo científico em que foi formulado, provavelmente não se conseguirá utilizá-lo em contextos distintos daquele em que foi aprendido.

As concepções de EPT elucidadas, nesta parte da dissertação, dispõem de grande expressividade no EMIEP, período da educação básica “[...] em que a relação entre ciência e práticas produtivas se evidencia; é a etapa biopsicológica e social de seus estudantes em que ocorre o planejamento e a necessidade de inserção no mundo do trabalho, no mundo adulto” (RAMOS, 2008, p. 12). Ele tem o papel de recuperar a relação entre o conhecimento e a prática do trabalho. Trata-se de

explicitar, tanto no domínio teórico quanto no prático, como o conhecimento e a ciência se convertem de potência espiritual em material no processo produtivo (SAVIANI, 2007).

Devido à importância dessa etapa na vida acadêmica e profissional dos estudantes, sustenta-se a necessidade do desenvolvimento de práticas educativas de qualidade, alicerçadas nas bases conceituais dessa proposta de ensino, pelos profissionais da educação na EPT. Conforme Nóvoa (2002), as práticas educativas contemplam um conjunto de saberes, competências e atitudes, que devem ser ponderadas e discutidas por todos os profissionais da educação. Verifica-se que uma formação humana integral requer profissionais da educação capacitados a desempenharem um trabalho consistente na promoção de uma educação científica, tecnológica e cultural potencializadora.

2.2 Os profissionais da educação e a formação continuada

Nos últimos anos, percebe-se um aumento na tentativa de definir o termo profissionais da educação nos espaços de debates da área da educação nacional. Em 2010, o Documento Final da Conferência Nacional de Educação (CONAE) utiliza-o para se referir aos professores, especialistas, funcionários de apoio e técnico-administrativos que atuam nas instituições e sistemas de ensino (BRASIL, 2010a). Os Documentos Finais das Conferências seguintes, 2014 e 2018, retomam o conceito e o delimitam como equivalente aos profissionais referidos na LDB, acrescidos dos que atuam na educação superior, bem como dos servidores técnico-administrativos e de apoio já reconhecidos como tais no Documento Final da CONAE 2010 (BRASIL, 2014a, 2018). No tocante à LDB (BRASIL, 1996), seu artigo 61 apresenta a seguinte redação após ter sido alterado pela Leis nº 12.014 e nº 13.415 (BRASIL, 2009, 2017, n.p.):

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I - professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio (BRASIL, 2009);

II - trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas (BRASIL, 2009);

III - trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou

superior em área pedagógica ou afim (BRASIL, 2009);

IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36 (BRASIL, 2017);

V - profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2017).

A existência da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) é outro dado a se considerar nesse contexto. Ela apresenta um percurso de lutas e enfrentamentos de desafios com foco na docência como base da identidade profissional de todo educador. Tem como objetivo fomentar “[...] o conhecimento no campo da formação e da valorização dos profissionais da educação, por meio da mobilização de pessoas, de entidades e de instituições dedicadas à esta finalidade” (ANFOPE, 2012, p. 1). Porém, apesar de ter em sua denominação profissionais da educação, a maioria dos documentos, senão a totalidade, tem como pilar a docência.

Contudo, considera-se fundamental a ampliação recebida pelo termo, visto que os TAEs, importante categoria de profissionais da EPT, não são contemplados em outros documentos ou dispositivos legais. Diante de tais considerações, para a presente pesquisa, profissional da educação é todo aquele que implementa práticas educativas no contexto escolar. “A prática educativa é algo mais do que a expressão do ofício dos professores, é algo que não lhes pertence por inteiro, mas um traço cultural compartilhado [...]” (SACRISTÁN, 1999, p. 91).

Com base nessas observações, constata-se a necessidade de se investir em estudos que considerem o conjunto de profissionais da comunidade escolar a partir de uma mesma perspectiva, linguagem e compreensão, respeitadas as suas especificidades. É imprescindível perceber todos os profissionais da educação como potenciais agentes de aprendizagens significativas e valorizar suas atuações.

A qualidade do processo de ensino-aprendizagem é resultado de práticas educativas organizadas a partir da observação, análise e atuação de uma equipe articulada, não de ações individualizadas. Depende de transformações no campo “[...] da organização escolar, envolvendo a estrutura física e as condições de funcionamento, a estrutura organizacional, a cultura organizacional, as relações entre alunos, professores, funcionários, as práticas colaborativas e participativas” (LIBÂNEO, 2009, p. 3).

Dito isso e em consonância com Silveira e Castaman (2020), entende-se a FC em EPT como uma forma consistente de inserir todos os profissionais da educação no processo de ensino-aprendizagem por meio do aperfeiçoamento de seus conhecimentos pedagógicos e não apenas técnicos. Ademais, pontua Fernandes (2018, p. 53), “[...] esse processo possibilita a elaboração e sistematização das experiências pessoais e profissionais dos sujeitos, constituindo-se, entre outros aspectos, em um dispositivo de reflexão, criação e inovação de práticas educativas”.

Apesar de contribuir para o contínuo aprimoramento desses profissionais e, por conseguinte, do processo de ensino-aprendizagem, esse percurso não substitui uma formação inicial de qualidade. Além do mais, as licenciaturas que formam para atuar em EPT são raras, “[...] esse é um ofício que exige do sujeito uma disposição a aprender e praticar cotidianamente seus princípios/fundamentos” (CASTAMAN; RODRIGUES, 2020, p. 7).

Segundo Vieira, Vieira e Belucar (2018), as mudanças sociais e do mundo do trabalho demandam atualização profissional, evidenciando a importância da FC na EPT. "Trata-se de uma busca constante de melhorar a qualidade do ensino e de refletir acerca da prática educativa, a qual tem como objetivo o de desenvolvimento pleno do estudante" (VIEIRA; VIEIRA; BELUCAR, 2018, p. 108).

Esse processo deve ocorrer por meio de dispositivos de (auto)formação assistida e participada, além de modalidades de apoio e de consultoria entre todos os atores implicados no processo – corpo profissional e organização escolar –, assim como promover mudanças educacionais e redefinir papéis profissionais (NÓVOA, 2002). O conhecimento deve ser construído com base na reflexão prática e deliberativa, a partir do saber analisar e analisar-se, destaca o autor. "Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projectos [sic] próprios, com vista à construção de uma identidade, que também é uma identidade profissional" (NÓVOA, 2002, p. 38-39).

Evidencia-se que a formação humana integral envolve relações entre pessoas e grupos sociais, implica um comprometimento moral de seus agentes e urge “[...] formar sujeitos racionais mediante a valorização da razão crítica, o resgate do sentido da busca da autonomia e a afirmação de uma ciência não absolutizada conectada ao contexto social e cultural” (LIBÂNEO, 2001, p. 22). A FC dos profissionais da educação pode viabilizar a sistematização e formalização dos saberes de seus membros, a ampliação de conhecimentos, o compartilhamento de experiências, o investimento em

práticas educativas criativas, bem como servir de inspiração para a consolidação de espaços dessa natureza formativa na instituição. Logo,

[...] os processos formativos, para todos os que atuam na educação, devem contribuir para a apropriação de meios, mecanismos e instrumentos que permitam intervenções mais satisfatórias do ponto de vista pedagógico, no dia-a-dia, a partir da compreensão dos condicionantes sociopolíticos e econômicos que permeiam a organização escolar (BRASIL, 2010a, p. 75).

É preciso também, estimular percursos educativos que permitam a esses profissionais uma apropriação dos seus processos de formação e um protagonismo em suas práticas cotidianas. Para tanto, deve-se reconhecer e reafirmar a função docente e dos demais profissionais associados ao processo educativo a partir de políticas que valorizem “[...] sua contribuição na transformação dos sistemas educacionais, considerando-os como sujeitos e formuladores de propostas e não meros executores” (BRASIL, 2010a, p. 77). Nesse sentido, destacam-se como políticas públicas

[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

O aprimoramento dos servidores é regulamentado pelo Governo Federal no artigo 39 da Constituição Federal. Seu parágrafo primeiro estipula a manutenção de escolas de governo pela União, Estados e Distrito Federal “[...] para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados” (BRASIL, 1988). Nessa perspectiva, surgiu a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) “[...] com a promessa de transformar a cultura e o modelo mental de cada agente público, com a missão de formar e desenvolver pessoas capazes de inovar, alcançar resultados e servir à sociedade” (BRASIL, 2020a, n.p).

Já o Decreto nº 5.707/06 instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP) e retratou a relevância da dimensão do desenvolvimento profissional como um componente da qualidade na prestação do serviço público. Esse dispositivo legal foi revogado pelo Decreto nº 9.991 (BRASIL, 2019b), o qual dispõe sobre a

Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, que visa a promover processos mais democráticos e acessíveis às ações nessa perspectiva em âmbito nacional e melhorar a qualidade na prestação de serviço aos cidadãos, a partir de um planejamento eficiente e de uma qualificação mais efetiva dos servidores.

No que diz respeito ao aprimoramento profissional da educação básica, destaca-se o artigo 67, inciso II, da LDB (BRASIL, 1996); a Lei nº 13.005 (BRASIL, 2014b) – aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) –; o Decreto nº 8.752 (BRASIL, 2016a) – trata da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica –; a Resolução CNE/CP nº 2 (BRASIL, 2019c) – define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação); e o Parecer CNE/CP nº 14 (BRASIL, 2020b) – define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada) – homologado pela Portaria nº 882 (BRASIL, 2020c).

Quanto aos profissionais da RFEPCT, tem-se a Portaria nº 15 (BRASIL, 2016b). Ela institui o Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (PLAFOR), “[...] com o objetivo de promover e fomentar ações de capacitação dos servidores, bem como motivá-los e mobilizá-los para a formação continuada, com o fito de potencializar a atuação da educação profissional, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica” (BRASIL, 2016b, p. 1).

Atenta-se para o fato de que a criação de dispositivos legais referentes ao aprimoramento e à formação continuada dos profissionais da educação não garante suas ofertas e/ou implementações eficazes. Para tanto, é preciso o apoio das gestões institucionais, bem como que esses profissionais encontrem no coletivo e nos espaços formais e informais de discussão maneiras de efetivar os instrumentos de desenvolvimento que lhes são de direito.

3 METODOLOGIA

Com relação à natureza, a presente pesquisa é definida como aplicada, pois objetiva “[...] gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigidos à solução de problemas específicos, envolvendo assim verdades e interesses locais” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20). As abordagens qualitativa e quantitativa contribuíram para a sua efetivação. A abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego da quantificação nas modalidades de coleta de informações e no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, das mais simples às mais complexas (RICHARDSON, 2015). Enquanto a qualitativa remete

[...] à análise dos significados que os indivíduos dão às suas ações, no meio ecológico em que constroem suas vidas e suas relações, à compreensão do sentido dos atos e das decisões dos atores sociais ou, então, dos vínculos indissociáveis das ações particulares com o contexto social em que estas se dão (CHIZZOTTI, 2005, p. 78).

Levando-se em conta os objetivos que orientam o estudo, ele é classificado como exploratório. A identificação com esse modelo ocorre pela tentativa de se obter uma “[...] maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41). “De todos os tipos de pesquisa, estas são as que apresentam menor rigidez no planejamento. Habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso” (GIL, 2008, p. 27).

O entendimento das linhas gerais de uma pesquisa é verificado por meio do seu delineamento, principalmente no que se refere aos procedimentos técnicos utilizados para a coleta e análise dos dados (GIL, 2002). Nesse sentido, caracteriza-se a presente pesquisa como bibliográfica, documental, eletrônica, de campo e de estudo de caso.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado por diversos autores sobre determinado assunto e composta, principalmente, de livros e artigos científicos (GIL, 2008). A documental diferencia-se desta apenas na natureza das fontes, por dispor de “[...] materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 51). A pesquisa eletrônica, por sua vez, tem as informações “[...] extraídas de endereços eletrônicos, disponibilizados em home page e site, a partir

de livros, folhetos, manuais, guias, artigos de revistas, artigos de jornais, etc” (GERHARDT *et al.*, 2009, p. 69).

A pesquisa de campo caracteriza-se pela “[...] observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e no registro de variáveis que presumimos relevantes, para analisá-los” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 59). Procura o aprofundamento das questões propostas, seu planejamento apresenta flexibilidade e estuda um único grupo ou comunidade em termos de sua estrutura social (GIL, 2008).

A sua delimitação como estudo de caso verifica-se na medida em que foi efetivada junto aos servidores do IFSul e constituída em uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, sem ter claramente definidos os limites entre este e o fenômeno (YIN, 2010). Ademais, teve como propósitos: preservar o caráter unitário do objeto estudado, descrever a situação do contexto em que está sendo feita a investigação, além de formular hipóteses e desenvolver teorias (GIL, 2002).

A pesquisa abrangeu como campo o IFSul, com sede e foro na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul (RS), e como universo os seus servidores. O IFSul é uma instituição pública e gratuita vinculada ao MEC, criada a partir da transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET-RS), nos termos da Lei nº 11.892/08. Possui natureza jurídica de autarquia, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, sendo composto pela Reitoria e os *campi* Bagé; Camaquã; Charqueadas; Gravataí; Lajeado; Passo Fundo; Pelotas; Pelotas-Visconde da Graça; Santana do Livramento; Sapiranga; Sapucaia do Sul; Venâncio Aires; Jaguarão e Novo Hamburgo. Estes dois últimos se caracterizam como *campi* avançados (IFSUL, 2008).

Como instrumento de coleta de dados, optou-se pelo questionário (Apêndice B), o qual possibilita traduzir os objetivos da investigação em questões específicas e “[...] atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa” (GIL, 2008, p. 122). Ele contou com questões abertas, fechadas, mistas e dependentes, além de ter sido organizado em categorias previamente elaboradas com base nos objetivos da investigação e no referencial teórico abordado.

Para a aplicação do instrumento, a pesquisadora encaminhou um e-mail ao Reitor do IFSul, no qual apresentou a proposta da pesquisa, as informações sobre os

objetivos, a metodologia utilizada, os riscos e benefícios, além da Autorização Institucional (Anexo A). As mesmas elucidações foram feitas no corpo do e-mail encaminhado aos servidores pelo endereço de e-mail “Informes IFSul”. O questionário foi organizado como um formulário do *Google Forms* e compartilhado por um link. No início dele, solicitou-se o aceite ou não do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), situado no Anexo B. Em caso de aceite, as perguntas foram liberadas para os participantes responderem e, ao final, cada um deles recebeu uma cópia do TCLE por e-mail.

A partir do levantamento realizado junto à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE), verificou-se a existência de 969 docentes efetivos, 102 docentes substitutos e 807 TAEs lotados no IFSul, totalizando uma amostra de 1.878 servidores. Contatou-se a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) para apurar o número de inscritos na lista de e-mails “Informes IFSul”, mas não foi possível obter essa informação, assim como não se pode afirmar quantos servidores receberam o e-mail. No total, 102 servidores responderam ao questionário.

Após o levantamento de dados, iniciaram-se suas análises e interpretações (Apêndice C). Para aquelas com ênfase na mensuração e quantificação de resultados, aplicou-se a estatística descritiva. Objetivando-se compreender criticamente o conteúdo e as significações do material coletado, de forma que permitissem responder à pergunta de pesquisa e, principalmente, proporcionassem interpretação e sentido mais amplo de tais respostas pela reflexão, crítica e ligação com outros conhecimentos já obtidos, utilizou-se a análise de conteúdo (TRIVIÑOS, 1987).

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objectivos [sic] de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 42).

Por intermédio da análise da categoria e das subcategorias que orientaram a construção do questionário, os dados obtidos foram transformados de brutos a organizados (BARDIN, 1977). A categorização pode ser realizada, previamente, por meio de um conhecimento sólido por parte do pesquisador para escolher uma estrutura classificatória adequada ao tema a ser estudado ou surgir da análise do material de pesquisa (GOMES, 2011). Delimitou-se, assim, uma grande categoria – Formação Continuada – e cinco subcategorias – Políticas Públicas de Formação

Continuada dos Profissionais da Educação; Formação Continuada no IFSul; Características da Formação Continuada; Formação Continuada e Habilidades Socioemocionais; e Conceitos a serem abordados em uma Formação Continuada para os Profissionais da Educação. O anonimato dos servidores foi mantido e suas identificações se deram pela sigla S, seguida de um número para que fossem diferenciados (S¹, S², S³, ...).

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Análise e interpretação de dados são processos relacionados, embora distintos em suas definições, e empregados pelo pesquisador na busca por respostas ao problema de investigação. A análise caracteriza-se pela organização e sintetização dos dados, enquanto a interpretação se dá na procura do sentido mais amplo das respostas, mediante a ligação dessas a conhecimentos previamente obtidos (GIL, 2008).

Com a finalidade de alinhar os procedimentos supracitados no tratamento dos dados qualitativos e quantitativos, elegeu-se trabalhar com categorias e elencar conceitos que reunissem elementos, ideias ou expressões com características comuns ou que se relacionassem entre si (GOMES, 1994). Utilizou-se a categoria e as cinco subcategorias empregadas na elaboração do questionário e elencadas após o perfil dos entrevistados.

4.1 Perfil dos sujeitos da pesquisa

Obteve-se a participação de 102 servidores, 56 do gênero feminino (54,9%), 45 do masculino (44,1%) e um servidor respondeu “?”. As idades variam, porém, a maioria tem entre 31 e 40 anos (38,2%) e entre 41 e 50 anos (30,4%). Grande parte (39,2%) trabalha há mais de nove anos no IFSul e os *campi* Reitoria, Pelotas e Pelotas-Visconde da Graça correspondem a 38,2% dos participantes. As respostas acerca dos setores/departamentos de atuação foram diversas, sendo que a grafia DEPEX foi a que mais se repetiu (29,4%).

O universo de servidores foi composto por 64,7% de docentes efetivos, 2,9% substitutos e 35,3% de TAEs. Ainda, constatou-se que 2,9% têm Pós-doutorado; 40,2% Doutorado; 37,3% Mestrado; e 16,7% são especialistas.

4.2 Categoria e subcategorias de estudo

O conjunto de técnicas e procedimentos utilizados para percorrer o caminho desta pesquisa é traduzido na metodologia adotada, selecionada a partir da intenção de elaborar e avaliar um itinerário formativo para os profissionais da educação do IFSul. Nessa perspectiva, optou-se pela formação continuada desses profissionais

como tema e categoria da pesquisa, por entendê-la com um processo favorável ao compartilhamento e à construção de saberes e fazeres, “[...] ao aprimoramento de práticas educativas e à construção de uma escola coerente com o seu discurso formador e libertador” (FERNANDES, 2018, p. 50).

4.2.1 Políticas públicas de formação continuada dos profissionais da educação

Evidencia-se, atualmente, o aumento da complexidade das ações educativas e pedagógicas, assim como o papel dos diferentes atores nos sistemas e nas redes de ensino. Em vista disso, para assegurar a melhoria da educação nacional, faz-se imperativo avançar em políticas direcionadas para a valorização e qualificação dos profissionais da educação e consolidação da gestão das instituições públicas (BRASIL, 2018).

Incentiva-se a promoção de políticas públicas nacionais e institucionais de FC dos profissionais da educação como estratégia para progredir em direção à consolidação das demandas supracitadas. Com base em Souza (2006, p. 26), política pública é “[...] o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”. Após ser elaborada, transforma-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Seguidamente, depende da aprovação de nova legislação e, quando em vigor, precisa ser implementada, estando sujeita a sistemas de acompanhamento e avaliação.

Diante do exposto, considera-se que os profissionais da educação devam conhecer os fundamentos que permeiam suas práticas e seus direitos para que possam atuar com veemência nos espaços coletivos de luta pela melhoria de suas profissões e da educação ofertada. Contudo, constatou-se que os respondentes apresentam pouco esclarecimento acerca das políticas públicas de FC tanto no âmbito nacional quanto institucional.

No questionário, elencou-se seis políticas públicas de destaque na área da educação. Dentre os servidores, 65,7% assinalaram conhecer o Plano Nacional de Educação (PNE); 60,8% o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID); 36,3% o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE); 33,3% o Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal (PLAFOR); 30,4% a Política

Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP); e 21,6% a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. O item “Não conheço nenhuma política pública de formação continuada dos profissionais da educação” foi indicado por 19,6% dos respondentes e um servidor respondeu em “Outros” (“Apenas conheço "por cima" as políticas assinaladas, não tenho conhecimento de todo o conteúdo das mesmas e nem do que tratam especificamente sobre formação continuada. Reconheço que todas incentivam a formação continuada.”).

No que diz respeito à existência de política(s) de FC no IFSul, 47,1% dos servidores desconhecem essa realidade. Entre os 52,9% que afirmaram saber se o IFSul possui política(s) de FC, um respondeu “Não consigo citar, mas sei que existe.”, outro “Não saberia dizer.” e 45 (95,7%) pontuaram que conheciam. Todavia, 28,9% destes elencaram cursos pontuais e 22,2% editais. O servidor S³⁸ explicitou uma dúvida: “Apoio a qualificação, sendo por ações e editais, apesar de não ter certeza se existe uma política no papel, aprovada em Consup.”. Nesse ponto da pesquisa, é possível pensar ser fundamental a oferta de uma FC para esses profissionais, a qual trabalhe o conceito de políticas públicas, sua construção histórica e seu papel político e social.

4.2.2 Formação continuada no IFSul

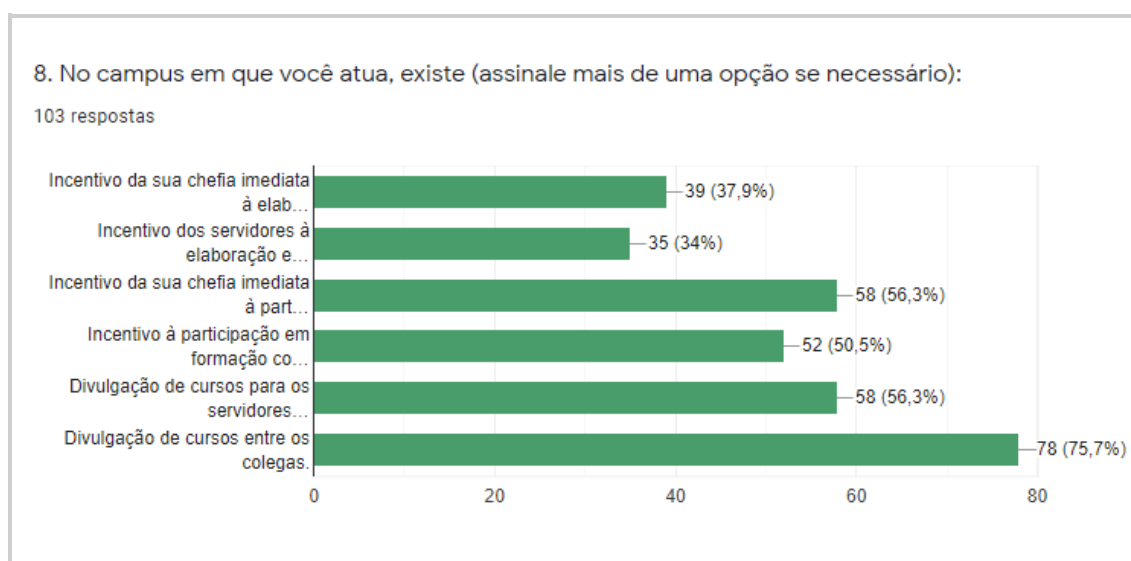
Constatou-se que mais de dois terços dos servidores (75,5%) participaram de alguma FC durante seu período de exercício no IFSul, dos quais 72,3% participaram de formações promovidas pelo IFSul. Para aqueles 75,5%, solicitou-se que apontassem o(s) tema(s) da(s) formação(ões) e obteve-se 72 respostas, sendo uma “não se aplica” e outra “já faz um tempo, não me lembro...”. As 70 restantes indicaram temas diversos, com destaque para a educação inclusiva (27,1%). Na sequência, apareceram metodologias de ensino, gestão e tecnologia. Já conceitos basais dos IFs, como EPT e EMIEP, foram registrados, respectivamente, por três e por dois respondentes. Grande parte dos servidores (71,9%) afirmou nunca ter realizado curso e/ou formação acerca da história e do papel da rede de IFs. Entretanto, desse quantitativo, 86,4% procuraram estudar por conta própria essas definições.

De acordo com Gatti e Barreto (2009, p. 227), exige-se “[...] das instituições formadoras a concepção e o desenvolvimento de programas de formação continuada que articulem de forma orgânica o aprofundamento no campo dos fundamentos

políticos, sociais e pedagógicos da educação escolar”. Para que se torne um fator de valorização pessoal e profissional, a FC precisa estar em consonância com a realidade escolar e evidenciar as dificuldades concretas do trabalho cotidiano. Dessa forma, “[...] traz implícita a necessidade de uma ação integrada do coletivo dos educadores na construção de novas alternativas de ação pedagógica” (GATTI; BARRETO, 2009, p. 227).

Ainda, 52% dos servidores acreditam que as formações são direcionadas tanto à categoria dos professores quanto à dos TAE's, 46,1% à dos professores e 1,9% à dos TAE's. Conforme elucidado por Silveira e Castaman (2020), fica evidente a escassez de formações orientadas às demandas específicas dessa categoria de profissionais, o que sugere a urgência de ações institucionais nesse sentido. Ademais, tem-se na FC um reflexo de uma gestão que valoriza o desenvolvimento pessoal, a qualificação profissional e a competência técnica de seus profissionais (LIBÂNEO, 2008b).

A questão 8 (Figura 1) contemplou o incentivo à elaboração e promoção de FC, bem como à participação nesses processos por parte da chefia imediata e dos colegas, além da divulgação de cursos pela chefia imediata e entre os colegas. No que diz respeito à elaboração e promoção, poucos servidores percebem o incentivo. A participação, por sua vez, é mais incentivada e a divulgação é satisfatória entre os colegas. Segundo Almeida e Rubim (2004), a transformação da escola em um espaço articulador e produtor de conhecimentos compartilhados decorre do comprometimento dos gestores escolares na conciliação dos diferentes segmentos da comunidade escolar e na criação de condições para a formação continuada e em serviço dos seus profissionais.

Figura 1 - Cultura de incentivo à FC e divulgação de FC nos *campi*

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Por fim, a FC é regular nos *campi* de 40,2% dos servidores. Grande parte desse grupo (78,4%) demarcou que a elaboração e promoção da FC é realizada por mais de um colega ou grupo de colegas. Ainda, 23,5% assinalaram que o processo é anual; 39,2% semestral; 9,8% mensal; e 5,9% semanal. Destacou-se o formato presencial (63,5%), seguido do à distância (25%) e do semipresencial (11,5%).

4.2.3 Características da formação continuada

Após enumerar diferentes tipos de FC, Gatti (2008, p. 57) conclui: “[...] tudo que possa oferecer ocasião de informação, reflexão, discussão e trocas que favoreçam o aprimoramento profissional, em qualquer de seus ângulos, em qualquer situação”. Tal variedade baseia-se “[...] em condições emergentes na sociedade contemporânea, nos desafios colocados aos currículos e ao ensino, nos desafios postos aos sistemas pelo acolhimento cada vez maior de crianças e jovens, nas dificuldades do dia-a-dia nos sistemas de ensino [...]” (GATTI, 2008, p. 58).

“A tentativa de sistematização das modalidades de formação é uma tarefa complexa, na medida em que a forma como são desenvolvidas, o contexto em que ocorrem e sua objetivação são determinantes das suas finalidades” (FERREIRA; SANTOS; COSTA, 2015, p. 292). Enfim, é mais importante refletir como as ações formativas são conduzidas do que como são nomeadas (GATTI; BARRETO; ANDRÉ, 2011).

Diante dessas constatações, buscou-se identificar as necessidades dos profissionais da educação da EPT em uma FC. As modalidades de formação apresentaram a seguinte ordem de preferência: presencial (32,4%), semipresencial (29,4%) e à distância (19,6%). Quase a totalidade dos respondentes (97,1%) considera que a indicação de materiais complementares, pertinentes aos temas das ações de FC, pode facilitar o acesso às informações e ao processo de aprendizagem. Esses sujeitos pontuaram artigos científicos (87,3%), vídeos (73,5%) e legislação (63,7%) como recursos mais recomendados.

4.2.4 Formação continuada e habilidades socioemocionais

Após terem acesso a uma breve definição de socioemocionalidade, um número expressivo de respondentes (86,3%) afirmou nunca ter realizado algum curso e/ou formação sobre o tema habilidades socioemocionais. Entre estes, 29,2% já o estudaram por conta própria. Quanto às classes de habilidades socioemocionais elencadas por Del Prette e Del Prette (2017), os servidores consideraram pertinente abordá-las em uma FC para os profissionais da educação na seguinte ordem de quantitativo de respostas: de comunicação (88,2%), empáticas (85,3%), de solução de problemas interpessoais (77,5%) e assertivas (44,1%).

Indagou-se os servidores sobre como eles percebem que uma FC para os profissionais da educação, acerca dessas habilidades, pode contribuir para o processo ensino-aprendizagem e obteve-se 100 respostas, das quais 23 não puderam ser analisadas (“Não sei”, “sim”, “Não faço ideia”, entre outras). Quanto às argumentações (77%), três aspectos tiveram destaque: ampliar a compreensão sobre si mesmo e/ou sobre o outro (36,4%); tornar as relações interpessoais mais positivas (19,5%); e qualificar a didática e atuação docente (18,2%).

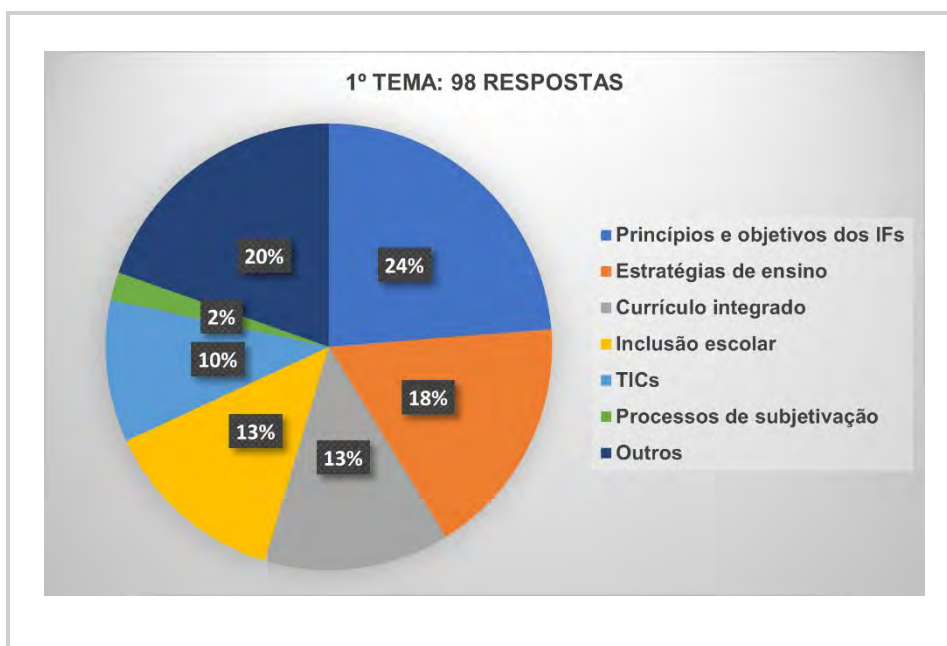
4.2.5 Conceitos a serem abordados em uma formação continuada para os profissionais da educação

Sugeriu-se seis temáticas a serem trabalhadas em FCs dos profissionais da educação e foi solicitado aos respondentes que assinalassem qual(is) consideram importante(s) – princípios e objetivos dos IFs (62,7%); currículo integrado (69,6%); estratégias de ensino (79,4%); tecnologias da informação e comunicação (TICs)

(75,5%); inclusão escolar (85,3%); e processos de subjetivação dos sujeitos escolares (42,2%). Procurou-se apresentar temas diversos vinculados às bases conceituais da EPT e à área da educação no geral. Em “Outros”, obtiveram-se 22 respostas bastante variadas, por exemplo: “Questões de gênero e sexualidade”; “Processo de avaliação”; “Compras públicas, gestão de riscos, contratações sustentáveis, elaboração de termo de referências, elaboração e execução orçamentária”; “Atualização das áreas técnicas”; e “Atendimento à Lei 10.639/03 e o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas”.

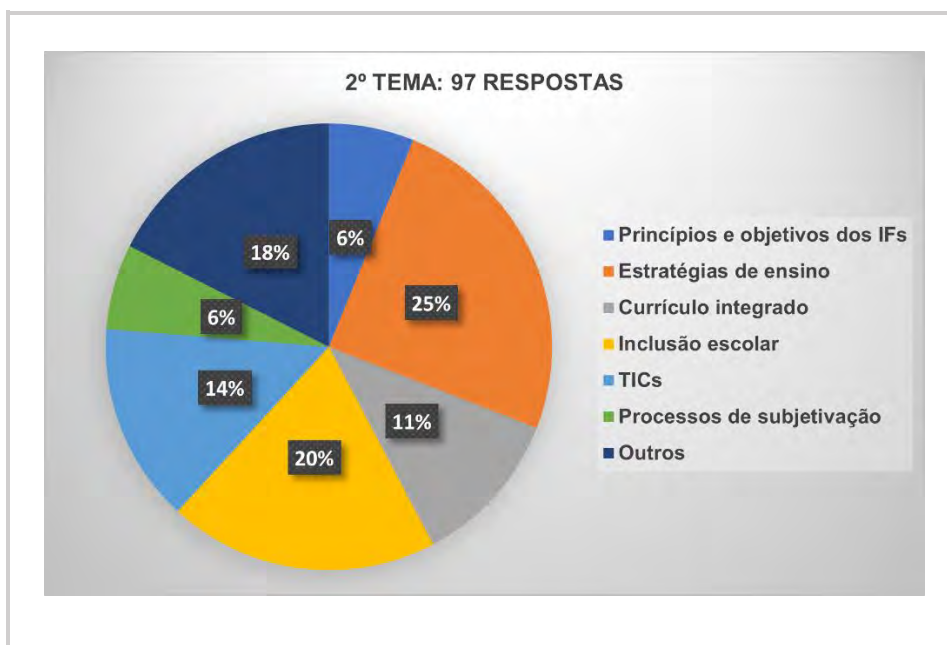
Na questão seguinte, solicitou-se que os participantes indicassem três temas de sua preferência por ordem de importância. Das 101 respostas recebidas, três não puderam ser analisadas (“igual importância”, “Qualquer” e “Não sei”). Os resultados foram organizados em três gráficos (Figuras 2, 3 e 4).

Figura 2 - 1º tema indicado por ordem de importância



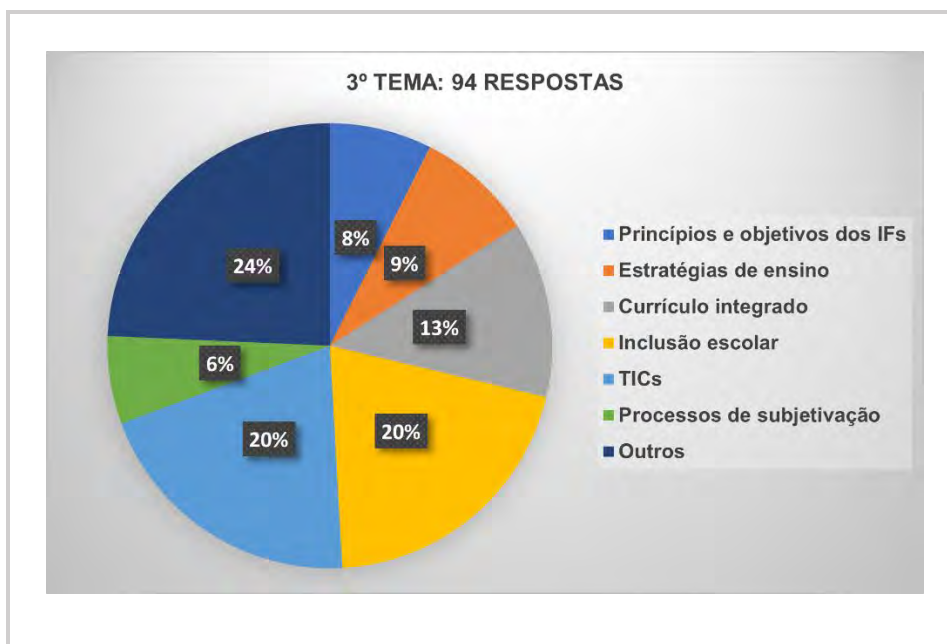
Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Figura 3 - 2º tema indicado por ordem de importância



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Figura 4 - 3º tema indicado por ordem de importância



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

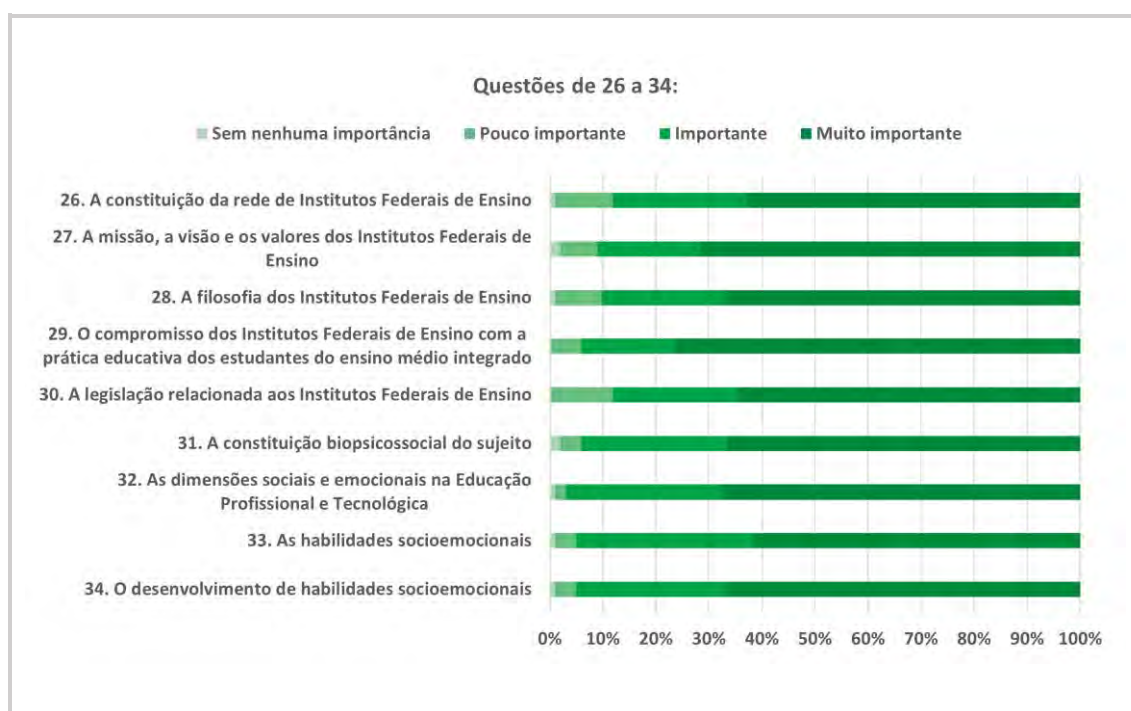
Apesar de a inclusão escolar já ter sido apontada como o tema de maior abordagem nas FCs ofertadas pelo IFSul, aparece como uma prioridade em futuras formações. Supõe-se, pois, que as FCs não tenham sanado muitas das angústias dos profissionais e/ou que eles necessitem implementar fortemente suas práticas educativas para atuar nessa área, o que também é perceptível no quantitativo de

marcações em estratégias de ensino e TICs. Os princípios e objetivos dos IFs e o currículo integrado também tiveram expressividade nas respostas.

Visto que os princípios e objetivos dos IFs e o currículo integrado são concepções basais dessas instituições, ou seja, declarações de seus propósitos fundantes, muitos servidores os percebem como algo já posto e acabado. Por sua vez, a inclusão escolar e as estratégias de ensino, por exemplo, são temas que surgem frequentemente no cotidiano desses profissionais e demandam urgência em soluções, fazendo-se aparentemente mais desafiadores. Contudo, toda prática educativa vincula-se a uma ação política e, portanto, uma maior compreensão dos dois primeiros temas pode contribuir para a conscientização acerca dos papéis exercidos na cena educacional na EPT, incidindo direta e positivamente nos outros dois. Logo,

[...] a formação continuada, nos espaços de EPT, deve oportunizar ao profissional da educação, além de conhecimentos teóricos, uma reflexão sobre si mesmo, sua relação com o outro e o seu entorno. A atualização da identidade pessoal e profissional desse sujeito, possibilita-lhe o autoconhecimento e o reconhecimento de seu papel sociocultural, bem como a compreensão de que ensinar é mediar a produção da existência humana. Impulsiona, assim, novas perspectivas de saberes e fazeres educativos vinculados a um ensino contextualizado, crítico e criativo (FERNANDES, 2018, p. 54-55).

Nas questões de 26 a 34 (Figura 5), solicitou-se que os servidores avaliassem o quanto consideram relevante que uma FC para os profissionais da educação do IFSul aborde os conceitos sugeridos. As respostas foram no formato de uma escala de importância de 0 a 3: sem nenhuma importância, pouco importante, importante e muito importante.

Figura 5 - Avaliação de possíveis temas para a FC dos profissionais da educação

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Observa-se que todos os conceitos sugeridos foram classificados como de muita importância para grande parte dos servidores. No entanto, eles mostraram maior interesse nas bases conceituais dos IFs quando comparadas aos processos de subjetivação dos sujeitos, fato que já havia sido constatado na questão 16. Percebe-se que os respondentes apresentaram, na questão 29, o compromisso dos IFs com a prática educativa dos estudantes do EMIEP como tema de maior reconhecimento. Já na segunda subcategoria de análise, indicou-se que as FCs do IFSul quase não trabalharam os temas EPT e EMIEP, o que reforça a promoção de um curso nesse sentido.

Os resultados desta investigação encontram respaldo em Pacheco (2020). Conforme o autor, o principal desafio dos IFs é consolidar o conceito institucional inovador que introduziram na educação brasileira. Portanto, precisam fortalecer suas institucionalidades por meio do aprofundamento de suas definições conceituais para além das legais; ampliar a compreensão das concepções de Educação Integral, Ensino Médio Integrado, Formação Humana Integral (Omnilateral) e Politécnica, as quais ainda apresentam limitações e provocam equívocos; e investir na formação permanente de técnicos e docentes sobre o significado dos IFs. Para o autor, todos os que estabelecem relações com jovens são educadores e devem receber formação

político-pedagógica, não somente didático-pedagógica.

A partir da análise e interpretação dos dados da pesquisa, elaborou-se um produto educacional voltado à formação político-pedagógica dos profissionais da educação dos IFs. A apresentação desse material e seu processo de avaliação e validação são abordados na sequência.

4.3 Elaboração do produto educacional

De modo a organizar a resposta à pergunta de pesquisa, foi elaborado e avaliado um itinerário formativo para os profissionais da educação dos IFs. Nesse sentido, e tomando como base o documento da CAPES (BRASIL, 2019a), o produto educacional do presente estudo, por se tratar de uma FC diretamente relacionada ao ensino, classificar-se-á como um curso de curta duração.

Ele foi intitulado “Itinerário Formativo para Profissionais da Educação: uma proposta para a construção de saberes e fazeres na Educação Profissional e Tecnológica”. Decidiu-se por transformá-lo em um PPT e um ebook, pois ambos são de fácil acesso, interativos, de leitura personalizável, duráveis e ecológicos. Contudo, o PPT é mais dinâmico e o ebook agrega em materialidade para consultas posteriores ou mesmo disponibilização do material aos cursistas.

O curso foi organizado na forma de oferta presencial nos seguintes Módulos: Módulo I – Bases conceituais da EPT – e Módulo II – Profissionais da EPT e a FC. O Módulo I configura-se em 3 encontros: 1. Histórico da EP e o surgimento dos IFs, 2. Conceitos estruturantes da EPT e 3. O compromisso dos IFs com a prática educativa dos estudantes do EMIEP. Já o Módulo II configura-se em 2 encontros: 1. Profissionais da educação e 2. A construção histórica e o papel político e social da FC dos profissionais da educação. Cada encontro apresenta objetivo, conteúdos, possibilidades metodológicas, avaliação e referências (básicas e complementares). Para a sua implementação, sugere-se uma carga horária total de 30 horas, sendo 20 horas de encontros presenciais (divididos em 5 encontros de 4 horas cada) e 10 horas de estudos e atividades de preparação para os encontros.

Ao longo do processo de construção do itinerário formativo, a fundamentação teórica esteve diretamente relacionada às bases conceituais da EPT, sempre em uma perspectiva dialética, devido à vinculação desse dispositivo ao ProfEPT. Espera-se, com essa proposta, aprofundar as definições conceituais e legais dos IFs, conhecer

as bases conceituais da EPT e delinear a importância da FC dos profissionais da educação, de modo a contribuir para a construção de práticas educativas fomentadoras da formação humana integral no EMIEP.

4.4 Avaliação e validação do produto educacional

Por estar vinculado ao ProfEPT e, conseqüentemente, à Área de Ensino da CAPES, o itinerário formativo passou por avaliação prévia para a verificação de sua aplicabilidade por um grupo de 33 gestores da Reitoria e dos *campi* do IFSul. O convite foi feito ao reitor, ao pró-reitor de ensino, aos diretores e aos chefes de departamentos de ensino.

Eles foram convidados, pela mestrandia, a participar da apresentação do produto educacional por webconferência, no *Google Meet*, disponibilizada em dois turnos com o intuito de facilitar a adesão. No turno da manhã participou um chefe de departamento de ensino e, no turno da tarde, participaram um diretor e um chefe de departamento de ensino.

Na sequência, para a análise da proposta e contribuição com observações para a sua melhoria, encaminharam-se, aos e-mails desses servidores, o PPT, o ebook e o link para o questionário (Apêndice D), organizado como um formulário do *Google Forms* com questões abertas, fechadas e dependentes. No início deste instrumento, solicitou-se o aceite ou não do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), situado no Anexo C. Em caso de aceite, as perguntas foram liberadas para os participantes responderem e, ao final, cada um deles recebeu uma cópia do TCLE por e-mail.

O questionário foi elaborado com base nas recomendações de Ruiz *et al.* (2014). As autoras tratam da produção de materiais de comunicação e educação com o intuito de conhecer e experimentar diferentes meios, formatos, estilos e linguagens nesse processo, bem como explorar as possibilidades de validação participativa dos mesmos a partir de entrevistas individuais, coletivas ou grupos de discussão. Propõem, assim, cinco categorias norteadoras:

- a) Atratividade: analisa o despertar da atenção e do interesse;
- b) Compreensão: qualifica o conteúdo e a linguagem;
- c) Envolvimento: indica se o destinatário reconhece o material como destinado a ele;

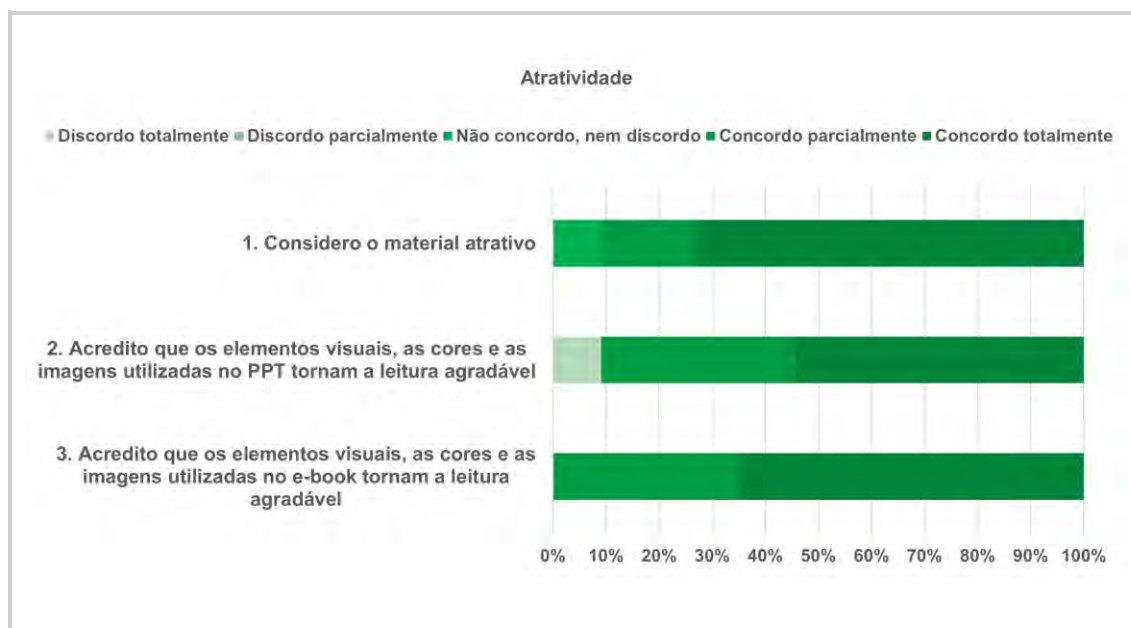
d) Aceitação: consiste em compreender se o material está de acordo com parâmetros sociais esperados;

e) Mudança da ação: certifica se novas construções são estimuladas.

Antes de dar início à análise e interpretação dos dados (Apêndice E), é importante esclarecer que o curso em PPT só pode ser acessado diretamente na internet caso esteja hospedado em um endereço virtual. Para a avaliação, ele foi enviado como uma pasta zip compartilhada no *Google Drive* com instruções para o acesso ao link final. Infelizmente, dois gestores não conseguiram realizá-lo. Nas questões que avaliaram esse formato, especificamente, um desses servidores optou por assinalar “discordo totalmente” e o outro replicou as respostas dadas ao ebook.

Obteve-se a participação de 11 gestores, oito do gênero masculino (72,7%) e três do feminino (27,3%). A idade de 54,7% deles varia entre 41 e 50 anos e 72,7% trabalha há mais de nove anos no IFSul. A representatividade por *campus* foi a seguinte: Reitoria (um); Bagé (um); Camaquã (um); Gravataí (um); Lajeado (dois); Passo Fundo (dois); Novo Hamburgo (dois); e Pelotas-Visconde da Graça (um). Esse universo foi composto por 10 docentes e um TAE, dos quais, quatro trabalham entre 1 a 4 anos na gestão do IFSul, cinco entre 5 a 9 anos e dois há mais de 9 anos. Quanto ao grau de escolaridade, constatou-se que 9,1% têm Pós-doutorado; 45,5% Doutorado; 36,4% Mestrado; e 9,1% são especialistas.

No que diz respeito à atratividade (Figura 6), aos elementos visuais, às cores e às imagens utilizadas no material, as manifestações dos respondentes foram favoráveis. Apenas um gestor assinalou “não concordo, nem discordo” na questão 1 e outro, um dos que não conseguiu acesso ao PPT, assinalou “discordo totalmente” na questão 2.

Figura 6 - Questões referentes à atratividade

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Quando questionados se há algo na apresentação do PPT/ebook que perceberam ter dificultado as suas atenções e/ou os seus interesses, 36,4% dos gestores responderam que sim para o PPT e 27,3% para o ebook. Sobre o que mudariam nesse sentido, pontuaram de acordo com o exposto no Quadro 1 para o PPT e no Quadro 2 para o ebook.

Quadro 1 - O que o gestor mudaria para facilitar a sua atenção e/ou o seu interesse no PPT

Servidor	Resposta
S ¹	“Não consegui acessar o PPT. O livro veio certinho, mas o PPT não”
S ²	“Na verdade, a mim não. Mas quando se avaliar algo, deve-se pensar também em outras pessoas e suas possíveis dificuldades. Entendo que algumas fontes estão com tamanho pequeno, o que pode dificultar um pouco a leitura. Testei o Zoom e não percebi ‘melhora’.”
S ³	“Cuidar com o jogo de cores de fundo e as cores da fonte, para não prejudicar a leitura.”
S ⁷	“Tonalidade de cores mais amenas”

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Quadro 2 - O que o gestor mudaria para facilitar a sua atenção e/ou o seu interesse no ebook

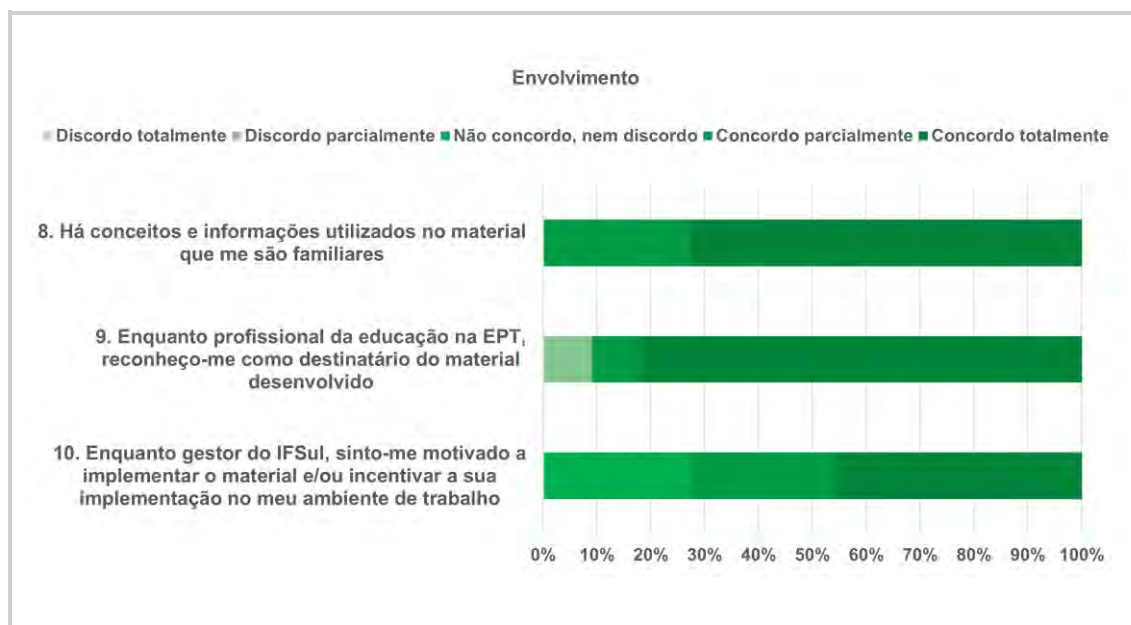
Servidor	Resposta
S ³	“Passaria a formatação do texto em duas colunas para coluna única nas páginas 14, 23 e 50.”
S ⁷	“Cores de fundo e nas laterais”
S ⁸	“O material está muito bom, mas acho que em algumas páginas há excesso de figuras que atrapalham um pouco o foco na atenção ao texto (ex.: p.17).”

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Com base no exposto, percebe-se a necessidade de hospedar o PPT em um endereço virtual antes de encaminhá-lo à banca de defesa. Considera-se, também, que algumas pequenas alterações nas cores e imagens utilizadas podem agregar positivamente para o aprimoramento do produto educacional.

Em relação à categoria envolvimento (Figura 7), oito (72,7%) respondentes concordam totalmente e três (27,3%) parcialmente com a existência de conceitos e informações que lhes são familiares no material. Ainda, nove (81,8%) reconhecem-se totalmente como destinatários do material desenvolvido. Já enquanto gestores do IFSul, cinco (45,5%) sentem-se totalmente motivados a implementar o material e/ou incentivar a sua implementação nos seus ambientes de trabalho, três (27,3%) parcialmente e três (27,3%) expressaram dificuldade em responder ou indiferença.

Figura 7 - Questões referentes ao envolvimento



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

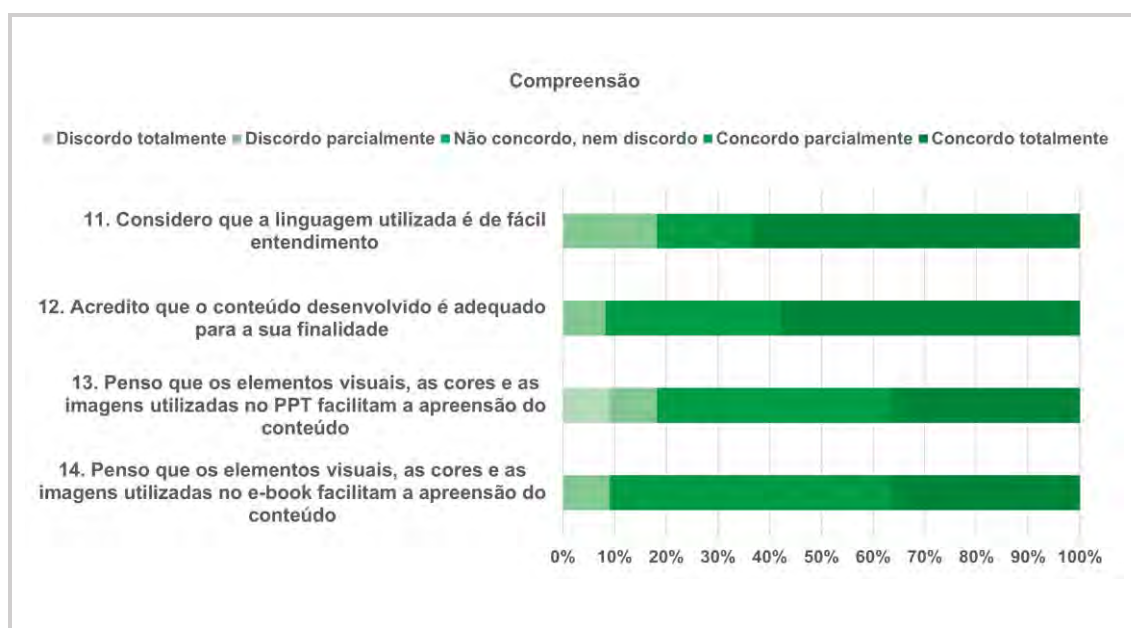
Partindo-se da fundamentação teórica empreendida e da análise dos resultados do questionário aplicado aos servidores do IFSul, há alguns pontos a serem refletidos acerca da questão 10. Retomando Pacheco (2020), os IFs precisam investir na elucidação de seus fundamentos conceituais e das concepções centrais da EPT, além de formar seus servidores em uma perspectiva político-pedagógica, não somente didático-pedagógica. Contudo, acredita-se que alguns temas como inclusão escolar e estratégias de ensino, por exemplo, configuram-se em demandas mais urgentes aos olhos de grande parte dos servidores e das gestões desses institutos. Uma vez que eles se desenrolam e surgem de maneira mais direta no cotidiano dos IFs e das instituições de ensino no geral quando comparados aos temas estudados nesta investigação.

Ademais, como referido, 90,1% dos gestores são docentes. O curso traz uma proposta inovadora, convida o leitor a pensar o termo profissionais da educação para além da docência. Uma vez que esta tem um lugar de destaque e lutas na história da educação, é possível que os docentes tenham uma certa dificuldade em compreender que os TAEs ainda estão galgando por espaços já conquistados por eles. Visto que a educação brasileira carece de incentivos e investimentos por parte do governo, ambas as categorias podem unir forças e usufruir de uma FC que promova saberes e fazeres na EPT, que lhes oferte ferramentas de desenvolvimento pessoal e profissional por

meio dos fundamentos democráticos, emancipatórios e de formação humana integral sustentados pelos IFs.

Quanto à compreensão do material (Figura 8), atingiu-se um resultado satisfatório no que concerne à linguagem utilizada ser de fácil entendimento e o conteúdo adequado a sua finalidade. Contudo, ainda nessa categoria, é preciso apontar as questões 13 e 14, as quais convidam os participantes a refletirem acerca dos elementos visuais, das cores e das imagens utilizadas no PPT/ebook na apreensão do conteúdo. Apesar de também apresentarem um resultado adequado, quando comparadas às questões anteriores, há um decréscimo do quantitativo de sujeitos que avaliaram a proposição positivamente, o que reforça a necessidade de reelaboração do design gráfico do material.

Figura 8 - Questões referentes à compreensão

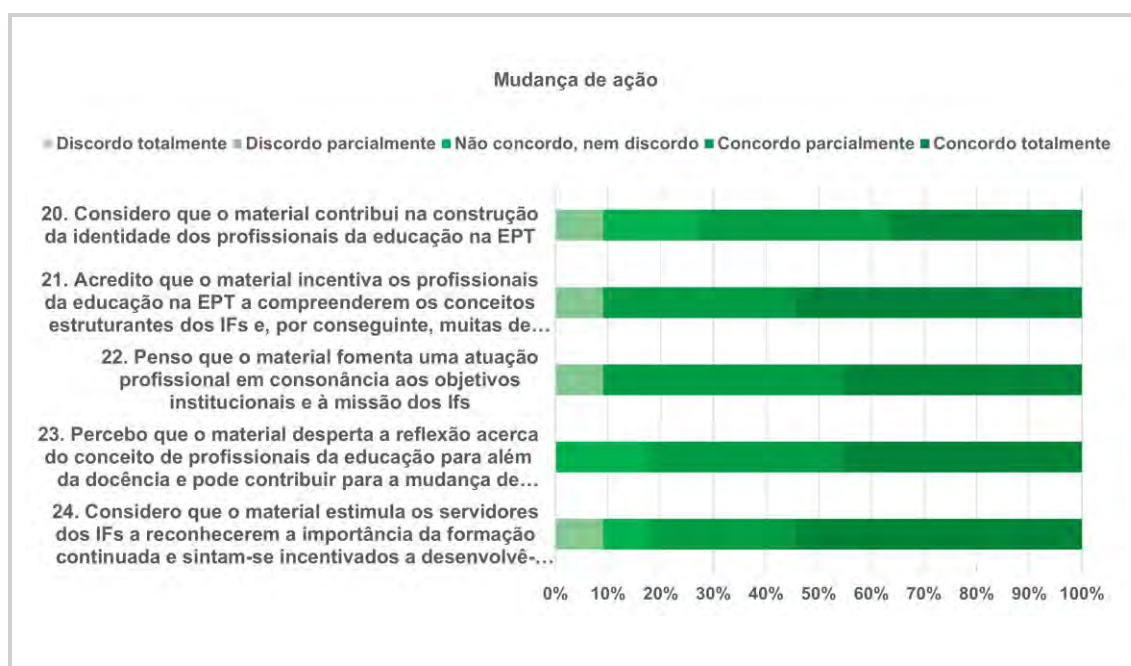


Fonte: dados da pesquisa, 2020.

No tocante à aceitação, o material recebeu uma avaliação positiva. Nenhum participante considerou que ele reproduz algum tipo de estereótipo cultural ou que apresenta algo irritante e/ou ofensivo. Ainda, 45,5% dos gestores concordam totalmente que ele promove a reflexão e análise crítica sobre os temas abordados, 27,2% concordam parcialmente e 27,3% não concordam, nem discordam. Este último dado indica uma dificuldade de resposta ou uma indiferença de três gestores, mas a ausência de uma justificativa por parte deles, inviabilizou uma análise aprofundada nesse sentido.

Por fim, na categoria mudança de ação (Figura 9), os respondentes certificaram que novas construções são estimuladas pelo material. Além disso, sete dos 11 concordam totalmente que recomendariam o curso a outros colegas, três concordam parcialmente e um não concorda, nem discorda.

Figura 9 - Questões referentes à mudança de ação



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Na última questão, possibilitou-se que os participantes fizessem críticas e/ou sugestões para o aprimoramento do produto educacional. Um dos gestores disse ter sentido falta do uso de imagens que reflitam o público dos IFs e acrescentou já ter feito esse apontamento sobre outros materiais dessas instituições. Essa observação é pertinente e faz-se importante sugerir que a RFEPCT crie um banco de imagens público e gratuito que traduza as estruturas físicas e a comunidade escolar dos IFs, contribuindo para a consolidação de suas identidades. Optou-se por dar liberdade à designer gráfica, pois as imagens disponíveis nos sites dos IFs são, geralmente, específicas de cada *campus*, sendo que a grande maioria não pareceu adequada à proposta do curso e não há clareza sobre quais apresentam liberdade de uso.

Outro gestor avaliou a quantidade de leitura a ser feita pelos cursistas como extensa e que esse fato pode levar à não realização delas ou desmotivação dos sujeitos em continuarem o curso. Entretanto, os produtos educacionais têm a vantagem de serem implementados na íntegra ou adaptados às necessidades do

público ao qual serão direcionados. Com esse intuito, apresentaram-se possibilidades metodológicas variadas. Os profissionais podem “[...] reusar (liberdade de usar), revisar (adaptar, modificar, traduzir), remixar (combinar dois ou mais materiais), redistribuir (compartilhar) e reter (ter a própria cópia) os diferentes produtos gerados nos MP de modo crítico [...]” (RIZATTI *et al.*, 2020, p. 2).

Ainda, como parte do processo desta pesquisa, o itinerário formativo passará pela banca final para o seu aprimoramento e a sua conclusão. Procurar-se-á compreender se ele condiz com os objetivos e benefícios pretendidos pela pesquisadora.

Quanto ao seu registro, o material será publicado e compartilhado com o propósito de colaborar para o desenvolvimento do conhecimento e a democratização da informação e da cultura. Vincular-se-á o itinerário formativo ao sistema internacional de informação pelo *International Standard Book Number* (ISBN), que permite identificar numericamente os livros segundo o título, o autor, o país e a editora, individualizando-os, inclusive, por edição. Ele também será submetido ao eduCAPES, um portal de objetos educacionais abertos para o uso de alunos e professores de todos os níveis da educação que procuram aprimorar seus conhecimentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os IFs propõem-se a uma formação humana integral, contextualizada e potencializadora da emancipação dos sujeitos e transformação da realidade social, tendo como foco o EMIEP. Nesse contexto, os profissionais da educação da EPT devem estar aptos a conceber essa formação mediante a elaboração e implementação de práticas educativas significativas e condizentes com os princípios e as diretrizes desses institutos.

Com esta pesquisa, verificou-se que uma FC fundamentada na politecnicidade pode contribuir com novos fazeres e saberes para esses profissionais, de diferentes formações e campos de conhecimento, capacitando-os para o desenvolvimento de ações educativas que contextualizem o conhecimento científico e tecnológico com base nas realidades vivenciadas pelos sujeitos. Ademais, promover a compreensão de que ensinar é mediar a produção da existência humana, constitui-se em um dispositivo de consolidação da institucionalidade dos IFs.

Vale pontuar que se pretendeu firmar a discussão sobre uma FC dos profissionais da educação da EPT acerca das habilidades socioemocionais. Porém, as análises empreendidas mostraram a urgência do aprofundamento de seus conhecimentos em relação às políticas de FC na área da educação e às bases conceituais dos IFs. Grande parte dos servidores considera importante uma FC que aborde os fundamentos dos IFs e muitos buscaram estudá-los por conta própria. Conforme apontaram, as formações das quais participaram durante seus exercícios não trataram do tema. Ressalta-se que o aprofundamento das definições conceituais e legais desses institutos pode fortalecer suas institucionalidades ao favorecer o desenvolvimento de práticas educativas que alinhem teoria e prática na EPT.

Essas constatações justificam a decisão do desenvolvimento do tema apresentado nesta pesquisa, apesar de os dados mostrarem interesse dos servidores também em outros temas como educação inclusiva e metodologias de ensino. Considera-se, pois, que o fato de 67,6% dos participantes serem docentes teve forte influência para esse resultado, uma vez que são demandas constantes no cotidiano desses profissionais.

Nessa perspectiva, conclui-se que esta investigação evidenciou a importância de um itinerário formativo para os profissionais dos IFs que compreenda o aprofundamento das definições conceituais e legais dessas instituições, o

conhecimento das bases conceituais da EPT e o delineamento da importância da FC dos profissionais da educação. Acredita-se que essa ferramenta pode contribuir para a construção de práticas educativas fomentadoras da formação humana integral no EMIEP.

Espera-se que esta pesquisa e o produto educacional apresentado sirvam de incentivo para reflexões, novas produções acadêmicas e múltiplas ações que viabilizem aos profissionais supracitados lugares que lhes assegurem ressignificar paradigmas. Ainda, intenciona-se suscitar novos estudos que reconheçam todos os profissionais da educação como mediadores de aprendizagens e valorizem suas produções.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, L. E. V. de; PACHECO E. M. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como política pública. *In*: ANJOS; M. B. dos; RÔÇAS, G. **As políticas públicas e o papel social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Natal: IFRN, 2017, p. 13-35.
- ALMEIDA, M.; RUBIM, L. C. B. **O papel do gestor escolar na incorporação das TIC na escola**: experiências em construção e redes colaborativas de aprendizagem. São Paulo: PUC-SP, 2004. Disponível em: http://www.eadconsultoria.com.br/matapoio/biblioteca/textos_pdf/texto04.pdf. Acesso em: 07 jul. 2020.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (ANFOPE). **Estatuto Social**. 2012. Disponível em: <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Estatuto-Anfope-2012.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2020.
- AUSANI, J. C; POMMER, R. M. G. Educação profissional e tecnológica em um Brasil em transformação: compreensões históricas. **Revista do Lhiste**, n. 3, v. 02, p. 460-469, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/revistadolhiste/article/view/59799/36924>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BOCK, A. M. B. *et. al.* **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 fev. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 24 fev. 2020.
- BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5154.htm. Acesso em: 09 mar. 2020.
- BRASIL. **Ofício Circular nº 015, de 28 de novembro de 2005**. Aos dirigentes de gestão de pessoas das instituições federais de ensino. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcggp/oficios/oc01505.pdf>. Acesso em: 01 out. 2017.

BRASIL. **Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm. Acesso em: 02 de mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 02 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009**. Altera o art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12014.htm. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Construindo o sistema nacional articulado de educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação**. Documento Final. 2010a. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final.pdf. Acesso em: 14 abr. 2018.

BRASIL. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**. 2010b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 14 abr. 2018.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 11/2012, aprovado em 10 de maio de 2012**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Médio. 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10804-pceb011-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 03 fev. 2020.

BRASIL. **Relatório Final**. 2014a. Disponível em: http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/documento_final_CONAE_2014.pdf. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2014b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto de nº 8.752, de 9 de maio de 2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. 2016a. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 15/2016, de 11 de maio de 2016**. Institui o Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal de Educação Profissional de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – PLAFOR, e outras providências. 2016b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/40991-portaria-15-2016-setec-12maio-pdf/file>. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Documento Base**: Relatório Final. 2018. Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/Documento_Base_-_Relatorio_Final_da_CONAE_2018.pdf. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Diretoria de Avaliação. **Documento de Área 46**: Ensino. 2019a. Disponível em: http://capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/ENSINO.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019**. Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. 2019b. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9991.htm. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). 2019c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Escola Nacional de Administração Pública**. 2020a. Disponível em: <https://www.ena.gov.br/pt/a-escola>. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 14, de 10 de julho de 2020**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). 2020b. Disponível

em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=153571-pcp014-20&category_slug=agosto-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 882, de 23 de outubro de 2020**. Básica - BNC-Formação Continuada. Homologa o Parecer CNE/CP nº 14/2020, do Conselho Pleno, do Conselho Nacional de Educação, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Continuada de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação. 2020c. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-882-2020-10-23.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

CASTAMAN, A. S.; RODRIGUES, R. A. Formando Formadores: Programa de Pós-Graduação em rede na área de ensino. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1, n. 18, p. 1-19, fev. 2020. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/8520/pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. **Habilidades Sociais e Competência Social**: para uma vida melhor. São Paulo: EdUFSCar, 2017.

FERNANDES, M. W. A formação continuada dos profissionais da educação na educação profissional e tecnológica: o lugar ocupado pelo social. *In*: CASTAMAN, A. S.; VIEIRA, J. A. **Gestão da Educação Profissional e Tecnológica**: elementos para reflexão. 1. ed. Curitiba: CRV, 2018, p. 49-60.

FERREIRA, J. S.; SANTOS, J. H.; COSTA, B. O. Perfil de formação continuada de professores de Educação Física: modelos, modalidades e contributos para a prática pedagógica. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 289-298, set. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32892015000300289&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 07 jul. 2020.

FRIGOTTO, G. Trabalho, Conhecimento, Consciência e a Educação do Trabalhador: Impasses Teóricos e Práticos. *In*: GOMEZ, C. M. *et al.* **Trabalho e Conhecimento**: Dilemas na Educação do Trabalhador. São Paulo: Cortez, 2002, p.13-26.

GATTI, B. A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 57-70, abr. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 jun. 2020.

GATTI, B. A.; BARETTO, E. S. S. **Professores do Brasil**: Impasses e Desafios. Brasília: Unesco, 2009.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Políticas docentes no**

Brasil: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011.

GERHARDT, T. E. *et al.* Estrutura do projeto de pesquisa. *In:* GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 69-89.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. *In:* MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 79-112.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO (IFES). Ministério da Educação. **Anexo ao Regulamento do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional**. 2018. Disponível em:

https://profept.ifes.edu.br/images/stories/ProfEPT/Turma_2018/Regulamento/Anexo-ao-Regulamento-2019.pdf. Acesso em: 18 fev. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE (IFSul). CONSUP. **Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense** (2008). Disponível em: <<http://www.ifsul.edu.br/estatuto-ifsul>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 17, p. 153-176, jun. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602001000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 abr. 2018.

LIBÂNEO, J. C. Uma escola para novos tempos. *In:* **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008a. p. 43-62.

LIBÂNEO, J. C. Princípios e características da gestão escolar participativa. *In:* **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008b, p. 135-146.

LIBÂNEO, J. C. As práticas de organização e gestão da escola e a aprendizagem de professores e alunos. **Presente!** Revista de Educação, CEPAP-Salvador, jan./abr. 2009.

MACHADO, L. R. S. Ensino médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. *In:* MOLL, J. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre, RS: Artmed Editora, 2010. Cap. 4, p. 80-95.

MARQUES, M. B. **Prática profissional integrada no ensino médio integrado à educação profissional: o ensino, a pesquisa e a extensão**. 2020. 124 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal

de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, v. 2, p. 1-27, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em: 10 abr. 2018.

NÓVOA, A. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: Educa, 2002.

PACHECO, E. **Fundamentos Político-Pedagógicos dos Institutos Federais**: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015.

PACHECO, E. Desvendando os institutos federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 1, p. 4-22, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/575/437>. Acesso em: 27 jul. 2020.

PASQUALLI, R.; VIEIRA, J. A.; CASTAMAN, A. S. Produtos educacionais na formação do mestre em educação profissional e tecnológica. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico (EDUCITEC)**, Manaus, v. 4, n. 07, p. 106-120, jun. 2018. Disponível em: http://200.129.168.183/ojs_mestrado01/index.php/teste/article/view/302. Acesso em: 02 jun. 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAMOS, M. N. Concepção do ensino médio integrado. *In*: **Seminário sobre ensino médio**, 2008. Secretaria de Educação do Estado do Paraná, 08-09 maio 2008, p. 1-26. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 08 out. 2017.

RAMOS, M. N. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. *In*: MOLL, J. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre, RS: Artmed Editora, 2010. Cap. 2, p. 42-57.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

RIZZATTI, I. M. *et al.* Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657>. Acesso em: 02 out. 2020.

RUIZ, L. *et al.* **Producción de Materiales de comunicación y educación popular**. Buenos Aires: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la UBA, 2014. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0Bzs9XI9wlyXuOXVaek8yTW45dEE/view>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SACRISTÁN, J. G. **Poderes Instáveis em Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, abr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 out. 2017.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVEIRA, F. R.; CASTAMAN, A. S. Formação continuada de profissionais da educação: problematizações na educação profissional e tecnológica. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico (EDUCITEC)**, Manaus, v. 6, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/934/476>. Acesso em: 12 jun. 2020.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v.8, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 25 jun. 2020.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, Salvador, v. 200, 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, J. A.; VIEIRA, M. M. M.; BELUCAR, M. C. A. Formação continuada de professores da educação profissional: particularidades e ações necessárias. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 4, n. 10, p. 100-117, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/view/2518>. Acesso em: 02 jun. 2018.

VIEIRA, J. A. *et al.* Ensino com Pesquisa na Educação Profissional e Tecnológica: noções, perspectivas e desafios. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, Aracajú, v. 12, n. 29, p. 279-298, 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/9306>. Acesso em: 03 mar. 2020.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICES

Apêndice A – Produtos educacionais (PPT e ebook)

De acordo com Rizzatti *et al.* (2020), os Programas de Mestrado e Doutorado Profissionais já representam cerca de 52% da Área de Ensino, uma das primeiras a ofertar cursos de Mestrado Profissional. Nessa modalidade, os discentes precisam desenvolver um produto educacional para ser aplicado em condições reais nos espaços de ensino. Ele não deve ser considerado totalmente pronto e/ou fechado, visto que é elaborado em uma determinada conjuntura sócio-histórica e serve de dispositivo interlocutivo aos profissionais da educação presentes nos mais diversos contextos do nosso país.

À vista do exposto, o presente produto educacional foi desenvolvido e avaliado no âmbito do ProfEPT como resultado da pesquisa intitulada “Formação Continuada para os Profissionais da Educação: contribuições para saberes e fazeres nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”. Constitui-se em um curso de curta duração denominado “Itinerário Formativo para Profissionais da Educação: uma proposta para a construção de saberes e fazeres na Educação Profissional e Tecnológica”.

Essa proposta foi disponibilizada em PPT e em ebook. Decidiu-se pelos dois formatos com o intuito de torná-lo mais convidativo e, conseqüentemente, ampliar a possibilidade de sua replicação pelos profissionais da educação da EPT. O ebook pode ser acessado ao final do PPT e ambos encontrar-se-ão em um link da Plataforma eduCAPES com os ajustes, caso necessários, após sua validação pela banca de defesa do Mestrado.

O curso foi organizado na forma de oferta presencial nos seguintes Módulos: Módulo I – Bases conceituais da EPT – e Módulo II – Profissionais da EPT e a FC. O Módulo I configura-se em 3 encontros: 1. Histórico da EP e o surgimento dos IFs, 2. Conceitos estruturantes da EPT e 3. O compromisso dos IFs com a prática educativa dos estudantes do EMIEP. Já o Módulo II configura-se em 2 encontros: 1. Profissionais da educação e 2. A construção histórica e o papel político e social da FC dos profissionais da educação. Cada encontro apresenta objetivo, conteúdos, possibilidades metodológicas, avaliação e referências (básicas e complementares). Para a sua implementação, sugere-se uma carga horária total de 30 horas, sendo 20 horas de encontros presenciais (divididos em 5 encontros de 4 horas cada) e 10 horas de estudos e atividades de preparação para os encontros.

O material é resultado da análise e interpretação dos dados da pesquisa supracitada. Nesse sentido, apoia-se no referencial teórico dela, bem como nos princípios e nas diretrizes dos IFs. O seu objetivo geral é aprofundar as definições conceituais e legais dos IFs, conhecer as bases conceituais da EPT e delinear a importância da FC dos profissionais da educação, de modo a contribuir para a construção de práticas educativas fomentadoras da formação humana integral no EMIEP. Ainda, seus objetivos específicos são: estudar os fundamentos dos IFs, bem como identificar e compreender as bases conceituais da EPT visando a orientar as práticas educativas no EMIEP; e refletir acerca do termo profissionais da educação, além da relevância da construção histórica e do papel político e social da FC desses sujeitos.

Por estar vinculado ao ProfEPT e, conseqüentemente, à Área de Ensino da CAPES, foi submetido à avaliação prévia para a verificação de sua aplicabilidade por um grupo de gestores da Reitoria e dos *campi* do IFSul. Para tanto, o PPT, o ebook e um questionário, elaborado no *Google Forms*, foram encaminhados aos seus e-mails. A escolha desse grupo levou em consideração o fato de os gestores desempenharem uma função de grande importância nos IFs e por serem, entre outros aspectos, responsáveis pelo planejamento, pelo fomento, pela supervisão e pela execução das atividades e/ou políticas de FC dos profissionais da educação nessas instituições.

ITINERÁRIO FORMATIVO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO:

uma proposta para a construção de saberes e fazeres na Educação Profissional e Tecnológica

Manoela Wendler Fernandes
Ana Sara Castaman

INICIAR

Manoela Wendler Fernandes

Autora

Ana Sara Castaman

Coautora e Orientadora

Kayana dos Santos Amaral

Designer Instrucional

Carmen Regina Rain

Revisão de texto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

F363i Fernandes, Manoela Wendler

Itinerário Formativo para profissionais da educação: uma proposta para a construção de saberes e fazeres na Educação Profissional e Tecnológica [recurso eletrônico] / Manoela Wendler Fernandes, Ana Sara Castaman. – IFRS : Porto Alegre, 2020.

81 slides. : il. color.

ISBN 978-65-5950-013-0

1.Educação Profissional e Tecnológica. 2. Professores - formação 3. Formação continuada I.Castaman, Ana Sara Castaman II. Título.

CDU(online): 377

Catalogação na publicação: Aline Terra Silveira CRB10/1933



**INSTITUTO
FEDERAL**
Rio Grande
do Sul



PROFEPT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

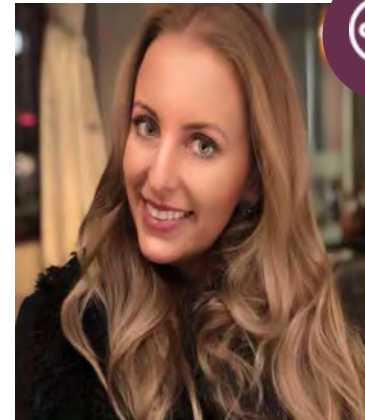
REALIZAÇÃO

AUTORA



MANOELA WENDLER
FERNANDES

COAUTORA E
ORIENTADORA



ANA SARA
CASTAMAN

Designer Instrucional: Kayana Amaral

Revisão de texto: Carmen Regina Rain

SEJA BEM-VINDO(A)!

Estamos muito felizes em ter você aqui conosco!
Este curso foi desenvolvido para vocês, profissionais da
educação na Educação Profissional e Tecnológica
(EPT).



OBJETIVOS

GERAL

Aprofundar as definições conceituais e legais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), conhecer as bases conceituais da EPT e delinear a importância da formação continuada (FC) dos profissionais da educação, de modo a contribuir para a construção de práticas educativas fomentadoras da formação humana integral no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP).

OBJETIVOS

ESPECÍFICOS

- Estudar os fundamentos dos IFs, bem como identificar e compreender as bases conceituais na EPT visando a orientar as práticas educativas no EMIEP;
- Refletir acerca do termo profissionais da educação, além da relevância da construção histórica e do papel político e social da FC desses sujeitos.

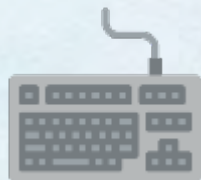


ORIENTAÇÕES



Interatividade

O curso é interativo!
Este ícone indica interações disponíveis na tela atual.



Navegação

Use as setas esquerda e direita do teclado para avançar as telas ou os botões disponíveis na sua tela (prev e next).



Hiperlinks

Sempre que você ver uma palavra grifada, clique nela para obter mais informações!

ANTES DE INICIARMOS, É MUITO IMPORTANTE VOCÊ ESTAR ATENTO A ALGUMAS ORIENTAÇÕES DO CURSO:



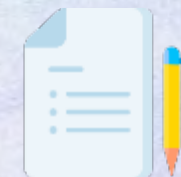
Carga horária

30 horas – 20 horas de encontros presenciais e 10 horas de estudos e atividades de preparação.



Curso presencial

Dividido em 5 encontros!
No final de cada encontro, será disponibilizado um **plano de atividade**.



Plano de atividade

Este ícone indica que há um plano de atividade disponível, basta clicar nele para acessar!



O Módulo e o encontro estarão com os seus respectivos temas no canto esquerdo superior da tela.

ORIENTAÇÕES

Durante a jornada, você irá se deparar com algumas siglas. Seus significados poderão ser acessados neste ícone. Clique agora para ver o que acontece!

ANTES DE INICIARMOS, É MUITO IMPORTANTE VOCÊ ESTAR ATENTO A ALGUMAS ORIENTAÇÕES DO CURSO:

Número da página.



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANFOPE:** Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
- BCN-Formação:** Formação Formação Inicial de Professores da Educação Básica
- CONAE:** Conferência Nacional de Educação
- CNE:** Conselho Nacional de Educação
- CP:** Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação
- EMIEP:** Ensino Médio Integrado à Educação Profissional
- ENAP:** Escola Nacional de Administração Pública
- EP:** Educação Profissional
- EPT** Educação Profissional e Tecnológica
- FC:** Formação continuada
- IF:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
- IFES:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
- LDB:** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC:** Ministério da Educação
- PLAFOR:** Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
- PNDP:** Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal
- PNE:** Plano Nacional de Educação
- ProfEPT:** Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
- RFEPCT:** Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
- SETEC:** Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
- TAE:** Técnico-Administrativo em Educação

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

MÓDULO I

BASES CONCEITUAIS DA EPT

Encontro I

Histórico da educação profissional (EP) e o surgimento dos IFs;

Encontro II

Conceitos estruturantes da EPT;

Encontro III

O compromisso dos IFs com a prática educativa dos estudantes do EMIEP.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Profissionais da educação;

Encontro
I

A construção histórica e o papel político e social da FC dos profissionais da educação.

Encontro
II



MÓDULO II
PROFISSIONAIS DA
EDUCAÇÃO NA EPT E A FC



MÓDULO I - BASES CONCEITUAIS DA EPT

INICIAR



EMENTA

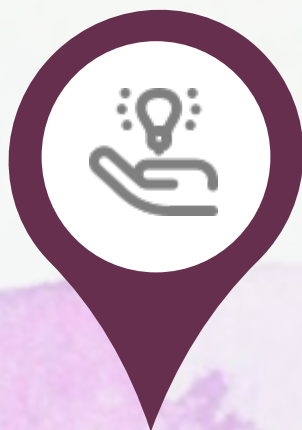
Retrospectiva histórica da EP: a dualidade expressa na educação intelectual voltada à formação de dirigentes e na educação técnica voltada à força de trabalho. O surgimento dos IFs: uma proposta inovadora. O percurso da EP representado nos dispositivos legais: LDB/96, Decreto nº 5.154/04, Lei nº 11.892/08. A educação politécnica como garantia da realização de escolhas e a construção de caminhos para a produção de vida. O trabalho: meio de apropriação social dos potenciais da natureza. Ensino com pesquisa na EPT. O EMIEP como um projeto de ruptura com as formas conservadoras de organização da educação. O currículo integrado.



ENCONTRO I - HISTÓRICO DA EP E O SURGIMENTO DOS IFS



Retrospectiva histórica da EP



1809

De acordo com Moura (2007), no século XIX, mais precisamente em 1809, a promulgação de um Decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI, e a criação do Colégio das Fábricas deram origem à EP brasileira. Ela surgiu com o propósito de atender às camadas sociais desfavorecidas e evitar ações contrárias à ordem dos bons costumes, caracterizando-se como assistencialista. Ainda no século XIX, as sociedades civis foram fundadas para amparar as crianças órfãs e abandonadas disponibilizando uma base de instrução teórica e prática para elas, bem como inserindo-as no ensino industrial.



Séc. XX

Já no século XX, refere Moura (2007), a EP passou de assistencialista à responsável pela preparação de operários para o exercício profissional por meio de um esforço público de organização da formação profissional e, em 1906, tornou-se atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.



Déc.30

Nesse contexto, chega-se à década de 30 com a educação básica brasileira caracterizada pela nítida diferenciação entre a educação dos filhos das elites e os da classe trabalhadora desde o curso primário (MOURA, 2007).



Retrospectiva histórica da EP



1940 - 1990

Nas décadas seguintes, em meio às transformações políticas, econômicas e sociais vigentes, a EP foi marcada por diversas alterações e reestruturações de seu conteúdo e sua forma. Segundo Ausani e Pommer (2015), o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) deu ênfase ao ensino profissional, porém, intensificando-o por meio da lógica da instrução e do treinamento durante os governos militares (1964-1985).



1996

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ([LDB](#)) acolheu, em parte, novas demandas sociais existentes e estimulou a expansão da rede de educação tecnológica (AUSANI; POMMER, 2015).

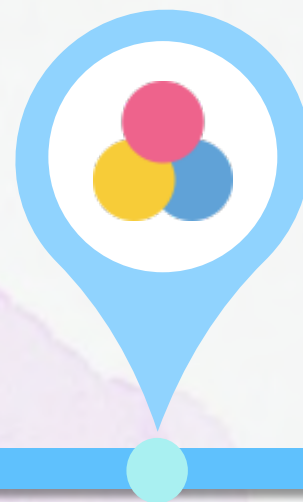


2003 -2004

Durante o ano de 2003 até julho de 2004, os debates acerca da relação entre o ensino médio e a EP se fortaleceram pela mobilização dos setores educacionais vinculados ao campo desta, principalmente no âmbito dos sindicatos e dos pesquisadores do domínio da educação e trabalho (MOURA, 2007).



Retrospectiva histórica da EP



Dentro dessa conjuntura e na busca por mudanças, criou-se o Decreto nº 5.154 (BRASIL, 2004) como uma ferramenta legal capaz de reacender a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de mesmo nível. Ou seja, um documento que abrange os princípios para a construção de uma educação tecnológica ou politécnica.

Surgimento dos IFs

Conforme Ausani e Pommer (2015), a consolidação e o aperfeiçoamento da rede de educação tecnológica somente foram possíveis em 2003 com a criação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), ligada ao Ministério da Educação (MEC). Em meio à retomada do crescimento econômico e da recuperação dos setores produtivos e de serviços, o MEC criou a [Lei nº 11.892/08](#) e instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) formada pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.





Surgimento dos IFs



Os IFs emergem em contraposição à dualidade expressa na educação intelectual voltada à formação de dirigentes e na educação técnica à força de trabalho. Estão apoiados na concepção de EPT com foco na formação humana integral e na união da tríade “ensino, pesquisa e extensão”, caracterizando-se por “[...] inovações na dimensão política, estrutural e pedagógica que os habilitam para um papel estratégico na formulação e implementação das políticas públicas de educação e desenvolvimento com inclusão social” (AGUIAR; PACHECO, 2017, p. 15).



Surgimento dos IFs

“Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade” (BRASIL, 2010a, p. 18).

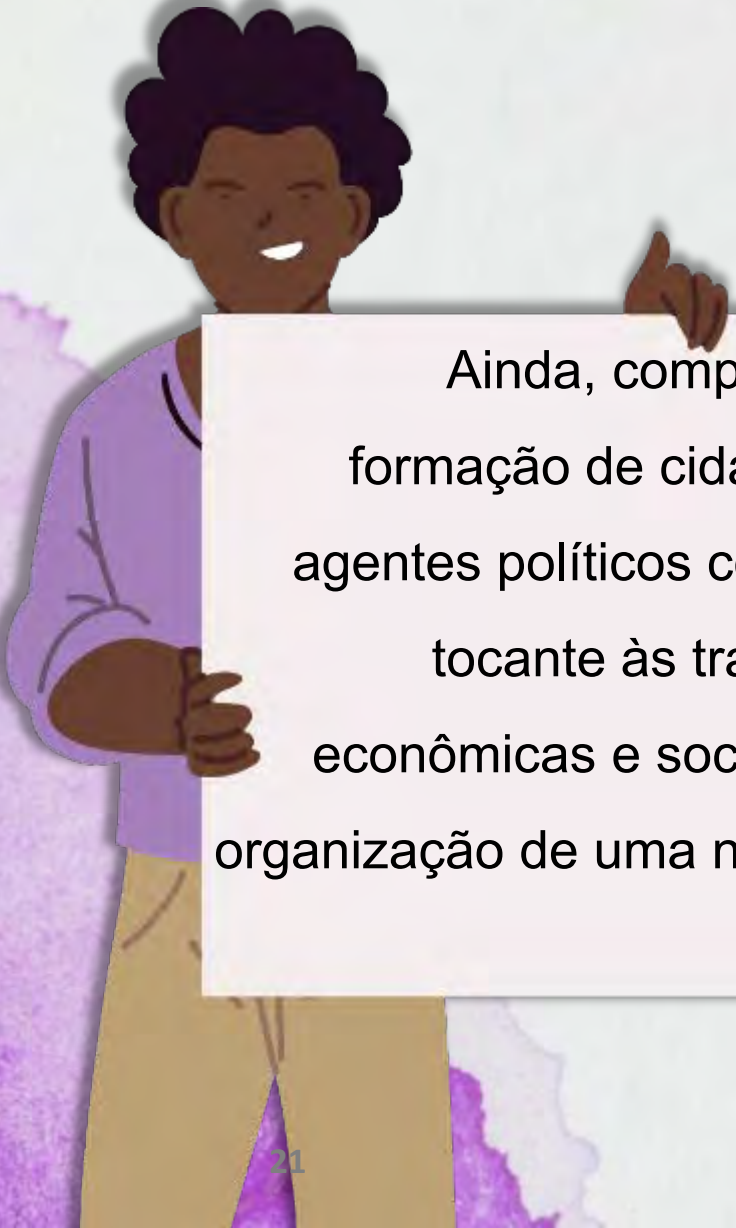




Mediante suas estruturas multicampi e a clara definição do território de abrangência de suas ações, os IFs se propõem ao desenvolvimento local e regional por intermédio da identificação de problemas e da proposta de soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social (PACHECO, 2015).



Pacheco (2015) destaca que essas instituições são pautadas em um conceito de EPT bastante peculiar em relação a outros países, constituindo-se em um modelo institucional inovador em termos de proposta político-pedagógica. Elas se fundamentam em uma organização pedagógica verticalizada, da educação básica à superior, capaz de favorecer a atuação docente em diferentes níveis de ensino e espaços de aprendizagem.

An illustration of a person with dark skin and curly hair, wearing a purple shirt and tan pants, holding a white sign. The person is smiling and pointing upwards with their right hand. The background features a large, textured purple and pink shape on the left side.

Ainda, compete a esses institutos a formação de cidadãos que atuem como agentes políticos competentes e ativos no tocante às transformações políticas, econômicas e sociais necessárias para a organização de uma nova identidade social e educacional.



“A referência fundamental para a educação profissional e tecnológica é o ser humano e, por isso, o trabalho, como categoria estruturante do ser social, é seu elemento constituinte. Trata-se, pois, de uma formação que se dá no decorrer da vida humana, por meio das experiências e conhecimentos, ao longo das relações sociais e produtivas. A educação para o trabalho nessa perspectiva se entende como potencializadora do ser humano, enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, na perspectiva de sua emancipação” (PACHECO, 2015, p. 25).

Clique aqui para
conhecer a
proposta de
atividade para este
tema.



TEMA: HISTÓRICO DA EP E O SURGIMENTO DOS IFs.

OBJETIVO: estudar o histórico da EP e o surgimento dos IFs para compreender a necessidade de superação da divisão social do trabalho entre seu aspecto intelectual e operacional.

CONTEÚDOS:

1. Retrospectiva histórica da EP: a dualidade expressa na educação intelectual voltada à formação de dirigentes e na educação técnica voltada à força de trabalho.

- Pressupostos ontológicos e históricos da relação trabalho e educação.
- Do assistencialismo à EPT.

2. O surgimento dos IFs: uma proposta inovadora.

- O papel estratégico dos IFs no avanço dos arranjos produtivos e das culturas locais.
- Princípios e objetivos dos IFs.

3. O percurso da EP representado nos dispositivos legais: LDB/96, Decreto nº 5.154/04, Lei nº 11.892/08.

Clique na seta para
avançar.



POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS:



PRIMEIRO MOMENTO: tratando-se de um primeiro contato com os participantes, não será exigida leitura prévia. Realizar-se-á a exposição teórico-dialogada acerca da retrospectiva histórica da EP e o surgimento dos IFs, com base em Moura (2007) e Saviani (2007), por meio de slides em PPT. Ao longo da apresentação, será necessário despertar o interesse dos participantes e suscitar suas contribuições na construção de análises, interpretações e conclusões, levando em conta seus conhecimentos prévios.

SEGUNDO MOMENTO: exibição do vídeo “A origem de uma nova institucionalidade em EPT”, de Schiedeck e França (2019), seguida do compartilhamento das percepções despertadas nos participantes, por intermédio da [tempestade cerebral](#), incentivando-os a pensar seus ambientes de trabalho e suas atuações profissionais.

TERCEIRO MOMENTO: divisão dos participantes em pequenos grupos e entrega, para cada um deles, da LDB/96, do Decreto nº 5.154/04 e da Lei nº 11.892/08 impressos. Os participantes debaterão e indicarão por escrito como os conteúdos trabalhados aparecem nesses dispositivos legais.



Clique na seta para voltar.

Clique na seta para avançar.



POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS:

PRIMEIRO MOMENTO: tratando-se de um primeiro contato com os participantes, não será exigida leitura prévia. Realizar-se-á a exposição teórico-dialogada acerca da retrospectiva histórica da EP e o surgimento dos IFs, com base em Moura (2007) e Saviani (2007), por meio de slides em PPT. Ao longo da apresentação, será necessário despertar o interesse dos participantes e suscitar suas contribuições na construção de análises, interpretações e conclusões, levando em conta seus conhecimentos prévios.

SEGUNDO MOMENTO: exibição do vídeo “A origem de uma nova institucionalidade em EPT”, de Schiedeck e França (2019), seguida do compartilhamento das percepções despertadas nos participantes, por intermédio da tempestade cerebral, incentivando-os a pensar seus ambientes de trabalho e sua

TERCEIRO MOMENTO: divisão dos participantes em grupos, em que cada um deles, da LDB/96, do Decreto de 2012, os participantes debaterão e indicarão por meio desses dispositivos legais.



Clique na seta para voltar.

“É uma possibilidade de estimular a geração de novas ideias de forma espontânea e natural, deixando funcionar a imaginação. Não há certo ou errado. Tudo o que for levantado será considerado, solicitando-se, se necessário, uma explicação posterior do estudante” (ANASTASIOU; ALVES, 2004, p. 82). É possível encontrar outras diferentes estratégias de ensino na obra de Anastasiou e Alves (2004).

QUARTO MOMENTO: retomada ao grande grupo para uma discussão em formato de [roda de conversa](#).

Questões problematizadoras:

- Como você caracterizaria o percurso histórico da EP?
- Enquanto profissional da educação na EPT, você acredita que os IFs têm praticado os seus fundamentos teóricos?



QUINTO MOMENTO: encaminhamentos de estudos e preparação de atividade para o próximo encontro. Os participantes deverão ler o material de Vieira (2019) – Breve apanhado sobre educação e tecnologia – e fazer uma resenha, de no mínimo duas e no máximo quatro laudas, para ser entregue no início do próximo encontro.

RECURSOS: computador, projetor multimídia, slides em PPT, vídeo, materiais impressos, folhas A4 e canetas esferográficas.

AVALIAÇÃO: ao longo de cada encontro, será avaliada a participação e o envolvimento do cursista nas atividades propostas e, ao final, será requisitada sua [autoavaliação](#) por escrito. Uma semana após o encerramento do curso, disporo do material trabalhado e dos conhecimentos adquiridos, o cursista entregará um [projeto](#) sobre a implementação de alguma prática educativa que buscou promover em seu ambiente de trabalho e encontrou dificuldades ou sugerir alguma prática educativa a ser empreendida e que, durante e/ou após o curso, tenha reconhecido como relevante. Ainda, no último encontro, responderá a um breve questionário para avaliar o curso.



Clique na seta para voltar.

QUARTO MOMENTO: retomada ao grande grupo para uma discussão em formato de [roda de conversa](#).

Questões problematizadoras:

- Como você caracterizaria o percurso histórico da EP?
- Enquanto profissional da educação na EPT, você acredita que os IFs têm praticado os seus fundamentos teóricos?



QUINTO MOMENTO: encaminhamentos de estudos e preparação de atividade para o próximo encontro. Os participantes deverão ler o material de Vieira (2019) – Breve apanhado sobre educação e tecnologia – e fazer uma resenha, de no mínimo duas e no máximo quatro

O projeto deverá conter os seguintes elementos:

- Tema;
- Problema;
- Justificativa;
- Objetivos (geral e específicos);
- Referencial teórico;
- Metodologia;
- Cronograma;
- Referências.

após o curso, tenha reconhecido como relevante. Ainda, no último encontro, responderá a um breve questionário para avaliar o curso.



Clique na seta para voltar.



QUARTO MOMENTO: retomada ao grande grupo para uma discussão em formato de [roda de conversa](#).



Questões problematizadoras:


- Como você caracterizaria o percurso histórico da EP?
- Enquanto profissional da educação na EPT, você acredita que os IFs têm praticado os seus fundamentos teóricos?

QUINTO MOMENTO: encaminhamentos de estudos e preparação de atividade para o próximo encontro. Os participantes deverão ler o material de [Viana \(2019\)](#) – Breve apanhado sobre o uso de ferramentas de autorregulação de aprendizagem em duas e no máximo quatro



É uma ferramenta que permite ao participante autorregular suas aprendizagens, de forma crítica e autônoma, por meio da reflexão sobre sentimentos, pensamentos e comportamentos, bem como potencialidades e fragilidades na busca pelo aprimoramento.

participação e o envolvimento do cursista nas atividades propostas e, ao final, será requisitada sua autoavaliação por escrito. Uma semana após o encerramento do curso, dispondo do material trabalhado e dos conhecimentos adquiridos, o cursista entregará um projeto sobre a implementação de alguma prática educativa que buscou promover em seu ambiente de trabalho e encontrou dificuldades ou sugerir alguma prática educativa a ser empreendida e que, durante e/ou após o curso, tenha reconhecido como relevante. Ainda, no último encontro, responderá a um breve questionário para avaliar o curso.

 Clique na seta para voltar.

QUARTO MOMENTO: retomada ao grande grupo para uma discussão em formato de roda de conversa.

Questões problematizadoras:

- Como você caracterizaria o percurso histórico da EP?
- Enquanto profissional da educação na EPT, você acredita que os IFs têm praticado os seus fundamentos teóricos?

QUINTO MOMENTO: encaminhamentos de estudos e preparação de material para o próximo encontro. O participante deve apanhado o máximo quatro

“As Rodas de Conversa consistem em um método de participação coletiva de debate acerca de determinada temática em que é possível dialogar com os sujeitos, que se expressam e escutam seus pares e a si mesmos por meio do exercício reflexivo. Um dos seus objetivos é de socializar saberes e implementar a troca de experiências, de conversas, de divulgação e de conhecimentos entre os envolvidos na perspectiva de construir e reconstruir novos conhecimentos sobre a temática proposta” (MOURA; LIMA, 2014).

alguma prática educativa que buscou promover em seu ambiente de trabalho e encontrou dificuldades ou sugerir alguma prática educativa a ser empreendida e que, durante e/ou após o curso, tenha reconhecido como relevante. Ainda, no último encontro, responderá a um breve questionário para avaliar o curso.

← Clique na seta para voltar.

A ORIGEM DE UMA NOVA INSTITUCIONALIDADE EM EPT. Documentário etnográfico apresentado por Sílvia Schiedeck. Porto Alegre: Pexels, 2019. 1 vídeo (42 min 56seg). Publicado pelo canal Claudia Schiedeck. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ug1Ugw9wp9U>. Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5154.htm. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 02 mar. 2020.

BRASIL. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**. 2010a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 14 abr. 2018.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, v. 2, p. 1-27, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em: 10 abr. 2018.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, abr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 out. 2017.

IKESHOJI, E. A. B.; TERÇARIOL, A. A. DE L.; AZEVEDO, M. L. N. DE. Educação profissional e tecnológica: retrospectiva histórica com ênfase na rede federal. **Revista de Educação Popular**, v. 16, n. 3, p. 50-66, 9 jan. 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/38359/pdf>. Acesso em: 03 ago. 2020.

OS INSTITUTOS FEDERAIS: uma revolução na EPT. Entrevista conduzida por Marco Arlindo Amorim Melo Nery. [S.L.: s. n.], 2020. 1 vídeo (1h 16min 08seg). Publicado pelo canal GEPSET-IFs (Grupo de Estudos e Pesquisas Sociedade, Educação e Tecnologias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ythlOTwH9mg>. Acesso em: 18 set. 2020.

PACHECO, E. M.; PEREIRA, L. A. C.; SOBRINHO, M. D. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. **Linhas Críticas**, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3568/3254>. Acesso em: 03 ago. 2020.

SHIGUNOV NETO, A.; SILVA, A. C.; FORTUNATO, I. **Passado, presente e futuro nos Institutos Federais de Educação**. São Paulo: Edições Hipótese, 2018.

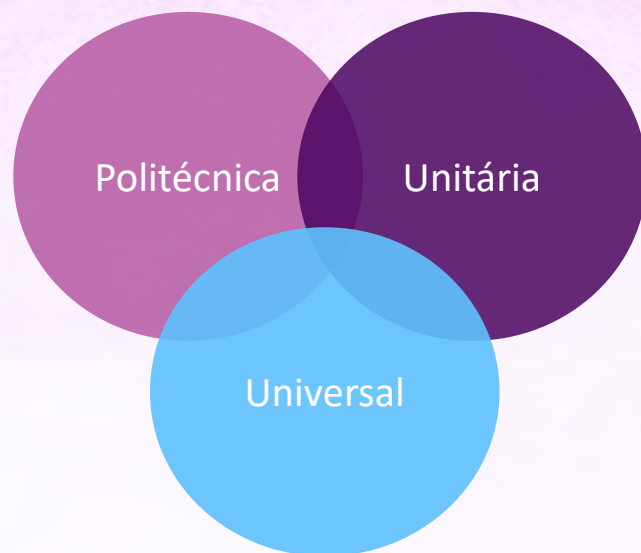


ENCONTRO II - CONCEITOS ESTRUTURANTES DA EPT



As bases teóricas que amparam os IFs elucidam um modelo institucional pautado em uma educação politécnica, unitária e universal, que qualifica o sujeito para a vida e não para o mercado de trabalho (MOURA, 2007).

Educação →



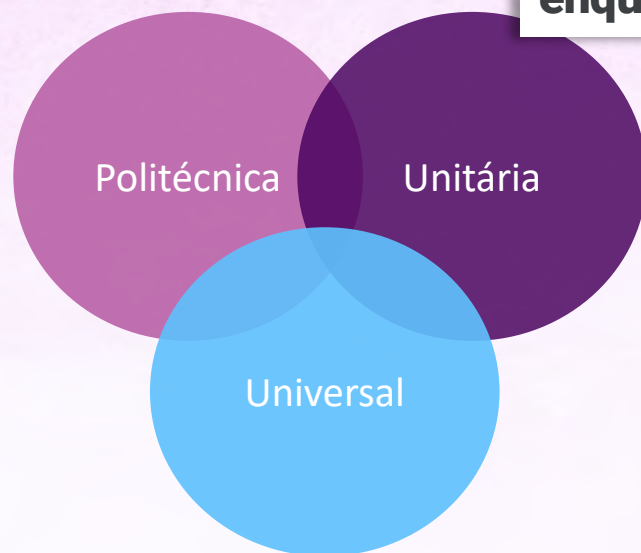
De acordo com Ramos (2008), a concepção de unitária pressupõe a superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, bem como o acesso de todos aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e para produzir a existência e a riqueza social.



As bases teóricas que amparam os IFs elucidam um modelo institucional pautado em uma educação politécnica, unitária e universal, que qualifica o sujeito para a vida e o mercado de trabalho (MOURA, 2007).

Destaca-se a compreensão de Moura (2007) de educação politécnica enquanto sinônimo da tecnológica.

Educação



De acordo com Ramos (2008), a concepção de unitária pressupõe a superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, bem como o acesso de todos aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e para produzir a existência e a riqueza social.



Nessa perspectiva, define Ramos (2008), a educação politécnica é aquela que, ao oportunizar aos sujeitos o acesso aos conhecimentos e à cultura construídos pela humanidade, assegura a realização de escolhas e a construção de caminhos para a produção de vida.

Clique na aba branca
para continuar a leitura





"Politecnia significa, aqui, especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna. Nessa perspectiva, a educação de nível médio tratará de concentrar-se nas modalidades fundamentais que dão base à multiplicidade de processos e técnicas de produção existentes" (SAVIANI, 2007, p. 161).

Nessa perspectiva, define Ramos (2008), a educação politécnica é aquela que, ao oportunizar aos sujeitos o acesso aos conhecimentos e à cultura construídos pela humanidade, assegura a realização de escolhas e a construção de caminhos para a produção de vida.



Clique na aba branca para continuar a leitura





Nessa perspectiva, define Ramos (2008), a educação politécnica é aquela que, ao oportunizar aos sujeitos o acesso aos conhecimentos e à cultura construídos pela humanidade, assegura a realização de escolhas e a construção de caminhos para a produção de vida.

Em outras palavras, a concretização da formação omnilateral dos sujeitos vincula-se à integração expressa em uma concepção de formação humana baseada na união de todas as dimensões da vida no processo educativo (RAMOS, 2014).



Ciavatta (2005) enumera os seguintes pressupostos para a realização da educação profissional como formação integral e humanizadora:



Um projeto social com a manifestação política das instâncias responsáveis pela educação que rompa com a redução da formação à preparação para o mercado de trabalho;

A manutenção da articulação entre o ensino médio de formação geral e a educação profissional nos dispositivos legais;

A adesão de gestores e de professores responsáveis pela formação geral e da formação específica;



Ciavatta (2005) enumera os seguintes pressupostos para a realização da educação profissional como formação integral e humanizadora:



A articulação da instituição com os alunos e os familiares;

O exercício da formação integrada como uma experiência de democracia participativa;

A garantia de investimentos na educação.



Os seguintes conceitos são relevantes para a construção de uma concepção de educação profissional comprometida com a formação humana **(clique em cada um para saber mais)**:



**FORMAÇÃO HUMANA
INTEGRAL**



**EDUCAR PARA
O TRABALHO**



**O TRABALHO, A CIÊNCIA, A
TECNOLOGIA E A CULTURA**



PESQUISA



Os seguintes
com

FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL

Busca superar a divisão social do trabalho entre seu aspecto operacional e intelectual, além de garantir aos sujeitos uma formação completa, que promova seus potenciais de produção de vida, enquanto cidadãos éticos, criativos e participativos (RAMOS, 2014). Conforme Freire (2002), toda prática educativa vem acompanhada de uma responsabilidade ética. Portanto, os formadores devem pautar suas ações em uma luta contra toda forma de discriminação e exploração dos sujeitos e de suas forças de trabalho. O autor defende, assim, uma prática educativo-crítica ou progressista em favor da autonomia dos estudantes, também protagonistas na produção do saber. Incentiva uma educação para a emancipação, capaz de despertar a curiosidade crítica do estudante e estimular sua tomada de decisões, bem como a produção e construção do conhecimento com base em experiências respeitadas da liberdade.

X

...cação profissional
mais):



FORMAÇÃO
INTEGI



PESQUISA



Os seguintes
comp

cação profissional
(mais):

EDUCAR PARA O TRABALHO

É base para a organização e o desenvolvimento curricular em seus objetivos, conteúdos e métodos. É preparar os sujeitos para o mundo do trabalho, no qual eles são produtores de sua própria história e capazes de transformá-la (RAMOS, 2014).

De acordo com Castaman e Rodrigues (2020a), compreende-se que o estudo do trabalho, da ciência e da tecnologia deve ter como fim de todo e qualquer processo a potencialização de todas as pessoas no conjunto de suas dimensões. Na visão de formação omnilateral, [educar para o trabalho](#) é difundir a convicção da realização humana, de si e do outro, e não da doutrinação de sujeitos e vidas.



FORMAÇÃO
INTEGR



PESQUISA

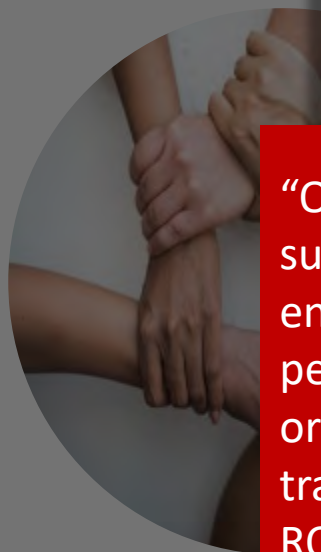


Os seguintes conceitos são relevantes para a construção de uma concepção de educação profissional (e mais):

EDUCAR PARA O TRABALHO

É base para a organização e o desenvolvimento curricular em seus objetivos, conteúdos e métodos. É preparar os sujeitos para o mundo do trabalho, no qual eles são produtores de sua própria história e capazes de

“O conhecimento permite uma relação livre, crítico-reflexiva dos sujeitos em relação aos saberes e não sua subordinação. Um ensino que considera o trabalho como princípio educativo, faz da pesquisa um pressuposto pedagógico, já que antes de convocar e orientar para o trabalho, pensa, compreende, explica e transforma o sentido e o papel do trabalho” (CASTAMAN; RODRIGUES, 2020a, p. 309).



FORMAÇÃO
INTEGRADA



PESQUISA



Os seguintes
com

O TRABALHO, A CIÊNCIA, A TECNOLOGIA E A CULTURA

Segundo Ramos (2014), são categorias indissociáveis da formação humana. Nessa perspectiva, o trabalho é compreendido como realização humana inerente ao ser, no seu sentido ontológico, e prática econômica no seu sentido histórico associado ao modo de produção. Tem-se a dimensão ontológica do trabalho como ponto de partida para a produção de conhecimentos e de cultura pelos grupos sociais. Já esses conhecimentos produzidos e sistematizados socialmente através da história é o que constitui a ciência, sendo que a transformação desta em força produtiva é efetivada por meio da tecnologia. A cultura, por sua vez, corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade com a articulação entre o conjunto de representações e comportamentos e o processo dinâmico de socialização.

X

...cação profissional
(mais):



FORMAÇÃO
INTEG



PESQUISA



PESQUISA

X

Os seguintes
com

Desperta curiosidade no estudante e gera inquietude, promovendo novas visões de mundo, de informações e de saberes. É uma atividade que “[...] contribui para a construção da autonomia intelectual e deve ser intrínseca ao ensino, bem como estar orientada ao estudo e à busca de soluções para as questões teóricas e práticas da vida cotidiana dos sujeitos trabalhadores” (RAMOS, 2014, p. 93).

Vieira *et al.* (2019) estabelecem que a garantia do espírito de investigação como parte do dia a dia do futuro profissional vincula-se à proposta de uma pesquisa que articule seus princípios científico, formativo e educativo no decorrer do processo de formação. Nessa triangulação, o espaço de formação profissional poderá servir-se de uma pesquisa que “[...] em seu princípio científico defina, ampare e alimente os aspectos formativos e educativos e que estes, pelo seu sentido pedagógico, estimulem o pensamento dos estudantes, mantendo-os em constante estado de aprender a aprender” (VIEIRA *et al.*, 2019, p. 283).

educação profissional
(mais):



FORMAÇÃO
INTEG



PESQUISA

TEMA: CONCEITOS ESTRUTURANTES DA EPT.

OBJETIVO: conhecer conceitos importantes para a construção de uma educação politécnica, caracterizada como unitária e universal.

CONTEÚDOS:

1. A educação politécnica como garantia da realização de escolhas e a construção de caminhos para a produção de vida.

- Integração das diversas dimensões da vida no processo educativo na busca pela superação da divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar.
- A formação humana integral como proposta de autonomia e emancipação dos sujeitos.

2. O trabalho: meio de apropriação social dos potenciais da natureza.

- O trabalho como princípio educativo.
- A articulação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

3. Ensino com pesquisa na EPT.

- A pesquisa como princípio pedagógico.

Clique na seta para
avançar.



POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS



X

PRIMEIRO MOMENTO: os participantes entregarão a resenha elaborada previamente com base no material de Vieira (2019) – Breve apanhado sobre educação e tecnologia. Na sequência, será feita uma reflexão, no formato de roda de conversa, acerca da promoção de uma educação emancipadora, conceito central do material indicado.

SEGUNDO MOMENTO: divisão dos participantes em pequenos grupos para a leitura dirigida da Parte III, Conceitos e concepções, do livro de Pacheco (2012).

Questões norteadoras para a leitura:

- Quais pressupostos ajudam a compreender o conceito de formação humana integral?
- Como é possível alcançar uma cidadania plena? Qual é o papel que a educação desempenha no contexto da cidadania?
- De que forma o trabalho pode ser definido como educativo a partir de seus sentidos ontológico e histórico?
- Como os conceitos de trabalho, ciência, tecnologia e cultura estão articulados na formação humana?
- Por que é necessário fortalecer a relação entre ensino e pesquisa?



Clique na seta para voltar.

Clique na seta para avançar.





TERCEIRO MOMENTO: após a leitura de Pacheco (2012), os pequenos grupos deverão confeccionar um [mapa mental](#) com os seguintes conceitos:

- Formação humana integral;
- Trabalho como princípio educativo;
- A articulação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura;
- Pesquisa como princípio pedagógico.



Serão distribuídas folhas A4, cartolinas e canetas coloridas para que os participantes manifestem suas criatividade.

QUARTO MOMENTO: o mapa mental confeccionado será apresentado ao grande grupo e os participantes indicarão como elaboraram a amarração entre os conceitos delineados e o conhecimento adquirido.

RECURSOS: materiais impressos, folhas A4, cartolinas e canetas coloridas.



Clique na seta para voltar.

Clique na seta para avançar.



TERCEIRO MOMENTO: após a leitura de Pacheco (2012), os pequenos grupos deverão confeccionar um mapa mental com os seguintes conceitos:

- Formação humana integrada
- Trabalho como princípio pedagógico
- A articulação entre trabalho e conhecimento
- Pesquisa como princípio pedagógico

Serão distribuídas folhas A4, cartolinas e canetas coloridas para que os participantes manifestem suas criatividade.

QUARTO MOMENTO: o mapa mental confeccionado será apresentado ao grande grupo e os participantes indicarão como elaboraram a amarração entre os conceitos delineados e o conhecimento adquirido.

RECURSOS: materiais impressos, folhas A4, cartolinas e canetas coloridas.

Para compreender melhor como confeccionar um mapa mental, clique aqui.



Clique na seta para voltar.

Clique na seta para avançar.





AVALIAÇÃO: ao longo de cada encontro, será avaliada a participação e o envolvimento do cursista nas atividades propostas e, ao final, será requisitada sua autoavaliação por escrito. Uma semana após o encerramento do curso, dispondo do material trabalhado e dos conhecimentos adquiridos, o cursista entregará um projeto sobre a implementação de alguma prática educativa que buscou promover em seu ambiente de trabalho e encontrou dificuldades ou sugerir alguma prática educativa a ser empreendida e que, durante e/ou após o curso, tenha reconhecido como relevante. Ainda, no último encontro, responderá a um breve questionário para avaliar o curso.

Clique aqui para
voltar

Referências básicas

PACHECO, E. **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio**. Propostas de Diretrizes curriculares. São Paulo: Moderna, 2012, p. 58-72.

VIEIRA, L.R. **A Relevância do Desenvolvimento do Pensamento Crítico no Ensino Profissional como Condição para a Emancipação**. 2019. 58 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, p. 18-38. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/19228/DIS_PPGEPT_2019_VIEIRA_LUCIANA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 jun. 2020

Referências complementares

DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. R. Politecnicia e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, dec. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782015000401057&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 jun. 2020.

PASQUALLI, R.; SILVA, A.; SILVA, V. G. A Pesquisa como Princípio Educativo no Currículo Integrado. **Debates em Educação**, Maceió, v. 11, n. 24, p. 509-522, ago. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/6294>. Acesso em: 20 jun. 2020.



ENCONTRO III - O COMPROMISSO DOS IFs COM A PRÁTICA EDUCATIVA DOS ESTUDANTES DO EMIEP



As concepções de educação profissional e tecnológica elucidadas anteriormente dispõem de grande expressividade no [EMIEP](#), período da educação básica “[...] em que a relação entre ciência e práticas produtivas se evidencia; é a etapa biopsicológica e social de seus estudantes em que ocorre o planejamento e a necessidade de inserção no mundo do trabalho, no mundo adulto” (RAMOS, 2008, p. 12).

O EMIEP tem o papel de recuperar a relação entre o conhecimento e a prática do trabalho. Trata-se de explicitar, tanto no domínio teórico quanto no prático, como o conhecimento e a ciência se convertem de potência espiritual em material no processo produtivo (SAVIANI, 2007).





As concepções de educação profissional e tecnológica elucidadas anteriormente dispõem de grande expressividade no [EMIEP](#), perfazendo da

O EMIEP é regido pelo Decreto nº 5.154 (BRASIL, 2004, n.p), mais especificamente pelo parágrafo 1º do artigo 4º: e seus estudos e pesquisas são regidos pelo artigo 5º (BRASIL, 2004, n.p). (BRASIL, 2004, p. 12).

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno.

O EMIEP tem o papel de recuperar a relação entre o conhecimento e a prática do trabalho. Trata-se de um processo em que tanto no domínio teórico quanto no prático, como o conhecimento e a ciência se convertem de potência espiritual em material no processo produtivo (SAVIANI, 2007).





Os IFs devem garantir em cada exercício:

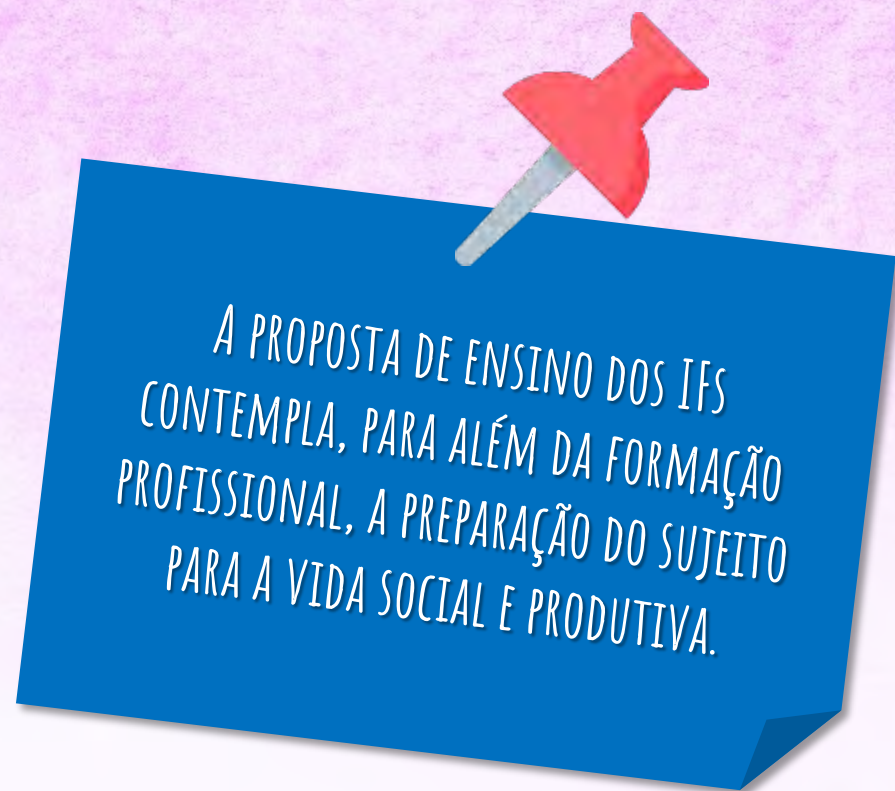


50% de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio.



Prioritariamente na forma de cursos integrados, conforme a Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008).





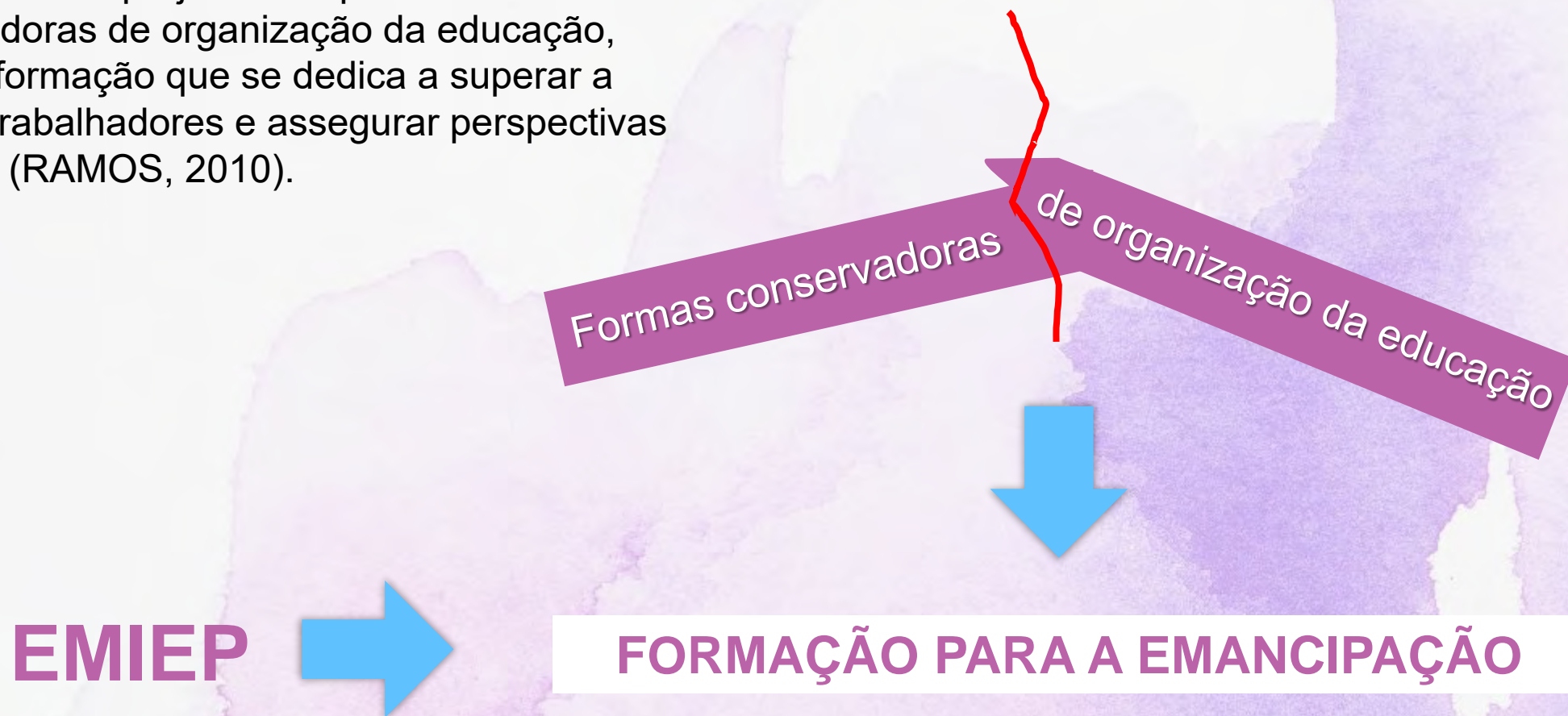
Ademais, os IFs oportunizam novos arranjos para o ensino médio, por meio da articulação dele à EPT, conduzindo ao EMIEP. Por conseguinte, impulsionam o estudante a tornar-se um cidadão capaz de conceber o processo produtivo e seu papel dentro dele, com base nas suas necessidades pessoais e nas relações sociais estabelecidas, construindo novos conhecimentos (PACHECO, 2015).



“O Ensino Médio Integrado (EMEI) é a expressão curricular da Educação Integral, possibilitando uma formação que contemple todas as dimensões do ser humano, não fragmentando a compreensão dos fenômenos naturais e sociais, articulando os currículos com as práticas sociais, superando a simples aquisição de habilidades instrumentais, sem a compreensão de seu papel no processo produtivo” (PACHECO, 2020, p. 12).



O EMIEP simboliza um projeto de ruptura com as formas conservadoras de organização da educação, pois visa a uma formação que se dedica a superar a dominação dos trabalhadores e assegurar perspectivas de emancipação (RAMOS, 2010).





“Ao articular os currículos com as práticas sociais e viabilizar a compreensão do sujeito acerca de seu papel no processo produtivo, o EMIEP caracteriza-se como a expressão curricular da educação integral ” (PACHECO, 2020).

Ramos (2008) aborda o [currículo](#) do ensino médio integrado por considerá-lo uma etapa fundamental na formação dos sujeitos. Para a autora, a integração entre conhecimentos gerais e específicos resulta em uma totalidade curricular.





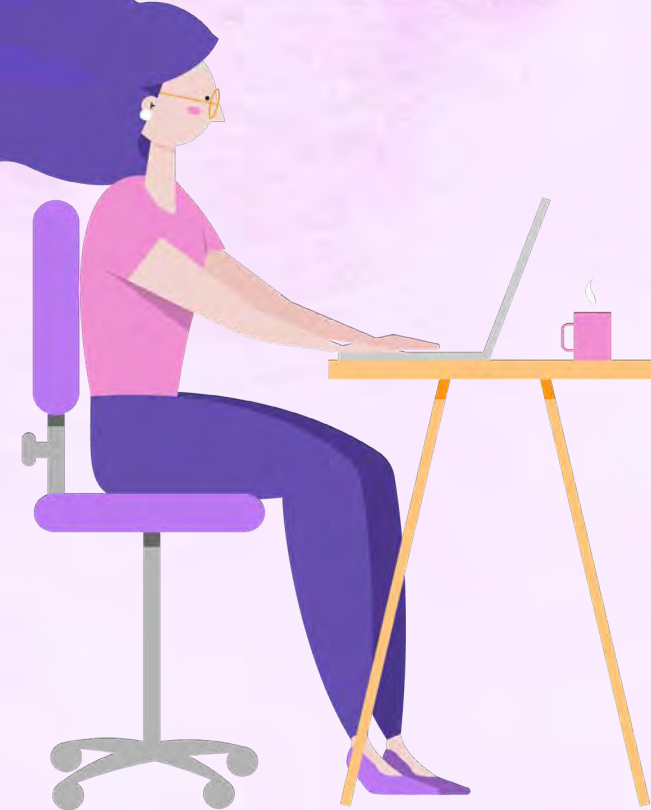
“Ao articular os currículos com as práticas sociais e viabilizar a compreensão do sujeito acerca de seu papel no processo produtivo, o EMIEP caracteriza-se como a expressão curricular da educação integral ” (PACHECO, 2020).



No tocante ao currículo, ressalta-se sua função organizadora e unificadora do ensinar e do aprender. Desde suas origens, esclarece Sacristán (2013), ele comporta-se como um instrumento capaz de estruturar a escolarização segundo regras, normas e uma ordem pré-estabelecida. Reflete o momento histórico no qual o sistema educacional se encontra, vinculando-se às relações e aspirações sociais contemporâneas.

Ran
inte

formação dos sujeitos. Para a autora, a integração entre conhecimentos gerais e específicos resulta em uma totalidade curricular.



“[...] nenhum conhecimento específico é definido como tal se não consideradas as finalidades e o contexto produtivo em que se aplicam. [...] se ensinado exclusivamente como conceito específico, profissionalizante, sem sua vinculação com as teorias gerais do campo científico em que foi formulado, provavelmente não se conseguirá utilizá-lo em contextos distintos daquele em que foi aprendido” (RAMOS, 2008, p. 14).

Clique aqui para
conhecer a
proposta de
atividade para este
tema.



TEMA: O COMPROMISSO DOS IFS COM A PRÁTICA EDUCATIVA DOS ESTUDANTES DO EMIEP.

OBJETIVO: Analisar a importância do EMIEP na proposta de ensino dos IFS visando a implementar práticas educativas potencializadoras do processo de ensino-aprendizagem nessa etapa da formação dos sujeitos.

CONTEÚDOS:

1. O EMIEP como um projeto de ruptura com as formas conservadoras de organização da educação.

- Fundamentos históricos e políticos do EMIEP.
- EMIEP: avanços, desafios e proposições.

2. O currículo integrado.

- Currículo: história e concepções.
- O currículo pensado como uma relação entre partes e totalidade.

Clique na seta para avançar.



POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS:



PRIMEIRO MOMENTO: Objetivando-se o desenvolvimento de um [painel integrado](#), nesta etapa ocorrerá a divisão dos participantes em pequenos grupos para que leiam o artigo ou capítulo de livro indicado e elaborem uma síntese a partir de um tema previamente estabelecido. Os artigos e temas serão os seguintes:

1. Artigo: Ensino médio integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão, Ramos (2017). **Tema:** fundamentos históricos e políticos do EMIEP.

2. Artigo: Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral?, Moura (2013). **Tema:** EMIEP: avanços, desafios e proposições.

3. Capítulo de livro: O que significa o currículo, Sacristán (2013). **Tema:** currículo: história e concepções.

4. Artigo: O currículo para o Ensino Médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas, Ramos (2011). **Tema:** o currículo pensado como uma relação entre partes e totalidade.



Clique na seta para voltar.

Clique na seta para avançar.



POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS:

PRIMEIRO MOMENTO: Objetivando-se o desenvolvimento de um painel integrado, nesta etapa os grupos para que leia

uma síntese a partir de temas serão os seguintes:

1. Artigo: Ensino nos tempos de regressão política do EMIEP.

2. Artigo: Ensino médio ou travessia para a EMIEP: avanços, desafios e proposições.

3. Capítulo de livro: O que significa o currículo, Sacristán (2013). **Tema:** currículo: história e concepções.

4. Artigo: O currículo para o Ensino Médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas, Ramos (2011). **Tema:** o currículo pensado como uma relação entre partes e totalidade.

É “um recurso didático que auxilia no desenvolvimento da aula, construída juntamente com o estudante, fazendo desse momento um meio de interação e assimilação do conteúdo, bem como possibilita aos partícipes a autonomia, iniciativa e reflexão” (INOCENTE; CASTAMAN; VIEIRA, 2017, p. 4097).

← Clique na seta para voltar.

Clique na seta para avançar. →

POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS:

X

SEGUNDO MOMENTO: Os participantes serão redistribuídos de tal forma que cada novo pequeno grupo seja composto por integrantes de cada pequeno grupo anterior. Cada participante compartilhará com o novo pequeno grupo os entendimentos formulados previamente, possibilitando que todos tenham conhecimento das ideias levantadas pelos demais.

TERCEIRO MOMENTO: Os pequenos grupos deverão propor uma síntese por escrito que relacione os materiais estudados por cada pequeno grupo inicial, sustentando uma associação lógica entre os conteúdos abordados.

QUARTO MOMENTO: Mantendo-se nos pequenos grupos, os participantes apresentarão a reflexão proposta, ou seja, o conhecimento resultante da comunicação, participação, cooperação e integração entre eles.

QUINTO MOMENTO: Encaminhamentos de estudos e preparação de atividade para o próximo encontro. Os participantes deverão pesquisar acerca do histórico e das tentativas atuais de definição do conceito profissionais da educação. Os seguintes documentos serão indicados para serem utilizados pelos participantes como base para a atividade: LDB (BRASIL, 1996), Documentos Finais das Conferências Nacionais de Educação (CONAEs) (BRASIL 2010, 2014, 2018) e Brzezinski (2014). Essas leituras serão opcionais e servirão como apoio aos participantes. Espera-se, com isso, que eles consigam diversificar seus estudos.



Clique na seta para
voltar.

Clique na seta para
avançar.





RECURSOS: Materiais impressos, folhas A4 e canetas esferográficas.

AVALIAÇÃO: Ao longo de cada encontro, será avaliada a participação e o envolvimento do cursista nas atividades propostas e, ao final, será requisitada sua autoavaliação por escrito. Uma semana após o encerramento do curso, dispondo do material trabalhado e dos conhecimentos adquiridos, o cursista entregará um projeto sobre a implementação de alguma prática educativa que buscou promover em seu ambiente de trabalho e encontrou dificuldades ou sugerir alguma prática educativa a ser empreendida e que, durante e/ou após o curso, tenha reconhecido como relevante. Ainda, no último encontro, responderá a um breve questionário para avaliar o curso.



Clique na seta para voltar.

Clique aqui para voltar ao início.

Referências básicas

MOURA, D. H. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/10.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

RAMOS, M. N. O currículo para o Ensino Médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 771-788, Set. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302011000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 jul. 2020.

RAMOS, M. N. Ensino médio integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. *In*: ARAÚJO, A. C.; SILVA, C. N. N. **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: IFB, 2017.

SACRISTÁN, J. G. O que significa o currículo. *In*: SACRISTÁN, J. G. *et al.* **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 16-35.

Referências complementares

ENSINO MÉDIO INTEGRADO NOS INSTITUTOS FEDERAIS. Roda de conversa conduzida por Arthur Rezende da Silva. [S.L.: s. n.], 2017. Publicado pelo canal IFF Tube Campus Itaperuna. 1 vídeo (1h 36 min 53seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vouyA7fLzYQ>. Acesso em: 22 de jun. 2020.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. *In*: MOLL, J. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2010. Cap. 1, p. 25-41.

MACHADO, L. R. S. Ensino médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. *In*: MOLL, J. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2010. Cap. 4, p. 80-95.

MOURA, D. H. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. *In*: MOLL, J. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2010. Cap. 3, p. 58-79.

RAMOS, M. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. *In*: MOLL, J. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2010. Cap. 2, p. 42-57.



MÓDULO II – PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NA EPT E A FC

INICIAR



EMENTA

Profissional da educação como todo aquele que implementa práticas educativas no contexto escolar. Profissional da educação na EPT. A construção histórica e o papel político e social da FC dos profissionais da educação. A FC no alinhamento das práticas educativas aos princípios e às diretrizes dos IFs.



ENCONTRO I – PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO



Nos últimos anos, percebe-se um aumento na tentativa de definir o termo profissionais da educação nos espaços de debates da área da educação nacional:

Documentos Finais das Conferências Nacionais de Educação

2010

Utiliza-o para se referir aos professores, especialistas, funcionários de apoio e técnico-administrativos que atuam nas instituições e sistemas de ensino (BRASIL, 2010b).



2014 e 2018

Retomam o conceito e o delimitam como equivalente aos profissionais referidos na LDB, acrescidos dos que atuam na educação superior, bem como dos servidores técnico-administrativos e de apoio já reconhecidos como tais no Documento Final da CONAE 2010 (BRASIL, 2014a, 2018).

Clique aqui para ler o que diz no artigo 61 da LDB (BRASIL, 1996), após ter sido alterado pela Leis nº 12.014 e nº 13.415 (BRASIL, 2009, 2017, n.p.)



Nos últimos anos, percebe-se um aumento na tentativa de definir o termo profissionais da educação nos espaços de debates da área da educação nacional:

Documentos Finais das Comissões

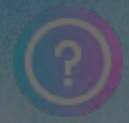
2010

Formação e Valorização dos Profissionais da Educação, utiliza-o para se referir aos professores, especialistas, funcionários de apoio e técnico-administrativos que atuam nas instituições e sistemas de ensino (BRASIL, 2010b).

A maior parte dos estudos que versam acerca da FC dos profissionais da educação está centrada na atuação docente (SILVEIRA; CASTAMAN, 2020).

Retomam o conceito e o delimitam como equivalente aos profissionais referidos na LDB, acrescidos dos que atuam na educação superior, bem como dos servidores técnico-administrativos e de apoio já reconhecidos como tais no Documento Final da CONAE 2010 (BRASIL, 2014a, 2018).

Clique aqui para ler o que diz no artigo 61 da LDB (BRASIL, 1996), após ter sido alterado pela Leis nº 12.014 e nº 13.415 (BRASIL, 2009, 2017, n.p.)



Nos últimos a
e

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:



Docu

I - professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio (BRASIL, 2009);

Profissionais da
al:

cação

18

limitam como
referidos na LDB,
educação superior,
co-administrativos
como tais no
2010 (BRASIL,

de diz no
(L, 1996),
a Leis nº
SIL, 2009,

Formação e Va
Educação, t
professores, esp
e técnico-adr
instituições e s

II - trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas (BRASIL, 2009);

III - trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim (BRASIL, 2009);

IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36 (BRASIL, 2017);

V - profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2017).



A existência da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (**ANFOPE**) é outro dado a se considerar nesse contexto. Ela apresenta um percurso de lutas e enfrentamentos de desafios com foco na docência como base da identidade profissional de todo educador. Tem como objetivo fomentar “[...] o conhecimento no campo da formação e da valorização dos profissionais da educação, por meio da mobilização de pessoas, de entidades e de instituições dedicadas à esta finalidade” (ANFOPE, 2012, p. 1).

docência

Porém, apesar de a ANFOPE ter em sua denominação o termo profissionais da educação, a maioria dos documentos, senão a totalidade, tem como pilar a docência.

Clique na aba branca para continuar a leitura

COM BASE NESSAS OBSERVAÇÕES,
CONSTATA-SE: É PRECISO INVESTIR EM
ESTUDOS QUE CONSIDEREM O CONJUNTO DE
PROFISSIONAIS DA COMUNIDADE ESCOLAR A
PARTIR DE UMA MESMA PERSPECTIVA,
LINGUAGEM E COMPREENSÃO, RESPEITADAS
AS SUAS ATRIBUIÇÕES E ESPECIFICIDADES.



MÓDULO II – PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NA EPT E A FC

ENCONTRO I – PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

É imprescindível perceber todos os profissionais da educação como potenciais agentes de aprendizagens significativas e valorizar suas atuações, pois a permanência e o sucesso dos estudantes também dependem de atitudes dos profissionais da escola como:



Considera-se fundamental a ampliação recebida pelo termo, visto que os servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs), importante categoria de profissionais da EPT, não são contemplados em outros documentos ou dispositivos legais.



Diante de tais considerações,
considera-se profissional da educação
todo aquele que implementa práticas
educativas no contexto escolar. “A
prática educativa é algo mais do que a
expressão do ofício dos professores, é
algo que não lhes pertence por inteiro,
mas um traço cultural compartilhado
[...].” (SACRISTÁN, 1999, p. 91)



Clique aqui para
conhecer a
proposta de
atividade para este
tema.



TEMA: PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.



OBJETIVO: provocar reflexões a respeito das definições do conceito de profissionais da educação, de modo a perceber esses enquanto profissionais que implementam práticas educativas no contexto da EPT.

CONTEÚDOS:

1. Profissional da educação como todo aquele que implementa práticas educativas no contexto escolar.

- Breve histórico acerca do conceito de profissionais da educação.
- Tentativas atuais de definição do termo profissionais da educação.

2. Profissional da educação na EPT.

- Configuração do quadro de servidores dos IFs.
- Práticas educativas no processo de ensino-aprendizagem na EPT.

Clique na seta para
avancar.



POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS:



PRIMEIRO MOMENTO: acolhida de um gestor, de algum IF, convidado a dialogar com os participantes quanto à configuração do quadro de servidores dos IFs, à diversidade de cargos e funções dos profissionais da educação nos espaços da EPT e, conseqüentemente, à possibilidade de se promover múltiplos saberes e fazeres que visem à formação humana integral nessas instituições.

SEGUNDO MOMENTO: após a palestra, os participantes serão convidados a formar uma roda de conversa para a discussão e compreensão das informações e dos conhecimentos compartilhados pelo gestor.

TERCEIRO MOMENTO: contando com os materiais indicados e os direcionamentos dados ao final do encontro anterior, os participantes apresentarão o resultado de suas pesquisas prévias sobre o histórico e as tentativas atuais de definição do termo profissionais da educação.



Clique na seta para voltar.

Clique na seta para avançar.





X

QUARTO MOMENTO: encerradas as apresentações, por se tratar de um conteúdo novo e repleto de impasses conceituais, os participantes serão incentivados a pensar de maneira reflexiva, crítica e criativa para buscar soluções ao problema. Em um quadro branco, será traçada uma tabela com questões problematizadoras organizadas em colunas. Os participantes terão tempo para analisá-las e, na sequência, exporem suas conclusões nas linhas da tabela no quadro. Ao final, todos poderão olhar para a construção coletiva e pensarem juntos soluções para a definição do conceito de profissionais da educação.

Questões problematizadoras:

- Você considera importante a ampliação do termo profissionais da educação para todo aquele que implementa práticas educativas no contexto escolar? Em caso positivo, por quê?
- Você acredita que se o conceito de profissionais da educação estiver centrado na docência, outros profissionais da EPT carecerão de investimentos para os seus aprimoramentos pessoais e profissionais? Se sua resposta for positiva, quais consequências você percebe que essa realidade pode trazer para esses profissionais e para os IFs?
- Quais ações você pensa que devem ser efetivadas para que todos os profissionais da educação sejam reconhecidos como potenciais agentes mediadores de aprendizagens? Em quais espaços essas ações podem ser desenvolvidas?



Clique na seta para voltar.

Clique na seta para avançar.



QUINTO MOMENTO: encaminhamentos de estudos e preparação de atividade para o próximo encontro. A técnica de grupo de verbalização e de observação (GV/GO) será explicada aos participantes e, na sequência, eles serão divididos em dois grupos. Todos deverão ler Gatti (2008), Machado (2013), Fernandes (2018) e Silveira e Castaman (2020) e focar os estudos nos seguintes conteúdos: as políticas públicas como um meio de assegurar o aprimoramento dos profissionais da educação, a FC como ferramenta de desenvolvimento pessoal e profissional, fundamentação e operacionalização da FC nos IFs e a FC como um dispositivo de reforço e concretização dos pilares educacionais da EPT. Ambos os grupos sistematizarão os conhecimentos em uma apresentação e planejarão como realizar a observação da apresentação dos colegas. Essa atividade é desafiadora, pois é comum que se tenha mais dificuldade em ocupar o papel de observador. Nesse sentido, é importante incentivá-los na divisão de tarefas e na criação de diretrizes para a orientação da análise do conteúdo recomendado. Por fim, será sugerido que eles incluam uma ferramenta digital para o ensino nas apresentações, pois são dispositivos inovadores e capazes de promover um processo de ensino-aprendizagem dinâmico, interativo e criativo.



Clique na seta para voltar.

Clique na seta para avançar.





RECURSOS: computador, projetor multimídia, slides em PPT, quadro branco e canetas coloridas para quadro branco.

AVALIAÇÃO: ao longo de cada encontro, será avaliada a participação e o envolvimento do cursista nas atividades propostas e, ao final, será requisitada sua autoavaliação por escrito. Uma semana após o encerramento do curso, dispondo do material trabalhado e dos conhecimentos adquiridos, o cursista entregará um projeto sobre a implementação de alguma prática educativa que buscou promover em seu ambiente de trabalho e encontrou dificuldades ou sugerir alguma prática educativa a ser empreendida e que, durante e/ou após o curso, tenha reconhecido como relevante. Ainda, no último encontro, responderá a um breve questionário para avaliar o curso.

Clique aqui para
voltar ao início



Clique na seta para
voltar.

Referências básicas

BRASIL. **Construindo o sistema nacional articulado de educação:** o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação. Documento Final. 2010. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final.pdf. 14 abr. 2018.

BRASIL. **Relatório Final.** 2014. Disponível em: http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/documento_final_CONAE_2014.pdf. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRASIL. **Documento Base:** Relatório Final. 2018. Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/Documento_Base_-_Relatorio_Final_da_CONAE_2018.pdf. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRZEZINSKI, I. **Formação de profissionais da educação (2003-2010).** Brasília: INEP/ANPEd, 2014.

Referências complementares

FERNANDES, M. W. A formação continuada dos profissionais da educação na educação profissional e tecnológica: o lugar ocupado pelo social. *In:* CASTAMAN, A. S.; VIEIRA, J. A. **Gestão da Educação Profissional e Tecnológica:** elementos para reflexão. 1. ed. Curitiba: CRV, 2018, p. 49-60

SILVEIRA, F. R.; CASTAMAN, A. S. Formação continuada de profissionais da educação: problematizações na educação profissional e tecnológica. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico (EDUCITEC)**, Manaus, v. 6, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/934/476>. Acesso em: 12 jun. 2020.



ENCONTRO II - A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E O PAPEL POLÍTICO E SOCIAL DA FC DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO



PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO



Potenciais agentes mediadores de aprendizagens.



Implementam práticas educativas no contexto escolar.



Professor, pedagogo, psicólogo, assistente social, entre outros.



PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Potenc

Constata-se que a maior parte das pesquisas que versam acerca da FC dos profissionais da educação está centrada na atuação docente, esclarecem Silveira e Castaman (2020). A categoria dos TAEs é abordada com menos frequência e quando ocorre é focada em áreas profissionais específicas. Ainda, na maior parte dos estudos, o conceito de FC não lhes é atribuído. Portanto, na ausência de um aporte teórico consolidado que reflita sobre a FC dos profissionais da educação conforme a lógica defendida, adotar-se-á, para estes, as definições teóricas referentes à docência.

x

as no contexto

icólogo, assistente social, entre outros.



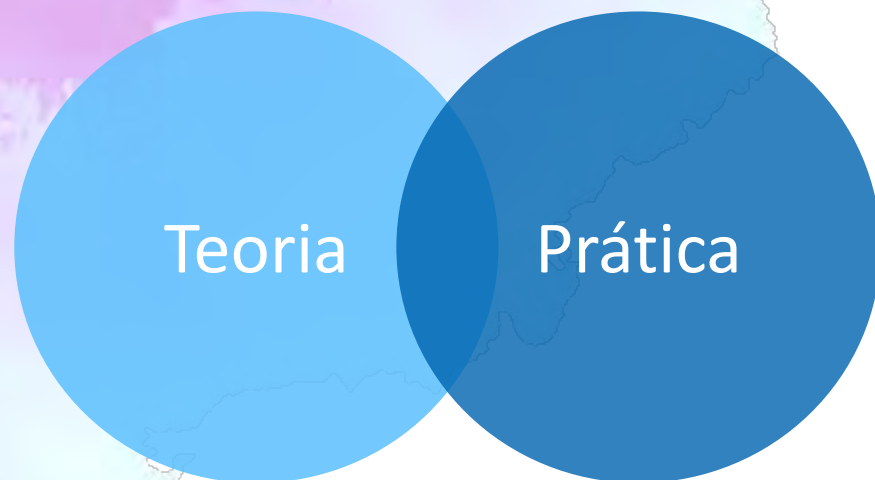
Nessa perspectiva, acredita-se que a FC desses profissionais é um meio de assegurar, com qualidade, a função social da educação e da instituição educativa, bem como de promover um alinhamento conceitual entre as práticas educativas, os princípios e as diretrizes dos IFs.






Nessa perspectiva, acredita-se que a FC desses profissionais é um meio de assegurar, com qualidade, a função social da educação e da instituição educativa, bem como de promover um alinhamento conceitual entre as práticas educativas, os princípios e as diretrizes dos IFs.

Para que os IFs desempenhem com sucesso seus papéis e promovam mediações que auxiliem os estudantes no conhecimento científico, cultural e do mundo do trabalho, é necessário potencializar o sentido político da ação educativa. Ou seja, ensinar para libertar os sujeitos da imposição de papéis sociais por meio da promoção da autonomia e autodeterminação, além do protagonismo em todos os âmbitos possíveis (FERNANDES, 2018, p. 52).



EDUCAÇÃO POTENCIALIZADORA



Clique na tela e veja o que acontece!

Ademais, para subsidiar uma educação potencializadora, urge-se basear essa formação “[...] na dialética entre teoria e prática, valorizando a prática profissional como momento de construção e ampliação do conhecimento, por meio da reflexão, análise e problematização do conhecimento e das soluções criadas no ato pedagógico” (BRASIL, 2010b, p. 79).



Com base nos princípios e nas diretrizes dos IFs, evidencia-se o quanto é necessário a escola organizar seu espaço e seus serviços visando a potencializar o processo de ensino-aprendizagem em todos os seus âmbitos.



Uma vez que o homem é constituído por “[...] um suporte biológico específico, o trabalho e os instrumentos, a linguagem, as relações sociais e uma subjetividade caracterizada pela consciência e identidade, pelos sentimentos e emoções e pelo inconsciente” (BOCK, 1995, p. 232), é indispensável perceber o estudante para além daquele que adquire conhecimento científico.

Com base nos princípios e nas diretrizes dos IFs, evidencia-se o quanto é necessário a escola organizar seu espaço e seus serviços visando a potencializar o processo de ensino-aprendizagem em todos os seus âmbitos.



Uma vez que o homem é constituído por “[...] um suporte biológico específico, o trabalho e os instrumentos, a linguagem, as relações sociais e uma subjetividade caracterizada pela consciência e identidade, pelos sentimentos e emoções e pelo inconsciente” (BOCK, 1995, p. 222), é indispensável perceber

Por pertencer a contextos históricos, sociais e culturais, está constantemente em contato com as pessoas e o mundo ao seu redor, atuando sobre essa realidade, modificando-a e transformando a si mesmo.

X





Considera-se, portanto, indispensável “[...] que os profissionais desses institutos, responsáveis por formar para as necessidades sociais e alternativas tecnológicas, vivenciem as bases educacionais da EPT para que se dediquem a empregá-las de maneira mais efetiva” (FERNANDES, 2018, p. 53).





Os profissionais da educação dos IFs devem estar aptos a conceber estratégias transversais e interdisciplinares fomentadoras da formação integral e significativa do estudante, mediante a elaboração de métodos e técnicas de trabalho responsáveis pela construção de projetos educativos capazes de contemplar a educação em seus diversos níveis de abrangência.



Para tanto, urge-se investir na FC desses profissionais da educação, mediadores do conhecimento, explorando, descobrindo e capacitando múltiplos potenciais de criação. Corrobora-se com a concepção dessa formação como um contínuo ao longo da vida profissional, um movimento que tenciona respostas aos diferentes desafios que emergem no início da carreira, no processo de desenvolvimento e na consolidação da experiência profissional (GATTI; BARRETO, 2009).



Na FC, as representações, atitudes e motivações dos sujeitos tornam-se essenciais na implementação de mudanças e produção de inovações na prática educativa.



Portanto, subsidiar o aprimoramento pessoal e profissional desses sujeitos, com base no compartilhamento de conhecimentos, experiências e intervenções na realidade vivenciada, apresenta-se como um dispositivo de reforço e concretização dos pilares educacionais da EPT.

TRABALHO COMO PRINCÍPIO
EDUCATIVO
Resulta da superação
da visão
UTILITARISTA E REDUCIONISTA
do
TRABALHO



Segundo Frigotto (2002), assumir o trabalho como princípio educativo na perspectiva do trabalhador implica inverter a relação situando o homem e todos os homens como sujeitos do seu dever.

Esse é um processo:

- ▶ Coletivo;
- ▶ Organizado;
- ▶ De busca prática;
- ▶ De transformação das relações sociais desumanizadoras e deseducativas.

“A consciência crítica é o primeiro elemento deste processo que permite perceber que é dentro destas velhas e adversas relações sociais que podemos construir outras relações, onde o trabalho se torne manifestação de vida e, portanto, educativo” (FRIGOTTO, 2002, p.14).



A qualidade do processo de ensino-aprendizagem é resultado de práticas educativas organizadas a partir da observação, análise e atuação de uma equipe articulada, não de ações individualizadas. Depende de transformações no campo “[...] da organização escolar, envolvendo a estrutura física e as condições de funcionamento, a estrutura organizacional, a cultura organizacional, as relações entre alunos, professores, funcionários, as práticas colaborativas e participativas” (LIBÂNEO, 2009, p. 3).





- ▶ Dito isso e em consonância com Silveira e Castaman (2020), entende-se a FC em EPT como uma forma consistente de inserir todos os profissionais da educação no processo de ensino-aprendizagem por meio do aperfeiçoamento de seus conhecimentos pedagógicos e não apenas técnicos.

Ademais, conforme pontua Fernandes (2018, p. 53), “[...] esse processo possibilita a elaboração e sistematização das experiências pessoais e profissionais dos sujeitos, constituindo-se, entre outros aspectos, em um dispositivo de reflexão, criação e inovação de práticas educativas”.



"[...] OS PROCESSOS FORMATIVOS, PARA TODOS OS QUE ATUAM NA EDUCAÇÃO, DEVEM CONTRIBUIR PARA A APROPRIAÇÃO DE MEIOS, MECANISMOS E INSTRUMENTOS QUE PERMITAM INTERVENÇÕES MAIS SATISFATÓRIAS DO PONTO DE VISTA PEDAGÓGICO, NO DIA-A-DIA, A PARTIR DA COMPREENSÃO DOS CONDICIONANTES SOCIOPOLÍTICOS E ECONÔMICOS QUE PERMEIAM A ORGANIZAÇÃO ESCOLAR" (BRASIL, 2010A, P. 75).



APESAR DE CONTRIBUIR PARA O CONTÍNUO APRIMORAMENTO DESSES PROFISSIONAIS E, POR CONSEQUINTE, DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM, ESSE PERCURSO NÃO SUBSTITUI UMA FORMAÇÃO INICIAL DE QUALIDADE. ALÉM DO MAIS, AS LICENCIATURAS QUE FORMAM PARA ATUAR EM EPT SÃO RARAS, “[...] ESSE É UM OFÍCIO QUE EXIGE DO SUJEITO UMA DISPOSIÇÃO A APRENDER E PRATICAR COTIDIANAMENTE SEUS PRINCÍPIOS/FUNDAMENTOS” (CASTAMAN; RODRIGUES, 2020B, P. 7).



Segundo Vieira, Vieira e Belucar (2018), as mudanças sociais e do mundo do trabalho demandam atualização profissional, evidenciando a importância da FC na EPT.

"Trata-se de uma busca constante de melhorar a qualidade do ensino e de refletir acerca da prática educativa, a qual tem como objetivo o desenvolvimento pleno do estudante" (VIEIRA; VIEIRA; BELUCAR, 2018, p. 108).

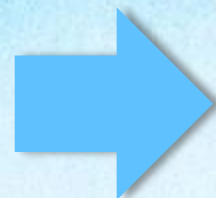


Segundo Nóvoa (2002), esse processo deve ocorrer por meio de dispositivos de (auto)formação assistida e participada, além de modalidades de apoio e de consultoria entre todos os atores implicados no processo – corpo profissional e organização escolar –, assim como promover mudanças educacionais e redefinir papéis profissionais.






O conhecimento deve ser construído com base na reflexão prática e deliberativa a partir do saber analisar e saber analisar-se. "Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projectos [sic] próprios, com vista à construção de uma identidade, que também é uma identidade profissional" (NÓVOA, 2002, p. 38-39).



Evidencia-se que a formação humana integral envolve relações entre pessoas e grupos sociais, implica em um comprometimento moral de seus agentes e urge "[...] formar sujeitos racionais mediante a valorização da razão crítica, o resgate do sentido da busca da autonomia e a afirmação de uma ciência não absolutizada conectada ao contexto social e cultural" (LIBÂNEO, 2001, p. 22).

A light blue silhouette of a human head in profile, facing right. Inside the head, several puzzle pieces are arranged, symbolizing thought, learning, or the construction of knowledge.

A FC dos profissionais da educação pode viabilizar a sistematização e formalização dos saberes de seus membros, a ampliação de conhecimentos, o compartilhamento de experiências, o investimento em práticas educativas criativas, bem como servir de inspiração para a consolidação de espaços dessa natureza formativa na instituição.



É preciso também estimular percursos educativos que permitam a esses profissionais uma apropriação dos seus processos de formação e um protagonismo em suas práticas cotidianas.

Para tanto, deve-se reconhecer e reafirmar a função docente e dos demais profissionais associados ao processo educativo a partir de políticas que valorizem “[...] sua contribuição na transformação dos sistemas educacionais, considerando-os como sujeitos e formuladores de propostas e não meros executores” (BRASIL, 2010a, p. 77).





É preciso também estimular percursos educativos que permitam a esses profissionais uma apropriação dos seus processos de formação e um protagonismo em suas práticas cotidianas.

Destacam-se como políticas públicas [...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

Para tanto, deve-se reconhecer e reafirmar a função docente e dos demais profissionais associados ao processo educativo a partir de políticas que valorizem “[...] sua contribuição para a transformação dos processos educacionais, tratando-os como sujeitos e não como objetos de propostas e não como atores” (BRASIL, 2010a, p. 77).



Para compreender como os dispositivos legais abordam o tema que estamos estudando, clique em cada ícone abaixo:



Artigo 39 da
Constituição
Federal



Decreto nº 5.707/06



Artigo 67, inciso II, da LDB
(BRASIL, 1996); Lei nº 13.005
(BRASIL, 2014b); Decreto nº 8.752
(BRASIL, 2016a) e Resolução
CNE/CP nº 2 (BRASIL, 2019b)



Portaria nº 15/16



Para compreender como os dispositivos legais abordam o tema que estamos estudando, clique em cada ícone abaixo:



Artigo 39 da
Constituição
Federal

O aprimoramento dos servidores é regulamentado pelo Governo Federal no artigo 39 da Constituição Federal. Seu parágrafo primeiro estipula a manutenção de escolas de governo pela União, Estados e Distrito Federal “[...] para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados” (BRASIL, 1988). Nessa perspectiva, surgiu a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) “[...] com a promessa de transformar a cultura e o modelo mental de cada agente público, com a missão de formar e desenvolver pessoas capazes de inovar, alcançar resultados e servir à sociedade” (BRASIL, 2020a, n.p).



Portaria nº 15/16



Para compreender como os dispositivos legais abordam o tema que estamos estudando, clique em cada ícone abaixo:



Artigo 39 da
Constituição
Federal

Já o [Decreto nº 5.707/06](#) instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP) e retratou a relevância da dimensão do desenvolvimento profissional como um componente da qualidade na prestação do serviço público. Esse dispositivo legal foi revogado pelo [Decreto nº 9.991](#) (BRASIL, 2019a), o qual dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, que visa a promover processos mais democráticos e acessíveis às ações nessa perspectiva em âmbito nacional e melhorar a qualidade na prestação de serviço aos cidadãos a partir de um planejamento eficiente e de uma qualificação mais efetiva dos servidores.

X



Portaria nº 15/16

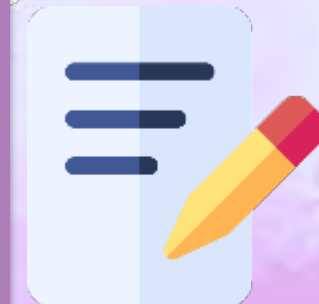


Para compreender como os dispositivos legais abordam o tema que estamos estudando, clique em , clique em



Artigo 39 da
Constituição
Federal

No que diz respeito ao aprimoramento do profissional da educação básica, destaca-se o artigo 67, inciso II, da LDB (BRASIL, 1996), a [Lei nº 13.005](#) (BRASIL, 2014b) – aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) –, o [Decreto nº 8.752](#) (BRASIL, 2016a) – trata da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica – e a Resolução [CNE/CP nº 2](#) (BRASIL, 2019b) – define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação); e o [Parecer CNE/CP nº 14](#) (BRASIL, 2020b) – define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada) – homologado pela [Portaria nº 882](#) (BRASIL, 2020c).



Portaria nº 15/16



Para compreender como os dispositivos legais abordam o tema que estamos estudando, clique em cada ícone abaixo:



Artigo 39 da
Constituição
Federal

Quanto aos profissionais da RFEPCT, verifica-se a [Portaria nº 15/16](#). Ela institui o Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (PLAFOR), “[...] com o objetivo de promover e fomentar ações de capacitação dos servidores, bem como motivá-los e mobilizá-los para a formação continuada, com o fito de potencializar a atuação da educação profissional, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica” (BRASIL, 2016b, p. 1).

2016a)



Portaria nº 15/16

Clique aqui para
conhecer a
proposta de
atividade para este
tema.





TEMA: A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E O PAPEL POLÍTICO E SOCIAL DA FC DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.

OBJETIVO: compreender a construção histórica e o papel político e social da FC dos profissionais da educação para assegurar uma educação de qualidade, bem como promover um alinhamento conceitual entre as práticas educativas, os princípios e as diretrizes dos IFs.

CONTEÚDOS:

1. A construção histórica e o papel político e social da FC dos profissionais da educação.

- Políticas públicas: um meio de assegurar o aprimoramento dos profissionais da educação.
- A FC como ferramenta de desenvolvimento pessoal e profissional.

2. A FC no alinhamento das práticas educativas aos princípios e às diretrizes dos IFs.

- A FC nos IFs: fundamentação e operacionalização.
- A FC como um dispositivo de reforço e concretização dos pilares educacionais da EPT.

Clique na seta para avançar.



POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS

PRIMEIRO MOMENTO: contando com os materiais indicados e os direcionamentos dados ao final do encontro anterior, os grupos, já formados, serão identificados, por sorteio, em grupo de verbalização (GV) e grupo de observação (GO), além de organizados em dois círculos, um interno e um externo, nessa ordem. Em turmas muito numerosas, o GO será numericamente maior que o GV. Vale lembrar que, ao final do encontro anterior, os participantes foram divididos em dois grupos e instruídos a estudarem os materiais recomendados tanto da perspectiva do GV quanto da perspectiva do GO. Portanto, eles precisam ter tarefas bem definidas entre si para uma apresentação estruturada, bem como para a observação da exposição dos conteúdos.

SEGUNDO MOMENTO: o coordenador do GV conduzirá os colegas no debate referente ao tema, enquanto o GO registrará as informações e organizará os dados apreendidos. Nesse momento, os participantes poderão utilizar as ferramentas digitais de ensino, como aconselhado no encontro anterior, para facilitar a construção do conhecimento e a interação com os colegas. Ademais, em turmas com muitos participantes, o GO pode ter subgrupos criados de acordo com tarefas diferenciadas de observação.



Clique na seta para voltar.

Clique na seta para avançar.





TERCEIRO MOMENTO: o GO fará o relato de suas análises e interpretações, ao passo que o GV ficará na escuta.

QUARTO MOMENTO: em conformidade com o número de participantes da turma, os grupos poderão trocar de função e lugar na roda, reiniciando-se o processo supracitado.

QUINTO MOMENTO: o formador auxiliará o grande grupo na construção do conhecimento por meio da ponderação, organização e síntese dos conteúdos apresentados.

RECURSOS: os recursos serão de livre escolha dos participantes e, caso sejam fornecidos pela instituição formadora, deverão ser solicitados com antecedência ao formador.



Clique na seta para voltar.

Clique na seta para avançar.





AValiação: ao longo de cada encontro, será avaliada a participação e o envolvimento do cursista nas atividades propostas e, ao final, será requisitada sua autoavaliação por escrito. Uma semana após o encerramento do curso, dispondo do material trabalhado e dos conhecimentos adquiridos, o cursista entregará um projeto sobre a implementação de alguma prática educativa que buscou promover em seu ambiente de trabalho e encontrou dificuldades ou sugerir alguma prática educativa a ser empreendida e que, durante e/ou após o curso, tenha reconhecido como relevante. Ainda, no último encontro, responderá a um breve questionário para avaliar o curso.



Clique na seta para voltar.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANFOPE: Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação

BCN-Formação: Formação Formação Inicial de Professores da Educação Básica

CONAE: Conferência Nacional de Educação

CNE: Conselho Nacional de Educação

CP: Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação

EMIEP: Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

ENAP: Escola Nacional de Administração Pública

EP: Educação Profissional

EPT Educação Profissional e Tecnológica

FC: Formação continuada

IF: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

IFES: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC: Ministério da Educação

PLAFOR: Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

PNDP: Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal

PNE: Plano Nacional de Educação

ProfEPT: Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica

RFEPCT: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SETEC: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

TAE: Técnico-Administrativo em Educação

Referências básicas

FERNANDES, M. W. A formação continuada dos profissionais da educação na educação profissional e tecnológica: o lugar ocupado pelo social. *In*: CASTAMAN, A. S.; VIEIRA, J. A. **Gestão da Educação Profissional e Tecnológica**: elementos para reflexão. 1. ed. Curitiba: CRV, 2018, p. 49-60

GATTI, B. A.. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 57-70, abr. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 jun. 2020.

MACHADO, L. R. S. Formação de professores para a educação profissional e tecnológica: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. *In*: MOURA, D. H. **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional**. Campinas: Mercado de Letras, 2013. Cap. 11, p. 347-362.

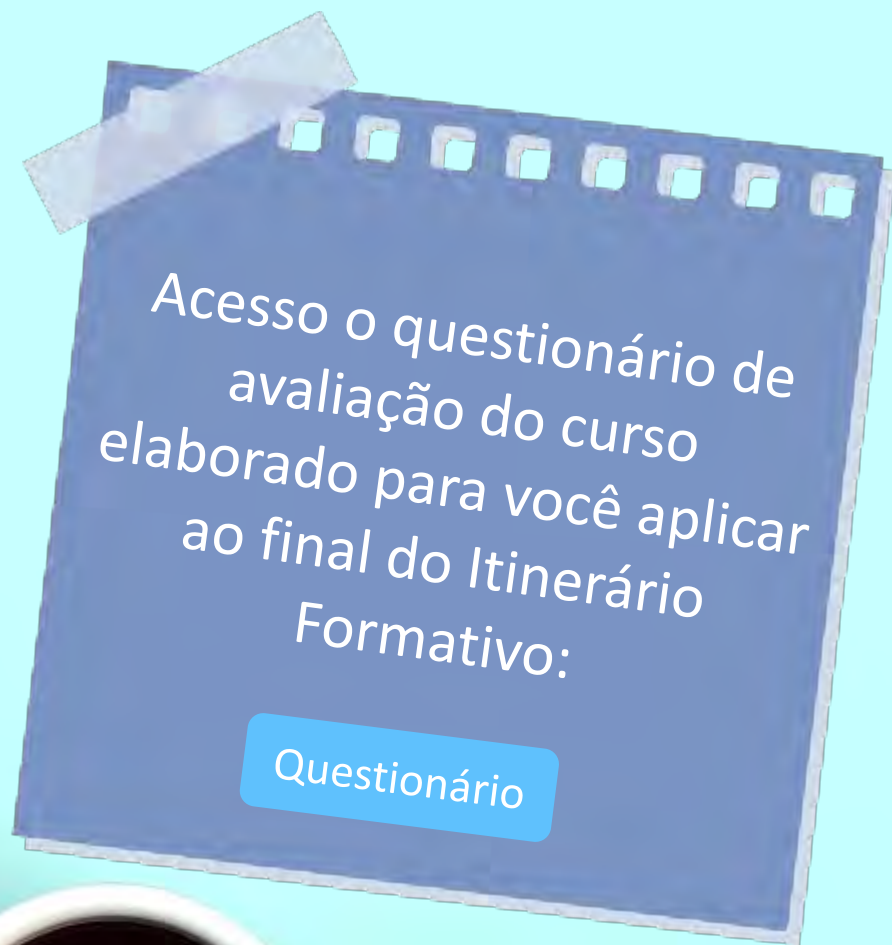
SILVEIRA, F. R.; CASTAMAN, A. S. Formação continuada de profissionais da educação: problematizações na educação profissional e tecnológica. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico (EDUCITEC)**, Manaus, v. 6, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/934/476>. Acesso em: 12 jun. 2020.

Referências complementares

BRANCHER, V. R.; RODRIGUES, R. A.; SOUZA, F. C. S. **Formação docente e Práxis na educação profissional**. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

VIEIRA, J. A.; VIEIRA, M. M. M.; BELUCAR, M. C. A. Formação continuada de professores da educação profissional: particularidades e ações necessárias. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 4, n. 10, p. 100-117, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/view/2518>. Acesso em: 02 jun. 2018.



O curso chegou ao
fim, mas você
pode acessar todo
o conteúdo
abordado no
ebook. Clique no
botão abaixo e
confira:

[Ebook](#)

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO CURSO

X



DADOS PESSOAIS:

1. Gênero: _____

2. Idade:

- a. 18 a 25 anos.
- b. 26 a 30 anos.
- c. 31 a 40 anos.
- d. 41 a 50 anos.
- e. 51 a 60 anos.
- f. Acima de 60 anos.

3. Local de trabalho: _____

4. Cargo:

- a. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.
- b. Professor Substituto do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.
- c. Técnico-Administrativo em Educação.

5. Nível de escolaridade:

- a. Fundamental.
- b. Médio.
- c. Graduação.
- d. Especialização.
- e. Mestrado.
- f. Doutorado.
- g. Pós-doutorado.

ou ao
cê
todo
o
no
e no
o e





QUESTÕES:

1. Senti-me motivado a realizar as ações propostas pelo curso:

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo.
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.

2. Considero que a linguagem utilizada foi de fácil entendimento:

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo.
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.

3. Penso que o conteúdo desenvolvido é adequado para a sua finalidade:

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo.
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.

4. Acredito que os materiais didáticos utilizados e os indicados são suficientes para uma boa fundamentação teórica dos conteúdos trabalhados:

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo.
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.



ou ao
cê
todo
o
no
e no
o e



5. Percebi o formador apto a desenvolver seu papel e mediar com qualidade o processo de ensino-aprendizagem:

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo.
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.

6. Senti-me satisfeito após completar o curso:

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo.
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.

7. Recomendaria o curso a outros colegas:

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo.
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.

8. Sinta-se à vontade para fazer críticas e/ou sugestões para o aprimoramento do curso: _____



ou ao
cê
todo
o
no
e no
o e



Parabéns!
Você acaba de
concluir o Itinerário
Formativo para
Profissionais da
Educação!

Referências

AGUIAR, L. E. V. de; PACHECO E. M. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como política pública. *In*: ANJOS; M. B. dos; RÔÇAS, G. **As políticas públicas e o papel social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Natal: IFRN, 2017, p. 13-35.

ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. Estratégias de ensinagem. *In*: ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 3. ed. Joinville: Univille, 2004, p. 67-100.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (ANFOPE). **Estatuto Social**. 2012. Disponível em: <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Estatuto-Anfope-2012.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2020.

AUSANI, J. C; POMMER, R. M. G. Educação profissional e tecnológica em um Brasil em transformação: compreensões históricas. **Revista do Lhiste**, n. 3, v. 02, p. 460-469, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/revistadolhiste/article/view/59799/36924>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BOCK, A. M. B. *et. al.* **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.ht. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5154.htm. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 02 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009**. Altera o art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. 2009. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12014.htm. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**. 2010a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. 14 abr. 2018.

BRASIL. **Construindo o sistema nacional articulado de educação**: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação. Documento Final. 2010b. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final.pdf. 14 abr. 2018.

BRASIL. **Relatório Final**. 2014a. Disponível em: http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/documento_final_CONAE_2014.pdf. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2014b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto de nº 8.752, de 9 de maio de 2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. 2016a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm. Acesso em: 09 mar. 2020.

Referências

BRASIL. **Portaria nº 15/2016, de 11 de maio de 2016**. Institui o Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal de Educação Profissional de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – PLAFOR, e outras providências. 2016b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/40991-portaria-15-2016-setec-12maio-pdf/file>. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Documento Base**: Relatório Final. 2018. Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/Documento_Base_-_Relatorio_Final_da_CONAE_2018.pdf. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019**. Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. 2019a. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9991.htm. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). 2019b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Escola Nacional de Administração Pública**. 2020a. Disponível em: <https://www.ena.gov.br/pt/a-escola>. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 14, de 10 de julho de 2020**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). 2020b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=153571-pcp014-20&category_slug=agosto-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 882, de 23 de outubro de 2020**. Básica - BNC-Formação Continuada. Homologa o Parecer CNE/CP nº 14/2020, do Conselho Pleno, do Conselho Nacional de Educação, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Continuada de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação. 2020c. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-882-2020-10-23.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

CASTAMAN, A.; RODRIGUES, R. O trabalho como princípio educativo no ensino integrado ao médio. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**. Mossoró, v. 6, n. 17, 2020a. Disponível em: Acesso em: 04 set. 2020.

CASTAMAN, A. S.; RODRIGUES, R. A. Formando Formadores: Programa de Pós-Graduação em rede na área de ensino. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1, n. 18, p. 1-19, fev. 2020b. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/8520/pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

CIAVATTA, M. A formação integrada à escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>. Acesso em: 04 ago. 2020.

Referências

- COMO FAZER UM MAPA MENTAL: passo a passo. Apresentado por Albano Barros. Publicado pelo canal SejaUmaPessoaMelhor. [S.L.: s. n.], 2017. 1 vídeo (07 min 37seg). Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://www.youtube.com/watch?v%3Dm1qW0wPJV1M&sa=D&ust=1600357137913000&usg=AFQjCNFWRxEMCDKfGjRVH3jf72GxhDht3A>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- FERNANDES, M. W. A formação continuada dos profissionais da educação na educação profissional e tecnológica: o lugar ocupado pelo social. In: CASTAMAN, A. S.; VIEIRA, J. A. **Gestão da Educação Profissional e Tecnológica: elementos para reflexão**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2018, p. 49-60.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FRIGOTTO, G. Trabalho, Conhecimento, Consciência e a Educação do Trabalhador: Impasses Teóricos e Práticos. In: GOMEZ, C. M. *et al.* **Trabalho e Conhecimento: Dilemas na Educação do Trabalhador**. São Paulo: Cortez, 2002, p.13-26.
- GATTI, B. A.; BARETTO, E. S. S. **Professores do Brasil: Impasses e Desafios**. Brasília: Unesco, 2009.
- INOCENTE, L.; CASTAMAN, A. S.; VIEIRA, L. M. Painel Integrado: material didático-pedagógico facilitador do processo de ensino e aprendizagem. In: XII Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação - SIRSE e VI Seminário Internacional sobre profissionalização docente - SIPD/Cátedra UNESCO, 2017, Curitiba, PR. **Anais eletrônicos**. Curitiba: EDUCERE, 2017, p. 4096-4107. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25458_12179.pdf. Acesso em: 25 mar. 2020.
- LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 17, p. 153-176, jun. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602001000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 abr. 2018.
- LIBÂNEO, J. C. As práticas de organização e gestão da escola e a aprendizagem de professores e alunos. **Presente!** Revista de Educação, CEPAP-Salvador, jan./abr. 2009

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, v. 2, p. 1-27, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em: 10 abr. 2018.

MOURA, A. F.; LIMA, M. G. A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, v. 23, n. 1, p. 95-103, 31 jul. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338/11399>. Acesso em: 02 jun. 2018.

NÓVOA, A. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: Educa, 2002.

PACHECO, E. **Fundamentos Político-Pedagógicos dos Institutos Federais: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora**. Natal: IFRN, 2015.

PACHECO, E. Desvendando os institutos federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 1, p. 4-22, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/575/437>. Acesso em: 27 jul. 2020.

RAMOS, M. N. Concepção do ensino médio integrado. In: **Seminário sobre ensino médio**, 2008. Secretaria de Educação do Estado do Paraná, 08-09 maio 2008, p. 1-26. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 08 out. 2017.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

SACRISTÁN, J. G. **Poderes Instáveis em Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SACRISTÁN, J. G. O que significa o currículo. In: SACRISTÁN, J. G. et al. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 16-35.

Referências

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, abr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 out. 2017.

SILVEIRA, F. R.; CASTAMAN, A. S. Formação continuada de profissionais da educação: problematizações na educação profissional e tecnológica. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico (EDUCITEC)**, Manaus, v. 6, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/934/476>. Acesso em: 12 jun. 2020.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, Salvador, v. 200, 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

VIEIRA, J. A.; VIEIRA, M. M. M.; BELUCAR, M. C. A. Formação continuada de professores da educação profissional: particularidades e ações necessárias. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 4, n. 10, p. 100-117, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/view/2518>. Acesso em: 02 jun. 2018.

VIEIRA, J. A. *et al.* Ensino com Pesquisa na Educação Profissional e Tecnológica: noções, perspectivas e desafios. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, Aracajú, v. 12, n. 29, p. 279-298, 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/9306>. Acesso em: 03 mar. 2020.

ITINERÁRIO FORMATIVO PARA PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO:

uma proposta para a construção de saberes e
fazeres na Educação Profissional e Tecnológica

Manoela Wendler Fernandes
Ana Sara Castaman

Porto Alegre
2020

FICHA TÉCNICA

Elaboração e organização

Autora

Manoela Wendler Fernandes

Coautora e orientadora

Ana Sara Castaman

Projeto gráfico e diagramação

Kayana Amaral

Revisor de texto

Carmen Regina Rain



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

F363i Fernandes, Manoela Wendler

Itinerário Formativo para profissionais da educação: uma proposta para a construção de saberes e fazeres na

Educação Profissional e Tecnológica [recurso eletrônico] / Manoela Wendler

Fernandes, Ana Sara Castaman. – IFRS : Porto Alegre, 2020.

1 arquivo em PDF 68 p. : il. color.

ISBN 978-65-5950-013-0 (Livro eletrônico)

1. Educação Profissional e Tecnológica. 2. Professores - formação 3. Formação continuada I. Castaman, Ana Sara Castaman II. Título.

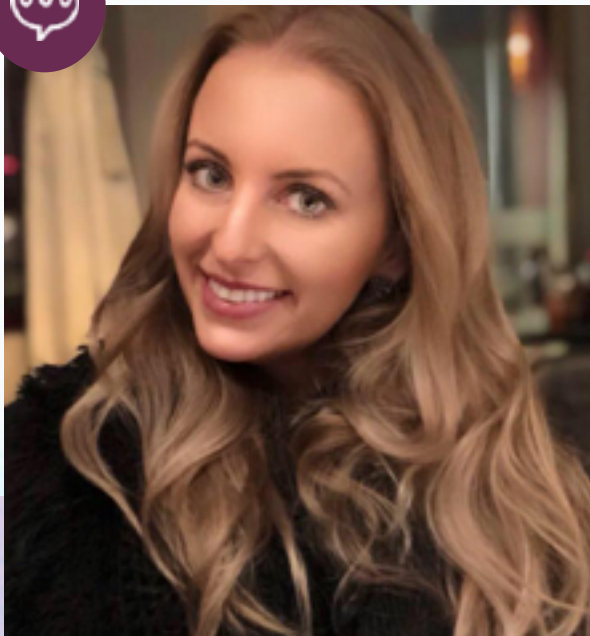
CDU(online): 377

Catalogação na publicação: Aline Terra Silveira CRB10/1933

AUTORAS



MANOELA WENDLER FERNANDES



ANA SARA CASTAMAN

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANFOPE: Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação

BNC-FORMAÇÃO: Formação Inicial de Professores da Educação Básica

CONAE: Conferência Nacional de Educação

CNE: Conselho Nacional de Educação

CP: Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação

EMIEP: Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

ENAP: Escola Nacional de Administração Pública

EP: Educação Profissional

EPT: Educação Profissional e Tecnológica

FC: Formação continuada

IF: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

IFES: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC: Ministério da Educação

PLAFOR: Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

PNDP: Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal

PNE: Plano Nacional de Educação

PROFEPT: Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica

RFEPECT: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

SETEC: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

TAE: Técnico-Administrativo em Educação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
IDENTIFICAÇÃO	9
CONFIGURAÇÃO CURRICULAR.....	10
MÓDULO I	11
ENCONTRO I	13
ENCONTRO II	22
ENCONTRO III.....	30
MÓDULO II	37
ENCONTRO I	39
ENCONTRO II.....	47
REFERÊNCIAS.....	60
APÊNDICE	66

APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) objetiva proporcionar formação em Educação Profissional e Tecnológica (EPT), “[...] visando tanto a produção de conhecimento como o desenvolvimento de produtos, por meio da realização de pesquisas que integrem os saberes inerentes ao mundo do trabalho e ao conhecimento sistematizado” (IFES, 2018, p. 2). Por pertencer à Área de Ensino, amplia as possibilidades de reflexão acerca das práticas e dos desafios enfrentados no cotidiano educacional.

No Mestrado Profissional, o estudante deve desenvolver um processo ou produto educativo para aplicar em condições reais de sala de aula ou outros espaços de ensino e em formato artesanal ou em protótipo (BRASIL, 2019a). No ProfEPT, esse produto deve estar focado na melhoria dos processos de ensino no contexto da EPT, tanto em seus ambientes formais quanto não formais (IFES, 2018).

O presente produto educacional foi desenvolvido e avaliado no âmbito do ProfEPT como resultado da pesquisa intitulada “Formação Continuada para os Profissionais da Educação: contribuições para saberes e fazeres nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”. Constitui-se em um curso de curta duração denominado “Itinerário Formativo para Profissionais da Educação: uma proposta para a construção de saberes e fazeres na Educação Profissional e Tecnológica”.

Espera-se, com esta proposta, aprofundar as definições conceituais e legais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), conhecer as bases conceituais da EPT e delinear a importância da formação continuada (FC) dos profissionais da educação, de modo a contribuir para a construção de práticas educativas fomentadoras da formação humana integral no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional

(EMIEP). Para tanto, ela foi organizada nos seguintes Módulos: Módulo I – Bases conceituais da EPT – e Módulo II – Profissionais da EPT e a FC. O Módulo I configura-se em 3 encontros: 1. Histórico da educação profissional (EP) e o surgimento dos IFs, 2. Conceitos estruturantes da EPT e 3. O compromisso dos IFs com a prática educativa dos estudantes do EMIEP. O Módulo II configura-se em 2 encontros: 1. Profissionais da educação e 2. A construção histórica e o papel político e social da FC dos profissionais da educação. Cada encontro apresenta objetivo, conteúdos, possibilidades metodológicas, avaliação e referências (básicas e complementares). Para a implementação do curso, sugere-se uma carga horária total de 30 horas, sendo 20 horas de encontros presenciais (divididos em 5 encontros de 4 horas cada) e 10 horas de estudos e atividades de preparação para os encontros.

IDENTIFICAÇÃO

CURSO:

Itinerário Formativo para Profissionais da Educação: uma proposta para a construção de saberes e fazeres na Educação Profissional e Tecnológica.

FORMA DE OFERTA:

Presencial.

CARGA HORÁRIA:

30 horas – 20 horas de encontros presenciais e 10 horas de estudos e atividades de preparação.

PÚBLICO-ALVO:

Profissionais da educação da EPT.

OBJETIVOS:

OBJETIVO GERAL:

Aprofundar as definições conceituais e legais dos IFs, conhecer as bases conceituais da EPT e delinear a importância da FC dos profissionais da educação, de modo a contribuir para a construção de práticas educativas fomentadoras da formação humana integral no EMIEP.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Estudar os fundamentos dos IFs, bem como identificar e compreender as bases conceituais da EPT visando a orientar as práticas educativas no EMIEP;

Refletir acerca do termo profissionais da educação, além da relevância da construção histórica e do papel político e social da FC desses sujeitos.

CONFIGURAÇÃO CURRICULAR



MÓDULO I - BASES CONCEITUAIS DA EPT

ENCONTROS	ESTRATÉGIAS DE ENSINO	RECURSOS UTILIZADOS
Histórico da EP e o surgimento dos IFs	Expositivo-dialogada, tempestade cerebral, estudo de texto e roda de conversa.	Computador, projetor multimídia, slides em PPT, vídeo, materiais impressos, folhas A4 e canetas esferográficas.
Conceitos estruturantes da EPT	Roda de conversa, leitura dirigida e mapa mental.	Materiais impressos, folhas A4, canetas esferográficas, cartolinas e canetas coloridas.
O compromisso dos IFs com a prática educativa dos estudantes do EMIEP	Painel integrado.	Materiais impressos, folhas A4 e canetas esferográficas.

MÓDULO II - PROFISSIONAIS DA EPT E A FC

ENCONTROS	ESTRATÉGIAS DE ENSINO	RECURSOS UTILIZADOS
Profissionais da educação	Palestra, roda de conversa e solução de problemas.	Computador, projetor multimídia, slides em PPT, quadro branco e canetas coloridas para quadro branco.
A construção histórica e o papel político e social da FC dos profissionais da educação	Grupo de verbalização e de observação (GV/GO).	De livre escolha dos participantes.

MÓDULO I - BASES CONCEITUAIS DA EPT





EMENTA DO MÓDULO I



Retrospectiva histórica da EP: a dualidade expressa na educação intelectual voltada à formação de dirigentes e na educação técnica voltada à força de trabalho. O surgimento dos IFs: uma proposta inovadora. O percurso da EP representado nos dispositivos legais: LDB/96, Decreto nº 5.154/04, Lei nº 11.892/08. A educação politécnica como garantia da realização de escolhas e a construção de caminhos para a produção de vida. O trabalho: meio de apropriação social dos potenciais da natureza. Ensino com pesquisa na EPT. O EMIEP como um projeto de ruptura com as formas conservadoras de organização da educação. O currículo integrado.

ENCONTRO I - HISTÓRICO DA EP E O SURGIMENTO DOS IFs



De acordo com Moura (2007), no século XIX, mais precisamente em 1809, a promulgação de um Decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI, e a criação do Colégio das Fábricas deram origem à EP brasileira. Ela surgiu com o propósito de atender às camadas sociais desfavorecidas e evitar ações contrárias à ordem dos bons costumes, caracterizando-se como assistencialista. Ainda no século XIX, as sociedades civis foram fundadas para amparar as crianças órfãs e abandonadas disponibilizando uma base de instrução teórica e prática para elas, bem como inserindo-as no ensino industrial.

Já no século XX, refere Moura (2007), a EP passou de assistencialista à responsável pela preparação de operários para o exercício profissional por meio de um esforço público de organização da formação profissional e, em 1906, tornou-se atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Nesse contexto, chega-se à década de 30 com a educação básica brasileira caracterizada pela nítida diferenciação entre a educação dos filhos das elites e os da classe trabalhadora desde o curso primário.

Nas décadas seguintes, em meio às transformações políticas, econômicas e sociais vigentes, a EP foi marcada por diversas alterações e reestruturações de seu conteúdo e sua forma. Segundo Ausani e Pommer (2015), o governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) deu ênfase ao ensino profissional, porém, intensificando-o por meio da lógica da instrução e do treinamento durante os governos militares (1964-1985). Em 1996, apontam os autores, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ([LDB](#)) acolheu, em parte, novas demandas sociais existentes e estimulou a expansão da rede de educação tecnológica.

Durante o ano de 2003 até julho de 2004, os debates acerca da relação entre o ensino médio e a EP se fortaleceram pela mobilização dos setores educacionais vinculados ao campo desta, principalmente no âmbito dos sindicatos e dos pesquisadores do domínio da educação e trabalho (MOURA, 2007). Dentro dessa conjuntura e na busca por mudanças, criou-se o Decreto nº 5.154

(BRASIL, 2004) como uma ferramenta legal capaz de reacender a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de mesmo nível. Ou seja, um documento que abrange os princípios para a construção de uma educação tecnológica ou politécnica.

Conforme Ausani e Pommer (2015), a consolidação e o aperfeiçoamento da rede de educação tecnológica somente foram possíveis em 2003 com a criação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), ligada ao Ministério da Educação (MEC). Em meio à retomada do crescimento econômico e da recuperação dos setores produtivos e de serviços, o MEC criou a [Lei nº 11.892/08](#) e instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) formada pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Esses institutos emergem em contraposição à dualidade expressa na educação intelectual voltada à formação de dirigentes e na educação técnica à força de trabalho. Estão apoiados na concepção de EPT com foco na formação humana integral e na união da tríade “ensino, pesquisa e extensão”, caracterizando-se por “[...] inovações na dimensão política, estrutural e pedagógica que os habilitam para um papel estratégico na formulação e implementação das políticas públicas de educação e desenvolvimento com inclusão social” (AGUIAR; PACHECO, 2017, p. 15).



Os IFs são incompatíveis com uma visão conservadora de sociedade, uma vez que seus projetos progressistas entendem “[...] a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana” (BRASIL, 2010a, p. 18). Pacheco (2015) destaca que essas instituições são pautadas em um conceito de EPT bastante peculiar em relação a outros países, constituindo-se em um modelo institucional inovador em termos de proposta político-pedagógica. Elas se fundamentam em uma organização pedagógica verticalizada, da educação básica à superior, capaz de favorecer a atuação docente em diferentes níveis de ensino e espaços de aprendizagem.

A referência fundamental para a educação profissional e tecnológica é o ser humano e, por isso, o trabalho, como categoria estruturante do ser social, é seu elemento constituinte. Trata-se, pois, de uma formação que se dá no decorrer da vida humana, por meio das experiências e conhecimentos, ao longo das relações sociais e produtivas. A educação para o trabalho nessa perspectiva se entende como potencializadora do ser humano, enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, na perspectiva de sua emancipação (PACHECO, 2015, p. 25).

Mediante suas estruturas multicampi e a clara definição do território de abrangência de suas ações, os IFs se propõem ao desenvolvimento local e regional por intermédio da identificação de problemas e da proposta de soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social (PACHECO, 2015). Ainda, compete a esses institutos a formação de cidadãos que atuem como agentes políticos competentes e ativos no tocante às transformações políticas, econômicas e sociais necessárias para a organização de uma nova identidade social e educacional.

TEMA: HISTÓRICO DA EP E O SURGIMENTO DOS IFs



OBJETIVO: estudar o histórico da EP e o surgimento dos IFs para compreender a necessidade de superação da divisão social do trabalho entre seu aspecto intelectual e operacional.

CONTEÚDOS:

1. Retrospectiva histórica da EP: a dualidade expressa na educação intelectual voltada à formação de dirigentes e na educação técnica voltada à força de trabalho.

- Pressupostos ontológicos e históricos da relação trabalho e educação.
- Do assistencialismo à EPT.

2. O surgimento dos IFs: uma proposta inovadora.

- O papel estratégico dos IFs no avanço dos arranjos produtivos e das culturas locais.
- Princípios e objetivos dos IFs.

3. O percurso da EP representado nos dispositivos legais: LDB/96, Decreto nº 5.154/04, Lei nº 11.892/08.

POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS:

PRIMEIRO MOMENTO: tratando-se de um primeiro contato com os participantes, não será exigida leitura prévia. Realizar-se-á a exposição teórico-dialogada acerca da retrospectiva histórica da EP e o surgimento dos IFs, com base em Moura (2007) e Saviani (2007), por meio de slides em PPT. Ao longo da apresentação, será necessário despertar o interesse dos participantes e suscitar suas contribuições na construção de análises, interpretações e conclusões, levando em conta seus conhecimentos prévios.

SEGUNDO MOMENTO: exibição do vídeo “A origem de uma nova institucionalidade em EPT”, de Schiedeck e França (2019), seguida do compartilhamento das percepções despertadas nos participantes, por intermédio da **tempestade cerebral**, incentivando-os a pensar seus ambientes de trabalho e suas atuações profissionais.

Tempestade cerebral
“É uma possibilidade de estimular a geração de novas ideias de forma espontânea e natural, deixando funcionar a imaginação. Não há certo ou errado. Tudo o que for levantado será considerado, solicitando-se, se necessário, uma explicação posterior do estudante” (ANASTASIOU; ALVES, 2004, p. 82).

TERCEIRO MOMENTO: divisão dos participantes em pequenos grupos e entrega, para cada um deles, da LDB/96, do Decreto nº 5.154/04 e da Lei nº 11.892/08 impressos. Os participantes debaterão e indicarão por escrito como os conteúdos trabalhados aparecem nesses dispositivos legais.

QUARTO MOMENTO: retomada ao grande grupo para uma discussão em formato de **roda de conversa**.

Questões problematizadoras:

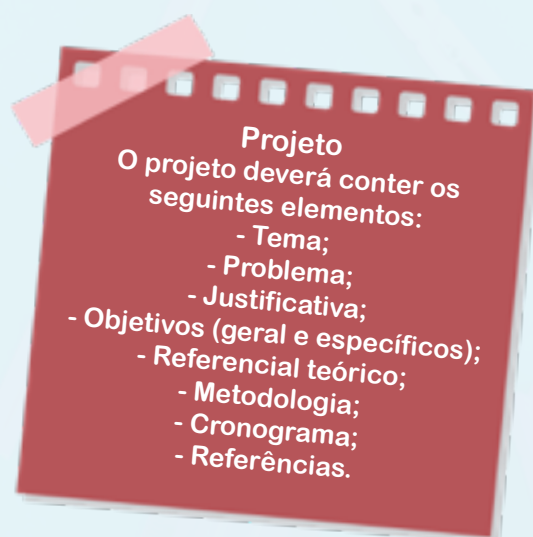
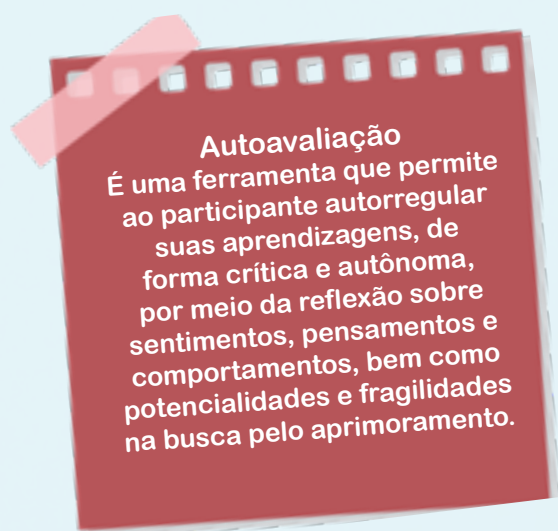
- Como você caracterizaria o percurso histórico da EP?
- Enquanto profissional da educação na EPT, você acredita que os IFs têm praticado os seus fundamentos teóricos?

QUINTO MOMENTO: encaminhamentos de estudos e preparação de atividade para o próximo encontro. Os participantes deverão ler o material de Vieira (2019) – Breve apanhado sobre educação e tecnologia – e fazer uma resenha, de no mínimo duas e no máximo quatro laudas, para ser entregue no início do próximo encontro.

Rodas de Conversa
“As Rodas de Conversa consistem em um método de participação coletiva de debate acerca de determinada temática em que é possível dialogar com os sujeitos, que se expressam e escutam seus pares e a si mesmos por meio do exercício reflexivo. Um dos seus objetivos é de socializar saberes e implementar a troca de experiências, de conversas, de divulgação e de conhecimentos entre os envolvidos na perspectiva de construir e reconstruir novos conhecimentos sobre a temática proposta” (MOURA; LIMA, 2014, p. 101).

RECURSOS: computador, projetor multimídia, slides em PPT, vídeo, materiais impressos, folhas A4 e canetas esferográficas.

AVALIAÇÃO: ao longo de cada encontro, será avaliada a participação e o envolvimento do cursista nas atividades propostas e, ao final, será requisitada sua autoavaliação por escrito. Uma semana após o encerramento do curso, dispondo do material trabalhado e dos conhecimentos adquiridos, o cursista entregará um projeto sobre a implementação de alguma prática educativa que buscou promover em seu ambiente de trabalho e encontrou dificuldades ou sugerir alguma prática educativa a ser empreendida e que, durante e/ou após o curso, tenha reconhecido como relevante. Ainda, no último encontro, responderá a um breve questionário para avaliar o curso.



REFERÊNCIAS BÁSICAS

A ORIGEM DE UMA NOVA INSTITUCIONALIDADE EM EPT. Documentário etnográfico apresentado por Sílvia Schiedeck. Porto Alegre: Pexels, 2019. 1 vídeo (42 min 56seg). Publicado pelo canal Claudia Schiedeck. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ug1Ugw9wp9U>. Acesso em: 26 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5154.htm. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 02 mar. 2020.

BRASIL. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**. 2010a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 14 abr. 2018.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, v. 2, p. 1-27, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em: 10 abr. 2018.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, abr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 out. 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

IKESHOJI, E. A. B.; TERÇARIOL, A. A. DE L.; AZEVEDO, M. L. N. DE. Educação profissional e tecnológica: retrospectiva histórica com ênfase na rede federal. **Revista de Educação Popular**, v. 16, n. 3, p. 50-66, 9 jan. 2018. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/38359/pdf>. Acesso em: 03 ago. 2020.

OS INSTITUTOS FEDERAIS: uma revolução na EPT. Entrevista conduzida por Marco Arlindo Amorim Melo Nery. [S.L.: s. n.], 2020. 1 vídeo (1h 16min 08seg). Publicado pelo canal GEPSET-IFS (Grupo de Estudos e Pesquisas Sociedade, Educação e Tecnologias do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ythlOTwH9mg>. Acesso em: 18 set. 2020.

PACHECO, E. M.; PEREIRA, L. A. C.; SOBRINHO, M. D. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades. **Linhas Críticas**, v. 16, n. 30, p. 71-88, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3568/3254>. Acesso em: 03 ago. 2020.

SHIGUNOV NETO, A.; SILVA, A. C.; FORTUNATO, I. **Passado, presente e futuro nos Institutos Federais de Educação**. São Paulo: Edições Hipótese, 2018.

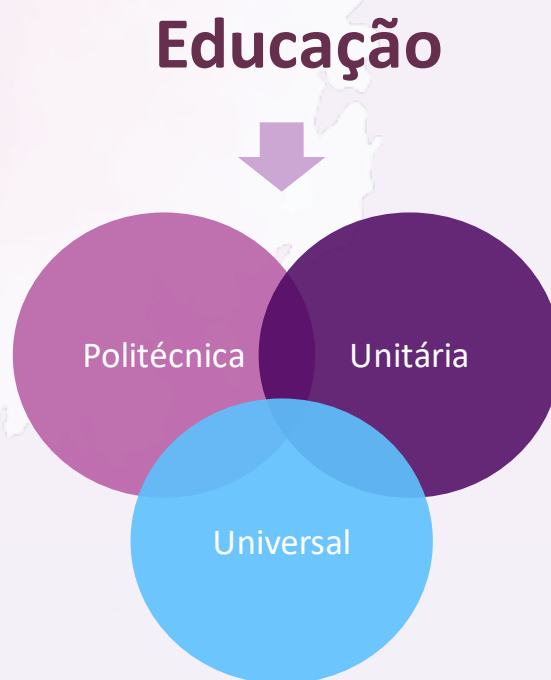
ENCONTRO II - CONCEITOS ESTRUTURANTES DA EPT



As bases teóricas que amparam os IFs elucidam um modelo institucional pautado em uma educação politécnica ou tecnológica, unitária e universal, que qualifica o sujeito para a vida e não para o mercado de trabalho (MOURA, 2007). Nessa perspectiva, politecnia é a “[...] especialização como domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas utilizadas na produção moderna” (SAVIANI, 2007, p. 161).

De acordo com Ramos (2008), a concepção de unitária pressupõe a superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, bem como o acesso de todos aos conhecimentos, à cultura e às mediações necessárias para trabalhar e para produzir a existência e a riqueza social. Nessa perspectiva, define a autora, a educação politécnica é aquela que, ao oportunizar aos sujeitos o acesso aos conhecimentos e à cultura construídos pela humanidade, assegura a realização de escolhas e a construção de caminhos para a produção de vida.

Em outras palavras, a concretização da formação omnilateral dos sujeitos vincula-se à integração expressa em uma concepção de formação humana baseada na união de todas as dimensões da vida no processo educativo (RAMOS, 2014). Ciavatta (2005) enumera os seguintes pressupostos para a realização da educação profissional como formação integral e humanizadora: um projeto social com a manifestação política das instâncias responsáveis pela educação que rompa com a redução da formação à preparação para o mercado de trabalho; a manutenção da articulação entre o ensino médio de formação geral e a educação profissional nos dispositivos legais; a adesão de gestores e de professores responsáveis pela formação geral e da formação



específica; a articulação da instituição com os alunos e os familiares; o exercício da formação integrada como uma experiência de democracia participativa; e a garantia de investimentos na educação.

A formação humana integral busca superar a divisão social do trabalho entre seu aspecto operacional e intelectual, além de garantir aos sujeitos uma formação completa, que promova seus potenciais de produção de vida, enquanto cidadãos éticos, criativos e participativos (RAMOS, 2014). Para a efetivação desses pressupostos e em consonância com Freire (2002), acredita-se que os formadores devem pautar suas ações em uma luta contra toda forma de discriminação e exploração dos sujeitos e de suas forças de trabalho. Logo, o autor defende uma prática educativo-crítica ou progressista em favor da autonomia dos estudantes, também protagonistas na produção do saber. Incentiva uma educação para a emancipação, capaz de despertar a curiosidade crítica do estudante e estimular sua tomada de decisões, bem como a produção e construção do conhecimento com base em experiências respeitadas da liberdade.

Destarte, para Ramos (2014), são categorias indissociáveis da formação humana: o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura. O trabalho é compreendido como realização humana inerente ao ser, no seu sentido ontológico, e prática econômica no seu sentido histórico associado ao modo de produção. Tem-se a dimensão ontológica do trabalho como ponto de partida para a produção de conhecimentos e de cultura pelos grupos sociais. Já esses conhecimentos produzidos e sistematizados socialmente através da história é o que constitui a ciência, sendo que a transformação desta em força produtiva é efetivada por meio da tecnologia. A cultura, por sua vez, corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade com a articulação entre o conjunto de representações e comportamentos e o processo dinâmico de socialização.

No tocante à função organizadora e unificadora do ensinar e do aprender, evidencia-se o currículo. Ramos (2014) define a concepção de trabalho como

princípio educativo como a base para a organização e o desenvolvimento curricular em seus objetivos, conteúdos e métodos. Isto é, preparar os sujeitos para o mundo do trabalho, no qual eles são produtores de sua própria história e capazes de transformá-la.

De acordo com Castaman e Rodrigues (2020a), compreende-se que o estudo do trabalho, da ciência e da tecnologia deve ter como fim de todo e qualquer processo a potencialização de todas as pessoas no conjunto de suas dimensões. Na visão de formação omnilateral, educar para o trabalho é difundir a convicção da realização humana, de si e do outro, e não da doutrinação de sujeitos e vidas.

O conhecimento permite uma relação livre, crítico-reflexiva dos sujeitos em relação aos saberes e não sua subordinação. Um ensino que considera o trabalho como princípio educativo, faz da pesquisa um pressuposto pedagógico, já que antes de convocar e orientar para o trabalho, pensa, compreende, explica e transforma o sentido e o papel do trabalho (CASTAMAN; RODRIGUES, 2020a, p. 309).

Nesse sentido, a pesquisa é uma atividade que “[...] contribui para a construção da autonomia intelectual e deve ser intrínseca ao ensino, bem como estar orientada ao estudo e à busca de soluções para as questões teóricas e práticas da vida cotidiana dos sujeitos trabalhadores” (RAMOS, 2014, p. 93). Vieira *et al.* (2019) estabelecem que a garantia do espírito de investigação como parte do dia a dia do futuro profissional vincula-se à proposta de uma pesquisa que articule seus princípios científico, formativo e educativo no decorrer do processo de formação. Nessa triangulação, o espaço de formação profissional poderá servir-se de uma pesquisa que “[...] em seu princípio científico defina, ampare e alimente os aspectos formativos e educativos e que estes, pelo seu sentido pedagógico, estimulem o pensamento dos estudantes, mantendo-os em constante estado de aprender a aprender” (VIEIRA *et al.*, 2019, p. 283).

TEMA: CONCEITOS ESTRUTURANTES DA EPT



OBJETIVO: conhecer conceitos importantes para a construção de uma educação politécnica, caracterizada como unitária e universal.

CONTEÚDOS:

1. A educação politécnica como garantia da realização de escolhas e a construção de caminhos para a produção de vida.

- Integração das diversas dimensões da vida no processo educativo na busca pela superação da divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar.

- A formação humana integral como proposta de autonomia e emancipação dos sujeitos.

2. O trabalho: meio de apropriação social dos potenciais da natureza.

- O trabalho como princípio educativo.

- A articulação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

3. Ensino com pesquisa na EPT.

- A pesquisa como princípio pedagógico.

POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS:

PRIMEIRO MOMENTO: os participantes entregarão a resenha elaborada previamente com base no material de Vieira (2019) – Breve apanhado sobre educação e tecnologia. Na sequência, será feita uma reflexão, no formato de roda de conversa, acerca da promoção de uma educação emancipadora, conceito central do material indicado.

SEGUNDO MOMENTO: divisão dos participantes em pequenos grupos para a leitura dirigida da Parte III, Conceitos e concepções, do livro de Pacheco (2012).

Questões norteadoras para a leitura:

- Quais pressupostos ajudam a compreender o conceito de formação humana integral?
- Como é possível alcançar uma cidadania plena? Qual é o papel que a educação desempenha no contexto da cidadania?
- De que forma o trabalho pode ser definido como educativo a partir de seus sentidos ontológico e histórico?
- Como os conceitos de trabalho, ciência, tecnologia e cultura estão articulados na formação humana?
- Por que é necessário fortalecer a relação entre ensino e pesquisa?

TERCEIRO MOMENTO: após a leitura de Pacheco (2012), os pequenos grupos deverão confeccionar um **mapa mental** com os seguintes conceitos:

- Formação humana integral;
- Trabalho como princípio educativo;
- A articulação entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura;
- Pesquisa como princípio pedagógico.

Serão distribuídas folhas A4, cartolinas e canetas coloridas para que os participantes manifestem suas criatividade.

QUARTO MOMENTO: o mapa mental confeccionado será apresentado ao grande grupo e os participantes indicarão como elaboraram a amarração entre os conceitos delineados e o conhecimento adquirido.

RECURSOS: materiais impressos, folhas A4, cartolinas e canetas coloridas.

AValiação: ao longo de cada encontro, será avaliada a participação e o envolvimento do cursista nas atividades propostas e, ao final, será requisitada

Mapa mental
- Para entender melhor como confeccionar um mapa mental, veja o vídeo "Como fazer um mapa mental: passo a passo" publicado pelo canal [SejaUmaPessoaMelhor](#) no Youtube. Clique no botão abaixo e acesse:

[Clique aqui](#)

sua autoavaliação por escrito. Uma semana após o encerramento do curso, dispondo do material trabalhado e dos conhecimentos adquiridos, o cursista entregará um projeto sobre a implementação de alguma prática educativa que buscou promover em seu ambiente de trabalho e encontrou dificuldades ou sugerir alguma prática educativa a ser empreendida e que, durante e/ou após o curso, tenha reconhecido como relevante. Ainda, no último encontro, responderá a um breve questionário para avaliar o curso.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

PACHECO, E. **Perspectivas da educação profissional técnica de nível médio**. Propostas de Diretrizes curriculares. São Paulo: Moderna, 2012, p. 58-72.

VIEIRA, L. R. **A Relevância do Desenvolvimento do Pensamento Crítico no Ensino Profissional como Condição para a Emancipação**. 2019. 58 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Colégio Técnico Industrial de Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, p. 18-38. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/19228/DIS_PPGEPT_2019_VIEIRA_LUCIANA.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 20 jun. 2020.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DEMO, P. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L.; SILVA, M. R. Politecnicidade e formação integrada: confrontos conceituais, projetos políticos e contradições históricas da educação brasileira. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 63, p. 1057-1080, dec. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782015000401057&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 18 jun. 2020.

PASQUALLI, R.; SILVA, A.; SILVA, V. G. A Pesquisa como Princípio Educativo no Currículo Integrado. **Debates em Educação**, Maceió, v. 11, n. 24, p. 509-522, ago. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/6294>. Acesso em: 20 jun. 2020.

ENCONTRO III - O COMPROMISSO DOS IFS COM A PRÁTICA EDUCATIVA DOS ESTUDANTES DO EMIEP



As concepções de educação profissional e tecnológica elucidadas anteriormente dispõem de grande expressividade no EMIEP, período da educação básica “[...] em que a relação entre ciência e práticas produtivas se evidencia; é a etapa biopsicológica e social de seus estudantes em que ocorre o planejamento e a necessidade de inserção no mundo do trabalho, no mundo adulto” (RAMOS, 2008, p. 12). Ele tem o papel de recuperar a relação entre o conhecimento e a prática do trabalho. Trata-se de explicitar, tanto no domínio teórico quanto no prático, como o conhecimento e a ciência se convertem de potência espiritual em material no processo produtivo (SAVIANI, 2007).

A proposta de ensino dos IFs contempla, para além da formação profissional, a preparação do sujeito para a vida social e produtiva. Oportuniza, assim, novos arranjos para o ensino médio, por meio da articulação dele à EPT, conduzindo ao EMIEP. Por conseguinte, impulsiona o estudante a tornar-se um cidadão capaz de conceber o processo produtivo e seu papel dentro dele, com base nas suas necessidades pessoais e nas relações sociais estabelecidas, construindo novos conhecimentos (PACHECO, 2015).

Devido à importância dessa etapa da educação na formação dos sujeitos, os IFs devem garantir, em cada exercício, 50% de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, conforme a Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008). Vale lembrar que a possibilidade da formação integrada foi introduzida pelo Decreto nº 5.154 (BRASIL, 2004, n.p.):

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á de forma: [...]

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno.



Ademais, o EMIEP simboliza um projeto de ruptura com as formas conservadoras de organização da educação, pois visa a uma formação que se dedica a superar a dominação dos trabalhadores e assegurar perspectivas de emancipação (RAMOS, 2010). Ao articular os currículos com as práticas sociais e viabilizar a compreensão do sujeito acerca de seu papel no processo produtivo, caracteriza-se como a expressão curricular da educação integral,

[...] possibilitando uma formação que contemple todas as dimensões do ser humano, não fragmentando a compreensão dos fenômenos naturais e sociais, articulando os currículos com as práticas sociais, superando a simples aquisição de habilidades instrumentais, sem a compreensão de seu papel no processo produtivo (PACHECO, 2020, p. 12).

No tocante ao currículo, ressalta-se sua função organizadora e unificadora do ensinar e do aprender. Desde suas origens, esclarece Sacristán (2013), ele comporta-se como um instrumento capaz de estruturar a escolarização segundo regras, normas e uma ordem pré-estabelecida. Reflete o momento histórico no qual o sistema educacional se encontra, vinculando-se às relações e aspirações sociais contemporâneas. Ramos (2008) aborda o currículo do ensino médio integrado por considerá-lo uma etapa fundamental na formação dos sujeitos. Para a autora, a integração entre conhecimentos gerais e específicos resulta em uma totalidade curricular, na qual “[...] nenhum conhecimento específico é definido como tal se não consideradas as finalidades e o contexto produtivo em que se aplicam” (RAMOS, 2008, p. 14).

TEMA: O COMPROMISSO DOS IFs COM A PRÁTICA EDUCATIVA DOS ESTUDANTES DO EMIEP



OBJETIVO: analisar a importância do EMIEP na proposta de ensino dos IFs visando a implementar práticas educativas potencializadoras do processo de ensino-aprendizagem nessa etapa da formação dos sujeitos.

CONTEÚDOS:

1. O EMIEP como um projeto de ruptura com as formas conservadoras de organização da educação.

- Fundamentos históricos e políticos do EMIEP.
- EMIEP: avanços, desafios e proposições.

2. O currículo integrado.

- Currículo: história e concepções.
- O currículo pensado como uma relação entre partes e totalidade.

POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS:

PRIMEIRO MOMENTO: objetivando-se o desenvolvimento de um **painel integrado**, nesta etapa ocorrerá a divisão dos participantes em pequenos grupos para que leiam o artigo ou capítulo de livro indicado e elaborem uma síntese a partir de um tema previamente estabelecido. Os artigos e temas serão os seguintes:

1. Artigo: Ensino médio integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão, Ramos (2017).

Tema: fundamentos históricos e políticos do EMIEP.

2. Artigo: Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral?, Moura (2013). **Tema:** EMIEP: avanços, desafios e proposições.

Painel Integrado:
É “um recurso didático que auxilia no desenvolvimento da aula, construída juntamente com o estudante, fazendo desse momento um meio de interação e assimilação do conteúdo, bem como possibilita aos participantes a autonomia, iniciativa e reflexão” (INOCENTE; CASTAMAN; VIEIRA, 2017, p. 4097).

3. Capítulo de livro: O que significa o currículo, Sacristán (2013). **Tema:** currículo: história e concepções.

4. Artigo: O currículo para o Ensino Médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas, Ramos (2011). **Tema:** o currículo pensado como uma relação entre partes e totalidade.

SEGUNDO MOMENTO: os participantes serão redistribuídos de tal forma que cada novo pequeno grupo seja composto por integrantes de cada pequeno grupo anterior. Cada participante compartilhará com o novo pequeno grupo os entendimentos formulados previamente, possibilitando que todos tenham conhecimento das ideias levantadas pelos demais.

TERCEIRO MOMENTO: os pequenos grupos deverão propor uma síntese por escrito que relacione os materiais estudados por cada pequeno grupo inicial, sustentando uma associação lógica entre os conteúdos abordados.

QUARTO MOMENTO: mantendo-se nos pequenos grupos, os participantes apresentarão a reflexão proposta, ou seja, o conhecimento resultante da comunicação, participação, cooperação e integração entre eles.

QUINTO MOMENTO: encaminhamentos de estudos e preparação de atividade para o próximo encontro. Os participantes deverão pesquisar acerca do histórico e das tentativas atuais de definição do conceito profissionais da educação. Os seguintes documentos serão indicados para serem utilizados pelos participantes como base para a atividade: LDB (BRASIL, 1996), Documentos Finais das Conferências Nacionais de Educação (CONAEs) (BRASIL 2010, 2014, 2018) e Brzezinski (2014). Essas leituras serão opcionais e servirão como apoio aos participantes. Espera-se, com isso, que eles consigam diversificar seus estudos.

RECURSOS: materiais impressos, folhas A4 e canetas esferográficas.

AVALIAÇÃO: ao longo de cada encontro, será avaliada a participação e o envolvimento do cursista nas atividades propostas e, ao final, será requisitada sua autoavaliação por escrito. Uma semana após o encerramento do curso, dispondo do material trabalhado e dos conhecimentos adquiridos, o cursista entregará um projeto sobre a implementação de alguma prática educativa que buscou promover em seu ambiente de trabalho e encontrou dificuldades ou sugerir alguma prática educativa a ser empreendida e que, durante e/ou após o curso, tenha reconhecido como relevante. Ainda, no último encontro, responderá a um breve questionário para avaliar o curso.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MOURA, D. H. Ensino médio integrado: subsunção aos interesses do capital ou travessia para a formação humana integral? **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 705-720, jul./set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/10.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

RAMOS, M. N. O currículo para o Ensino Médio em suas diferentes modalidades: concepções, propostas e problemas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 771-788, Set. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302011000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 jul. 2020.

RAMOS, M. N. Ensino médio integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. *In*: ARAÚJO, A. C.; SILVA, C. N. N. **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: IFB, 2017.

SACRISTÁN, J. G. O que significa o currículo. *In*: SACRISTÁN, J. G. *et al.* **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 16-35.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ENSINO MÉDIO INTEGRADO NOS INSTITUTOS FEDERAIS. Roda de conversa conduzida por Arthur Rezende da Silva. [S.L.: s. n.], 2017. Publicado pelo canal IFF Tube Campus Itaperuna. 1 vídeo (1h 36 min 53seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vouyA7fLzYQ>. Acesso em: 22 de jun. 2020.

FRIGOTTO, G. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. *In*: MOLL, J. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2010. Cap. 1, p. 25-41.

MACHADO, L. R. S. Ensino médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. *In*: MOLL, J. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2010. Cap. 4, p. 80-95.

MOURA, D. H. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. *In*: MOLL, J. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2010. Cap. 3, p. 58-79.

RAMOS, M. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. *In*: MOLL, J. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2010. Cap. 2, p. 42-57.

MÓDULO II - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO NA EPT E A FC





EMENTA DO MÓDULO II

- Profissional da educação como todo aquele que implementa práticas educativas no contexto escolar. Profissional da educação na EPT. A construção histórica e o papel político e social da FC dos profissionais da educação. A FC no alinhamento das práticas educativas aos princípios e às diretrizes dos IFs.

ENCONTRO I – PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO



Nos últimos anos, percebe-se um aumento na tentativa de definir o termo profissionais da educação nos espaços de debates da área da educação nacional. Em 2010, o Documento Final da Conferência Nacional de Educação utiliza-o para se referir aos professores, especialistas, funcionários de apoio e técnico-administrativos que atuam nas instituições e sistemas de ensino (BRASIL, 2010b). Os Documentos Finais das Conferências seguintes, 2014 e 2018, retomam o conceito e o delimitam como equivalente aos profissionais referidos na LDB, acrescidos dos que atuam na educação superior, bem como dos servidores técnico-administrativos e de apoio já reconhecidos como tais no Documento Final da CONAE 2010 (BRASIL, 2014a, 2018). No tocante à LDB (BRASIL, 1996), seu artigo 61 apresenta a seguinte redação após ter sido alterado pela Leis nº 12.014 e nº 13.415 (BRASIL, 2009, 2017, n.p.):

Art. 61. Consideram-se profissionais da educação escolar básica os que, nela estando em efetivo exercício e tendo sido formados em cursos reconhecidos, são:

I - professores habilitados em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio (BRASIL, 2009);

II - trabalhadores em educação portadores de diploma de pedagogia, com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional, bem como com títulos de mestrado ou doutorado nas mesmas áreas (BRASIL, 2009);

III - trabalhadores em educação, portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim (BRASIL, 2009);

IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36 (BRASIL, 2017);

V - profissionais graduados que tenham feito complementação pedagógica, conforme disposto pelo Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2017).



A existência da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação ([ANFOPE](#)) é outro dado a se considerar nesse contexto. Ela apresenta um percurso de lutas e enfrentamentos de desafios com foco na docência como base da identidade profissional de todo educador. Tem como objetivo fomentar "[...] o conhecimento no campo da formação e da valorização dos profissionais da educação, por meio da mobilização de pessoas, de entidades e de instituições dedicadas à esta finalidade" (ANFOPE, 2012, p. 1). Porém, apesar de ter em sua denominação o termo profissionais da educação, a maioria dos documentos, senão a totalidade, tem como pilar a docência.



Com base nessas observações, constata-se a necessidade de se investir em estudos que considerem o conjunto de profissionais da comunidade escolar a partir de uma mesma perspectiva, linguagem e compreensão, respeitadas as suas atribuições e especificidades. É imprescindível perceber todos os profissionais da educação como potenciais agentes de aprendizagens significativas e valorizar suas atuações.

Considera-se fundamental a ampliação recebida pelo termo, visto que os servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs), importante categoria de profissionais da EPT, não são contemplados em outros documentos ou dispositivos legais. Diante de tais considerações, considera-se profissional da educação todo aquele que implementa práticas educativas no contexto escolar. “A prática educativa é algo mais do que a expressão do ofício dos professores, é algo que não lhes pertence por inteiro, mas um traço cultural compartilhado [...]” (SACRISTÁN, 1999, p. 91).



TEMA: PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

OBJETIVO: provocar reflexões a respeito das definições do conceito de profissionais da educação, de modo a perceber esses enquanto profissionais que implementam práticas educativas no contexto da EPT.

CONTEÚDOS:

1. Profissional da educação como todo aquele que implementa práticas educativas no contexto escolar.

- Breve histórico acerca do conceito de profissionais da educação.
- Tentativas atuais de definição do termo profissionais da educação.

2. Profissional da educação na EPT.

- Configuração do quadro de servidores dos IFs.
- Práticas educativas no processo de ensino-aprendizagem na EPT.

POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS:

PRIMEIRO MOMENTO: acolhida de um gestor, de algum IF, convidado a dialogar com os participantes quanto à configuração do quadro de servidores dos IFs, à diversidade de cargos e funções dos profissionais da educação nos espaços da EPT e, conseqüentemente, à possibilidade de se promover múltiplos saberes e fazeres que visem à formação humana integral nessas instituições.

SEGUNDO MOMENTO: após a palestra, os participantes serão convidados a formar uma roda de conversa para a discussão e compreensão das informações e dos conhecimentos compartilhados pelo gestor.

TERCEIRO MOMENTO: contando com os materiais indicados e os direcionamentos dados ao final do encontro anterior, os participantes apresentarão o resultado de suas pesquisas prévias sobre o histórico e as tentativas atuais de definição do termo profissionais da educação.

QUARTO MOMENTO: encerradas as apresentações, por se tratar de um conteúdo novo e repleto de impasses conceituais, os participantes serão incentivados a pensar de maneira reflexiva, crítica e criativa para buscar soluções ao problema. Em um quadro branco, será traçada uma tabela com questões problematizadoras organizadas em colunas. Os participantes terão tempo para analisá-las e, na sequência, exporem suas conclusões nas linhas da tabela no quadro. Ao final, todos poderão olhar para a construção coletiva e pensarem juntos soluções para a definição do conceito de profissionais da educação.

Questões problematizadoras:

- Você considera importante a ampliação do termo profissionais da educação para todo aquele que implementa práticas educativas no contexto escolar? Em caso positivo, por quê?
- Você acredita que se o conceito de profissionais da educação estiver centrado na docência, outros profissionais da EPT carecerão de investimentos para os seus aprimoramentos pessoais e profissionais? Se sua resposta for positiva, quais consequências você percebe que essa realidade pode trazer para esses profissionais e para os IFs?
- Quais ações você pensa que devem ser efetivadas para que todos os profissionais da educação sejam reconhecidos como potenciais agentes mediadores de aprendizagens? Em quais espaços essas ações podem ser desenvolvidas?

QUINTO MOMENTO: encaminhamentos de estudos e preparação de atividade para o próximo encontro. A técnica de grupo de verbalização e de observação (GV/GO) será explicada aos participantes e, na sequência, eles serão divididos em dois grupos. Todos deverão ler Gatti (2008), Machado (2013), Fernandes

(2018) e Silveira e Castaman (2020) e focar os estudos nos seguintes conteúdos: as políticas públicas como um meio de assegurar o aprimoramento dos profissionais da educação, a FC como ferramenta de desenvolvimento pessoal e profissional, fundamentação e operacionalização da FC nos IFs e a FC como um dispositivo de reforço e concretização dos pilares educacionais da EPT. Ambos os grupos sistematizarão os conhecimentos em uma apresentação e planejarão como realizar a observação da apresentação dos colegas. Essa atividade é desafiadora, pois é comum que se tenha mais dificuldade em ocupar o papel de observador. Nesse sentido, é importante incentivá-los na divisão de tarefas e na criação de diretrizes para a orientação da análise do conteúdo recomendado. Por fim, será sugerido que eles incluam uma ferramenta digital para o ensino nas apresentações, pois são dispositivos inovadores e capazes de promover um processo de ensino-aprendizagem dinâmico, interativo e criativo.

RECURSOS: computador, projetor multimídia, slides em PPT, quadro branco e canetas coloridas para quadro branco.

AVALIAÇÃO: ao longo de cada encontro, será avaliada a participação e o envolvimento do cursista nas atividades propostas e, ao final, será requisitada sua autoavaliação por escrito. Uma semana após o encerramento do curso, dispondo do material trabalhado e dos conhecimentos adquiridos, o cursista entregará um projeto sobre a implementação de alguma prática educativa que buscou promover em seu ambiente de trabalho e encontrou dificuldades ou sugerir alguma prática educativa a ser empreendida e que, durante e/ou após o curso, tenha reconhecido como relevante. Ainda, no último encontro, responderá a um breve questionário para avaliar o curso.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. **Construindo o sistema nacional articulado de educação:** o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação. Documento Final. 2010. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final.pdf. 14 abr. 2018.

BRASIL. **Relatório Final.** 2014. Disponível em: http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/documento_final_CONAE_2014.pdf. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRASIL. **Documento Base:** Relatório Final. 2018. Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/Documento_Base_-_Relatorio_Final_da_CONAE_2018.pdf. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRZEZINSKI, I. **Formação de profissionais da educação (2003-2010).** Brasília: INEP/ANPEd, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

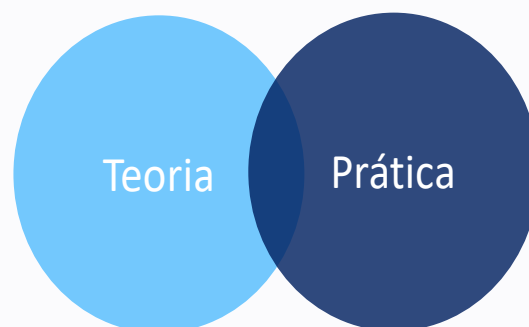
FERNANDES, M. W. A formação continuada dos profissionais da educação na educação profissional e tecnológica: o lugar ocupado pelo social. *In:* CASTAMAN, A. S.; VIEIRA, J. A. **Gestão da Educação Profissional e Tecnológica:** elementos para reflexão. 1. ed. Curitiba: CRV, 2018, p. 49-60

SILVEIRA, F. R.; CASTAMAN, A. S. Formação continuada de profissionais da educação: problematizações na educação profissional e tecnológica. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico (EDUCITEC)**, Manaus, v. 6, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/934/476>. Acesso em: 12 jun. 2020.

ENCONTRO II – A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E O PAPEL POLÍTICO E SOCIAL DA FC DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO



Parte-se do princípio de que todos os profissionais da educação são potenciais agentes mediadores de aprendizagens. Desse modo, entende-se como profissional da educação todo aquele que implementa práticas educativas no contexto escolar – professor, pedagogo, psicólogo, assistente social, entre outros.



EDUCAÇÃO POTENCIALIZADORA

Constata-se que a maior parte das pesquisas que versam acerca da FC dos profissionais da educação está centrada na atuação docente (SILVEIRA; CASTAMAN, 2020). A categoria dos TAEs é abordada com menos frequência e quando ocorre é focada em áreas profissionais específicas. Ainda, na maior parte dos estudos, o conceito de FC não lhes é atribuído. Portanto, na ausência de um aporte teórico consolidado que reflita sobre a FC dos profissionais da educação conforme a lógica defendida, adotar-se-á, para estes, as definições teóricas referentes à docência.

Acredita-se que a FC dos profissionais da educação é um meio de assegurar, com qualidade, a função social da educação e da instituição educativa, bem como de promover um alinhamento conceitual entre as práticas educativas, os princípios e as diretrizes dos IFs. Ademais, para subsidiar uma educação potencializadora, urge-se basear essa formação “[...] na dialética entre teoria e prática, valorizando a prática profissional como momento de construção e ampliação do conhecimento, por meio da reflexão, análise e problematização do conhecimento e das soluções criadas no ato pedagógico” (BRASIL, 2010b, p. 79).

Para que os IFs desempenhem com sucesso seus papéis e promovam mediações que auxiliem os estudantes no conhecimento científico, cultural e do mundo do trabalho, é necessário potencializar o sentido político da ação educativa. Ou seja, ensinar para libertar os sujeitos da imposição de papéis sociais por meio da promoção da autonomia e autodeterminação, além do protagonismo em todos os âmbitos possíveis (FERNANDES, 2018, p. 52).

Com base nos princípios e nas diretrizes dos IFs, evidencia-se o quanto é necessário a escola organizar seu espaço e seus serviços visando a potencializar o processo de ensino-aprendizagem em todos os seus âmbitos. Uma vez que o homem é constituído por “[...] um suporte biológico específico, o trabalho e os instrumentos, a linguagem, as relações sociais e uma subjetividade caracterizada pela consciência e identidade, pelos sentimentos e emoções e pelo inconsciente” (BOCK, 1995, p. 232), é indispensável perceber o estudante para além daquele que adquire conhecimento científico. Por pertencer a contextos históricos, sociais e culturais, ele está constantemente em contato com as pessoas e o mundo ao seu redor, atuando sobre essa realidade, modificando-a e transformando a si mesmo.

Considera-se, portanto, indispensável “[...] que os profissionais desses institutos, responsáveis por formar para as necessidades sociais e alternativas tecnológicas, vivenciem as bases educacionais da EPT para que se dediquem a empregá-las de maneira mais efetiva” (FERNANDES, 2018, p. 53). Eles devem estar aptos a conceber estratégias transversais e interdisciplinares fomentadoras da formação integral e significativa do estudante, mediante a elaboração de métodos e técnicas de trabalho responsáveis pela construção de projetos educativos capazes de contemplar a educação em seus diversos níveis de abrangência.

Para tanto, urge-se investir na FC desses profissionais da educação, mediadores do conhecimento, explorando, descobrindo e capacitando múltiplos potenciais de criação. Corrobora-se com a concepção dessa formação como um contínuo ao longo da vida profissional, um movimento que tenciona respostas

aos diferentes desafios que emergem no início da carreira, no processo de desenvolvimento e na consolidação da experiência profissional (GATTI; BARRETO, 2009). Na FC, as representações, atitudes e motivações dos sujeitos tornam-se essenciais na implementação de mudanças e produção de inovações na prática educativa.

Portanto, subsidiar o aprimoramento pessoal e profissional desses sujeitos, com base no compartilhamento de conhecimentos, experiências e intervenções na realidade vivenciada, apresenta-se como um dispositivo de reforço e concretização dos pilares educacionais da EPT. Ainda, o trabalho como princípio educativo, na perspectiva do trabalhador, resulta da superação da visão utilitarista e reducionista do trabalho.

Implica inverter a relação situando o homem e todos os homens como sujeitos do seu devir. Esse é um processo coletivo, organizado, de busca prática de transformação das relações sociais desumanizadoras e, portanto, deseducativas. A consciência crítica é o primeiro elemento deste processo que permite perceber que é dentro destas velhas e adversas relações sociais que podemos construir outras relações, onde o trabalho se torne manifestação de vida e, portanto, educativo (FRIGOTTO, 2002, p.14).

A qualidade do processo de ensino-aprendizagem é resultado de práticas educativas organizadas a partir da observação, análise e atuação de uma equipe articulada, não de ações individualizadas. Depende de transformações no campo “[...] da organização escolar, envolvendo a estrutura física e as condições de funcionamento, a estrutura organizacional, a cultura organizacional, as relações entre alunos, professores, funcionários, as práticas colaborativas e participativas” (LIBÂNEO, 2009, p. 3).

Dito isso e em consonância com Silveira e Castaman (2020), entende-se a FC em EPT como uma forma consistente de inserir todos os profissionais da educação no processo de ensino-aprendizagem por meio do aperfeiçoamento de seus conhecimentos pedagógicos e não apenas técnicos. Ademais, conforme pontua Fernandes (2018, p. 53), “[...] esse processo possibilita a elaboração e sistematização das experiências pessoais e profissionais dos sujeitos, constituindo-se, entre outros aspectos, em um dispositivo de reflexão, criação e inovação de práticas educativas”. Logo,

[...] os processos formativos, para todos os que atuam na educação, devem contribuir para a apropriação de meios, mecanismos e instrumentos que permitam intervenções mais satisfatórias do ponto de vista pedagógico, no dia-a-dia, a partir da compreensão dos condicionantes sociopolíticos e econômicos que permeiam a organização escolar (BRASIL, 2010a, p. 75).



Apesar de contribuir para o contínuo aprimoramento desses profissionais e, por conseguinte, do processo de ensino-aprendizagem, esse percurso não substitui uma formação inicial de qualidade. Além do mais, as licenciaturas que formam para atuar em EPT são raras, “[...] esse é um ofício que exige do sujeito uma disposição a aprender e praticar cotidianamente seus princípios/fundamentos” (CASTAMAN; RODRIGUES, 2020, p. 7).

Segundo Vieira, Vieira e Belucar (2018), as mudanças sociais e do mundo do trabalho demandam atualização profissional, evidenciando a importância da FC na EPT. “Trata-se de uma busca constante de melhorar a qualidade do ensino e de refletir acerca da prática educativa, a qual tem como objetivo o de desenvolvimento pleno do estudante” (VIEIRA; VIEIRA; BELUCAR, 2018, p. 108).

Segundo Nóvoa (2002), esse processo deve ocorrer por meio de dispositivos de (auto)formação assistida e participada, além de modalidades de apoio e de consultoria entre todos os atores implicados no processo – corpo profissional e organização escolar –, assim como promover mudanças educacionais e redefinir papéis profissionais. O conhecimento deve ser construído com base na reflexão prática e deliberativa a partir do saber analisar e saber analisar-se. “Estar em formação implica um investimento pessoal, um trabalho livre e criativo sobre os percursos e os projectos [sic] próprios, com vista à construção de uma identidade, que também é uma identidade profissional” (NÓVOA, 2002, p. 38-39).

Evidencia-se que a formação humana integral envolve relações entre pessoas e grupos sociais, implica em um comprometimento moral de seus agentes e urge “[...] formar sujeitos racionais mediante a valorização da razão crítica, o resgate do sentido da busca da autonomia e a afirmação de uma ciência não absolutizada conectada ao contexto social e cultural” (LIBÂNEO, 2001, p. 22). A FC dos profissionais da educação pode viabilizar a sistematização e formalização dos saberes de seus membros, a ampliação de conhecimentos,

o compartilhamento de experiências, o investimento em práticas educativas criativas, bem como servir de inspiração para a consolidação de espaços dessa natureza formativa na instituição.

É preciso também estimular percursos educativos que permitam a esses profissionais uma apropriação dos seus processos de formação e um protagonismo em suas práticas cotidianas. Para tanto, deve-se reconhecer e reafirmar a função docente e dos demais profissionais associados ao processo educativo a partir de políticas que valorizem “[...] sua contribuição na transformação dos sistemas educacionais, considerando-os como sujeitos e formuladores de propostas e não meros executores” (BRASIL, 2010a, p. 77). Nesse sentido, destacam-se como políticas públicas

[...] diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

O aprimoramento dos servidores é regulamentado pelo Governo Federal no artigo 39 da [Constituição Federal](#). Seu parágrafo primeiro estipula a manutenção de escolas de governo pela União, Estados e Distrito Federal “[...] para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados” (BRASIL, 1988). Nessa perspectiva, surgiu a Escola Nacional de Administração Pública ([ENAP](#)) “[...] com a promessa de transformar a cultura e o modelo mental de cada agente público, com a missão de formar e desenvolver pessoas capazes de inovar, alcançar resultados e servir à sociedade” (BRASIL, 2020a, n.p).



Já o [Decreto nº 5.707/06](#) instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP) e retratou a relevância da dimensão do desenvolvimento profissional como um componente da qualidade na prestação do serviço público. Esse dispositivo legal foi revogado pelo [Decreto nº 9.991](#) (BRASIL, 2019b), o qual dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, que visa a promover processos mais democráticos e acessíveis às ações nessa perspectiva em âmbito nacional e melhorar a qualidade na prestação de serviço aos cidadãos a partir de um planejamento eficiente e de uma qualificação mais efetiva dos servidores.

No que diz respeito ao aprimoramento do profissional da educação básica, destaca-se o artigo 67, inciso II, da LDB (BRASIL, 1996), a [Lei nº 13.005](#) (BRASIL, 2014b) – aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) –, o [Decreto nº 8.752](#) (BRASIL, 2016a) – trata da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica – e a [Resolução CNE/CP nº 2](#) (BRASIL, 2019c) – define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação); e o [Parecer CNE/CP nº 14](#) (BRASIL, 2020b) – define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada) – homologado pela [Portaria nº 882](#) (BRASIL, 2020c).

Quanto aos profissionais da RFEPCT, verifica-se a [Portaria nº 15/16](#). Ela institui o Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (PLAFOR), “[...] com o objetivo de promover e fomentar ações de capacitação dos servidores, bem como motivá-los e mobilizá-los para a formação continuada, com o fito de potencializar a atuação da educação profissional, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica” (BRASIL, 2016b, p. 1).

Atenta-se para o fato de que a criação de dispositivos legais referentes ao aprimoramento e à formação continuada dos profissionais da educação não garante suas ofertas e/ou implementações eficazes. Para tanto, é preciso o apoio das gestões institucionais, bem como que esses profissionais encontrem no coletivo e nos espaços formais e informais de discussão maneiras de efetivar os instrumentos de desenvolvimento que lhes são de direito.



TEMA: A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E O PAPEL POLÍTICO E SOCIAL DA FC DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

OBJETIVO: compreender a construção histórica e o papel político e social da FC dos profissionais da educação para assegurar uma educação de qualidade, bem como promover um alinhamento conceitual entre as práticas educativas, os princípios e as diretrizes dos IFs.

CONTEÚDOS:

1. A construção histórica e o papel político e social da FC dos profissionais da educação.

- Políticas públicas: um meio de assegurar o aprimoramento dos profissionais da educação.

- A FC como ferramenta de desenvolvimento pessoal e profissional.

2. A FC no alinhamento das práticas educativas aos princípios e às diretrizes dos IFs.

- A FC nos IFs: fundamentação e operacionalização.

- A FC como um dispositivo de reforço e concretização dos pilares educacionais da EPT.

POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS:

PRIMEIRO MOMENTO: contando com os materiais indicados e os direcionamentos dados ao final do encontro anterior, os grupos, já formados, serão identificados, por sorteio, em grupo de verbalização (GV) e grupo de observação (GO), além de organizados em dois círculos, um interno e um externo, nessa ordem. Em turmas muito numerosas, o GO será numericamente maior que o GV. Vale lembrar que, ao final do encontro anterior, os participantes foram divididos em dois grupos e instruídos a estudarem os materiais recomendados

tanto da perspectiva do GV quanto da perspectiva do GO. Portanto, eles precisam ter tarefas bem definidas entre si para uma apresentação estruturada, bem como para a observação da exposição dos conteúdos.

SEGUNDO MOMENTO: o coordenador do GV conduzirá os colegas no debate referente ao tema, enquanto o GO registrará as informações e organizará os dados apreendidos. Nesse momento, os participantes poderão utilizar as ferramentas digitais de ensino, como aconselhado no encontro anterior, para facilitar a construção do conhecimento e a interação com os colegas. Ademais, em turmas com muitos participantes, o GO pode ter subgrupos criados de acordo com tarefas diferenciadas de observação.

TERCEIRO MOMENTO: o GO fará o relato de suas análises e interpretações, ao passo que o GV ficará na escuta.

QUARTO MOMENTO: em conformidade com o número de participantes da turma, os grupos poderão trocar de função e lugar na roda, reiniciando-se o processo supracitado.

QUINTO MOMENTO: o formador auxiliará o grande grupo na construção do conhecimento por meio da ponderação, organização e síntese dos conteúdos apresentados.

RECURSOS: os recursos serão de livre escolha dos participantes e, caso sejam fornecidos pela instituição formadora, deverão ser solicitados com antecedência ao formador.

AValiação: ao longo de cada encontro, será avaliada a participação e o envolvimento do cursista nas atividades propostas e, ao final, será requisitada sua autoavaliação por escrito. Uma semana após o encerramento do curso, dispondo do material trabalhado e dos conhecimentos adquiridos, o cursista

entregará um projeto sobre a implementação de alguma prática educativa que buscou promover em seu ambiente de trabalho e encontrou dificuldades ou sugerir alguma prática educativa a ser empreendida e que, durante e/ou após o curso, tenha reconhecido como relevante. Ainda, no último encontro, responderá a um breve questionário para avaliar o curso.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FERNANDES, M. W. A formação continuada dos profissionais da educação na educação profissional e tecnológica: o lugar ocupado pelo social. *In*: CASTAMAN, A. S.; VIEIRA, J. A. **Gestão da Educação Profissional e Tecnológica**: elementos para reflexão. 1. ed. Curitiba: CRV, 2018, p. 49-60

GATTI, B. A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 57-70, abr. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000100006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 jun. 2020.

MACHADO, L. R. S. Formação de professores para a educação profissional e tecnológica: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. *In*: MOURA, D. H. **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional**. Campinas: Mercado de Letras, 2013. Cap. 11, p. 347-362.

SILVEIRA, F. R.; CASTAMAN, A. S. Formação continuada de profissionais da educação: problematizações na educação profissional e tecnológica. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico (EDUCITEC)**, Manaus, v. 6, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/934/476>. Acesso em: 12 jun. 2020.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRANCHER, V. R.; RODRIGUES, R. A.; SOUZA, F. C. S. **Formação docente e Práxis na educação profissional**. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Políticas docentes no Brasil**: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011.

VIEIRA, J. A.; VIEIRA, M. M. M.; BELUCAR, M. C. A. Formação continuada de professores da educação profissional: particularidades e ações necessárias. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 4, n. 10, p. 100-117, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/view/2518>. Acesso em: 02 jun. 2018.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. E. V. de; PACHECO E. M. Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia como política pública. *In: ANJOS; M. B. dos; RÔÇAS, G. As políticas públicas e o papel social dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.* Natal: IFRN, 2017, p. 13-35.

ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. Estratégias de ensinagem. *In: ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula.* 3. ed. Joinville: Univille, 2004, p. 67-100.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (ANFOPE). **Estatuto Social.** 2012. Disponível em: <http://www.anfope.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Estatuto-Anfope-2012.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2020.

AUSANI, J. C; POMMER, R. M. G. Educação profissional e tecnológica em um Brasil em transformação: compreensões históricas. **Revista do Lhiste**, n. 3, v. 02, p. 460-469, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/revistadolhiste/article/view/59799/36924>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BOCK, A. M. B. *et. al. Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia.* 8. ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.ht. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5154.htm. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11892.htm. Acesso em: 02 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.014, de 6 de agosto de 2009**. Altera o art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com a finalidade de discriminar as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação. 2009. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12014.htm. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**. 2010a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 14 abr. 2018.

BRASIL. **Construindo o sistema nacional articulado de educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias de ação**. Documento Final. 2010b. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final.pdf. Acesso em: 14 abr. 2018.

BRASIL. **Relatório Final**. 2014a. Disponível em: http://confinteabrasilmais6.mec.gov.br/images/documentos/documento_final_CONAE_2014.pdf. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. 2014b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto de nº 8.752, de 9 de maio de 2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. 2016a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 15/2016, de 11 de maio de 2016**. Institui o Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal de Educação Profissional de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – PLAFOR, e outras providências. 2016b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/40991-portaria-15-2016-setec-12maio-pdf/file>. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. 2017. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Documento Base**: Relatório Final. 2018. Disponível em: http://fne.mec.gov.br/images/Documento_Base_-_Relatorio_Final_da_CONAE_2018.pdf. Acesso em: 24 fev. 2020.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Diretoria de Avaliação. **Documento de Área 46**: Ensino. 2019a. Disponível em: http://capes.gov.br/images/Documento_de_%C3%A1rea_2019/ENSINO.pdf. Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019**. Dispõe sobre a Política de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento. 2019b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9991.htm. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). 2019c. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Escola Nacional de Administração Pública**. 2020a. Disponível em: <https://www.enap.gov.br/pt/a-escola>. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 14, de 10 de julho de 2020**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). 2020b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=153571-pcp014-20&category_slug=agosto-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. **Portaria nº 882, de 23 de outubro de 2020**. Básica - BNC-Formação Continuada. Homologa o Parecer CNE/CP nº 14/2020, do Conselho Pleno, do Conselho Nacional de Educação, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Continuada de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação. 2020c. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-882-2020-10-23.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

CASTAMAN, A.; RODRIGUES, R. O trabalho como princípio educativo no ensino integrado ao médio. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**. Mossoró, v. 6, n. 17, 2020a. Disponível em: Acesso em: 04 set. 2020.

CASTAMAN, A. S.; RODRIGUES, R. A. Formando Formadores: Programa de Pós-Graduação em rede na área de ensino. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 1, n. 18, p. 1-19, fev. 2020b. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/8520/pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

ClAVATTA, M. A formação integrada à escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122/5087>. Acesso em: 04 ago. 2020.

COMO FAZER UM MAPA MENTAL: passo a passo. Apresentado por Albano Barros. Publicado pelo canal SejaUmaPessoaMelhor. [S.L.: s. n.], 2017. 1 vídeo (07 min 37seg). Disponível em: <https://youtu.be/m1qW0wPJV1M>. Acesso em: 20 jun. 2020.

FERNANDES, M. W. **A formação continuada dos profissionais da educação na educação profissional e tecnológica**: o lugar ocupado pelo social. *In*: CASTAMAN, A. S.; VIEIRA, J. A. *Gestão da Educação Profissional e Tecnológica: elementos para reflexão*. 1. ed. Curitiba: CRV, 2018, p. 49-60.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FRIGOTTO, G. Trabalho, Conhecimento, Consciência e a Educação do Trabalhador: Impasses Teóricos e Práticos. *In*: GOMEZ, C. M. *et al. Trabalho e Conhecimento: Dilemas na Educação do Trabalhador*. São Paulo: Cortez, 2002, p.13-26.

GATTI, B. A.; BARETTO, E. S. S. **Professores do Brasil**: Impasses e Desafios. Brasília: Unesco, 2009.

INOCENTE, L.; CASTAMAN, A. S.; VIEIRA, L. M. Painel Integrado: material didático-pedagógico facilitador do processo de ensino e aprendizagem. *In*: XII Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação - SIRSSE e VI Seminário Internacional sobre profissionalização docente - SIPD/Cátedra UNESCO, 2017, Curitiba, PR. **Anais eletrônicos**. Curitiba: EDUCERE, 2017, p. 4096-4107. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25458_12179.pdf. Acesso em: 25 mar. 2020.

LIBÂNIO, J. C. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 17, p. 153-176, jun. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602001000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 abr. 2018.

LIBÂNEO, J. C. As práticas de organização e gestão da escola e a aprendizagem de professores e alunos. **Presente!** Revista de Educação, CEPAP-Salvador, jan./abr. 2009.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, v. 2, p. 1-27, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>. Acesso em: 10 abr. 2018.

MOURA, A. F.; LIMA, M. G. A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa, um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, v. 23, n. 1, p. 95-103, 31 jul. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/18338/11399>. Acesso em: 02 jun. 2018.

NÓVOA, A. **Formação de professores e trabalho pedagógico**. Lisboa: Educa, 2002.

PACHECO, E. **Fundamentos Político-Pedagógicos dos Institutos Federais**: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: IFRN, 2015.

PACHECO, E. Desvendando os institutos federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 1, p. 4-22, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/575/437>. Acesso em: 27 jul. 2020.

RAMOS, M. N. Concepção do ensino médio integrado. *In: Seminário sobre ensino médio*, 2008. Secretaria de Educação do Estado do Paraná, 08-09 maio 2008, p. 1-26. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/concepcao_do_ensino_medio_integrado5.pdf. Acesso em: 08 out. 2017.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

SACRISTÁN, J. G. **Poderes Instáveis em Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

SACRISTÁN, J. G. O que significa o currículo. *In: SACRISTÁN, J. G. et al. Saberes e incertezas sobre o currículo*. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 16-35.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 34, p. 152-165, abr. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782007000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 out. 2017.

SILVEIRA, F. R.; CASTAMAN, A. S. Formação continuada de profissionais da educação: problematizações na educação profissional e tecnológica. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico (EDUCITEC)**, Manaus, v. 6, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/934/476>. Acesso em: 12 jun. 2020.

TEIXEIRA, E. C. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Revista AATR**, Salvador, v. 200, 2002. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

VIEIRA, J. A.; VIEIRA, M. M. M.; BELUCAR, M. C. A. Formação continuada de professores da educação profissional: particularidades e ações necessárias. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Mossoró, v. 4, n. 10, p. 100-117, 2018. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/view/2518>. Acesso em: 02 jun. 2018.

VIEIRA, J. A. *et al.* Ensino com Pesquisa na Educação Profissional e Tecnológica: noções, perspectivas e desafios. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, Aracajú, v. 12, n. 29, p. 279-298, 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/9306>. Acesso em: 03 mar. 2020. NEO, J. C. As práticas de organização e gestão da escola e a aprendizagem de professores e alunos. *Presente! Revista de Educação*, CEPAP-Salvador, jan./abr. 2009.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO CURSO

.....

DADOS PESSOAIS:

1. **Gênero:** _____

2. **Idade:**

- a. 18 a 25 anos.
- b. 26 a 30 anos.
- c. 31 a 40 anos.
- d. 41 a 50 anos.
- e. 51 a 60 anos.
- f. Acima de 60 anos.

3. **Local de trabalho:** _____

4. **Cargo:**

- a. Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.
- b. Professor Substituto do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.
- c. Técnico-Administrativo em Educação.

5. **Nível de escolaridade:**

- a. Fundamental.
- b. Médio.
- c. Graduação.
- d. Especialização.
- e. Mestrado.
- f. Doutorado.
- g. Pós-doutorado.

QUESTÕES:

1. Senti-me motivado a realizar as ações propostas pelo curso:

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo.
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.

2. Considero que a linguagem utilizada foi de fácil entendimento:

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo.
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.

3. Penso que o conteúdo desenvolvido é adequado para a sua finalidade:

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo.
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.

4. Acredito que os materiais didáticos utilizados e os indicados são suficientes para uma boa fundamentação teórica dos conteúdos trabalhados:

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo.
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.

5. Percebi o formador apto a desenvolver seu papel e mediar com qualidade o processo de ensino-aprendizagem:

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo.
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.

6. Senti-me satisfeito após completar o curso:

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo.
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.

7. Recomendaria o curso a outros colegas:

- Discordo totalmente.
- Discordo parcialmente.
- Não concordo, nem discordo.
- Concordo parcialmente.
- Concordo totalmente.

8. Sinta-se à vontade para fazer críticas e/ou sugestões para o aprimoramento do curso: _____

Apêndice B – Questionário referente à pesquisa

Termo de consentimento livre e esclarecido

Prezado(a) senhor(a), você está sendo respeitosamente convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado "Itinerário Formativo para os Profissionais da Educação: contribuições para saberes e fazeres nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia", cujo objetivo é conhecer os fundamentos e os conceitos da formação continuada, com a finalidade de elaborar e de avaliar um itinerário formativo direcionado aos profissionais da educação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, contribuindo para a construção de saberes e fazeres. Este projeto está vinculado ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

A pesquisa será realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, com a aplicação de dois questionários virtuais, uma anterior e outra posterior ao processo, direcionados aos e-mails dos servidores cadastrados no Sistema de Gestão de Pessoas da instituição. Para a análise de dados, será utilizada a tabulação dos elementos quantitativos e a análise de conteúdo por categorias para os aspectos qualitativos. As informações ficarão armazenadas em pendrive de posse exclusiva das pesquisadoras.

Esta pesquisa apresenta risco mínimo, pois não será realizada nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas, psicológicas e sociais dos indivíduos, não sendo invasiva à intimidade deles. As atividades desenvolvidas na coleta e análise dos dados estarão comprometidas com a integridade do ser humano na sua totalidade e serão mantidos os critérios éticos de sigilo e de confidencialidade dos dados. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida, é possível realizar o contato imediato com uma das pesquisadoras responsáveis pelo estudo para os esclarecimentos necessários.

Sua participação no estudo é de extrema importância, uma vez que ele pode vir a auxiliar diretamente nas práticas dos participantes envolvidos, além de ampliar a compreensão acerca de como um itinerário formativo pode contribuir para saberes e fazeres nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A partir dos resultados obtidos, disponibilizar-se-á informações às instituições de ensino com relação ao tema desenvolvido, visando a incentivar a elaboração e a implementação de projetos e ações educativas comprometidos com a integralidade dos profissionais da educação e dos estudantes. Ainda, pretende-se apresentar os resultados desta pesquisa a partir de um produto educacional e de um relatório final, bem como de artigos que serão publicados em anais de eventos e até mesmo em periódicos especializados.

Os seguintes direitos lhe são assegurados: a liberdade de retirar o seu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isso lhe traga prejuízo de qualquer ordem; a segurança de que não será identificado(a) e que será mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à sua privacidade; de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com a Resolução 466/2016 do Conselho Nacional de Saúde; do compromisso de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar o seu interesse em continuar participando da pesquisa; de que não haverá nenhum tipo de despesa ou ônus

continuar participando da pesquisa, de que não haverá nenhum tipo de despesa ou ônus financeiro, bem como não haverá nenhuma recompensa financeira relacionada à sua participação; de que não está previsto nenhum tipo de procedimento invasivo, coleta de material biológico, ou experimento com seres humanos; de não responder qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

CEP/IFRS

Endereço: Rua Gen. Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP: 95.700-000

Telefone: (54) 3449-3340 E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

Pesquisadora principal: Manoela Wendler Fernandes

Telefone: (51) 98334-2829 E-mail: manoelafernandes@ifsul.edu.br

Orientadora: Ana Sara Castaman

Telefone: (54) 98112-3132 E-mail: ana.castaman@sertao.ifrs.edu.br

***Obrigatório**

1. Endereço de e-mail *

2. A partir do exposto, aceito participar da pesquisa intitulada “Itinerário Formativo para os Profissionais da Educação: contribuições para saberes e fazeres nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”. Fui informado(a), de maneira clara e detalhada, dos objetivos do presente estudo, da metodologia que será adotada, dos riscos e benefícios envolvidos, bem como dos direitos que me são assegurados. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas. Por fim, autorizo o uso dos dados fornecidos por meio dos questionários, de forma anônima, para fins de pesquisa e divulgação do estudo. *

Marcar apenas uma oval.

Aceito

Não aceito

Questionário para os servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

Dados pessoais:

3. 1. Gênero: *

4. 2. Idade: *

Marcar apenas uma oval.

18 a 25 anos

26 a 30 anos

31 a 40 anos

41 a 50 anos

51 a 60 anos

Acima de 60 anos

5. 3. Tempo de serviço no IFSul: *

Marcar apenas uma oval.

1 a 4 anos

5 a 9 anos

Acima de 9 anos

6. 4. Campus em que atua: *

Marcar apenas uma oval.

- Reitoria / Campus Pelotas / Campus Pelotas-Visconde da Graça
- Campus Bagé
- Campus Camaquã
- Campus Charqueadas
- Campus Gravataí
- Campus Avançado Jaguarão
- Campus Lajeado
- Campus Avançado Novo Hamburgo
- Campus Passo Fundo
- Campus Santana do Livramento
- Campus Sapiranga
- Campus Sapucaia do Sul
- Campus Venâncio Aires

7. 5. Setor/departamento em que está lotado: *

8. 6. Cargo: *

Marcar apenas uma oval.

- Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
- Professor Substituto do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
- Técnico-Administrativo em Educação

9. 7. Formação: *

Marcar apenas uma oval.

- Fundamental
- Médio
- Graduação
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-doutorado

10. 8. Ainda acerca da sua formação, por favor, descreva-a de acordo com o exemplo abaixo:

Exemplo: Graduação em Psicologia, Especialização em Psicologia Organizacional e do Trabalho, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (em andamento).

Questionário para os servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

Questões:

11. 1. Qual(is) das seguintes políticas públicas de formação continuada dos profissionais da educação você conhece? (assinale mais de uma opção se necessário) *

Marque todas que se aplicam.

- Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014.
- Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), instituído pelo Decreto nº 6.094/2007.
- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), instituído pelo Decreto nº 7.219/2010.
- Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, instituída pelo Decreto nº 8.752/2016.
- Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal (Plafor), instituído pela Portaria nº 15/2016.
- Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), instituída pelo Decreto nº 9.991/2019.
- Não conheço nenhuma política pública de formação continuada dos profissionais da educação.

Outro: _____

12. 2. Você sabe se o IFSul possui política(s) de formação continuada? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

13. 3. Caso a sua resposta tenha sido positiva na questão 2, cite a(s) política(s) que você conhece:

14. 4. Você já participou de alguma formação continuada durante o exercício de sua função no IFSul? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

15. 5. Caso a sua resposta tenha sido positiva na questão 4, a formação continuada foi ofertada pelo IFSul?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

16. 6. Ainda, caso a sua resposta tenha sido positiva na questão 4, qual(is) o(s) tema(s) abordado(s) na(s) formação(ões) que você participou?

17. 7. Você considera que as formações continuadas promovidas no IFSul são direcionadas, em sua maioria ou totalidade, à seguinte(s) categoria(s) de profissionais da educação: *

Marcar apenas uma oval.

Professor/Professor Substituto do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Técnico-Administrativo em Educação

Ambas as categorias

18. 8. No campus em que você atua, existe (assinale mais de uma opção se necessário): *

Marque todas que se aplicam.

- Incentivo da sua chefia imediata à elaboração e à promoção de formação continuada por parte dos servidores.
- Incentivo dos servidores à elaboração e à promoção de formação continuada por parte dos colegas.
- Incentivo da sua chefia imediata à participação em formação continuada por parte dos servidores.
- Incentivo à participação em formação continuada entre os colegas.
- Divulgação de cursos para os servidores pela sua chefia imediata.
- Divulgação de cursos entre os colegas.

19. 9. No campus em que você atua, a formação continuada é um processo regular? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

20. 10. Caso a sua resposta tenha sido positiva na questão 9, a formação continuada é um processo:

Marcar apenas uma oval.

- Semanal
- Mensal
- Semestral
- Anual
- Outro: _____

21. 11. Ainda, se a sua resposta foi positiva na questão 9, a formação continuada costuma ser:

Marcar apenas uma oval.

- Presencial
- A distância
- Semipresencial

22. 12. Se a sua resposta foi positiva na questão 9, cite o(s) tema(s) abordado(s) na(s) formação(ões) que você participou:

23. 13. Caso a formação continuada seja um processo regular no campus em que você atua, a elaboração e a promoção desse processo é realizada por mais de um colega ou grupo de colegas?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

24. 14. Caso a sua resposta tenha sido negativa na questão 13, qual o setor/departamento do colega ou grupo de colegas que realiza a formação?

25. 15. Assinale qual(is) temática(s) que você considera importante(s) ser/serem trabalhada(s) em formações continuadas dos profissionais da educação: *

Marque todas que se aplicam.

- Princípios e objetivos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
- Currículo integrado
- Estratégias de ensino
- Tecnologias da informação e comunicação (TICs)
- Inclusão escolar
- Processos de subjetivação dos sujeitos escolares

Outro: _____

26. 16. Com base nas escolhas feitas na questão 15, indique os 3 temas de sua preferência por ordem de importância: *

27. 17. Você tem preferência por alguma modalidade de ação de capacitação? *

Marcar apenas uma oval.

- Presencial
- A distância
- Semipresencial
- Indiferente

28. 18. Você considera que a indicação de materiais complementares, pertinentes aos temas das ações de formação continuada, pode facilitar o acesso às informações e ao processo de aprendizagem? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

29. 19. Caso a sua resposta tenha sido positiva na questão 18, qual(is) dos seguintes recursos é(são) de sua preferência como material complementar em uma formação continuada? *

Marque todas que se aplicam.

- Legislação
- Artigos científicos
- Reportagens
- Vídeos
- Filmes

Outro: _____

30. 20. Você já realizou algum curso e/ou formação acerca da história e do papel da rede de Institutos Federais de Ensino? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

31. 21. Caso a sua resposta tenha sido negativa na questão 20, você já estudou por conta própria acerca da história e do papel da rede de Institutos Federais de Ensino?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

32. 22. Considerando que na educação "[...] a socioemocionalidade é vinculada a habilidades que permeiam a aprendizagem e compõem um conjunto de características que podem facilitar a aprendizagem formal" (CARDOSO, 2017, p. 13), você já realizou algum curso e/ou formação sobre o tema habilidades socioemocionais? *

CARDOSO, A. S. Análise conceitual do termo socioemocional em psicologia e percepção de professores de escola pública sobre a relação professor-aluno e com o contexto de trabalho. 2017. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

33. 23. Caso a sua resposta tenha sido negativa na questão 22, você já estudou por conta própria sobre habilidades socioemocionais?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

34. 24. Na sua percepção, como uma formação continuada para os profissionais da educação acerca das habilidades socioemocionais pode contribuir para o processo ensino-aprendizagem? *

35. 25. Qual(is) das seguintes classes de habilidades sociais (DEL PRETTE, 2017) você considera pertinente(s) ser/serem abordada(s) em uma formação continuada para os profissionais da educação? (assinale mais de uma opção se necessário) *

DEL PRETTE, Z. A. P.; DEL PRETTE, A. (Orgs.). Habilidades Sociais e Competência Social: para uma vida melhor. São Paulo: EdUFSCar, 2017.

Marque todas que se aplicam.

Empáticas

Assertivas

De comunicação

De solução de problemas interpessoais

Outro: _____

Questionário para os servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

Para as questões de 26 à 34, utilize a escala de importância de 0 a 3, sendo:

0 - sem nenhuma importância 1 - pouco importante 2 - importante 3 - muito importante

O quanto você considera importante que uma formação continuada para os profissionais da educação do IFSul aborde os conceitos listados abaixo:

36. 26. A constituição da rede de Institutos Federais de Ensino: *

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	
Sem nenhuma importância	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante

37. 27. A missão, a visão e os valores dos Institutos Federais de Ensino: *

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	
Sem nenhuma importância	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante

38. 28. A filosofia dos Institutos Federais de Ensino: *

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	
Sem nenhuma importância	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante

39. 29. O compromisso dos Institutos Federais de Ensino com a prática educativa dos estudantes do ensino médio integrado: *

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	
Sem nenhuma importância	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante

40. 30. A legislação relacionada aos Institutos Federais de Ensino: *

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	
Sem nenhuma importância	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante

41. 31. A constituição biopsicossocial do sujeito: *

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	
Sem nenhuma importância	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante

42. 32. As dimensões sociais e emocionais na Educação Profissional e Tecnológica: *

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	
Sem nenhuma importância	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante

43. 33. As habilidades socioemocionais: *

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	
Sem nenhuma importância	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante

44. 34. O desenvolvimento de habilidades socioemocionais: *

Marcar apenas uma oval.

	0	1	2	3	
Sem nenhuma importância	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Muito importante

Questionário para os servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

Muito obrigada pela sua participação!

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Apêndice C – Respostas questionário de pesquisa



Respostas do questionário de pesquisa

Perguntas **Respostas** 102

102 respostas



Não está aceitando respostas



Mensagem para os participantes

Este formulário não aceita mais respostas

Resumo

Pergunta

Individual

Quem respondeu?

Enviar por e-mail

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

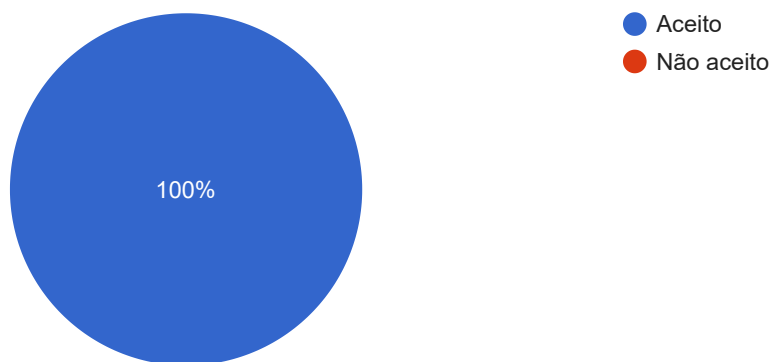
[Redacted]

[Redacted]

respostas@...@gmail.com

A partir do exposto, aceito participar da pesquisa intitulada “Itinerário Formativo para os Profissionais da Educação: contribuições para saberes e fazeres nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”. Fui informado(a), de maneira clara e detalhada, dos objetivos do presente estudo, da metodologia que será adotada, dos riscos e benefícios envolvidos, bem como dos direitos que me são assegurados. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas. Por fim, autorizo o uso dos dados fornecidos por meio dos questionários, de forma anônima, para fins de pesquisa e divulgação do estudo.

102 respostas

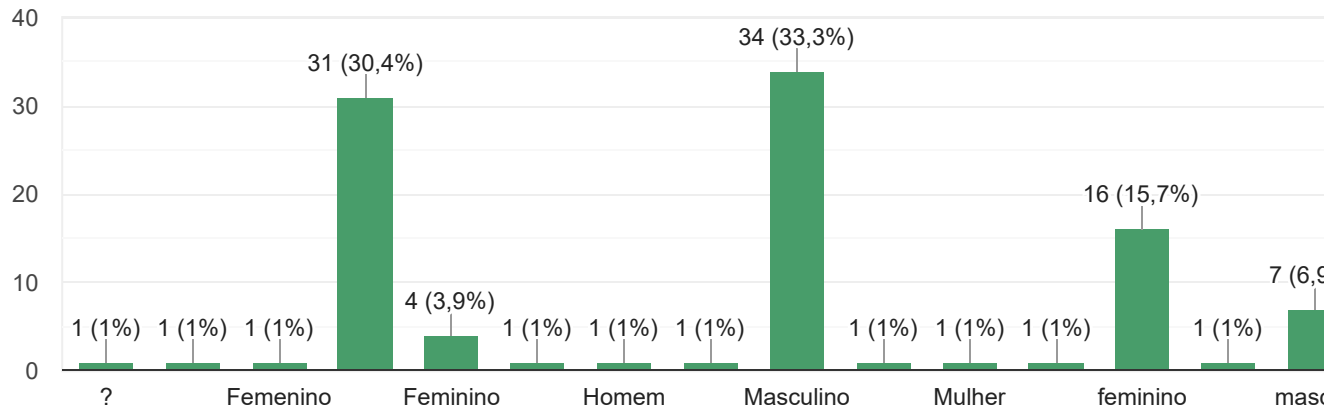


Questionário para os servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

Dados pessoais:

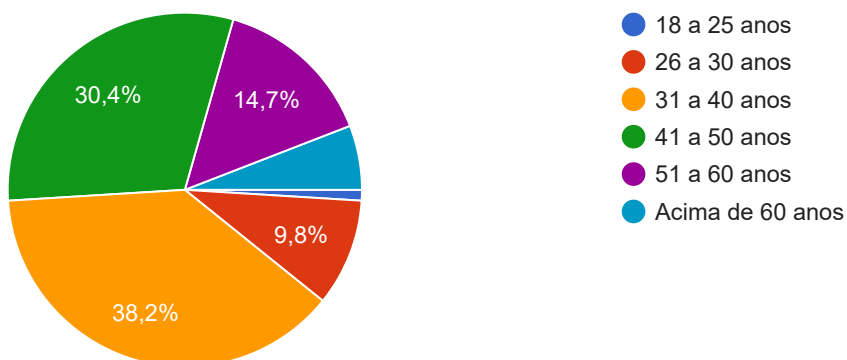
1. Gênero:

102 respostas



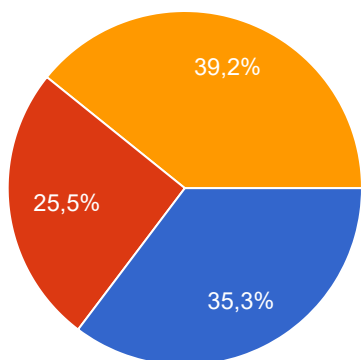
2. Idade:

102 respostas



3. Tempo de serviço no IFSul:

102 respostas

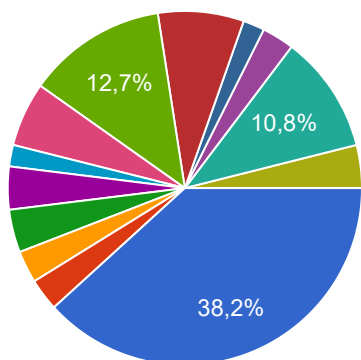


- 1 a 4 anos
- 5 a 9 anos
- Acima de 9 anos



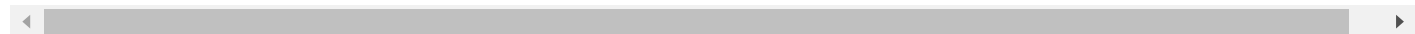
4. Campus em que atua:

102 respostas



- Reitoria / Campus Pelotas / Campus...
- Campus Bagé
- Campus Camaquã
- Campus Charqueadas
- Campus Gravataí
- Campus Avançado Jaguarão
- Campus Lajeado
- Campus Avançado Novo Hamburgo

▲ 1/2 ▼



5. Setor/departamento em que está lotado:

102 respostas

DEPEX

Ensino

Depex

DIREN

Departamento de Ensino

CORAC

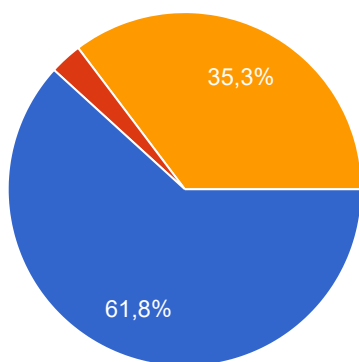
Diretoria de Desenvolvimento Institucional

Biblioteca

Departamento de Ensino de Graduação e Pós-Graduação

6. Cargo:

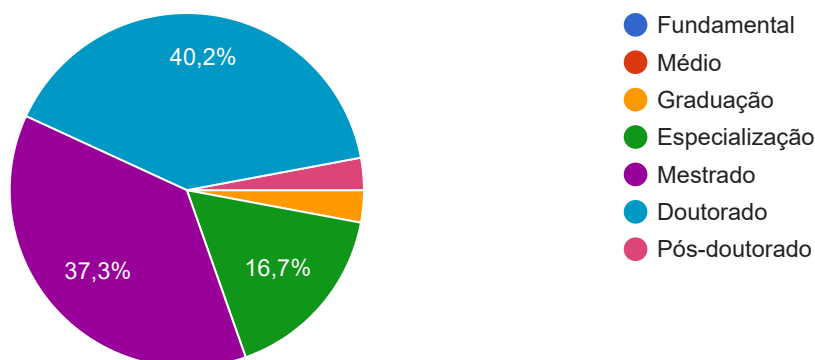
102 respostas



- Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
- Professor Substituto do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
- Técnico-Administrativo em Educação

7. Formação:

102 respostas



8. Ainda acerca da sua formação, por favor, descreva-a de acordo com o exemplo abaixo:

102 respostas

Graduação em Química, Especialização em Educação Profissional e Tecnológica, Mestrado em Química

Graduação em Engenharia Elétrica, MBA Gestão Empresarial

Graduação em Engenharia Civil, Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho e Mestrado em Ciências Ambientais (em andamento)

Graduação em Pedagogia - Especialização em Orientação Educacional, Pós-graduação em Informática na Educação, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (em andamento)

Graduação em Educação Física Licenciatura. Especialização em Educação Física Escolar. Mestrado em Epidemiologia da Atividade Física. Doutorado em Epidemiologia da Atividade Física (em andamento)

Graduação em Psicologia, Especialização em Saúde Mental Coletiva- Dependência Química, Mestrado Profissional em Saúde no Ciclo Vital (em andamento).

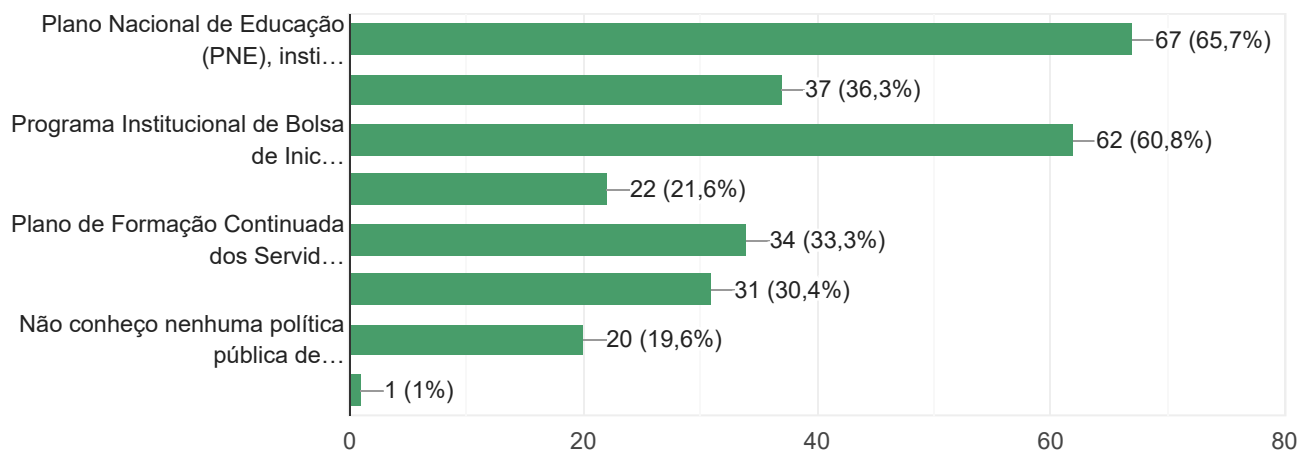
graduação em geografia, graduação em direito, mestrado em geografia, doutorado em geografia (em andamento)

Questionário para os servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

Questões:

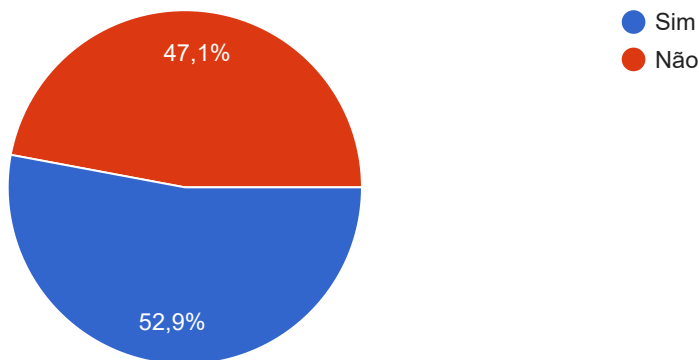
1. Qual(is) das seguintes políticas públicas de formação continuada dos profissionais da educação você conhece? (assinale mais de uma opção se necessário)

102 respostas



2. Você sabe se o IFSul possui política(s) de formação continuada?

102 respostas



3. Caso a sua resposta tenha sido positiva na questão 2, cite a(s) política(s) que você conhece:

47 respostas

Formação pedagógica para bacharéis, cursos de educação especial, formações sobre sistemas acadêmicos.

Não consigo citar, mas sei que existe.

Curso em Educação Inclusiva; Curso ATOD;;Formação oferecida pelos câmpus aos servidores no início de cada semestre letivo.

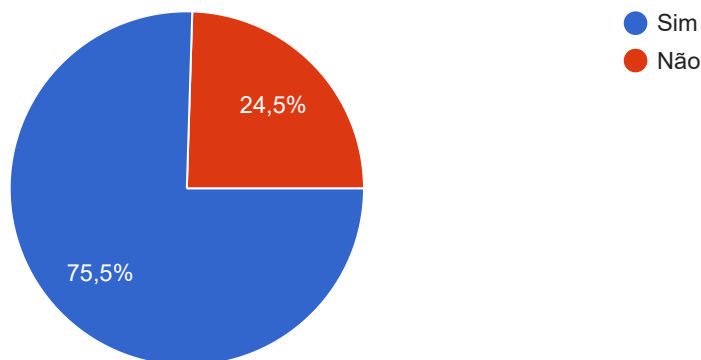
Ingressei no campus um dia antes da quarentena, mas tenho acompanhado algumas ações online para o processo de formação continuada para alunos e professores pela FIC e outros projetos de ensino.

Curso na área de atendimento especializado

Não tenho certeza de quais estão em funcionamento nesse momento, mas nas licenciaturas do CAVG havia PIBID, no Campus Pelotas e Charqueadas o Plafor, além de já ter participado com certeza de projetos da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica (Planfor) e seus mecanismos de PNPD, como ressarcimento de mensalidades (a depender de orçamento) e licenças-capacitação.

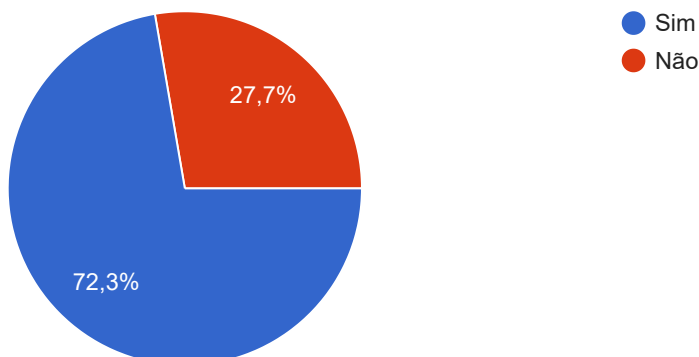
4. Você já participou de alguma formação continuada durante o exercício de sua função no IFSul?

102 respostas



5. Caso a sua resposta tenha sido positiva na questão 4, a formação continuada foi ofertada pelo IFSul?

83 respostas



6. Ainda, caso a sua resposta tenha sido positiva na questão 4, qual(is) o(s) tema(s) abordado(s) na(s) formação(ões) que você participou?

72 respostas

Sistemas acadêmicos

Educação inclusiva, Prevenção ao uso e abuso do álcool tabaco e outras drogas, TICs, Metodologia de ensino, Avaliação...

curso 1) relações internacionais / curso 2) propriedade intelectual / curso 3) educação ambiental

Tecnologias Digitais

Ensino EaD. Capacitação do suap

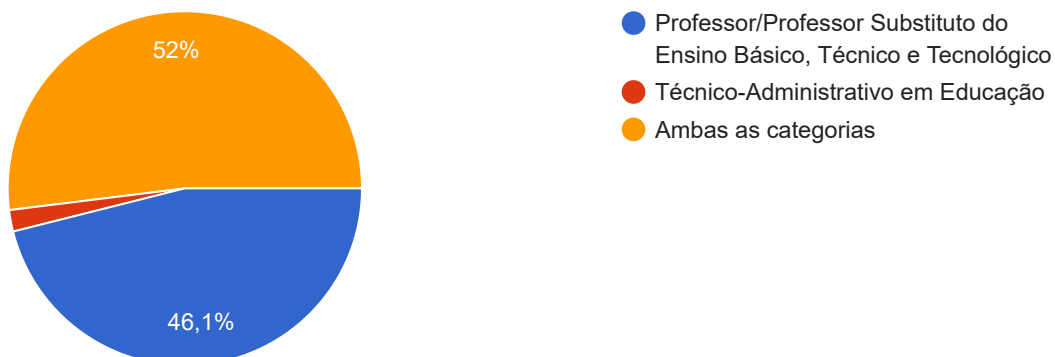
Instrumentos avaliativos, Adaptação curricular, sensibilização para Pessoas com Deficiência, Ações Afirmativas, Relações raciais, Relações de gênero.

Mídias na Educação

Ética . Serviço público. Saude do servidor. Processos de trabalho prevenção de uso de álcool e drogas na escola. Rodas de conversa inclusão....

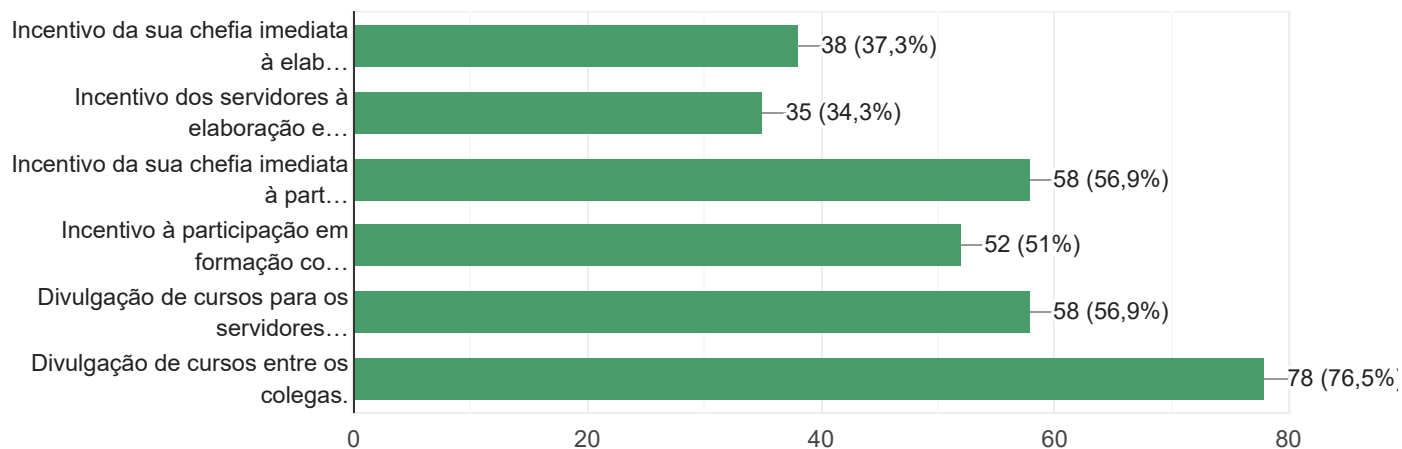
7. Você considera que as formações continuadas promovidas no IFSul são direcionadas, em sua maioria ou totalidade, à seguinte(s) categoria(s) de profissionais da educação:

102 respostas



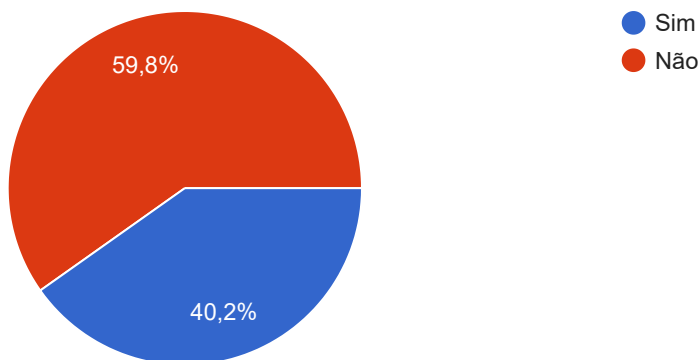
8. No campus em que você atua, existe (assinale mais de uma opção se necessário):

102 respostas



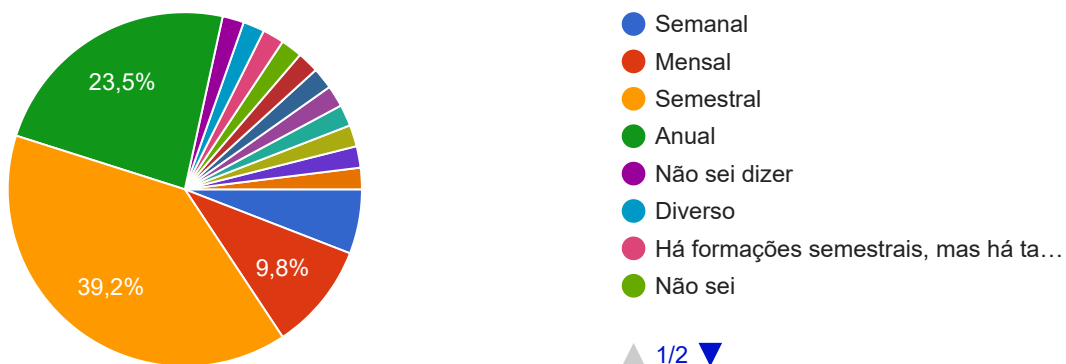
9. No campus em que você atua, a formação continuada é um processo regular?

102 respostas



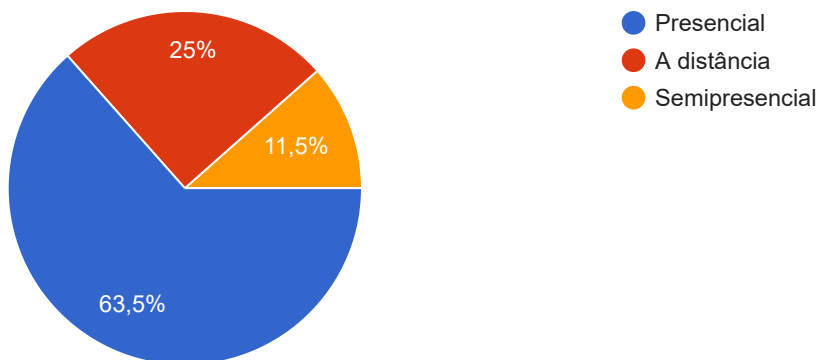
10. Caso a sua resposta tenha sido positiva na questão 9, a formação continuada é um processo:

51 respostas



11. Ainda, se a sua resposta foi positiva na questão 9, a formação continuada costuma ser:

52 respostas



12. Se a sua resposta foi positiva na questão 9, cite o(s) tema(s) abordado(s) na(s) formação(ões) que você participou:

37 respostas

Inclusão

Questões pedagógicas de forma geral: metodologias ativas, educação inclusiva, etc.

Ensino Médio Integrado, Avaliação, Uso das TICs na educação,

Educacao

Educação, Administração Pública e Gerenciamento.

Tecnologias Digitais, Metodologias de ensino, Educação Inclusiva

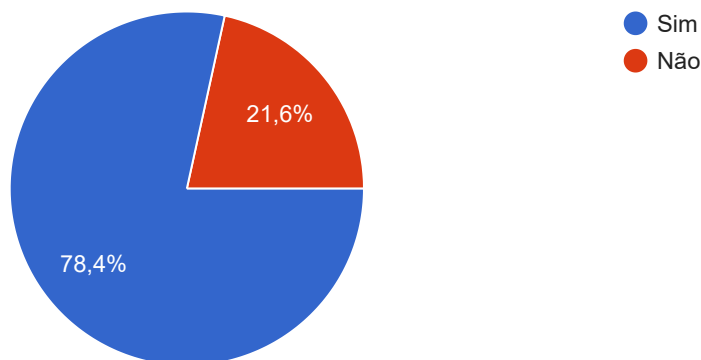
Educação e Educação de Alunos com necessidades especiais.

Inclusão, metodologias ativas, uso de novas tecnologias, ensino híbrido...

Inclusão, gênero, trabalho...

13. Caso a formação continuada seja um processo regular no campus em que você atua, a elaboração e a promoção desse processo é realizada por mais de um colega ou grupo de colegas?

51 respostas



14. Caso a sua resposta tenha sido negativa na questão 13, qual o setor/departamento do colega ou grupo de colegas que realiza a formação?

15 respostas

DEPEX

Não sei informar

Não conheço ninguém que faça ou trabalhe com formação continuada

Tanto RH como o Pós-Graduação e Pesquisa e o Departamento Específico (esqueci o nome).

curso DE AGROPECUÁRIA.

Nesse momento de pandemia e de calendário suspenso alguns cursos tem sido ofertados

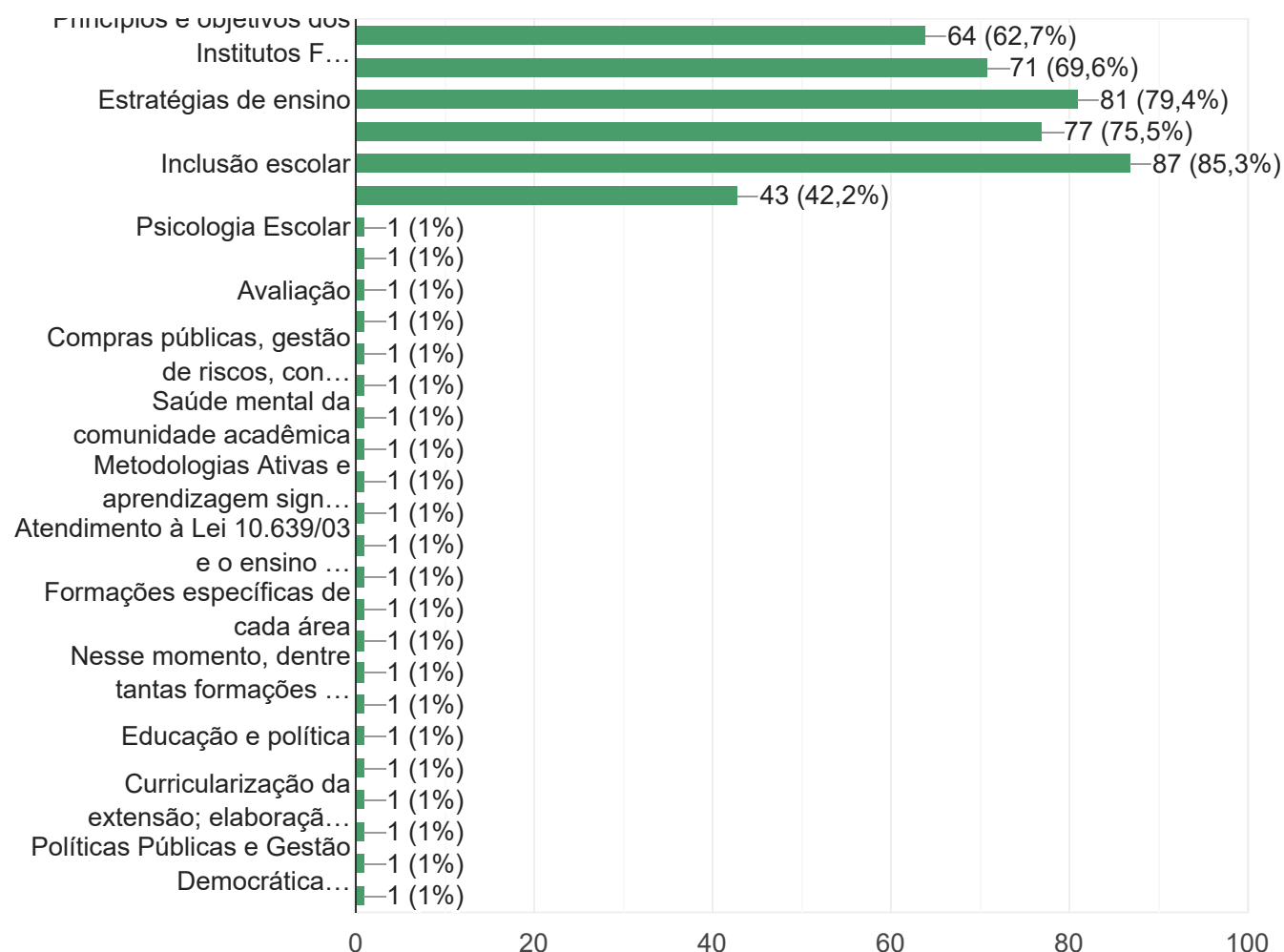
Não entendi a pergunta.

Progep

Pedagógico (pedagoga, psicóloga e técnica em assuntos educacionais)

15. Assinale qual(is) temática(s) que você considera importante(s) ser/serem trabalhada(s) em formações continuadas dos profissionais da educação:

102 respostas



16. Com base nas escolhas feitas na questão 15, indique os 3 temas de sua preferência por ordem de importância:

102 respostas

Metodologias ativas, TIC's, EPT

estratégias para maior interesse dos alunos aos conteúdos, uso de novas mídias, desafio de práticas com carga horária limitada

Inclusão escolar, estratégias de ensino e tecnologias da informação e comunicação (TICs)

Princípios e Objetivos dos Institutos Federais
Inclusão Escolar
Processo de subjetivação dos sujeitos escolares

Inclusão escolar, princípios e objetivos dos IFs, currículo integrado,

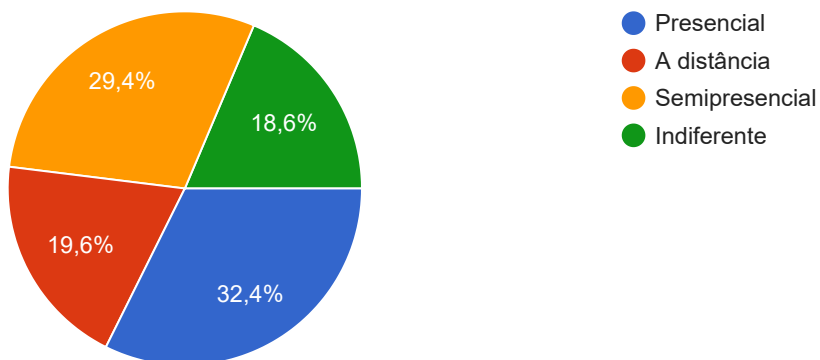
Psicologia Escolar, Inclusão, Tecnologias de informação e comunicação.

AVALIAÇÃO, CURRÍCULO INTEGRADO, FORMAÇÃO OMNILATERAL

Inclusão escolar, Estratégias de ensino, Currículo integrado

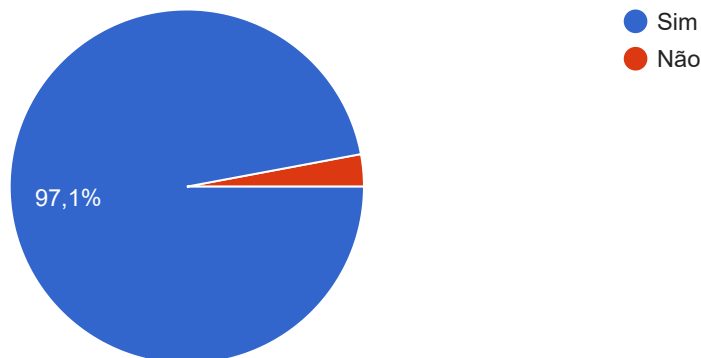
17. Você tem preferência por alguma modalidade de ação de capacitação?

102 respostas



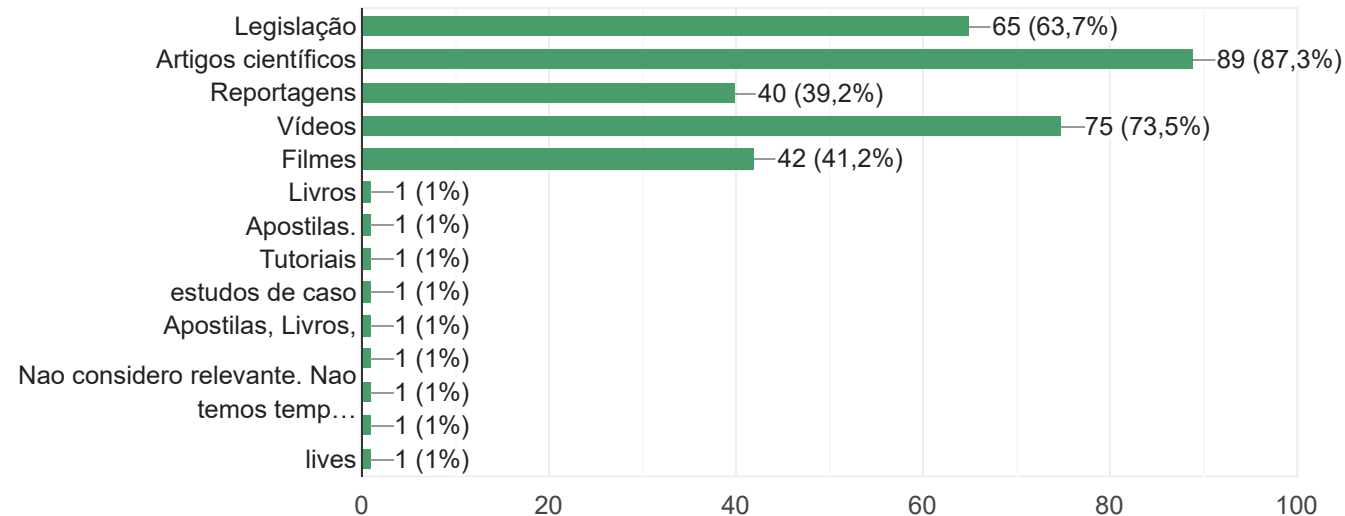
18. Você considera que a indicação de materiais complementares, pertinentes aos temas das ações de formação continuada, pode facilitar o acesso às informações e ao processo de aprendizagem?

102 respostas



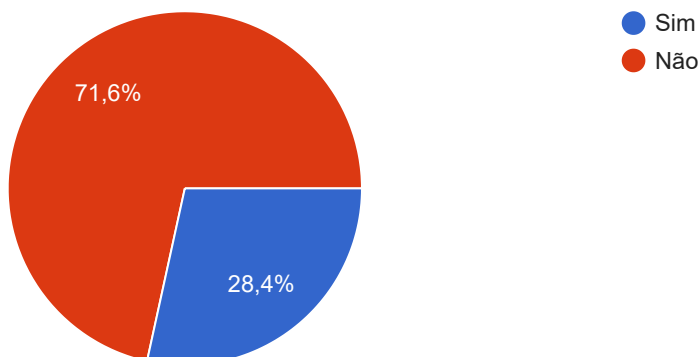
19. Caso a sua resposta tenha sido positiva na questão 18, qual(is) dos seguintes recursos é(são) de sua preferência como material complementar em uma formação continuada?

102 respostas



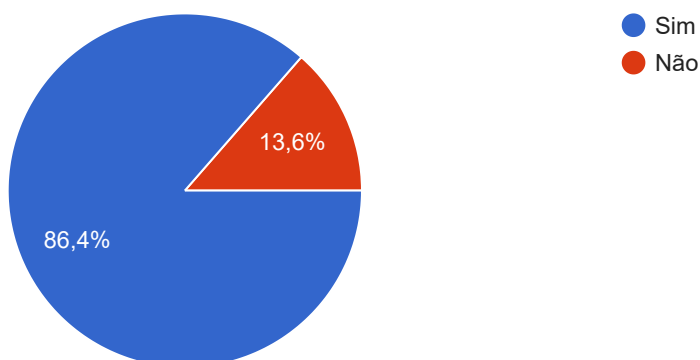
20. Você já realizou algum curso e/ou formação acerca da história e do papel da rede de Institutos Federais de Ensino?

102 respostas



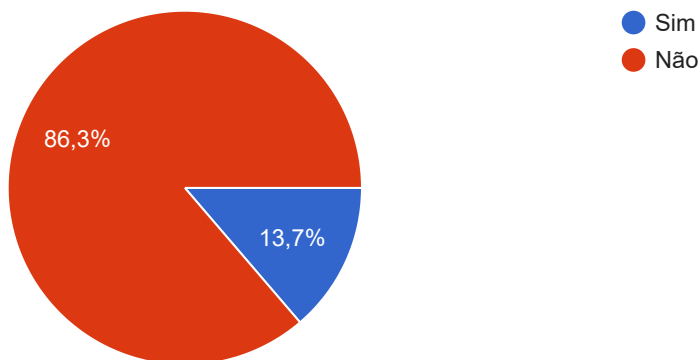
21. Caso a sua resposta tenha sido negativa na questão 20, você já estudou por conta própria acerca da história e do papel da rede de Institutos Federais de Ensino?

81 respostas



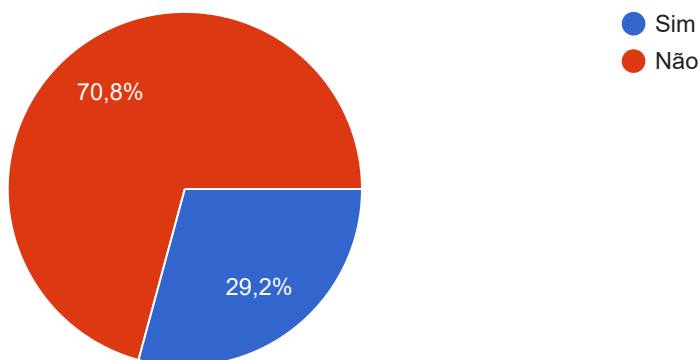
22. Considerando que na educação "[...] a socioemocionalidade é vinculada a habilidades que permeiam a aprendizagem e compõem um conjunto de características que podem facilitar a aprendizagem formal" (CARDOSO, 2017, p. 13), você já realizou algum curso e/ou formação sobre o tema habilidades socioemocionais?

102 respostas



23. Caso a sua resposta tenha sido negativa na questão 22, você já estudou por conta própria sobre habilidades socioemocionais?

89 respostas



24. Na sua percepção, como uma formação continuada para os profissionais da educação acerca das habilidades socioemocionais pode contribuir para o processo ensino-aprendizagem?

102 respostas

Não sei

sim

Não estou familiarizado com o termo.

aumentar o interesse dos alunos em sala de aula, diminuir a evasão

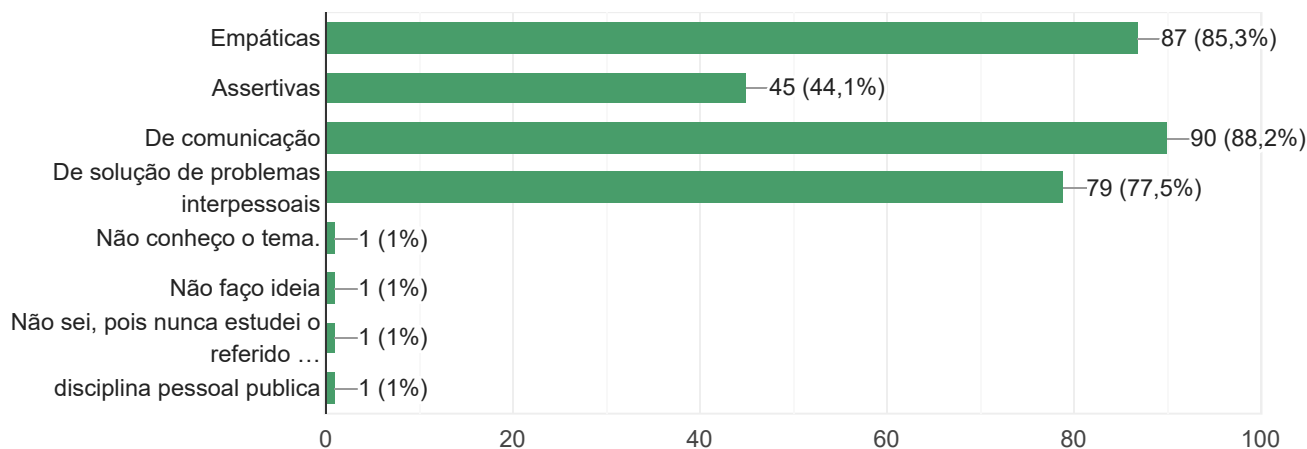
Uma formação continuada acerca das habilidades socioemocionais pode facilitar o processo ensino-aprendizagem, na medida em que o professor se apresenta melhor preparado para desempenhar sua atividade.

Contribui na medida em que proporciona maior entendimento sobre características subjetivas e modos de funcionamento dos sujeitos e contribui para fortalecer os relacionamentos interpessoais na instituição, refletindo tanto na aprendizagem como no desenvolvimento de um bom clima organizacional.

Pode contribuir para melhor entendimento do aluno como um todo e também entender melhor como o

25. Qual(is) das seguintes classes de habilidades sociais (DEL PRETTE, 2017) você considera pertinente(s) ser/serem abordada(s) em uma formação continuada para os profissionais da educação? (assinale mais de uma opção se necessário)

102 respostas



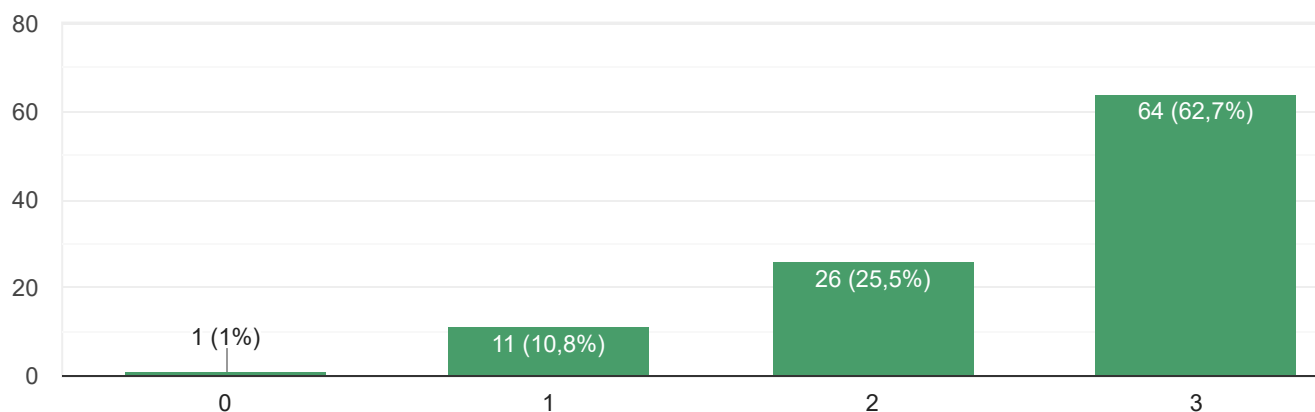
Questionário para os servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

Para as questões de 26 à 34, utilize a escala de importância de 0 a 3, sendo:

O quanto você considera importante que uma formação continuada para os profissionais da educação do IFSul aborde os conceitos listados abaixo:

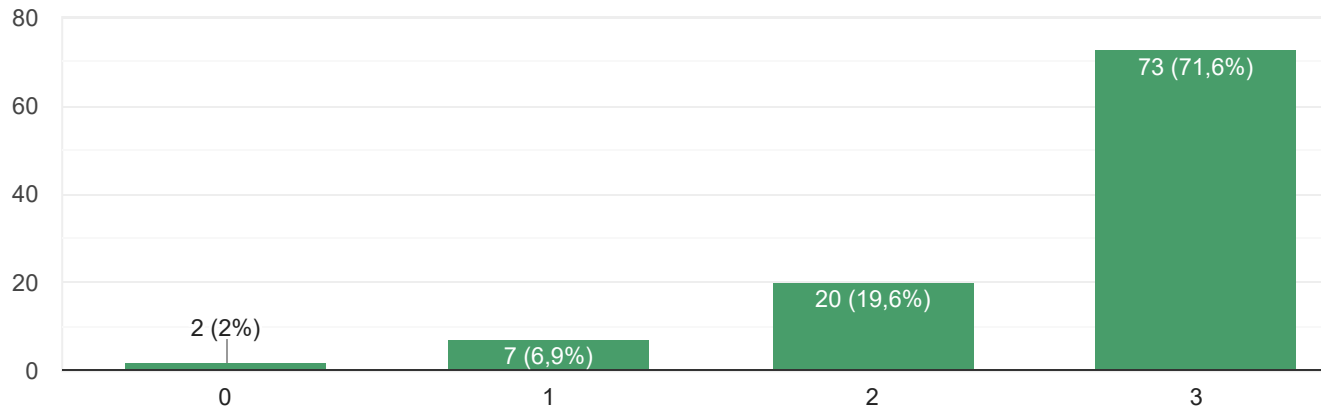
26. A constituição da rede de Institutos Federais de Ensino:

102 respostas



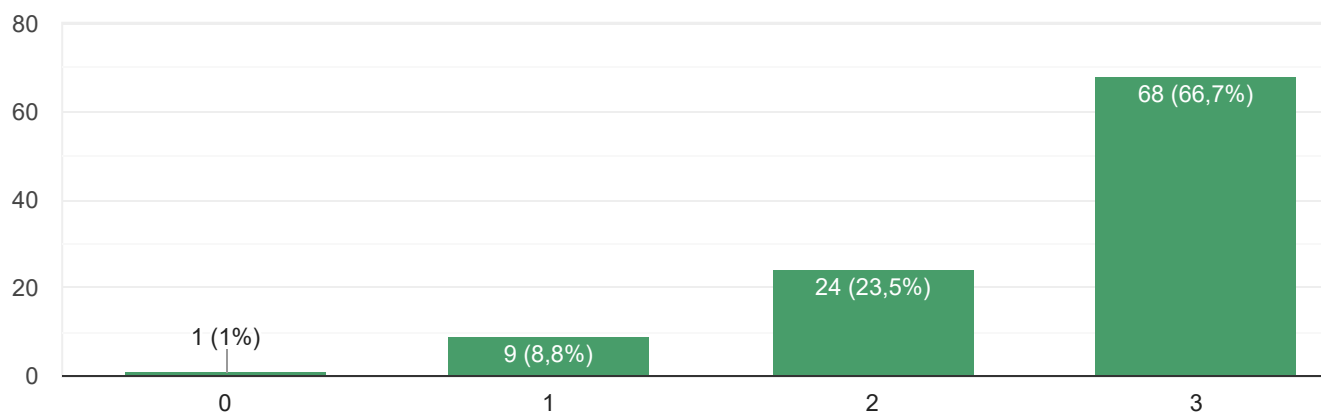
27. A missão, a visão e os valores dos Institutos Federais de Ensino:

102 respostas



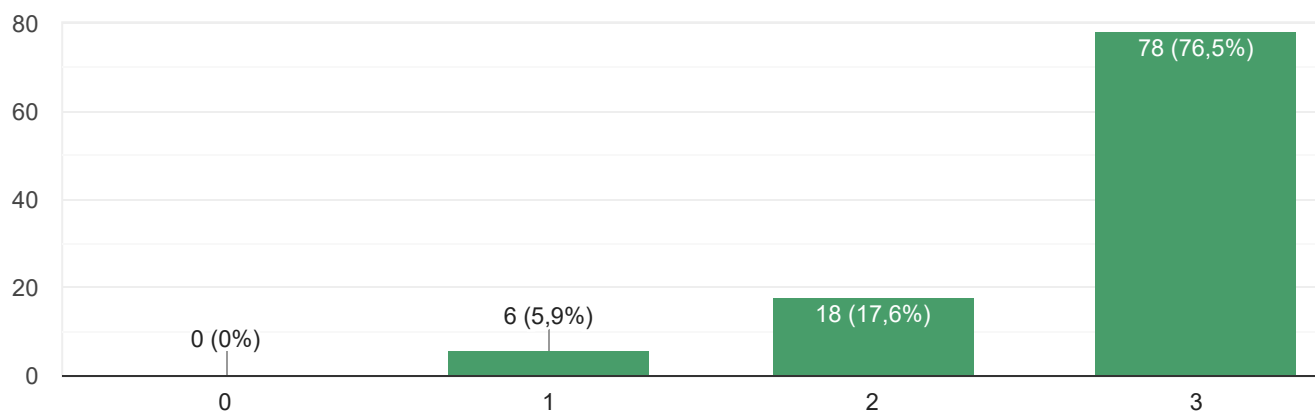
28. A filosofia dos Institutos Federais de Ensino:

102 respostas



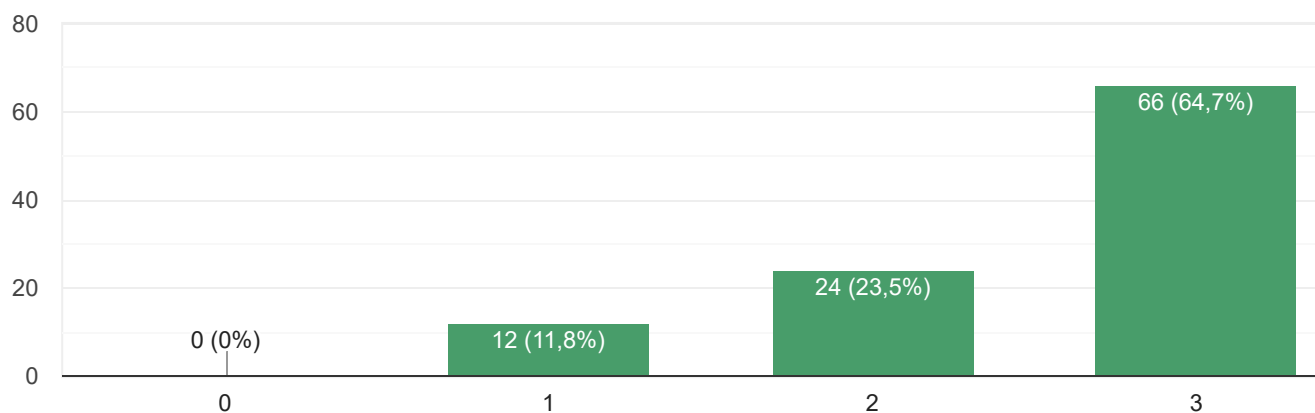
29. O compromisso dos Institutos Federais de Ensino com a prática educativa dos estudantes do ensino médio integrado:

102 respostas



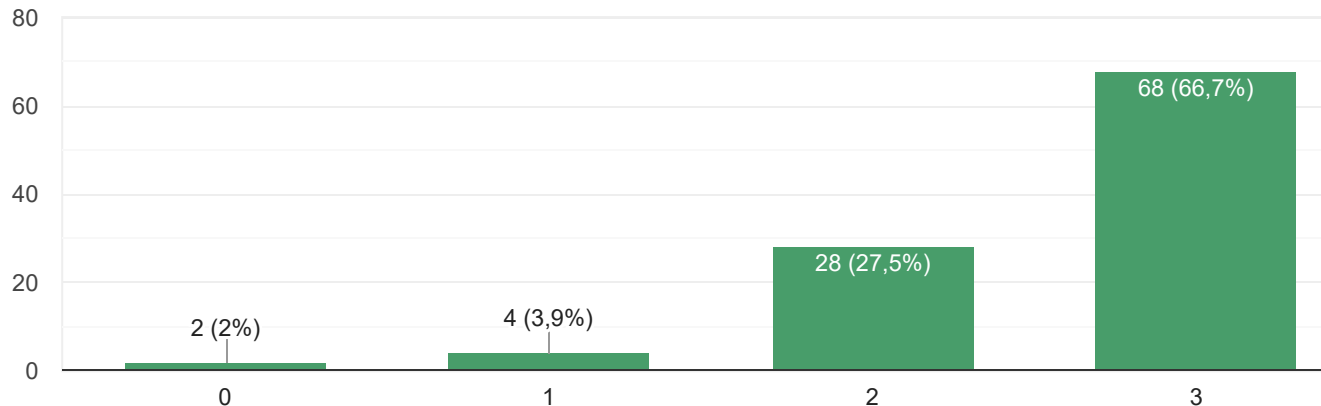
30. A legislação relacionada aos Institutos Federais de Ensino:

102 respostas



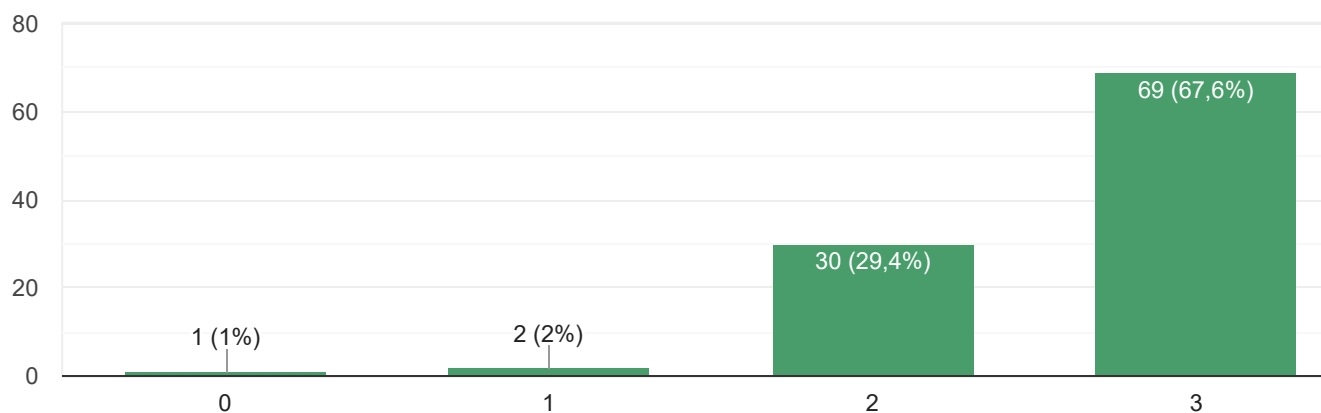
31. A constituição biopsicossocial do sujeito:

102 respostas



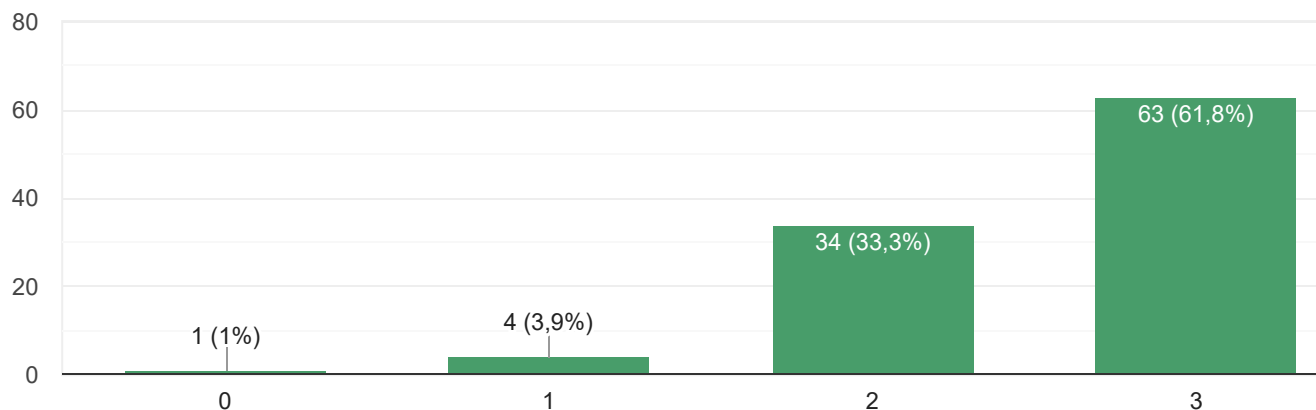
32. As dimensões sociais e emocionais na Educação Profissional e Tecnológica:

102 respostas



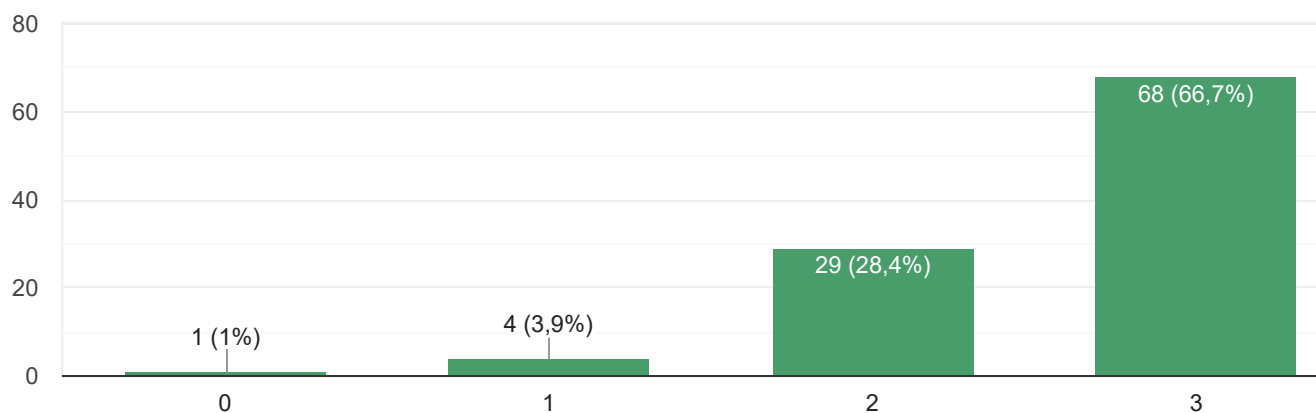
33. As habilidades socioemocionais:

102 respostas



34. O desenvolvimento de habilidades socioemocionais:

102 respostas



Questionário para os servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

Apêndice D – Questionário referente à avaliação do produto educacional

Termo de consentimento livre e esclarecido

Prezado(a) senhor(a), você está sendo respeitosamente convidado(a) a participar da avaliação do produto educacional desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) como resultado da pesquisa intitulada “Formação Continuada para os Profissionais da Educação: contribuições para saberes e fazeres nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”. Ele configura-se em um curso de curta duração denominado “Itinerário Formativo para Profissionais da Educação: uma proposta para a construção de saberes e fazeres na educação profissional e tecnológica” e tem como objetivo geral aprofundar as definições conceituais e legais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), conhecer as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica e delinear a importância da formação continuada dos profissionais da educação, de modo a contribuir para a construção de práticas educativas fomentadoras da formação humana integral no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) com a aplicação de um questionário virtual direcionado aos e-mails dos servidores cadastrados no Sistema de Gestão de Pessoas da instituição. Para a análise de dados, foi utilizada a tabulação dos elementos quantitativos e a análise de conteúdo por categorias para os aspectos qualitativos. Ao final dessas etapas, construiu-se um esboço do produto educacional, o qual foi apresentado pela mestrandia aos gestores dos campi do IFSul por uma webconferência. Na sequência, encaminhou-se a proposta de curso, nos dois formatos produzidos (ppt e e-book), e um questionário virtual aos seus e-mails institucionais para a análise do produto e contribuição com observações para a sua melhoria. As informações ficarão armazenadas em pendrive de posse exclusiva das pesquisadoras.

A pesquisa apresentou risco mínimo, pois não foi realizada nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas, psicológicas e sociais dos indivíduos, não tendo sido invasiva à intimidade deles. As atividades desenvolvidas na coleta e análise dos dados estiveram comprometidas com a integridade do ser humano na sua totalidade e forma mantidos os critérios éticos de sigilo e de confidencialidade dos dados. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida, foi possível realizar o contato imediato com uma das pesquisadoras responsáveis pelo estudo para os esclarecimentos necessários. Os mesmos esclarecimentos aplicam-se ao processo de avaliação.

Sua participação no estudo é de extrema importância, uma vez que ele pode vir a auxiliar diretamente nas práticas dos participantes envolvidos, além de ampliar a compreensão acerca de como um itinerário formativo pode contribuir para saberes e fazeres nos IFs. A partir dos resultados obtidos, disponibilizar-se-á informações às instituições de ensino com relação ao tema desenvolvido, visando a incentivar a elaboração e a implementação de projetos e ações educativas comprometidos com a integralidade dos profissionais da educação e dos estudantes. Ainda, pretende-se apresentar os resultados da pesquisa a partir do produto educacional e de um relatório final, bem como de artigos que serão publicados em anais de eventos e até mesmo em periódicos especializados.

Os seguintes direitos lhe são assegurados: a liberdade de retirar o seu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isso lhe traga prejuízo de qualquer ordem; a segurança de que não será identificado(a) e que será mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à sua privacidade; de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com a Resolução 466/2016 do Conselho Nacional de Saúde; do compromisso de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar o seu interesse em continuar participando da pesquisa; de que não haverá nenhum tipo de despesa ou ônus financeiro, bem como não haverá nenhuma recompensa financeira relacionada à sua participação; de que não está previsto nenhum tipo de procedimento invasivo, coleta de material biológico, ou experimento com seres humanos; de não responder qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

CEP/IFRS

Endereço: Rua Gen. Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP: 95.700-000

Telefone: (54) 3449-3340 E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br

Pesquisadora principal: Manoela Wendler Fernandes

Telefone: (51) 98334-2829 E-mail: manoelafernandes@ifsul.edu.br

Orientadora: Ana Sara Castaman

Telefone: (54) 98112-3132 E-mail: ana.castaman@sertao.ifrs.edu.br

***Obrigatório**

1. Endereço de e-mail *

2. A partir do exposto, aceito participar da avaliação do produto educacional intitulado “Itinerário Formativo para Profissionais da Educação: uma proposta para a construção de saberes e fazeres na educação profissional e tecnológica”. Fui informado(a), de maneira clara e detalhada, dos objetivos do presente estudo, da metodologia que será adotada, dos riscos e benefícios envolvidos, bem como dos direitos que me são assegurados. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas. Por fim, autorizo o uso dos dados fornecidos por meio dos questionários, de forma anônima, para fins de pesquisa e divulgação do estudo. *

Marcar apenas uma oval.

Aceito

Não aceito

Questionário para os gestores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

Dados pessoais:

3. 1. Gênero: *

4. 2. Idade: *

Marcar apenas uma oval.

18 a 25 anos

26 a 30 anos

31 a 40 anos

41 a 50 anos

51 a 60 anos

Acima de 60 anos

5. 3. Tempo de serviço no IFSul: *

Marcar apenas uma oval.

- 1 a 4 anos
- 5 a 9 anos
- Acima de 9 anos

6. 4. Campus em que atua: *

Marcar apenas uma oval.

- Reitoria
- Campus Bagé
- Campus Camaquã
- Campus Charqueadas
- Campus Gravataí
- Campus Avançado Jaguarão
- Campus Lajeado
- Campus Avançado Novo Hamburgo
- Campus Passo Fundo
- Campus Pelotas
- Campus Pelotas-Visconde da Graça
- Campus Santana do Livramento
- Campus Sapiranga
- Campus Sapucaia do Sul
- Campus Venâncio Aires

7. 5. Cargo: *

Marcar apenas uma oval.

Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico

Técnico-Administrativo em Educação

8. 6. Tempo de serviço na gestão do IFSul: *

Marcar apenas uma oval.

1 a 4 anos

5 a 9 anos

Acima de 9 anos

9. 7. Formação: *

Marcar apenas uma oval.

Fundamental

Médio

Graduação

Especialização

Mestrado

Doutorado

Pós-doutorado

10. 8. Ainda acerca da sua formação, por favor, descreva-a de acordo com este exemplo: Graduação em Psicologia, Especialização em Psicologia Organizacional e do Trabalho, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (em andamento).

Questionário para os gestores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

Questões:

Para as questões em formato de escala de concordância, marque de 1 a 5 considerando:

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo parcialmente
- 3 - Não concordo, nem discordo
- 4 - Concordo parcialmente
- 5 - Concordo totalmente

11. 1. Considero o material atrativo: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

12. 2. Acredito que os elementos visuais, as cores e as imagens utilizadas no PPT tornam a leitura agradável: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

13. 3. Acredito que os elementos visuais, as cores e as imagens utilizadas no e-book tornam a leitura agradável: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

14. 4. Há algo na apresentação do PPT que você percebe ter dificultado a sua atenção e/ou o seu interesse? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

15. 5. Caso a sua resposta tenha sido positiva na questão 4, o que você mudaria para facilitar a sua atenção e/ou o seu interesse?

16. 6. Há algo na apresentação do e-book que você percebe ter dificultado a sua atenção e/ou o seu interesse? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

17. 7. Caso a sua resposta tenha sido positiva na questão 6, o que você mudaria para facilitar a sua atenção e/ou o seu interesse?

18. 8. Há conceitos e informações utilizados no material que me são familiares: *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Discordo totalmente Concordo totalmente

19. 9. Enquanto profissional da educação na EPT, reconheço-me como destinatário do material desenvolvido: *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Discordo totalmente Concordo totalmente

20. 10. Enquanto gestor do IFSul, sinto-me motivado a implementar o material e/ou incentivar a sua implementação no meu ambiente de trabalho: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

21. 11. Considero que a linguagem utilizada é de fácil entendimento: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

22. 12. Acredito que o conteúdo desenvolvido é adequado para a sua finalidade: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

23. 13. Penso que os elementos visuais, as cores e as imagens utilizadas no PPT facilitam a apreensão do conteúdo: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

24. 14. Penso que os elementos visuais, as cores e as imagens utilizadas no e-book facilitam a apreensão do conteúdo: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

25. 15. Acredito que o material promove a reflexão e análise crítica sobre os temas abordados: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

26. 16. Você julga que o material reproduz algum tipo de estereótipo cultural? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

27. 17. Caso a sua resposta tenha sido positiva na questão 16, explique a sua percepção:

28. 18. Há algo no material que você considera irritante e/ou ofensivo? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

29. 19. Caso a sua resposta tenha sido positiva na questão 18, explique a sua percepção:

30. 20. Considero que o material contribui na construção da identidade dos profissionais da educação na EPT: *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Discordo totalmente Concordo totalmente

31. 21. Acredito que o material incentiva os profissionais da educação na EPT a compreenderem os conceitos estruturantes dos IFs e, por conseguinte, muitas de suas responsabilidades sociais, de seus direitos e de seus deveres: *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Discordo totalmente Concordo totalmente

32. 22. Penso que o material fomenta uma atuação profissional em consonância aos objetivos institucionais e à missão dos IFs: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

33. 23. Percebo que o material desperta a reflexão acerca do conceito de profissionais da educação para além da docência e pode contribuir para a mudança de olhares e de atitudes no contexto da EPT: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

34. 24. Considero que o material estimula os servidores dos IFs a reconhecerem a importância da formação continuada e sintam-se incentivados a desenvolvê-la em seus ambientes de trabalho: *

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Concordo totalmente

35. 25. Recomendaria o curso a outros colegas: *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

Discordo totalmente Concordo totalmente

36. 26. Sinta-se à vontade para fazer críticas e/ou sugestões para o aprimoramento do produto educacional:

Questionário para os gestores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

Muito obrigada pela sua participação!

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Apêndice E – Respostas questionário de avaliação do produto educacional



Respostas do questionário de avaliação do produto educacional

Perguntas **Respostas** 11

11 respostas



Não está aceitando respostas



Mensagem para os participantes

Este formulário não aceita mais respostas

Resumo

Pergunta

Individual

Quem respondeu?

Enviar por e-mail

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

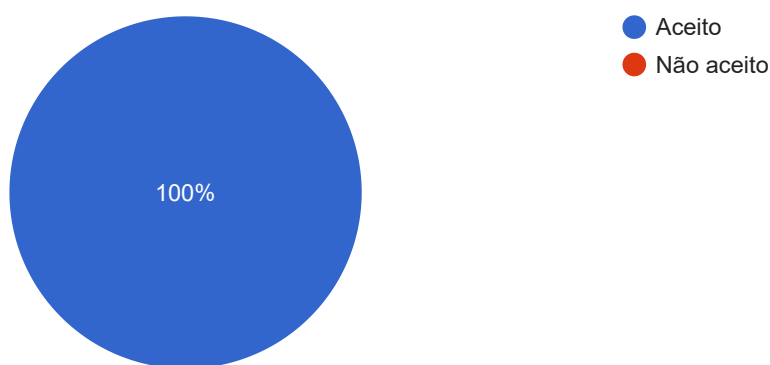
[Redacted]

[Redacted]

[Redacted]

A partir do exposto, aceito participar da avaliação do produto educacional intitulado “Itinerário Formativo para Profissionais da Educação: uma proposta para a construção de saberes e fazeres na educação profissional e tecnológica”. Fui informado(a), de maneira clara e detalhada, dos objetivos do presente estudo, da metodologia que será adotada, dos riscos e benefícios envolvidos, bem como dos direitos que me são assegurados. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas. Por fim, autorizo o uso dos dados fornecidos por meio dos questionários, de forma anônima, para fins de pesquisa e divulgação do estudo.

11 respostas

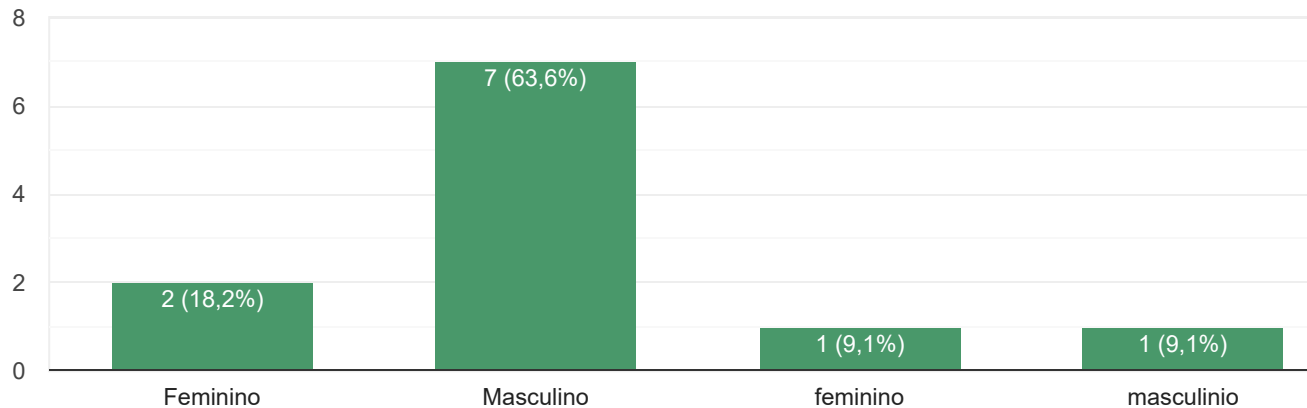


Questionário para os gestores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

Dados pessoais:

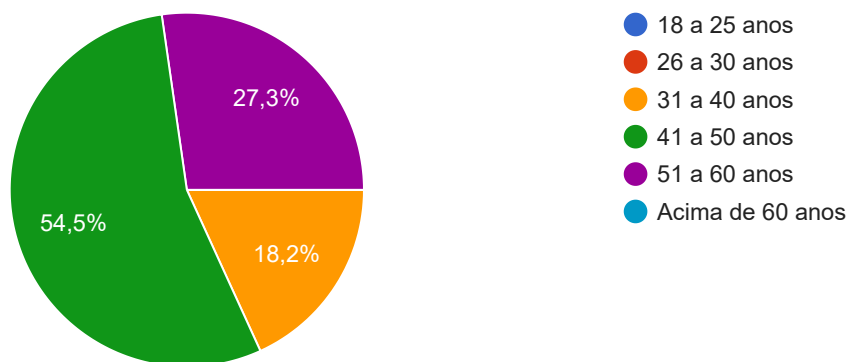
1. Gênero:

11 respostas



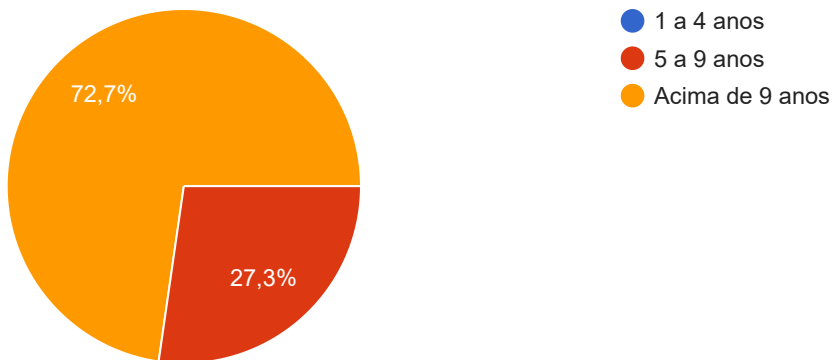
2. Idade:

11 respostas



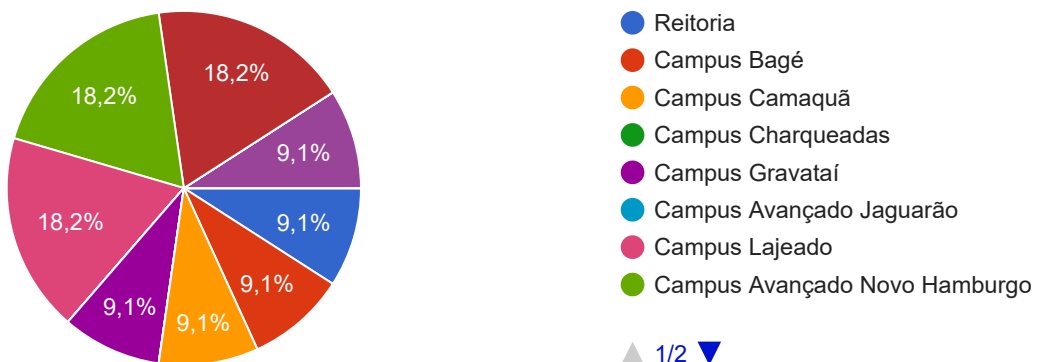
3. Tempo de serviço no IFSul:

11 respostas



4. Campus em que atua:

11 respostas

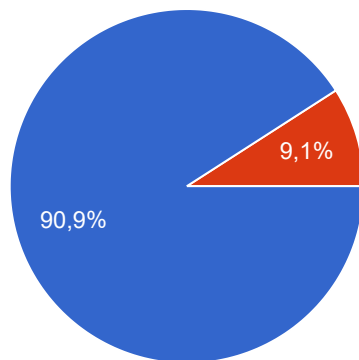


▲ 1/2 ▼



5. Cargo:

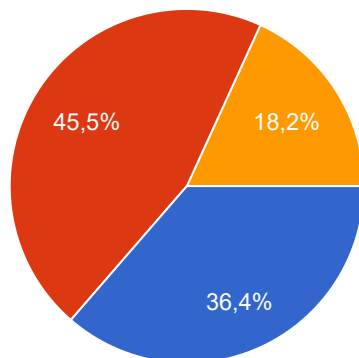
11 respostas



- Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
- Técnico-Administrativo em Educação

6. Tempo de serviço na gestão do IFSul:

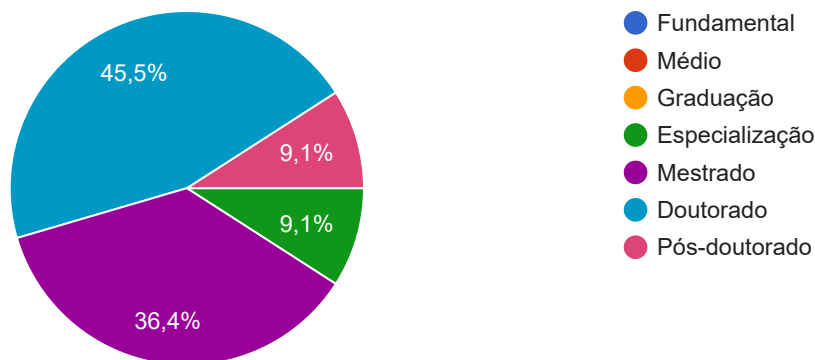
11 respostas



- 1 a 4 anos
- 5 a 9 anos
- Acima de 9 anos

7. Formação:

11 respostas



8. Ainda acerca da sua formação, por favor, descreva-a de acordo com este exemplo: Graduação em Psicologia, Especialização em Psicologia Organizacional e do Trabalho, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (em andamento).

11 respostas

Mestre em ciências dos materiais

Graduação em Educação Física, Especialização em Educação, Mestrado em Educação Física e Doutorado em Epidemiologia

Licenciatura em Matemática; Especialização em Pedagogia Gestora: Orientação, Supervisão e Administração Escolar; Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática; Doutorado em Ensino de Ciências e Matemática; Estágio de Pós-doutoramento em Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática.

Graduação em Letras Português -Alemão, Mestrado em Letras (Linguística Aplicada), Doutorado em Linguística Aplicada.

Graduação em Administração, Graduação em Direito, Especialização em Comportamento Organizacional.

Graduação em Química , Mestrado em Ciências

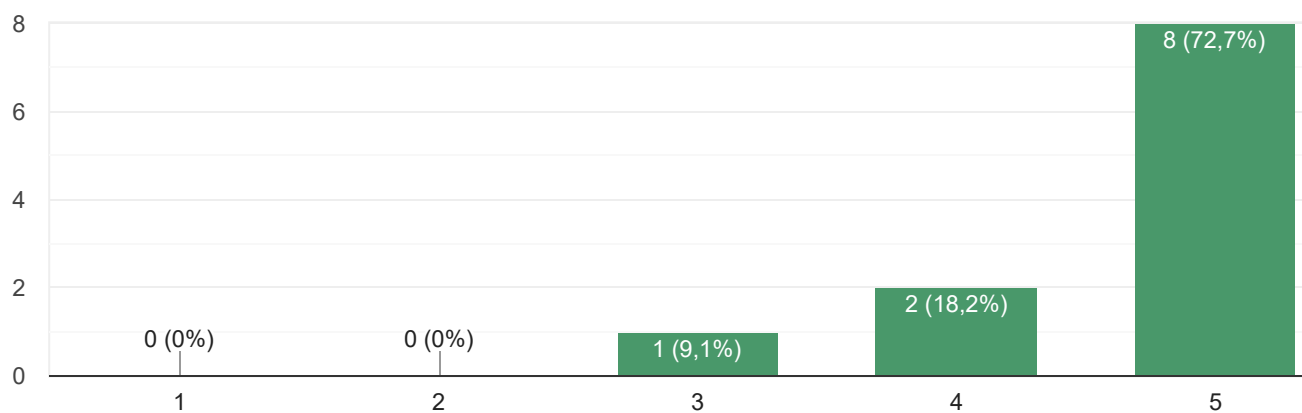
Questionário para os gestores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

Questões:

Para as questões em formato de escala de concordância, marque de 1 a 5 considerando:

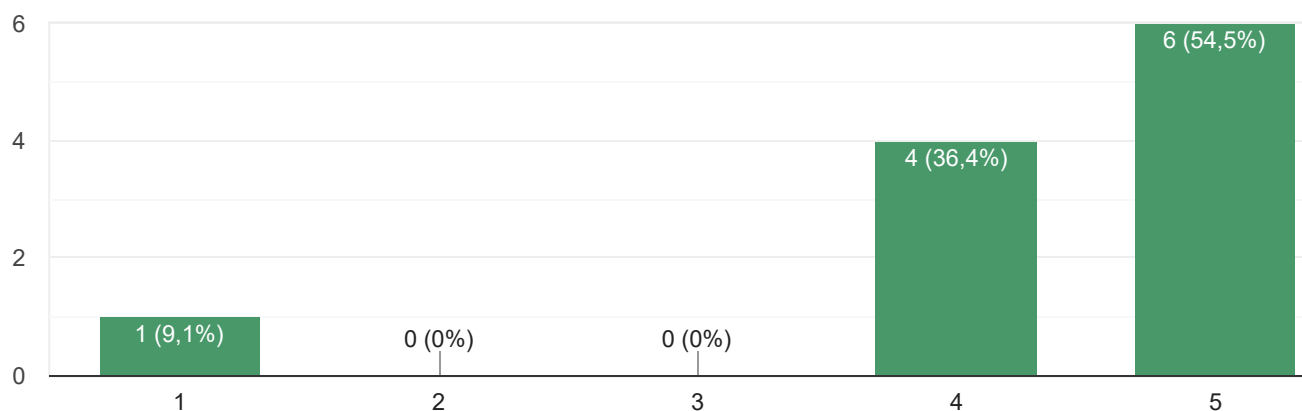
1. Considero o material atrativo:

11 respostas



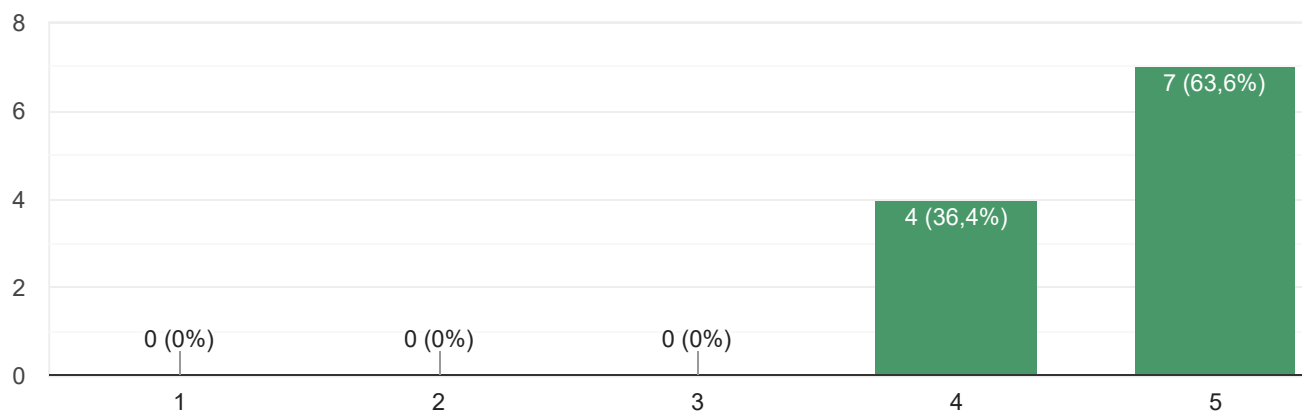
2. Acredito que os elementos visuais, as cores e as imagens utilizadas no PPT tornam a leitura agradável:

11 respostas



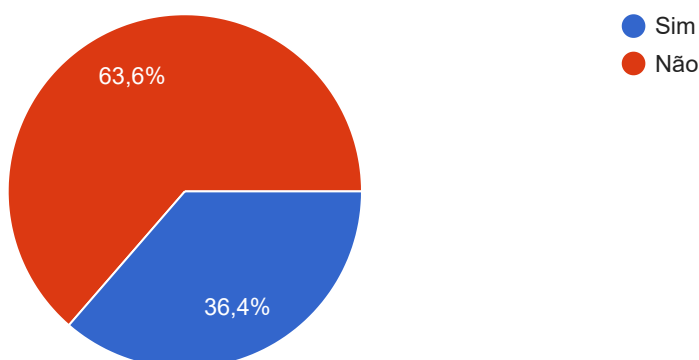
3. Acredito que os elementos visuais, as cores e as imagens utilizadas no e-book tornam a leitura agradável:

11 respostas



4. Há algo na apresentação do PPT que você percebe ter dificultado a sua atenção e/ou o seu interesse?

11 respostas



5. Caso a sua resposta tenha sido positiva na questão 4, o que você mudaria para facilitar a sua atenção e/ou o seu interesse?

4 respostas

Não consegui acessar o PPT. O livro veio certinho, mas o PPT não

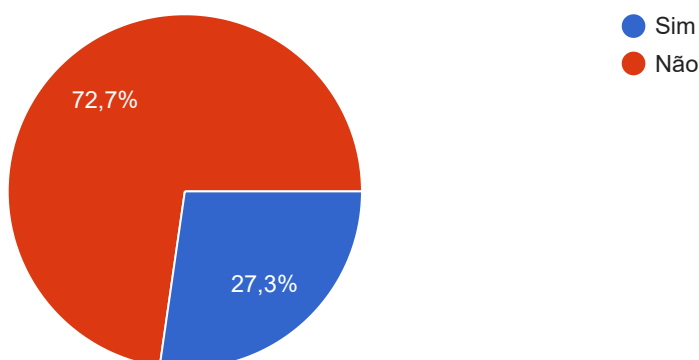
Na verdade, a mim não. Mas quando se avaliar algo, deve-se pensar também em outras pessoas e suas possíveis dificuldades. Entendo que algumas fontes estão com tamanho pequeno, o que pode dificultar um pouco a leitura. Testei o Zoom e não percebi "melhora".

Cuidar com o jogo de cores de fundo e as cores da fonte, para não prejudicar a leitura.

Tonalidade de cores mais amenas

6. Há algo na apresentação do e-book que você percebe ter dificultado a sua atenção e/ou o seu interesse?

11 respostas



7. Caso a sua resposta tenha sido positiva na questão 6, o que você mudaria para facilitar a sua atenção e/ou o seu interesse?

3 respostas

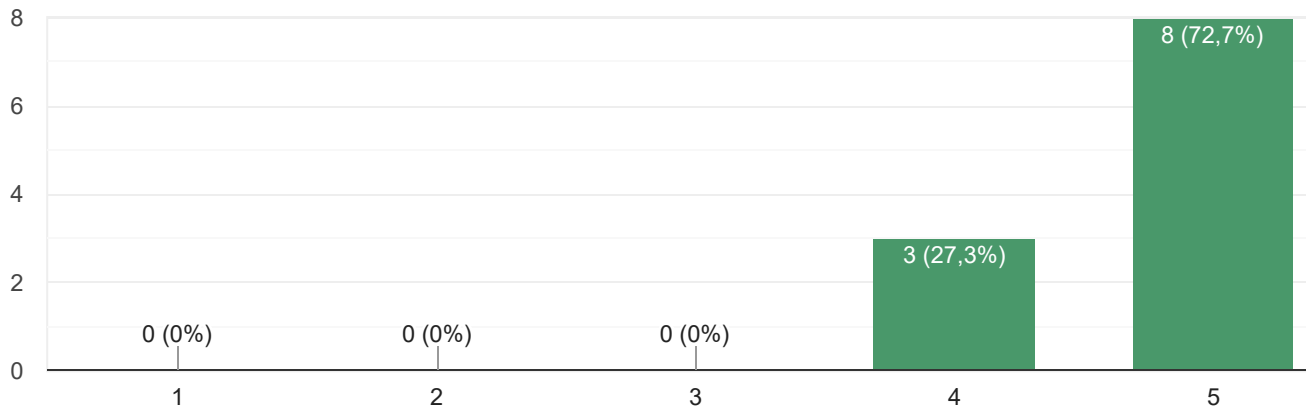
Passaria a formatação do texto em duas colunas para coluna única nas páginas 14, 23 e 50.

Cores de fundo e nas laterais

O material está muito bom, mas acho que em algumas páginas há excesso de figuras que atrapalham um pouco o foco na atenção ao texto (ex.: p.17).

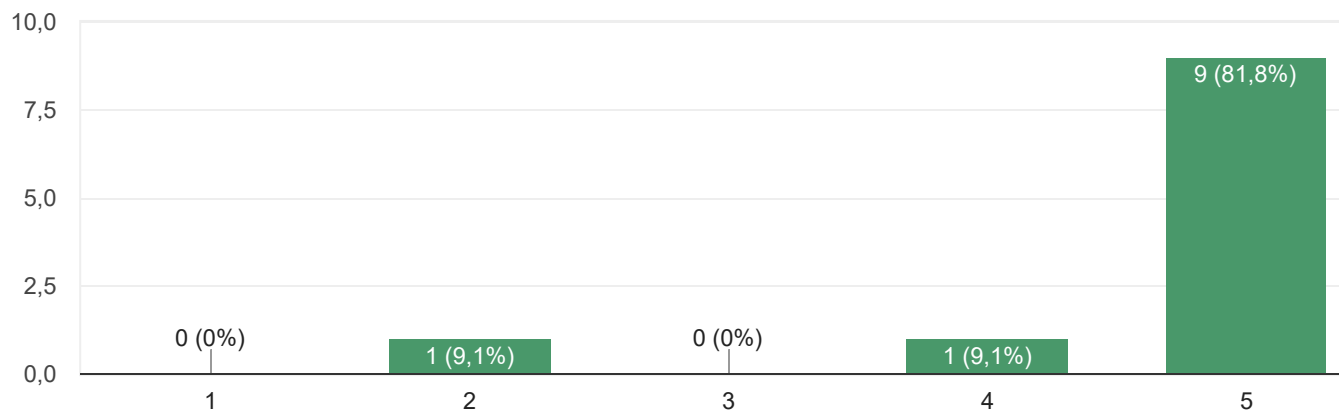
8. Há conceitos e informações utilizados no material que me são familiares:

11 respostas



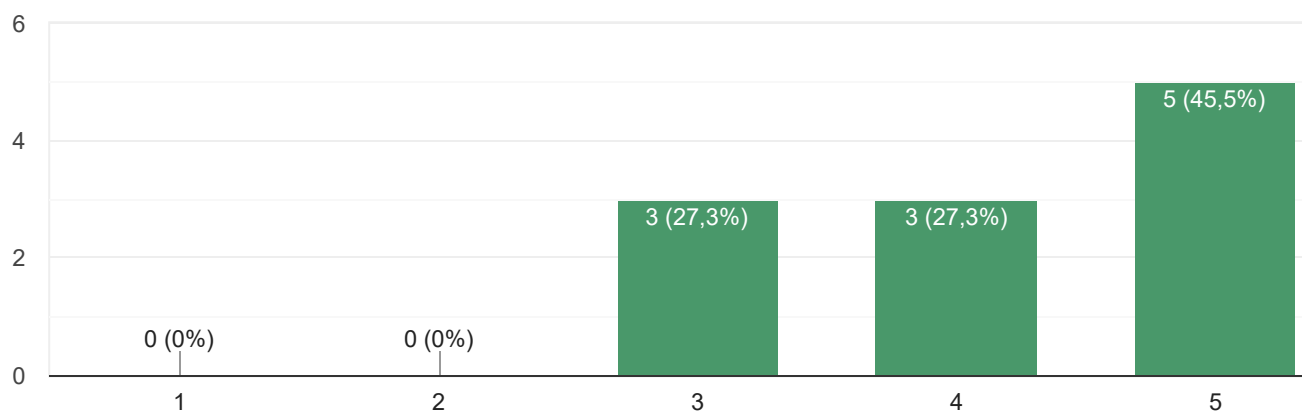
9. Enquanto profissional da educação na EPT, reconheço-me como destinatário do material desenvolvido:

11 respostas



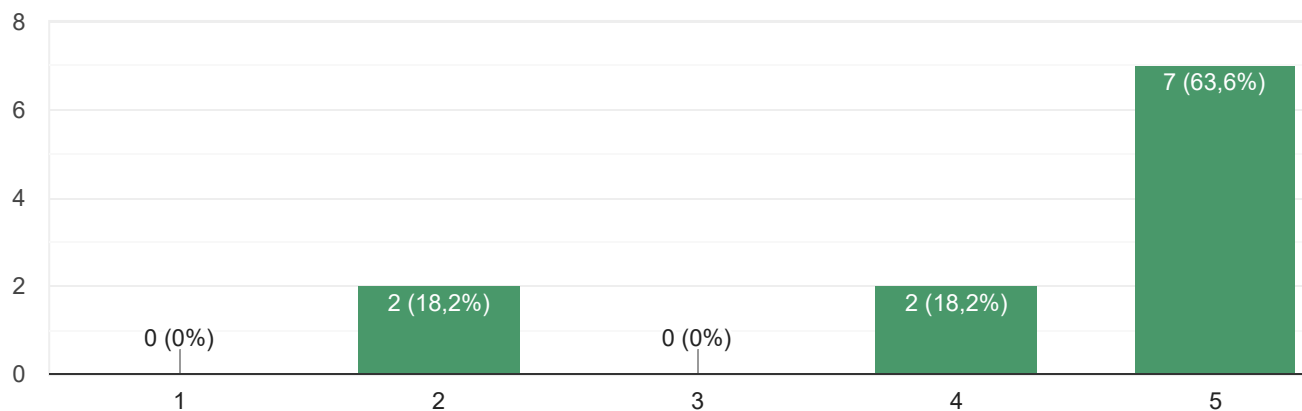
10. Enquanto gestor do IFSul, sinto-me motivado a implementar o material e/ou incentivar a sua implementação no meu ambiente de trabalho:

11 respostas



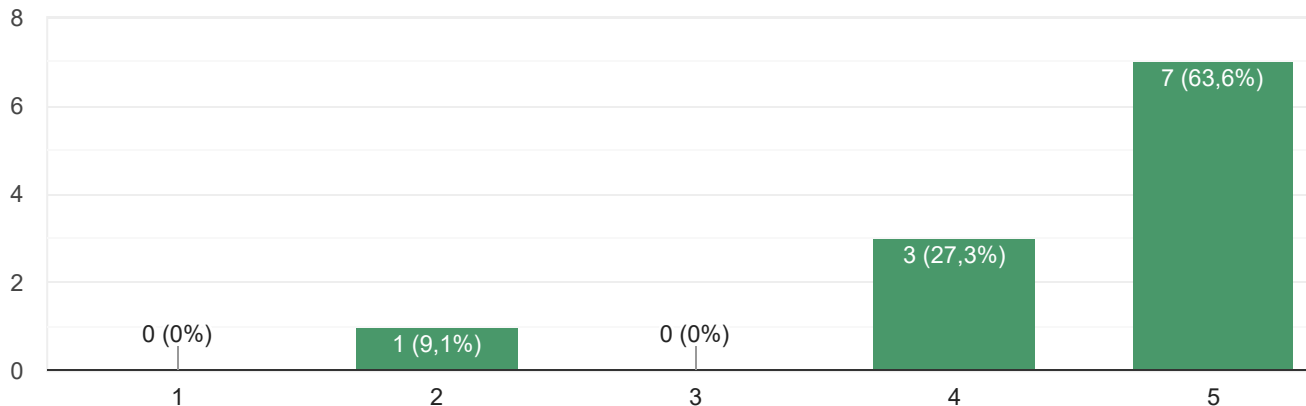
11. Considero que a linguagem utilizada é de fácil entendimento:

11 respostas



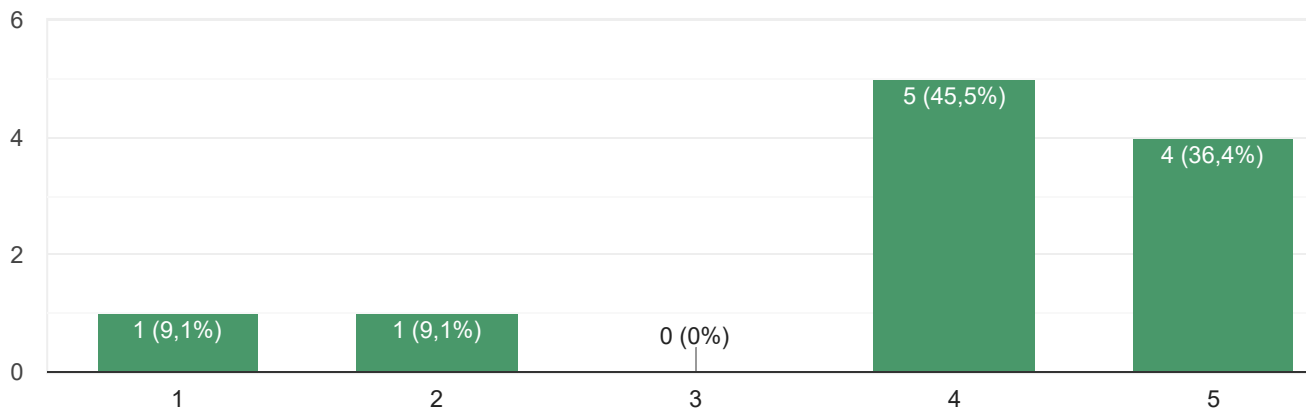
12. Acredito que o conteúdo desenvolvido é adequado para a sua finalidade:

11 respostas



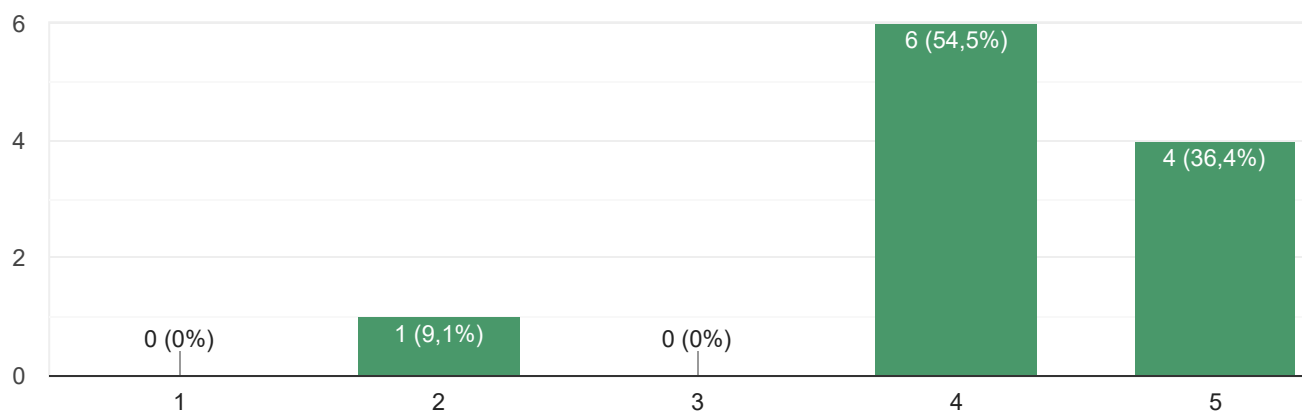
13. Penso que os elementos visuais, as cores e as imagens utilizadas no PPT facilitam a apreensão do conteúdo:

11 respostas



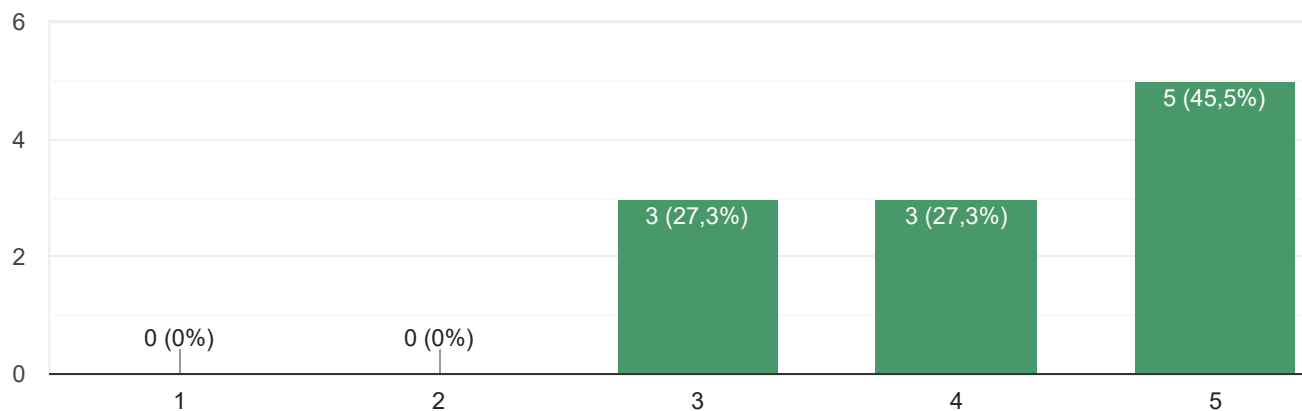
14. Penso que os elementos visuais, as cores e as imagens utilizadas no e-book facilitam a apreensão do conteúdo:

11 respostas



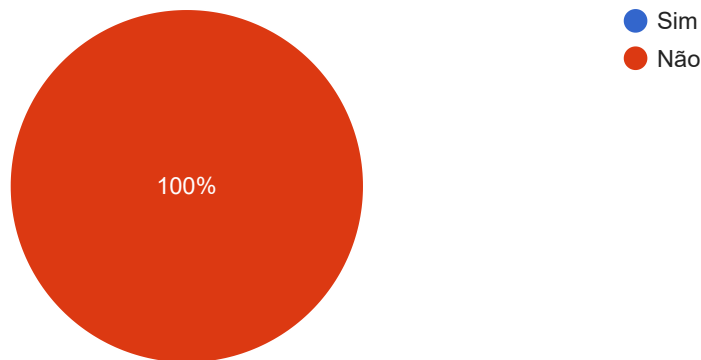
15. Acredito que o material promove a reflexão e análise crítica sobre os temas abordados:

11 respostas



16. Você julga que o material reproduz algum tipo de estereótipo cultural?

11 respostas



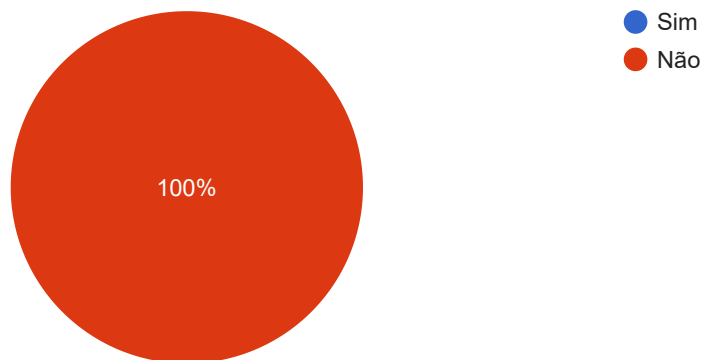
17. Caso a sua resposta tenha sido positiva na questão 16, explique a sua percepção:

0 resposta

Ainda não há respostas para esta pergunta.

18. Há algo no material que você considera irritante e/ou ofensivo?

11 respostas



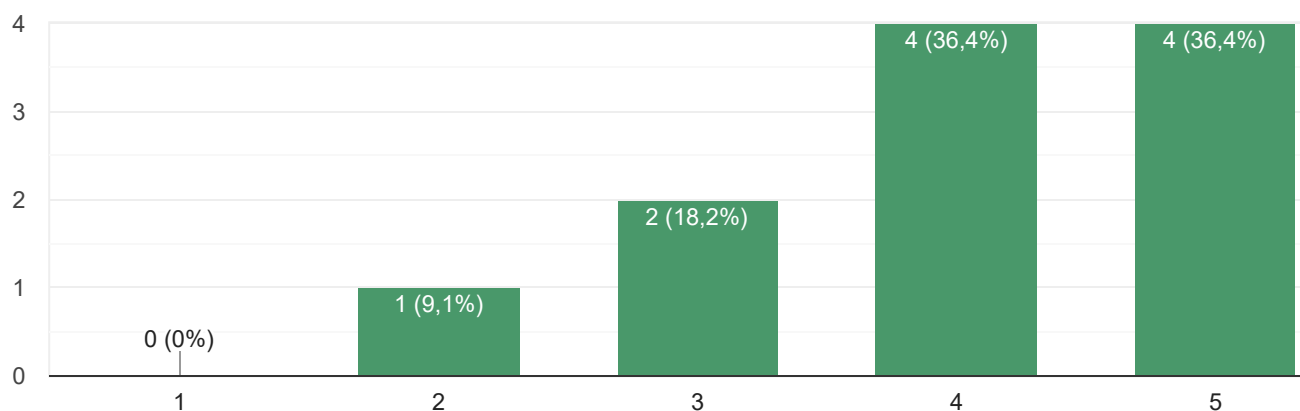
19. Caso a sua resposta tenha sido positiva na questão 18, explique a sua percepção:

0 resposta

Ainda não há respostas para esta pergunta.

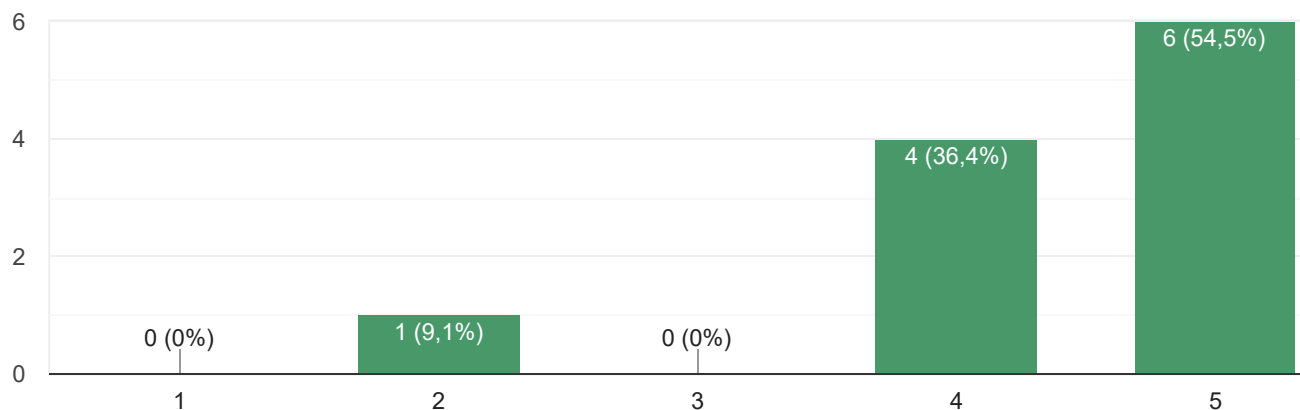
20. Considero que o material contribui na construção da identidade dos profissionais da educação na EPT:

11 respostas



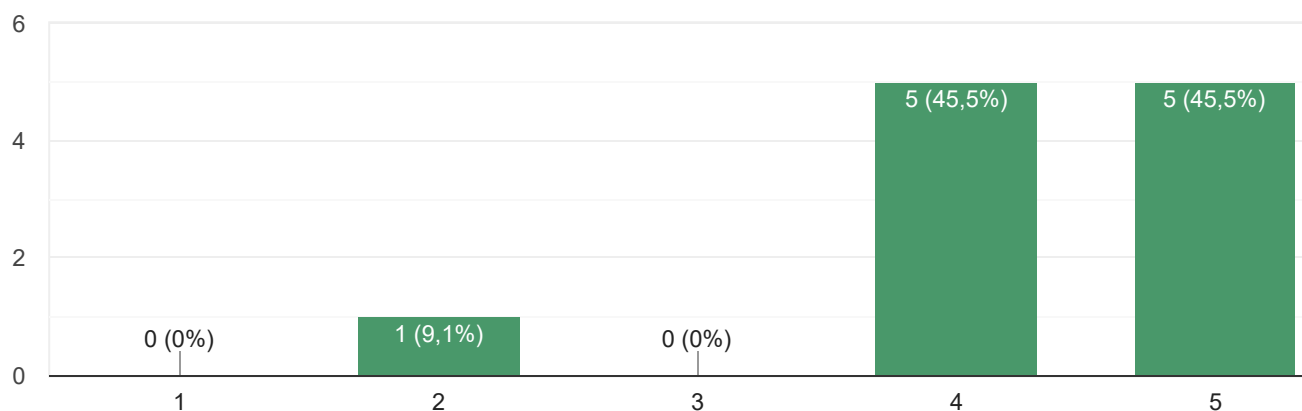
21. Acredito que o material incentiva os profissionais da educação na EPT a compreenderem os conceitos estruturantes dos IFs e, por conseguinte, muitas de suas responsabilidades sociais, de seus direitos e de seus deveres:

11 respostas



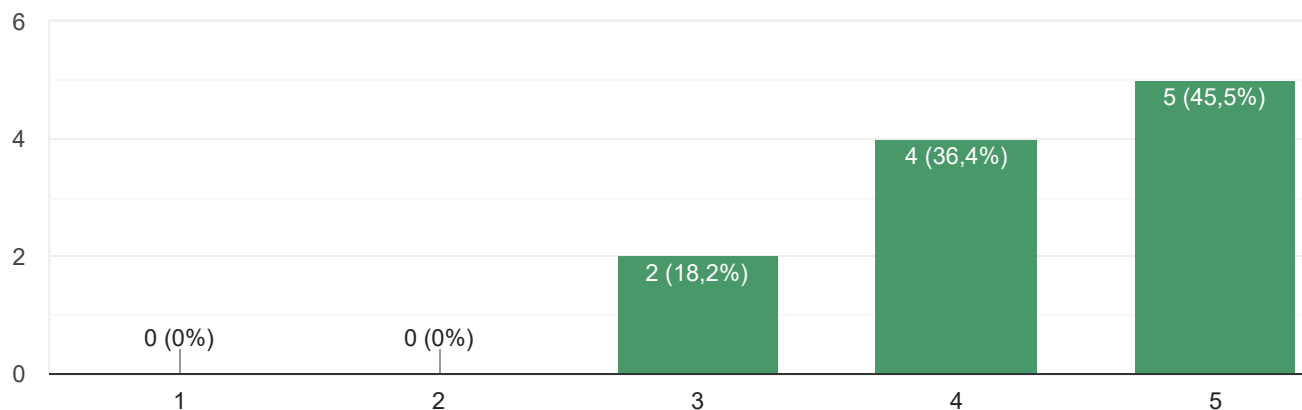
22. Penso que o material fomenta uma atuação profissional em consonância aos objetivos institucionais e à missão dos IFs:

11 respostas



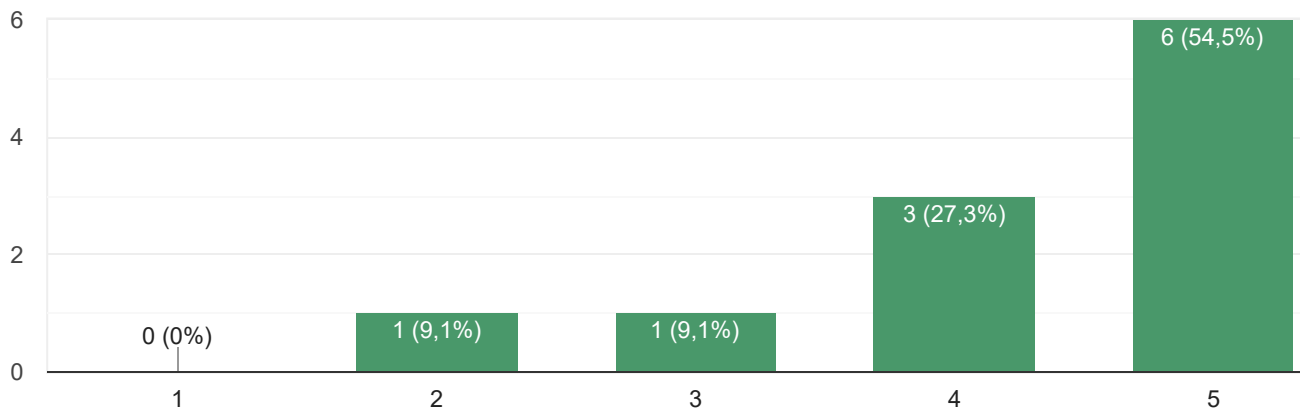
23. Percebo que o material desperta a reflexão acerca do conceito de profissionais da educação para além da docência e pode contribuir para a mudança de olhares e de atitudes no contexto da EPT:

11 respostas



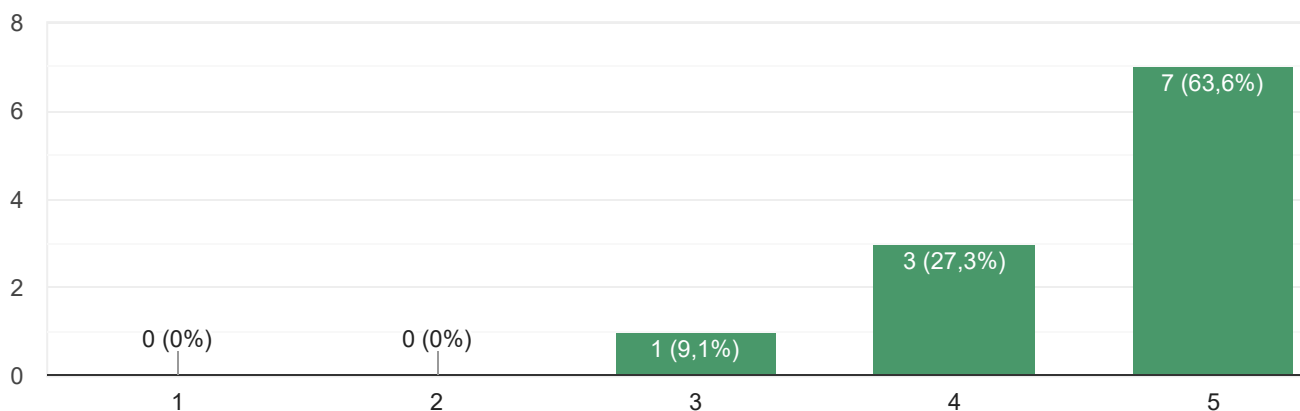
24. Considero que o material estimula os servidores dos IFs a reconhecerem a importância da formação continuada e sintam-se incentivados a desenvolvê-la em seus ambientes de trabalho:

11 respostas



25. Recomendaria o curso a outros colegas:

11 respostas



26. Sinta-se à vontade para fazer críticas e/ou sugestões para o aprimoramento do produto educacional:

6 respostas

Quero parabenizar pela escolha do tema tendo em vista a grande importância da formação continuada dos profissionais da educação. Acredito que o produto proposto contribuirá para a na formação humana integral dos nossos estudantes de Ensino Médio Integrado.

Ambos os formatos estão ótimos, são agradáveis de se acompanhar e em especial o formato WEB, está dinâmico e de ótima qualidade.

Considerações:

Página 6: as pessoas entenderão, mas sempre penso que não deve haver “esforço” para alguém entender um índice/sumário. Então, sugiro que o número da página fique ao lado do título OU que cada título e seu respectivo número de página fique mais separado do próximo.

Sobre o uso de imagens ao longo dos produtos: muitas imagens que trazem pessoas, remetem a ambiente de empresa ou universidade ou campanhas publicitárias. Sinto falta de um material que reflita seu público. Já comentei em outros materiais de IFs que o público majoritário é outro e entendo que os nossos materiais deveriam refletir o nosso público, nossos(as) servidores(as) e estudantes. Como o material não é para estudantes, se entende que não apareçam imagens de estudantes de ensino médio, mas penso que as fotos poderiam ser de ambientes “típicos” dos IFs, com cara de IF, com cara de câmpus. O ideal, a meu ver, seria usar imagens de pessoas dos IF em seus ambientes de

Questionário para os gestores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense

ANEXOS

Anexo A – Autorização institucional

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL – IFRS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO –
PROPI
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, Flávio Luis Barbosa Nunes, Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, autorizo a realização da pesquisa intitulada "Itinerário Formativo para os Profissionais da Educação: contribuições para saberes e fazeres nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia", a ser conduzido pelas pesquisadoras abaixo relacionadas. Fui informado pela responsável do estudo sobre objetivos, metodologia, riscos e benefícios aos participantes da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Foi assegurado pela pesquisadora responsável que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/2012, que trata da pesquisa envolvendo seres humanos e que serão utilizados tão somente para a realização deste estudo.

Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e do bem-estar dos participantes da pesquisa, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar. Por fim, serão disponibilizados à pesquisadora os dados relevantes à pesquisa, provenientes do Sistema de Recursos Humanos.

_____, ____ de ____ de ____

FLAVIO LUIS BARBOSA NUNES:51781468087	Assinado de forma digital por FLAVIO LUIS BARBOSA NUNES:51781468087 Dados: 2020.04.27 22:13:01 -03'00'
--	--

Flávio Luis Barbosa Nunes
Reitor do IFSul

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, consultar:

CEP/IFRS

Endereço: Rua Gen. Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP: 95.700-000

Telefone: (54) 3449-3340 **E-mail:** cepesquisa@ifrs.edu.br

Pesquisadora principal: Manoela Wendler Fernandes

Telefone: (51) 98332-2828 **E-mail:** manoelafernandes@ifsul.edu.br

Orientadora: Ana Sara Castaman

Telefone: (54) 98112-3132 **E-mail:** ana.castaman@sertao.ifrs.edu.br

Anexo B – TCLE referente à pesquisa

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – IFRS PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PROPP COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) senhor(a), você está sendo respeitosamente convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “Itinerário Formativo para os Profissionais da Educação: contribuições para saberes e fazeres nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”, cujo objetivo é conhecer os fundamentos e os conceitos da formação continuada, com a finalidade de elaborar e de avaliar um itinerário formativo direcionado aos profissionais da educação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, contribuindo para a construção de saberes e fazeres. Este projeto está vinculado ao Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT).

A pesquisa será realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, com a aplicação de dois questionários virtuais, uma anterior e outra posterior ao processo, direcionados aos e-mails dos servidores cadastrados no Sistema de Gestão de Pessoas da instituição. Para a análise de dados, será utilizada a tabulação dos elementos quantitativos e a análise de conteúdo por categorias para os aspectos qualitativos. As informações ficarão armazenadas em *pendrive* de posse exclusiva das pesquisadoras.

Esta pesquisa apresenta risco mínimo, pois não será realizada nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas, psicológicas e sociais dos indivíduos, não sendo invasiva à intimidade deles. As atividades desenvolvidas na coleta e análise dos dados estarão comprometidas com a integridade do ser humano na sua totalidade e serão mantidos os critérios éticos de sigilo e de confidencialidade dos dados. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida, é possível realizar o contato imediato com uma das pesquisadoras responsáveis pelo estudo para os esclarecimentos necessários.

Sua participação no estudo é de extrema importância, uma vez que ele pode vir a auxiliar diretamente nas práticas dos participantes envolvidos, além de ampliar a compreensão acerca de como um itinerário formativo pode contribuir para saberes e fazeres nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A partir dos resultados obtidos, disponibilizar-se-á informações às instituições de ensino com relação ao tema desenvolvido, visando a incentivar a elaboração e a implementação de projetos e ações educativas comprometidos com a integralidade dos profissionais da educação e dos estudantes. Ainda, pretende-se apresentar os resultados desta pesquisa a partir de um produto educacional e de um relatório final, bem como de artigos que serão publicados em anais de eventos e até mesmo em periódicos especializados.

Os seguintes direitos lhe são assegurados: a liberdade de retirar o seu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isso lhe traga prejuízo de qualquer ordem; a segurança de que não será identificado(a) e que será mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à sua privacidade; de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o

término da pesquisa, de acordo com a Resolução 466/2016 do Conselho Nacional de Saúde; do compromisso de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar o seu interesse em continuar participando da pesquisa; de que não haverá nenhum tipo de despesa ou ônus financeiro, bem como não haverá nenhuma recompensa financeira relacionada à sua participação; de que não está previsto nenhum tipo de procedimento invasivo, coleta de material biológico, ou experimento com seres humanos; de não responder qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada.

A partir do exposto, aceito participar da pesquisa intitulada “Itinerário Formativo para os Profissionais da Educação: contribuições para saberes e fazeres nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”. Fui informado(a), de maneira clara e detalhada, dos objetivos do presente estudo, da metodologia que será adotada, dos riscos e benefícios envolvidos, bem como dos direitos que me são assegurados. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas. Por fim, autorizo o uso dos dados fornecidos por meio dos questionários, de forma anônima, para fins de pesquisa e divulgação do estudo.

- () Aceito
() Não aceito

_____, ____ de ____ de ____.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

CEP/IFRS

Endereço: Rua Gen. Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP: 95.700-000
Telefone: (54) 3449-3340 **E-mail:** cepesquisa@ifrs.edu.br

Pesquisadora principal: Manoela Wendler Fernandes

Telefone: (51) 98334-2829 **E-mail:** manoelafernandes@ifsul.edu.br

Orientadora: Ana Sara Castaman

Telefone: (54) 98112-3132 **E-mail:** ana.castaman@sertao.ifrs.edu.br

Anexo C – TCLE referente ao produto educacional

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL – IFRS PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO – PROPP COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) senhor(a), você está sendo respeitosamente convidado(a) a participar da avaliação do produto educacional desenvolvido no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) como resultado da pesquisa intitulada “Formação Continuada para os Profissionais da Educação: contribuições para saberes e fazeres nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”. Ele configura-se em um curso de curta duração denominado “Itinerário Formativo para Profissionais da Educação: uma proposta para a construção de saberes e fazeres na educação profissional e tecnológica” e tem como objetivo geral aprofundar as definições conceituais e legais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), conhecer as bases conceituais da Educação Profissional e Tecnológica e delinear a importância da formação continuada dos profissionais da educação, de modo a contribuir para a construção de práticas educativas fomentadoras da formação humana integral no Ensino Médio Integrado à Educação Profissional.

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) com a aplicação de um questionário virtual direcionado aos e-mails dos servidores cadastrados no Sistema de Gestão de Pessoas da instituição. Para a análise de dados, foi utilizada a tabulação dos elementos quantitativos e a análise de conteúdo por categorias para os aspectos qualitativos. Ao final dessas etapas, construiu-se um esboço do produto educacional, o qual foi apresentado pela mestrandia aos gestores dos *campi* do IFSul por uma webconferência. Na sequência, encaminhou-se a proposta de curso, nos dois formatos produzidos (ppt e e-book), e um questionário virtual aos seus e-mails institucionais para a análise do produto e contribuição com observações para a sua melhoria. As informações ficarão armazenadas em pendrive de posse exclusiva das pesquisadoras.

A pesquisa apresentou risco mínimo, pois não foi realizada nenhuma intervenção ou modificação intencional nas variáveis fisiológicas, psicológicas e sociais dos indivíduos, não tendo sido invasiva à intimidade deles. As atividades desenvolvidas na coleta e análise dos dados estiveram comprometidas com a integridade do ser humano na sua totalidade e forma mantidos os critérios éticos de sigilo e de confidencialidade dos dados. Além disso, diante de qualquer tipo de questionamento ou dúvida, foi possível realizar o contato imediato com uma das pesquisadoras responsáveis pelo estudo para os esclarecimentos necessários. Os mesmos esclarecimentos aplicam-se ao processo de avaliação.

Sua participação no estudo é de extrema importância, uma vez que ele pode vir a auxiliar diretamente nas práticas dos participantes envolvidos, além de ampliar a compreensão acerca de como um itinerário formativo pode contribuir para saberes e fazeres nos IFs. A partir dos resultados obtidos, disponibilizar-se-á informações às instituições de ensino com relação ao tema desenvolvido, visando a incentivar a elaboração e a implementação de projetos e ações educativas comprometidos com

a integralidade dos profissionais da educação e dos estudantes. Ainda, pretende-se apresentar os resultados da pesquisa a partir do produto educacional e de um relatório final, bem como de artigos que serão publicados em anais de eventos e até mesmo em periódicos especializados.

Os seguintes direitos lhe são assegurados: a liberdade de retirar o seu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isso lhe traga prejuízo de qualquer ordem; a segurança de que não será identificado(a) e que será mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à sua privacidade; de que serão mantidos todos os preceitos ético-legais durante e após o término da pesquisa, de acordo com a Resolução 466/2016 do Conselho Nacional de Saúde; do compromisso de ter acesso às informações em todas as etapas do estudo, bem como aos resultados, ainda que isso possa afetar o seu interesse em continuar participando da pesquisa; de que não haverá nenhum tipo de despesa ou ônus financeiro, bem como não haverá nenhuma recompensa financeira relacionada à sua participação; de que não está previsto nenhum tipo de procedimento invasivo, coleta de material biológico, ou experimento com seres humanos; de não responder qualquer pergunta que julgar constrangedora ou inadequada.

A partir do exposto, aceito participar da avaliação do produto educacional intitulado “Itinerário Formativo para Profissionais da Educação: uma proposta para a construção de saberes e fazeres na educação profissional e tecnológica”. Fui informado(a), de maneira clara e detalhada, dos objetivos do presente estudo, da metodologia que será adotada, dos riscos e benefícios envolvidos, bem como dos direitos que me são assegurados. Recebi uma cópia deste termo de consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas. Por fim, autorizo o uso dos dados fornecidos por meio dos questionários, de forma anônima, para fins de pesquisa e divulgação do estudo.

- () Aceito
() Não aceito

_____, ____ de ____ de ____.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

CEP/IFRS

Endereço: Rua Gen. Osório, 348, Centro, Bento Gonçalves, RS, CEP: 95.700-000

Telefone: (54) 3449-3340 **E-mail:** cepesquisa@ifrs.edu.br

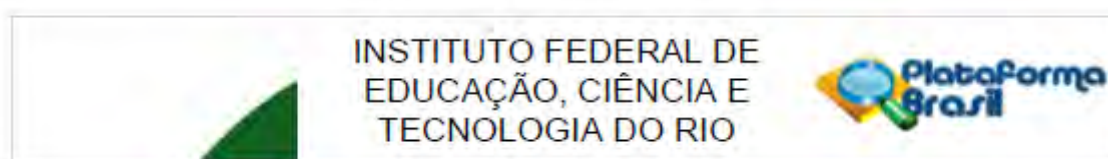
Pesquisadora principal: Manoela Wendler Fernandes

Telefone: (51) 98334-2829 **E-mail:** manoelafernandes@ifsul.edu.br

Orientadora: Ana Sara Castaman

Telefone: (54) 98112-3132 **E-mail:** ana.castaman@sertao.ifrs.edu.br

Anexo D – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Itinerário Formativo acerca das Habilidades Socioemocionais dos Estudantes no Processo de Ensino-Aprendizagem: contribuições para os Grupos de Apoio ao Ensino

Pesquisador: MANOELA WENDLER FERNANDES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 87552718.0.0000.8024

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO RIO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.612.254

Apresentação do Projeto:

Trata-se de projeto de pesquisa do Mestrado em Educação Profissional, que objetiva elaborar, aplicar e avaliar um itinerário formativo para os Grupos de Apoio ao Ensino, dos Institutos Federais de Ensino, de modo a contribuir para o desenvolvimento das habilidades socioemocionais dos estudantes do ensino médio integrado e favorecer o processo de ensino-aprendizagem. O seu campo será o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, campus Camaquã, no Rio Grande do Sul.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Elaborar, aplicar e avaliar um itinerário formativo para os Grupos de Apoio ao Ensino, dos Institutos Federais de Ensino, de modo a contribuir para o desenvolvimento das habilidades socioemocionais dos estudantes do ensino médio integrado e favorecer o processo de ensino-aprendizagem.

Objetivo Secundário:

Refletir acerca da constituição da rede dos Institutos Federais de Ensino e de seu compromisso com a prática educativa dos estudantes do ensino médio integrado, além das implicações que o desenvolvimento das habilidades socioemocionais destes têm no processo de ensino-aprendizagem; elaborar e implementar um itinerário formativo para os profissionais dos Grupos

Endereço: Rua General Osório, 348

Bairro: CENTRO

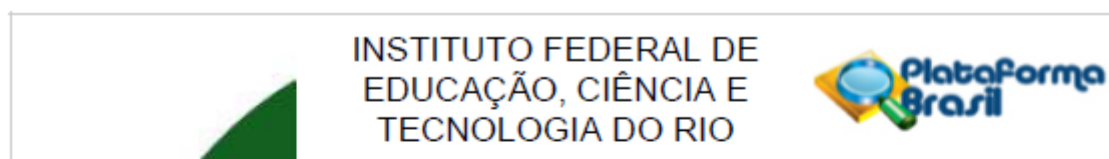
CEP: 95.700-086

UF: RS

Município: BENTO GONCALVES

Telefone: (54)3449-3340

E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br



Continuação do Parecer: 2.612.254

de Apoio ao Ensino, de modo que possibilite o desenvolvimento das habilidades socioemocionais dos estudantes do ensino médio integrado; e investigar as contribuições de um itinerário formativo para o fortalecimento dos Grupos de Apoio ao Ensino, dos Institutos Federais de Ensino, e desenvolvimento socioemocional dos estudantes dos cursos técnicos integrados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O risco é classificado como mínimo, ou seja, possibilidade de despertar algum sentimento de angústia, ansiedade ou medo. Caso isto se manifeste, a pesquisadora estará apta a auxiliar no esclarecimento das demandas e prestar suporte imediato.

Tem como benefício auxiliar diretamente nas práticas dos participantes envolvidos.

Portanto, os riscos e benefícios foram devidamente descritos.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisadora realizará entrevistas com os membros do Grupo de Apoio ao Ensino do campus antes e após a formação continuada dos servidores.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Apresentou Autorização Institucional e TCLE devidamente elaborados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram observados óbices éticos.

O projeto está aprovado e, após a finalização da última etapa, conforme cronograma cadastrado na Plataforma Brasil, o pesquisador possui o prazo de 60 dias para envio do relatório final via Plataforma.

Considerações Finais a critério do CEP:

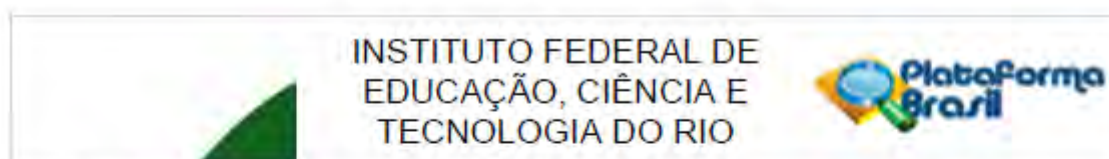
Não foram observados óbices éticos.

O projeto está aprovado e, após a finalização da última etapa, conforme cronograma cadastrado na Plataforma Brasil, o pesquisador possui o prazo de 60 dias para envio do relatório final via Plataforma.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1106613.pdf	08/04/2018 20:16:46		Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.PDF	07/04/2018	MANOELA	Aceito

Endereço: Rua General Osório, 348
 Bairro: CENTRO CEP: 95.700-086
 UF: RS Município: BENTO GONCALVES
 Telefone: (54)3449-3340 E-mail: cepesquisa@ifrs.edu.br



Continuação do Parecer: 2.612.254

Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.PDF	13:20:16	WENDLER FERNANDES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	07/04/2018 13:17:27	MANOELA WENDLER FERNANDES	Aceito
Outros	ENTREVISTA_FINAL.pdf	04/04/2018 21:49:01	MANOELA WENDLER FERNANDES	Aceito
Outros	ENTREVISTA_INICIAL.pdf	04/04/2018 21:48:44	MANOELA WENDLER FERNANDES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	04/04/2018 21:47:51	MANOELA WENDLER FERNANDES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AI.pdf	04/04/2018 21:46:16	MANOELA WENDLER FERNANDES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BENTO GONCALVES, 20 de Abril de 2018

Assinado por:
Bianca Smith Pilla
(Coordenador)

Endereço: Rua General Osório, 348

Bairro: CENTRO

CEP: 95.700-086

UF: RS

Município: BENTO GONCALVES

Telefone: (54)3449-3340

E-mail: cepsquisa@ifrs.edu.br